



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**BRUNO SERAFIM DOS REIS**

**AS FRONTEIRAS DO NEOEXTRATIVISMO EM CATALÃO (GO): DA  
TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL AOS CONFLITOS  
SOCIOTERRITORIAIS**

**UBERLÂNDIA (MG)**

**2023**

**BRUNO SERAFIM DOS REIS**

**AS FRONTEIRAS DO NEOEXTRATIVISMO EM CATALÃO (GO): DA  
TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL AOS CONFLITOS  
SOCIOTERRITORIAIS**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geografia, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre.

Linha de Pesquisa 1: Dinâmicas Territoriais

Área de Concentração: Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior

**UBERLÂNDIA (MG)**

**2023**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

R375 2023	<p>Reis, Bruno Serafim dos, 1993- AS FRONTEIRAS DO NEOEXTRATIVISMO EM CATALÃO (GO): [recurso eletrônico] : DA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL AOS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS / Bruno Serafim dos Reis. - 2023.</p> <p>Orientador: João Cleps Junior. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Geografia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: <a href="http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.71">http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.71</a> Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Geografia. I. Cleps Junior, João ,1962-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Geografia. III. Título.</p> <p>CDU: 910.1</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br


**ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO**

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico; Número 529, PPGGEO				
Data:	06 de fevereiro de 2023	Hora de início:	10h:00m	Hora de encerramento:	12h:30m
Matrícula do Discente:	12112GEO002				
Nome do Discente:	BRUNO SERAFIM DOS REIS				
Título do Trabalho:	AS FRONTEIRAS DO NEOEXTRATIVISMO EM CATALÃO (GO): DA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL AOS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS				
Área de concentração:	DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS				
Linha de pesquisa:	DINÂMICAS TERRITORIAIS				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Anfiteatro [On-line], Campus [Plataforma Stream Yard], da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em GEOGRAFIA, assim composta: Professores Doutores: [Marcelo Cervo Chelotti - IG-UFU](#); [Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves - UEG/GO](#) e [João Cleps Junior - IG/UFU](#) orientador(a) do(a) candidato(a). A Defesa aconteceu de forma on-line.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). [João Cleps Junior - IG/UFU](#), apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Mestre**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **João Cleps Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 06/02/2023, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves, Usuário Externo**, em 06/02/2023, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Cervo Chelotti, Usuário Externo**, em 06/02/2023, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4241975** e o código CRC **597FCB10**.

*A minha família, que me permitiu sonhar e acreditar em novos mundos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer é sempre um gesto de considerar todos aqueles que contribuíram, direta e indiretamente, na construção da presente pesquisa. Assim o ato de agradecer se faz diretamente aqueles que participaram de algum modo no processo, seja por meio de diálogos, de indicações de textos, leituras prévias, comentários e apontamentos.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. João Cleps Jr., por todo apoio durante estes dois anos de orientação, indicação de leituras e apontamentos para melhoria da escrita. Ressalto que quaisquer equívocos que esta pesquisa venha a ter são de inteira responsabilidade do autor.

Agradeço a Capes pelo aporte financeiro de bolsa de mestrado, sem a qual esta pesquisa e a reprodução de vida não teria sido possível.

Agradeço ao Instituto de Geografia da Universidade de Uberlândia (IG-UFU) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UFU) pelos aprendizados, e interlocuções com professores e colegas.

Agradeço à banca pelas sugestões e apontamentos realizados anteriormente, na apresentação do projeto inicial e no processo de qualificação, no qual contribuiu para a caminhada desta pesquisa.

Agradeço ao Grupo do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA-UFU) pelas indicações de livros, materiais e sugestões, mesmo em contexto de Pandemia da Covid-19 fui acolhido em seu seio. Todos os diálogos, diretos e indiretos, possibilitaram a inserção no Grupo de Pesquisa e discussões sobre a mineração e as formas de neoextrativismos.

Agradeço aos Professores Marcelo Mendonça Rodrigues por ceder os materiais e documentos que possibilitaram uma análise das discussões ocorridas no Grupo de Trabalho da Câmara de Vereadores de Catalão (GO) e a Professora Dr<sup>a</sup> Patricia Francisca de Matos pelas conversas, orientações e idas a Comunidade Macaúba.

Estendo também meus agradecimentos aos camponeses da Comunidade Macaúba, homens, mulheres, jovens e crianças, que demonstram, cotidianamente, que a luta se faz com os pés no chão da terra e que as *geografias das lutas* se faz para além do espaço-tempo. Se faz diariamente buscando alcançar um futuro diferente do presente hegemônico do capitalismo selvagem e predatório. Estes homens e mulheres demonstram, por suas ações, movimentos e organizações, que é preciso imaginar novos mundos, novos futuros e novas possibilidades. Agradeço imensamente a personalidade do Sr. Marcos e sua família o Sr. Deoclécio e Lara pelos diálogos.

É preciso agradecer também aos meus colegas e amigos de Pós-Graduação, principalmente, a Daiane Soares, pela contribuição nos trabalhos de campo, Amanda Severino Muniz, Laila Santos e Hugo Noletto, pelo apoio e acolhimento. A Jaqueline Gonçalves dos Santos, Douriedson Nunes, Robério Macedo, Pedro Paulo Mendes e Nilcelina Alves, amigos da cidade de Catalão que muito contribuíram, seja pelos diálogos, seja pelo compartilhamento de afetos, risos e angustias sobre o futuro (in)certo que a educação brasileira e, principalmente, a Geografia debatem e discutem.

Agradeço também a minha família por todo apoio e compreensão pelas ausências, principalmente minha mãe, Maria de Fátima Serafim dos Reis, que permitiu e incentivou a luta para compreender as mazelas sociais, mesmo que isso, às vezes,

representa-se se colocar em risco. Estendo também meus agradecimentos a Ana Clara de Arruda Nunes, e toda sua família, que com todo amor, afetos e paciência me apoiou neste processo do começo ao fim, incluindo trabalhos de campo, apontamentos e escuta sob os anseios, receios e medos.

A cada um e cada uma, que diretamente e indiretamente contribuíram, o meu mais sincero agradecimento, sem vocês esta pesquisa não teria vindo à luz deste mundo.

A indústria mineradora no Brasil nunca foi além, na verdade, desta aventura passageira que mal tocava um ponto para abandoná-lo logo em seguida e passar adiante. E é esta a causa principal por que, apesar da riqueza relativamente avultada que produziu, drenada aliás toda para fora do país, deixou tão poucos vestígios, a não ser a prodigiosa destruição de recursos naturais que semeou pelos distritos mineradores, e que ainda hoje se fere a vista do observador.

(PRADO JR, 2011).

“Aí você fala quem que tinha que lutar? O mais forte pra nós defender aqui, sempre falo assim: “Hoje eu não tô brigando nem por mim, nem por meus filhos, nós briga pela Macaúba, por Catalão, Ouvidor, Goiás, Brasil”.

Enquanto nossos políticos tão deixando levar de graça uma riqueza imensa, enquanto tá ignorando essa resistência da gente, que na minha cabeça é uma resistência por direito. Uma coisa que Deus, eu falo sempre, “Deus... nós não é dono de nada aqui na Terra, nada é nosso, é errado dizer que “é meu, é nosso” falamos no automático, mas não somos donos de nada. Coloco na mão de Deus e peço para que ele me de sabedoria para administrar, coragem sem distinção, se tem grande ou tem pequeno; principalmente quando fala em grande eu crio mais força para poder ter resistência, porque o pequeno tem mais obrigação de ajudar”.

(Camponês, Comunidade Macaúba, dez. de 2021).

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo discutir o processo de neoextrativismo mineral, em Catalão (GO) e, brevemente, no Brasil. O neoextrativismo mineral é um modelo de acumulação no qual a apropriação do subsolo, para geração de *commodities*, fundamenta-se com o apoio do Estado, que vê a exploração mineral, e a produção de *commodities*, como pedra fundamental do desenvolvimento econômico. Diante disso, buscamos discutir o neoextrativismo como modelo de acumulação capitalista em constante expansão, criando, assim, novas fronteiras em disputas. Terra e território se tornam o principal elemento de compreensão dos conflitos do espaço agrário brasileiro, pois compreende-se que há divergências e processos de resistências que significam, antes de mais nada, a busca por sobrevivência diante do avanço do capital. Assim, para a investigação desta pesquisa adotou-se na metodologia a revisão bibliográfica acerca do tema exposto, entrevistas e interlocuções com os atores sociais reunindo por meio de gravações e anotações em caderneta de campo suas experiências concretas de conflito e resistência. Além disso, utilizou-se, também, documentos oficiais do Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de para discutir as experiências desenvolvidas pelo poder local, acerca da mineração em Catalão (GO). Foram coletados dados primários e secundários sobre a mineração brasileira, com o objetivo de apreender a mineração em suas nuances e seus discursos de desenvolvimento. Deste modo, percebe-se que o neoextrativismo mineral é um modelo de acumulação do capital que se expande criando conflitos, disputas e violências, mas isso se faz com o apoio do Estado que atua ativamente em cada momento, seja na liberação e concessão para usufruto e exploração, seja na resolução dos conflitos minerais.

**Palavras-chave:** expropriação, conflitos minerários, questão agrária, capital minerário, financeirização, neoextrativismo.

## RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo discutir el proceso de neoextractivismo mineral en Catalão (GO) y, brevemente, en Brasil. El neoextractivismo mineral es un modelo de acumulación en el que la apropiación del subsuelo, para la generación de mercancías, se basa en el apoyo del Estado, que ve la exploración minera, y la producción de mercancías, como la piedra angular del desarrollo económico. En vista de esto, buscamos discutir el neoextractivismo como un modelo de acumulación capitalista en constante expansión, creando así nuevas fronteras en las disputas. La tierra y el territorio se convierten en el elemento principal de comprensión de los conflictos del espacio agrario brasileño, porque se entiende que hay divergencias y procesos de resistencia que significan, en primer lugar, la búsqueda de la supervivencia frente al avance del capital. Así, para la investigación de esta investigación, la metodología adoptó una revisión bibliográfica sobre el tema expuesto, entrevistas y diálogos con actores sociales recogiendo a través de grabaciones y notas en cuaderno de campo sus experiencias concretas de conflicto y resistencia. Además, también utilizamos documentos oficiales del Grupo de Trabajo (GT) para discutir las experiencias desarrolladas por el gobierno local sobre la minería en Catalão (GO). Se recolectaron datos primarios y secundarios sobre la minería brasileña, con el objetivo de aprehender la minería en sus matices y discursos de desarrollo. Así, se percibe que el neoextractivismo minero es un modelo de acumulación de capital que se expande creando conflictos, disputas y violencia, pero esto se hace con el apoyo del Estado que actúa activamente en todo momento, ya sea en la liberación y concesión para el disfrute y explotación, o en la resolución de conflictos mineros.

Palabras clave: expropiación, conflictos mineros, cuestión agraria, capital minero, finanzas, neoextractivismo

## ABSTRACT

This research aims to discuss the process of mineral neoextractivism in Catalão (GO) and, briefly, in Brazil. Mineral neoextractivism is a model of accumulation in which the appropriation of the subsoil, for *the generation of commodities*, is based on the support of the State, which sees mineral exploration, and *the production of commodities*, as the cornerstone of economic development. In view of this, we seek to discuss neoextractivism as a model of capitalist accumulation in constant expansion, thus creating new frontiers in disputes. Land and territory become the main element of understanding the conflicts of the Brazilian agrarian space, because it is understood that there are divergences and processes of resistance that mean, first of all, the search for survival in the face of the advance of capital. Thus, for the investigation of this research, the methodology adopted a bibliographic review on the theme exposed, interviews and dialogues with social actors gathering through recordings and notes in field notebook their concrete experiences of conflict and resistance. In addition, we also used official documents from the Working Group (WG) to discuss the experiences developed by the local government about mining in Catalão (GO). Primary and secondary data were collected on Brazilian mining, with the objective of apprehending mining in its nuances and development discourses. Thus, it is perceived that mineral neoextractivism is a model of accumulation of capital that expands creating conflicts, disputes and violence, but this is done with the support of the State that actively acts at every moment, whether in the liberation and concession for enjoyment and exploitation, or in the resolution of mineral conflicts.

**Keywords:** expropriation, mining conflicts, agrarian issue, mining capital, finance, neoextractivism

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Paisagem geográfica do capital mineral em Catalão (GO) .....	33
Figura 2: - A) Complexo Mineral Catalão – Ouvidor; B) Geologia do Complexo Mineral Catalão – Ouvidor.....	80
Figura 3: Complexo Mineral em Catalão (GO) .....	81
Figura 4: Objetivos da Mosaic Fertilizantes.....	84
Figura 5: Principais depósitos minerais no Brasil (2019).....	133
Figura 6: Convite do GT para participação dos debates .....	183
Figura 7: Reunião do GT com participantes da sociedade civil, camponeses e representantes das mineradoras.....	184
Figura 8: Convite para a discussão sobre o tema "Quem são os responsáveis pela poluição do ar (cheiro de barata) em Catalão?" (2018).....	185
Figura 9: Convite para Assembleia Popular da Mineração (2018) .....	185
Figura 10: Ocupação da malha ferroviária pela Prefeitura de Catalão (GO).....	187
Figura 11: Vista parcial a partir de uma propriedade camponesa da pilha de estéril na Comunidade Macaúba, Catalão (GO) - 2022 .....	195
Figura 12: Convite do Seminário e divulgação pela CPT da Ação de Resistência e Movimento da Comunidade Macaúba.....	198

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Reservas e produção mundial de Nióbio.....	78
Tabela 2: - Reservas e produção mundial de Fosfato – 2020.....	86
Tabela 3: Conflitos Minerários - Ocorrências por Estado da Federação (2020).....	149
Tabela 4: Processo de cobrança de CFEM emitidos pelo DNPM.....	188
Tabela 5: Principais fatores/elementos do DDM.....	218
Tabela 6: Goiás – Municípios com Conflitos Minerários em (2020).....	223
Tabela 7: Síntese das fases do Neoextrativismo no Brasil.....	228

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Estado de Goiás - Municípios minerados em grande escala (2022).....	53
Mapa 2: Espacialização dos Conflitos Minerários no Brasil (2020).....	151
Mapa 3: Geografia dos Conflitos Minerários - Brasil (2020).....	152
Mapa 4: Estado de Goiás - Situação dos Processos Minerários (2022).....	158
Mapa 5: Estado de Goiás – Municípios com Conflitos Minerários (2020).....	162
Mapa 6: Estado de Goiás - Mineração Industrial e Conflitos Minerários (2022).....	163

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cronologia de instalação das indústrias mineradoras da METAGO à Mosaic Fertilizantes em Catalão (GO) 1968 - 2018.....	68
Quadro 2: Cronologia de instalação das indústrias mineradoras da Mineração Catalão ao grupo CMOC em Catalão/GO 1976 - 2016.....	69
Quadro 3: Brasil: Evolução dos títulos minerários (anos selecionados).....	218

Quadro 4: Evolução da CFEM dos/nos territórios da mineração em Goiás (2009 – 2021) ..... **Erro! Indicador não definido.**

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Conflitos Minerários - Ocorrências por Empresa Causadora (2020) .....	153
Gráfico 2: Conflitos Minerários - Ocorrência por Atingidos (2020) .....	155
Gráfico 3: Conflitos Minerários – por tipo de conflito (2020).....	156
Gráfico 4: Número de conflitos de Terra e Água/Mineradora - 2011 - 2021.....	157
Gráfico 5: Brasil:- Evolução dos títulos minerários (anos selecionados) .....	159
Gráfico 6: Goiás - Evolução da CFEM dos/nos territórios da mineração (anos selecionados).....	160

## LISTA DE SIGLAS

AIAAVs - Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale

ANM – Agência Nacional De Mineração

CDTM – Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração

CFEM - Contribuição Financeira Por Exploração De Recursos Minerais

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CMOC – China Molybdenum Company Limited

CNV – Comissão Nacional Da Verdade

CPT – Comissão Pastoral Da Terra

EIA – Estudos De Impactos Ambientais

GTCVC – Grupo De Trabalho Câmara De Vereadores De Catalão

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística

IBRAM – Instituto Brasileiro De Mineração

MAM – Movimento Pela Soberania Popular Na Mineração

RBJA - Rede Brasileira de Justiça Ambiental

RIMA – Relatório De Impactos Ambientais

TDR – territorialização–  
desterritorialização–  
reterritorialização

Tis -Terras Indígenas

TLM – Territórios Livres Da Mineração

TPP – Tribunal Permanente dos Povos do Cerrado

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
1. Os caminhos da pesquisa.....	19
1.1 A metodologia .....	40
1.2 O objeto.....	48
1.3 A mineração em Goiás e em Catalão (GO).....	63
1.4 As empresas e os minérios .....	73
2. TERRITÓRIO E MINERAÇÃO: uma abordagem teórico-conceitual.....	90
2.1 Território e mineração.....	99
2.2 Virada territorial (ou ecoterritorial).....	111
2.3 Neoextrativismo: significado e principais fases.....	114
2.3 A mineração no Brasil .....	126
2.4 Contextos Terras Indígenas (TIs).....	135
3. AS IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NA MINERAÇÃO.....	140
3.1 Resultados da pesquisa de campo .....	143
3.2 Conflito: uma categoria dialógica para a discussão .....	145
3.3 Territórios livres de mineração e o novo léxico das lutas .....	164
3.4 Alternativas aos extrativismos .....	174
3.5 Experiências locais: O Grupo de Trabalho da Câmara de Vereadores de Catalão 180	
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	200
REFERÊNCIAS.....	207
ANEXOS .....	217

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é uma continuação da minha vida enquanto pesquisador da temática sobre a mineração, no qual venho dedicando esforços desde 2018, por meio de Iniciação Científica, Projetos de Extensão e Trabalho de Conclusão de Curso. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é dissertar sobre o extrativismo mineral em Catalão (GO), buscando analisar as dinâmicas territoriais engendradas por este setor econômico, que se territorializou no município na década de 1970 e, desde então, exerce a atividade de exploração do subsolo goiano, explorando fosfato e nióbio.

No que concerne aos objetivos elaborados, e suas respectivas problemáticas, iremos percorrer por temários geográficos que possibilitaram compreender o processo de territorialização e expansão do capital mineral e suas respectivas consequências. A presente pesquisa constitui-se de três seções dedicadas a discutir a mineração. A primeira seção expomos os caminhos trilhados para realizar a pesquisa, discutindo a metodologia utilizada, o objeto de pesquisa, a mineração em Catalão (GO), situando de forma conjunta o Estado de Goiás e as empresas que atuam diretamente em Catalão.

A segunda seção buscamos correlacionar território e mineração, compreendendo que as empresas ao se territorializarem a fazem por um determinado objetivo. Este processo de territorialização se faz histórica e geograficamente com avanços e rupturas em territórios, entrando em conflitos, divergências e disputas com atores sociais preestabelecidos historicamente. Assim, na mesma seção buscamos situar a virada ecoterritorial, vinculado a defesa dos territórios por camponeses, indígenas e quilombolas, o neoextrativismo como modo e meio de acumulação

moderno da Natureza e um breve contexto acerca do garimpo ilegal em Terras Indígenas (TIs).

Na terceira seção da presente pesquisa expomos as implicações territoriais e os conflitos engendrados pelo setor mineral, apresentando dados da pesquisa de campo, os conflitos em território brasileiro e o novo léxico dos atingidos e a busca da possibilidade de dizer não a estes empreendimentos, por meio da noção de Territórios Livres de Mineração (TLM). Ainda nesta seção discute-se as alternativas aos extrativismos, no sentido plural, tendo em vista que a exploração dos bens naturais são apropriados e convertidos pelo capital e pelo Estado com o intuito de geração de *commodities* visando atender as necessidades do mercado externo.

Nas considerações finais apresentamos nossas conclusões acerca da pesquisa e discutimos possibilidades de futuras pesquisas, compreendendo que haverá sempre uma lacuna a ser concluída e/ou atualizada.

Na Geografia, e mais especialmente na Geografia Agrária, o território emerge como um conceito importante para apreender o presente tempo histórico, no qual revela que o espaço tem se tornado elemento essencial para a compreensão de disputas pela posse, apropriação e uso por distintos sujeitos. Fuini (2020, p. 203) aponta que o território aparece com um dos conceitos fundamentais da/na Geografia, no período atual “encontra-se cada vez mais presente em trabalhos acadêmicos<sup>1</sup> explicando, de diferentes formas, a maneira como a sociedade se apropria e produz o espaço, através de determinantes multidimensionais e multiescalares.” e também eventos realizados pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), entidade

---

<sup>1</sup> Acreditamos que seja preciso notar que há também usos e abusos do conceito de território. Há uma apropriação por setores políticos que esvaziam o conceito e o torna mera ferramenta discursiva, aspecto esse já levantado e discutido por Cruz (2021) e Conceição (2021).

representativa do setor mineral no Brasil que compreende mais de 130 associados (IBRAM, 2022).

É essa busca de, não apenas compreender, mas de explicar de que forma a sociedade se apropria e produz espaço que compreender o território implica em considerá-lo não como um espaço “sem atores”, mas sim um espaço apropriado e disputado, disputa essa que desvela relações de poder e conflitos de classe.

Ao buscarmos tratar do processo de territorialização mineral, entendemos que ela ocorre por meio daquilo que Santos (2020) denominou de psicoesfera e tecnoesfera, isto é, uma forma de adaptação do espaço por interesses frequentemente distantes, mas que se instala e substitui o meio natural ou técnico anterior constituindo-se como uma prótese; e é por meio das ideias, discursos e crenças que há uma aceitação, no qual inicia-se a fornecer regras racionais para aquela situação.

Tanto a psicoesfera, quanto a tecnoesfera, não ocorrem de maneira harmoniosa, pois é preciso oferecer um sentido positivo, por exemplo o discurso de desenvolvimento pela mineração (COELHO, 2015), para que ocorra a legitimação do discurso, geralmente empregado como discurso de desenvolvimento econômico e progresso, associado a todo um conjunto de supostos benefícios para a sociedade, enquanto oculta-se ou minimiza a realidade dos impactos advindos do setor. Daí a necessidade de se criar, conjuntamente, uma psicoesfera para que a racionalidade dada estimule a imaginação para as possibilidades vindouras de benefício social comum (REIS, CLEPS JR., 2021).

A exploração mineral não é algo novo, mas agora ela é marcada por uma fase contraditória. O setor mineral sempre foi visto como o vetor do desenvolvimento

econômico, e muitas vezes social, mas o desastre ambiental ocorrido em Brumadinho e Mariana (MG) apontou para a necessidade de visualizar a mineração para além do olhar de desenvolvimento, mas atentando-se para os aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais (GONÇALVES, 2021).

## 1. Os caminhos da pesquisa

O método utilizado na presente pesquisa é o método dialético, compreendo-o como um “método dos contraditórios”, isto é, é um método que abarca a relação entre sujeito e objeto, no sentido de pesquisador e tema de pesquisa, sujeitos em pleno devir no mundo que se encontram em contradição e em movimento. Deste modo, nesta pesquisa utiliza-se a concepção de que a exploração mineral, no Brasil, em Goiás e em Catalão (GO), tem implicações nas dinâmicas territoriais, provocando contradições, novas reestruturações e transformações que se materializam no espaço por meio das relações de poder.

A concretude das realidades se faz por meio da própria dinâmica que a sociedade desenvolve no espaço geográfico. Gomes (2007, p. 23) considera que o movimento e a mudança são características inerentes do mundo objetivo, isto é, o mundo e a sociedade estão em contínuo movimento, encontram-se subordinados a um processo dialético infinito “cuja trajetória segue inexoravelmente do presente para o futuro”. E o presente é o acúmulo dessa relação dialética dos tempos pretéritos. Neste mesmo sentido, a dialética deve ser entendida

como método de pesquisa dos fenômenos contidos na natureza e na sociedade; como desenvolvimento histórico em espiral; como reveladora das contradições existentes no interior das coisas e dos fenômenos (unidade e luta dos contrários); como responsável pela transformação da quantidade em qualidade (o progresso em saltos) (GOMES, 2007, p. 23).

Como procedimentos metodológicos adotamos uma ampla revisão bibliográfica da literatura acerca do tema, principalmente de autores que têm trabalhado e se dedicado a temática da exploração mineral, o neoextrativismo e os conflitos territoriais (implicações territoriais da mineração com sujeitos territorializados). Nota-se que as discussões acerca da mineração não se restringem

apenas à Geografia, mas uma gama de áreas e com respectivos posicionamentos políticos e ideológicos ao tratar do tema. Geografia, Psicologia, Ciências Sociais, Economia, Geologia, movimentos Sociais e História, Jornalismo e Artes, tem tratado do tema da mineração sob os próprios vieses de análise de suas respectivas áreas. A interlocução com outras áreas, para além da Geografia, contribui para observar as distintas formas de discutir o tema da mineração, abrindo um importante leque de temas e categorias de análise.

Buscamos analisar os dados disponíveis e disponibilizados sobre a mineração e os conflitos gerados, nos Cadernos do Campo da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e no Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (CNDTFM), observando que os conflitos que a mineração acarreta nos territórios relacionam-se com a disputa pelos bens naturais, convertidos em recursos territoriais (água, terra, solo, subsolo), o adoecimento dos trabalhadores e o não pagamento dos *royalties* por exploração mineral nos municípios minerados.

De acordo com o GTAgrária (2021, p.31) se toda pesquisa implica algum grau de indeterminação, tendo em vista que problemas não previstos podem acarretar mudanças durante a caminhada, “no caso das pesquisas em torno de conflitos sociais em andamento, este grau de indeterminação torna-se ainda maior.”

Além da revisão bibliográfica e o uso dos dados secundários da CPT e da CNDTFM, utilizamos também, como material de apoio, as Atas de trabalho do Grupo de Trabalho da Câmara de Vereadores de Catalão (GO) como fonte documental das reuniões realizadas pelo GT<sup>2</sup> para discutir e encontrar soluções, mesmo que

---

<sup>2</sup> É importante salientar que a existência do Grupo de Trabalho foi uma importante ferramenta de diálogo e intervenção entre aqueles que são afetados pela atividade de exploração mineral e representantes das mineradoras CMOC Brasil e Mosaic Fertilizantes, respectivamente. Ressalta-se a participação dos camponeses, moradores de bairros da área urbana, sociedade

mitigadoras dos problemas enfrentados pelos camponeses da Comunidade Macaúba que participavam ativamente. Outros materiais, como relatórios técnicos, solicitados pelo GT e elaborados pela Secretária de Meio Ambiente de Catalão (SEMMAC) subsidiaram alguns questionamentos.

Compreendemos, a partir de Bianchi (2003), que ao realizar uma discussão acerca dos temas e problemas nos projetos de pesquisa desvela que a definição de um tópico de pesquisa realiza-se, inicialmente, por meio da formulação de um problema de investigação, mas não é na formulação em si que há todo um continente investigativo. A formulação nasce a partir de um determinado interesse em compreender uma dada situação acerca do tema em si, esse nascimento provém da admiração ou devido ao espanto e, com isso, engendra-se a curiosidade em compreender.

De acordo com Pessoa (2008) a formulação de um problema promove a busca de um corpo teórico que oriente e contextualize o seu objeto de estudo. No mesmo sentido Chizzotti (2009) aponta que formular um problema na pesquisa qualitativa não é uma definição *a priori*, fruto de alguma espécie de distanciamento que o pesquisador visa impor à realidade com o objetivo de extrair formulações que comprovem uma determinada regularidade.

Marconi e Lakatos (2010, p. 142) apontam que o “tema é o assunto que se deseja estudar e pesquisar.” Deste modo, o trabalho de definir um tema pode perdurar

---

civil, universidade e Grupos de Pesquisa, como o Geografia Trabalho e Movimentos Sociais (GeTEM) que participavam mensalmente das reuniões do GT debatiam e propunham alternativas e, principalmente, soluções acerca dos conflitos e disputas. Embora uma das principais discussões, acerca da judicialização das famílias camponesas tenha sido realizada de maneira sigilosa apenas entre a família judicializada e a empresa, sem a oportunidade dos demais membros do grupo poderem participar, mesmo na situação de ouvintes.

por toda a pesquisa, o que necessita, com frequência, de uma revisão visando contextualizar o respectivo objeto de estudo.

Para Gonçalves (2016) a identificação do problema, e sua respectiva delimitação, pressupõe uma imersão do pesquisador na organização social e cultural, no passado e nas circunstâncias atuais que as condicionaram.

Assim, concordamos com Marconi e Lakatos (2010, p. 142) quando defendem que o problema “é um processo contínuo de pensar reflexivo, cuja formulação requer conhecimentos prévios do assunto (materiais informativos), ao lado de uma imaginação criadora.” Sem dúvidas, pressupõe, também, um ato de compartilhamento de experiências e percepções que os sujeitos possuem dos espaços onde vivem, trabalham, se relacionam e criam seus modos de existência.

O ato de conhecer determinado fenômeno se expande para além da aparência imediata, aquilo que vemos é apenas a ponta do iceberg, ao apreender a realidade e compreender a sua essência, tal como pudemos apreender durante os anos de investigação e participação com as Comunidades Camponesas impactadas pelo extrativismo mineral em Catalão (GO), pudemos compreender que o processo de territorialização do capital financeiro com o industrial, após a década de 1970 engendrou as disputas territoriais no Cerrado.

Para Gonçalves e Mendonça (2015) e Gonçalves (2016) essas disputas abrangem diferentes sujeitos e atores, perpassando, por exemplo, por Comunidades Camponesas, Indígenas e Quilombolas, empresas do setor hidroenergético, da farmoquímica, do agronegócio de grãos e setor de agrocombustíveis, do turismo e da mineração, organizadas pelo capital nacional e transnacional. A capacidade do capital transformar os bens naturais em negócio coloca o setor de agro-hidro-mineração não

apenas como meio, mas com um fim: o de se apropriar dos bens comuns e convertê-los em commodities precificáveis. Além disso, a agro-hidro-mineração (THOMAZ JUNIOR, 2011; MENDONÇA, MATOS, 2020) é agrohidromineronegócio, e como o próprio nome revela é um negócio que está no centro dos conflitos territoriais e da luta de classes no Brasil contemporâneo, principalmente nos territórios do Cerrado em Goiás.

No estado de Goiás, a apropriação do subsolo e a expansão dos grandes projetos de mineração, visto como grandes projetos e vetores de desenvolvimento (VAINER, 1993), se instituí por meio da lógica de reestruturação produtiva do capital. Essa reestruturação do capital reorganiza trabalho e territórios, os insere nos circuitos de acumulação capitalista e transforma ativos naturais em *commodities* (GONÇALVES, 2016) com o apoio do Estado que controle e permite a distribuição do uso e apropriação do território por meio de leis, normas e decretos que visem legitimar a inserção do setor.

A reorganização que o capital provoca nos espaços em que alcança se efetiva por meio de um processo de integração de espaços, realizados por meio de redes técnicas e a incorporação de tecnologias (GONÇALVES, 2016). Assim, o capital tem como função absoluta assegurar a reprodução do capital mundializado, mas pulverizados em escalas menores, como a escala regional e local.

Este processo engendra, em um só tempo, desigualdades geográficas, degradação social e econômica, resultante da lógica competitiva e desigual do capital, e a degradação acelerada do ambiente, por meio do uso e apropriação dos bens naturais, principalmente da relação desigual do Norte Global com o Sul Global, e a degradação da via política democrática, que visa instaurar meios e mecanismos (Normas, Leis e Decretos) para facilitar a lógica de reprodução do capital, dentro do

neoliberalismo isso ocorre por meio da perspectiva de competitividade empresarial não apenas de capital nacional, mas também transnacional (LAVAL, 2018).

Neste aspecto, verifica-se que há uma realidade ao mesmo tempo contraditória e conflituosa do capital, que permite que se realize investigações, aonde os principais resultados inserem-se numa perspectiva de degradação social e econômica (viés socioeconômico), a degradação acelerada do ambiente (viés socioambiental) e, a degradação da política democrática (viés sociopolítico). Verifica-se que esse processo de globalização do capital pode ser compreendido e situado espacialmente diante dos efeitos do Complexo Mínero-Químico dos municípios de Catalão e Ouidor, localizados no Sudoeste goiano. Assim, compreende-se que os efeitos socioespaciais dos projetos de extrativismo mineral que atuam e expandem em seus respectivos municípios permitem expor algumas questões:

- Qual o panorama da mineração brasileira? Quais as suas escalas de apropriação e quais os conflitos desencadeados? Quais são as formas de enfrentamento, resistências e alternativas a este modelo? De aprofundamento ou decrescimento? A apropriação de terras e subsolo, pelo setor privado e transnacional, garante a soberania sob os bens naturais? A Compensação Financeira por Exploração de Recursos Minerais (CFEM), realmente 'compensa' e contribui para os municípios minerados terem um desenvolvimento social? A fronteira de expansão destes empreendimentos aprofunda os conflitos territoriais? Qual a influência de movimentos sociais e sócioterritoriais para a defesa dos territórios? Quais são as estratégias de resistências dos camponeses da Comunidade Macaúba? Há em curso a construção de uma Geografia dos Conflitos que dê conta das realidades concretas existentes?

Essas perguntas orientam as reflexões que inicialmente foram propostas no Projeto de Pesquisa e passaram a direcionar as investigações dedicadas na construção da dissertação. Portanto, a busca em respondê-las demandou análises a partir de um *olhar geográfico integrado*, com a compreensão de que os territórios são gerados, tecidos, desenhados e redesenhados, demonstrando que há neste espaço apropriado *relações de poder e conflitos de classe*. (MENDONÇA, 2004; GONÇALVES, 2016).

A identificação da situação geográfica<sup>3</sup> dessa pesquisa vêm do mundo real, ponto inicial em busca de compreensão da manifestação de continuidades e descontinuidades (rupturas) inscritas e circunscritas no espaço. É essa instabilidade que coloca a situação geográfica como um processo em constante transformação, pois cada situação é criada e recriada em um determinado contexto e sob determinadas heranças materiais e organizacionais e que funciona devido formas técnicas e sociais. Desde modo, a busca de compreensão perpassa pelo movimento histórico da situação geográfica que se desenvolvem em pares dialéticos dentro de um contexto, que pode se estender no espaço e no tempo.

Para Côrrea (2003) a pesquisa científica trata de um objeto construído, ou seja, parte-se de algo do mundo real, o que não se reduz ao mundo material, mas algo que ao ser identificado é questionado e problematizado. Deste modo, ao identificar um objeto e realizar um questionamento é iniciado um processo de

---

<sup>3</sup> Silveira (1999) aponta a situação geográfica como uma manifestação de um produto provisório e instável do movimento de totalização, no qual a situação é criação e recriação da contradição num dado contexto. Essas contradições desenvolvem-se sobre heranças materiais e heranças organizacionais (que são também normativas), as quais funcionam devido as formas técnicas e sociais. Nesse sentido, a situação é “um cenário para as novas formas de produção e de vida, para as novas ações e para a implantação de novos objetos, respondendo a novas racionalidades, a novas intencionalidades, a novos futuros. Ela é feita de tempos que serão formas, condicionando [...] os eventos e acolhendo possibilidades.” (SILVEIRA, 1999, p. 26).

problematização a qual está diretamente articulada com a nossa visão de mundo. Portanto, a identificação refere-se ao processo ativo de destacar o objeto do mundo real, indicando que há em si mesmo uma autonomia de existência.

Não há um isolamento do mundo real, pois cada objeto, ou situação geográfica, tem, de forma simultânea, características que são próprias, singulares e características gerais que pertencem a um tipo de classes que pertencem a um determinado universo. Côrrea (2003, p. 13) aponta que cada característica, seja ela singular, particular ou universal, estão co-presentes em cada objeto que é apenas destacado, nunca é isolado completamente do mundo real. Assim,

reconhecer isto é já começar a construir um objeto de conhecimento. Este objeto é o ponto de partida para a pesquisa. Mas é também um meio para a inteligibilidade do mundo real. A pesquisa deve, assim, ao final, produzir um conhecimento que transcenda o objeto (CÔRREA, 2003, p. 13).

Consoante a isso, Moreira (2007) aponta que a geografia é uma forma de leitura do mundo. De modo muito raro nos damos conta de que em nossas análises e investigações, em cada canto, trabalhamos com coisas reais a partir de ideias. Isto é, trabalhamos com a representação do real. Essa ideia de representação da realidade se dá, muitas vezes, por meio de uma confusão. “Tomamos a idéia pela realidade, a ideia da coisa pela coisa, confundindo a leitura com as próprias coisas” (MOREIRA, 2007, p. 105).

Essa confusão ocorre, como explica Moreira (2007), porque tendemos a racionalizar por meio de uma leitura da coisa em si, essa racionalização se dá por meio de ideias, forma essa de realizar uma leitura do mundo em um determinado momento e em um determinado espaço.

Cada leitura do mundo está permeada de visões próprias do sujeito que as observa e se põe a realizar esse ato intelectual de leitura, por meio de categorias e

conceitos. Para nós, da geografia, essas categorias e conceitos são basilares. Haesbaert (2015) ao sistematizar esse conjunto os denomina de *constelação de conceitos*<sup>4</sup>. Entretanto, se a leitura do mundo se dá por meio do real e da ideia, como explica Moreira, o que é o real e o que é a ideia em si?

Para o autor é:

A ideia não é uma invenção pura e simples do nosso pensamento, uma especulação sem mais nem menos do nosso intelecto. A ideia é o que resulta da nossa relação intelectual com a realidade sensível, o real sensível traduzido como construção do intelecto através do conceito. Daí dizemos que é uma representação. (MOREIRA, 2007, p. 106)

Se a ideia não é uma pura invenção do nosso pensamento, ela é, na verdade, o resultado, isto é, a soma da nossa relação intelectual com a realidade sensível, ou seja, com o nosso mundo vívido, com o real e a realidade, realidade está permeada por conflitos, contradições, afirmações, negações, continuidades, descontinuidades em todos os espectros que o compõem (a política, a econômica, o social, o cultural, o religioso, o ambiente), cada parte desse espectro compõe uma totalidade, que é o mundo real, o mundo vivido, habitado e compartilhado.

Para Moreira (2007, p. 106) é preciso ter uma clara consciência da representação, isto porque a representação é uma ideia submetida à crítica. Posto a crítica ela é composta por um conjunto de possibilidades:

- 1) refletir sobre nossas leituras do mundo; 2) clarificar o modo como as produzimos e as praticamos; 3) desfazer o dogma do conhecimento; 4) estabelecer limites entre da teoria; 5) perceber que várias alternativas de representação são

---

<sup>4</sup> Haesbaert (2014) defende a criação de uma constelação geográfica de conceitos que possibilite a compreensão e a operacionalização dos mesmos. Isso permite compreender que todos os conceitos e categorias geográficas estão em um conjunto, isto é, cada uma faz parte da outra e permitem realizar a leitura da relação sociedade  $\leftrightarrow$  natureza. Podemos considerar que são ferramentas operacionais dinâmicas, que não detém um fim em si mesmas, mas são permeadas pela historicidade e geograficidade que o pesquisador se dispõe a apreender e ler seus sentidos no/do mundo.

possíveis; e; 6) compreender o poder das ideias na transformação da sociedade em que vivemos.

Podemos perceber que, ao elaborarmos um conjunto de ideias e proposições, com o intuito de representar a realidade ou realizar um recorte da totalidade, buscamos apresentar uma representação da realidade e essa representação está posta à críticas, isto porque nos permite apreender leituras diversas sobre uma mesma situação geográfica, essas leituras nos possibilitam clarificar o modo como produzimos e praticamos o conhecimento (teoria e práxis); só assim podemos desfazer dogmas hegemônicos e destituir um status quo, propondo uma nova forma e uma nova visão de realizar uma leitura de mundo.

Entretanto, compreende-se que há limites da teoria, limites estes que podem ser uma barreira, mas também pode possibilitar ao pesquisador a chance de o transpor, criando uma nova teoria ou expondo que os limites vigentes causam um embaraço que ainda está porvir ser quebrado; as diversas alternativas de representação nos permitem ver que não há apenas uma única forma de estabelecer uma leitura e representar o mundo, mas há um conjunto de formas possíveis de representação e a necessidade de compreender que o poder das ideias, o poder-saber, possibilita realizar transformações na sociedade e influenciar, de maneira positiva e/ou negativa, as transformações futuras da sociedade.

A definição, portanto, do objeto de pesquisa é uma questão basilar para as investigações geográficas. Há, na geografia, uma longa discussão acerca da definição do objeto da Geografia. Santos (2013) ao refletir e apontar isso na década de 1970 crítica veementemente que a o grande problema é que “[...] a Geografia deixou de ser abrangente para vir, praticamente, a perder tudo, seja pela invasão de outras disciplinas em seu domínio de estudos, seja pela sua incapacidade de se fixar um objeto próprio bem definido” (SANTOS, 2013, p. 116).

Assim, a busca de vários geógrafos e geógrafas, com o objetivo de discutir e responder *o que é a Geografia?*, tiveram diversas respostas, entretanto quanto ao debate sobre o seu objeto de estudo houve um recuo. Santos (2013, p. 144) defende que

Se uma ciência se define por seu objeto, nem sempre a definição da disciplina leva em conta esse objeto. Este é, particularmente, o caso da geografia, cuja preocupação com seu objeto explícito – o espaço social – foi sempre deixado em segundo plano.

Conforme aponta Santos (2013) tem-se como objeto da ciência geográfica o espaço social, espaço este que está em contínua transformação, pois é um constante devir. Deste modo, o ato de produzir é um ato de produzir espaço. A própria organização e reorganização do espaço é reflexo das estratégias de produção e reprodução social da sociedade que, não apenas se apropria do espaço, mas o organiza com determinados fins, utilidades e intencionalidades, é este processo ativo que estão as relações de classe que se manifestam no espaço e território e revelam os conflitos e as relações de poder.

Gonçalves (2016) explicita que as relações de classe se manifestam territorialmente. Essa manifestação desafia o pesquisador a compreender as mediações entre espaço e território, sendo o território a categoria conceitual que permite visualizar os conflitos e relações de poder, resultantes da apropriação do espaço<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> É exatamente essa a primeira definição que Souza (1997) faz para conceituar o território. Para o autor o território é um espaço definido por e a partir das relações de poder. Já em trabalho mais recente, Souza (2019) reforça essa definição defendendo que o território, além de ser um espaço definido por e a partir das relações de poder, é “uma projeção espacial das relações de poder.” (SOUZA, 2019, p. 83).

Chaveiro (2012, p. 12) aponta que o modo em que o pesquisador realiza uma pesquisa depende da luz que o mesmo dá a sua investigação, pois ao dar enfoque à sua investigação necessita que o investigador tenha “um posicionamento filosófico instaurado pela ação política desse pesquisador no seio de seu tempo”. Assim, compreendemos que o processo de identificação de um objeto de pesquisa, ou de uma situação geográfica, ocorre, conforme aponta Côrrea (2003, p. 12) por meio de três recortes temáticos que estão articulados entre si e são recortes relacionais uns com os outros: “são os *recortes temáticos, espacial e temporal*”. (CÔRREA, 2003, p. 12, grifo nosso).

Para o autor, o recorte temático anuncia o tema escolhido pelo pesquisador, tema este que necessita ter clareza ao ser delineado. O recorte temático, apresenta relações com “o domínio de um dado tema da geografia, mas não há limitações para a eleição desses temas. A imaginação geográfica age criativamente” (CÔRREA, 2003, p. 12).

Assim, justificamos que a escolha pelo presente tema não se fez de modo aleatório, mas sim por meio de uma construção teórica e conceitual, realizada por meio de pesquisas, de discussões públicas e participações de grupos de estudos e pesquisas desde 2018, quando iniciei a primeira pesquisa de iniciação científica na então Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Desde essa primeira pesquisa, orientada pela Professora Dr<sup>a</sup> Patricia Francisca de Matos, tenho procurando aprofundar as investigações sobre o processo histórico e atual da extração mineral no Brasil e, mais especialmente em Goiás e Catalão, dando ênfase as disputas territoriais e implicações da mineração em comunidades camponesas localizadas em Catalão (GO).

As pesquisas de iniciação científica, os projetos de extensão<sup>6</sup> e o trabalho de conclusão de curso<sup>7</sup> versaram sobre os efeitos espaciais da territorialização do capital mineral em Catalão (GO), principalmente acerca do processo expropriatório e os conflitos desencadeados *por* e *a partir* da mineração. Observamos, naquele momento, que a discussão acerca das implicações territoriais do capital mineral era densa, perpassando por múltiplas dimensões (social, econômica, ambiental, política, geopolítica, cultural e identitária), o que Araóz (2020) vai definir como *expropriação ecobiopolítica*.

A expropriação ecobiopolítica (ARAÓZ, 2020) faz parte de um processo de expropriação em todas as dimensões da vida. Este aspecto deve ser levado em conta, pois a “a expropriação adquire dimensões radicais”(ARAÓZ, 2020, p. 199). Isso significa que o setor mineral não expropria o camponês, o quilombola, o indígena do seu território terra-abrigo (ANTONINO, 2019), mas significa a privação dos meios de trabalho e reprodução. Por que o território contém todas as dimensões da vida. Assim, a expropriação ecobiopolítica simboliza as formas contemporâneas em que o império do capital impõe sobre as dimensões da vida o domínio, o controle e a capacidade de dispor sobre todas as etapas e processos. Em suma, a “expropriação ecobiopolítica” agrega “uma modalidade de dominação baseada no controle integral das dimensões fundamentais constitutivas da vida humana” (ARAÓZ, 2020, p. 199).

---

<sup>6</sup> Refere-se ao projeto “Expansão territorial do agrohidronegócio e da mineração: efeitos socioambientais no campo e na cidade” orientados pela Prof.<sup>a</sup> Patricia Francisca de Matos, projeto este desenvolvido a partir entre os anos de 2018-2022. Além deste projeto de IC, realizamos, no âmbito de projetos de extensão o projeto ““CONSCIENTIZA-AÇÃO” DOS EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DAS MINERADORAS NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO).”, em 2018, o projeto de extensão ““ÁGUA É VIDA”: RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS NASCENTES NA COMUNIDADE MACAÚBA, NO MUNICÍPIO DE CATALÃO/GO”, em 2019 e o projeto “RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS NASCENTES NA COMUNIDADE MACAÚBA, NO MUNICÍPIO DE CATALÃO/GO” em 2020.

<sup>7</sup> Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Efeitos espaciais da territorialização mineral em Catalão (GO): expropriação e conflitos na Comunidade Macaúba” defendido em 2020.

As dimensões abordadas por Araújo (2020, p. 200) são reveladores da capacidade que o neoextrativismo mineral tem sobre os territórios em que se territorializa. A expropriação econômica é a primeira dimensão abordada pelo autor, pois no modelo mineral existe a lógica de saqueio, isto é apropriação, de modo violento, de todos os recursos existentes que permitem a reprodução econômica. O próprio autor afirma que “mesmo não sendo “única” nem “determinante em última instância”, a dimensão econômica dos processos de expropriação é “fundamental para entender a complexidade ecobiopolítica do esquema neocolonial”

A dimensão econômica é primordial para compreender, pois perpassa as demais dimensões – socioambientais e político-culturais – pois, tem a ver

com uma massiva transferência e concentração de ativos e recursos patrimoniais de uns setores e sociedades a outros setores e outras sociedades; um fenomenal processo de reorganização dos mecanismos de produção e transferência de mais-valia dos setores subalternizados aos núcleos concentrados de poder e consumo.

Essa transferência e concentração de ativos e recursos patrimoniais de setores de uma sociedade para outra dialoga amplamente com a noção apresentada por Harvey (2016) de desenvolvimento geográfico desigual e a produção do espaço. Pois, o desenvolvimento geográfico de alguns países se faz por meio da exploração de outros. Representando isso, a paisagem é o elemento que nos permite realizar uma leitura deste processo.

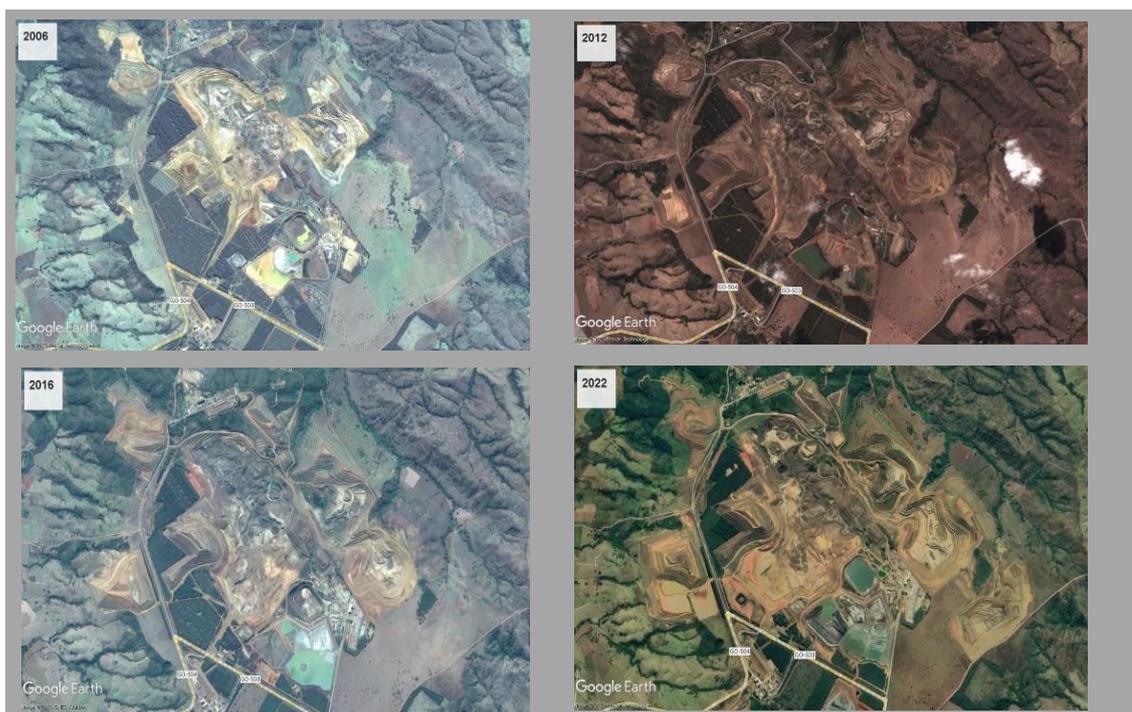
A paisagem geográfica construída pelo capital não é um produto passivo. Ela evolui segundo determinadas regras práticas que – como as que governam a evolução combinatória de tecnologias – têm uma lógica autônoma, porém contraditória. O modo como a paisagem evolui afeta tanto a acumulação de capital quanto a maneira como se manifestam as contradições do capital e do capitalismo no espaço, no lugar e no tempo. (HARVEY, 2016, p. 139).

No processo de exploração mineral, a paisagem fundamenta-se, principalmente, com a drástica alteração da paisagem (MILANEZ, 2017). Solo, matas,

nascentes e subsolo são alterados de modo que o que se via e se observava anteriormente desaparece, em seu lugar nasce uma nova paisagem, uma “paisagem geográfica do capitalismo” (HARVEY, 2016, p. 199) . Essa paisagem geográfica do capitalismo, como aponta Harvey, “é perpetuamente instável, e essa instabilidade resulta de múltiplas pressões técnicas, econômicas, sociais e políticas que operam num mundo de variações extremamente mutáveis.”

Em Catalão (GO) essa paisagem geográfica do capital mineral se visualiza pelas cavas, minerodutos, barragens, pilhas de estéreis, malha ferroviária, escritórios de trabalho, usinas de beneficiamento primário, caminhões que transitam transportando material estéril para compor as pilhas de rejeito, redes de energia, ônibus que transitam pela cidade buscando e deixando trabalhadores e em cursos técnicos oferecidos pelo Senai, visando criar uma mão de obra qualificada, mas que se torna em exército reserva.

Figura 1: Paisagem geográfica do capital mineral em Catalão (GO)



Assim, a apresentação do trabalho *“Efeitos espaciais da territorialização mineral em Catalão (GO): expropriação e conflitos na Comunidade Macaúba”* apresentaram discussões acerca da mineração em Goiás, compreendendo-a como atividade econômica que participou da formação espacial de alguns municípios goianos e que, desde o século XVIII, conforme Palacin (1993) e Prado Jr. (2016) estiveram circunscritas a ciclos econômicos de auge e decadência.

Compreendemos, portanto, que o processo de territorialização do capital mineral acarreta implicações diretas e indiretas aos municípios onde se territorializa para explorar minérios, embora em muitos empreendimentos, e nos relatórios de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) apresente-se os impactos apenas a área circunscrita do empreendimento, isto é, a cava, seja ela aberta ou subterrânea, os impactos e efeitos se estendem espacialmente e temporalmente para além da mina, tendo em vista que necessita de sistemas técnicos que comportem e possibilitem o fluxo de mercadorias e energia (minerodutos, sistemas elétricos, trilhos e afins).

Em Goiás são 7 polos mineroquímicos distribuídos pelo estado goiano, explorando não apenas o subsolo, mas solo, água e energia. Esses sete polos demonstram não apenas a capacidade do capital mineral de explorar os bens naturais, transformados em recursos com um determinado fim e uma determinada utilidade, mas demonstram a forma que o capital mundializado se apropria e controla pedaços do espaço. São empresas nacionais e transnacionais que não exercem apenas o controle do subsolo brasileiro, mas também exercem controle do espaço territorial que criam reestruturações dos territórios preexistentes e estão inseridos sob uma lógica do capital mundializado, sob o amparo do Estado nacional. (GONÇALVES, 2016; MATOS, MENDONÇA, REIS, 2020).

Esse amparo coloca o Estado de Goiás dentro da divisão internacional do trabalho, explicita a subordinação da economia brasileira à economia mundial, economia essa que desde o processo de privatização, iniciada na última década do século XX, e começo do século XXI, passa por um processo de reprimarização da pauta exportadora e desindustrialização do país. Assim, os bens naturais estão no cerne da valorização e precificação da natureza.

Chaveiro (2020) aponta que é preciso realizar uma leitura territorial do Cerrado, pois há um elo perverso de uso e apropriação de riquezas do território-bioma Cerrado e o agravamento das desigualdades sociais. Assim como o Brasil, em seu encobrimento (PORTO-GONÇALVES, 2020) ocorreu processos de encobrimento daqueles povos já preexistentes, criando-se fronteiras de expansão nos sertões, na atualidade o mecanismo de transformação do Cerrado coloca este bioma-território em fronteira agrícola, inserida na rota da economia mundial, “gerando [...] pressão, a fragmentação, o confinamento, a redução das terras de povos indígenas e camponeses.” (CHAVEIRO, 2020, p.2).

Junto à fronteira agrícola, a apropriação das águas (hidronegócio), solo e subsolo (mineração), criam novas fronteiras do capital em expansão, privilegiando determinados lugares em detrimento de outros. Esse privilegiamento é aquilo que Santos e Silveira (2021, p. 306) vão compreender como a guerra global entre lugares, essa guerra, podendo apresentar-se numa escala local, regional, nacional ou mundial, apresenta-se como um processo de busca de lugares produtivos.

Nesse trajeto, a busca por lugares produtivos acarreta consequências sobre níveis escalares inferiores, são implicações de ordem social, econômica, política, cultural e ambiental que se manifestam por meio de disputas e conflitos, isto é, há um

uso competitivo do território (SANTOS, SILVEIRA, 2021) por atores já preexistentes com a chegada do estranho<sup>8</sup> (MARTINS, 1993).

Essas disputas se apresentam por meio de sentidos de mundo antagônicos, sentidos esses que divergem em ordem social, política, cultural, ambiental e histórica, pois há uma historicidade e uma geograficidade tecida e urgida nos espaços e territórios de camponeses, quilombolas, ribeirinhos e indígenas que são atravessados pela chegada de vetores de modernização econômica capitalista amparadas pelo o Estado e por suas oligarquias.

Leroy (2016) aponta exatamente para esse caráter que o capitalismo e o Estado realizam por meio da política econômica brasileira, isto é, há uma prioridade de “desenvolvimento baseado na produção e exportação de commodities, tendo por efeito a destruição acelerada dos ecossistemas e a marginalização de povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato.” (LEROY, 2016, p. 11). Assim, esses grupos são marginalizados e perdem seus direitos ao ambiente e a um futuro próprio que são negados,

sendo encurralados e até exterminados pelo avanço da agropecuária, da mineração e das grandes obras de infraestrutura sobre seus territórios, sendo, [...] atividades sustentadas política e economicamente pelo governo central e por uma ofensiva legislativa que busca retroceder no reconhecimento dos seus direitos. (LEROY, 2016, p. 11)

---

<sup>8</sup> Refere-se a discussão que José de Souza Martins (1993) apresenta para explicar os impactos dos grandes projetos econômicos que impacta a vida de populações indígenas e camponesas na Amazônia. A chegada do estranho, isto é, aquele que vem “de fora” e que pertence a “outro mundo social”, diferente daquele que sofre o impacto da sua chegada, apresenta um cenário de encontro de atores de mundos diferentes. Essa diferença, que pode ter um caráter de riqueza sociológica, devido ao encontro dos diferentes, apresenta também uma *sociologia do estranhamento*, pois as diferenças podem estar carregadas de preconceitos sociais, divergências, noções e sentidos de mundo destoante que entram em conflito e disputas, pois o *outro* é ao mesmo tempo diferente e *igual*. (MARTINS, 1993, p.11 e p. 61-82).

São essas perdas de direitos que ensejam que o camponês, o quilombola, o indígena, o ribeirinho, homens e mulheres, busquem resistir para existir. Essa resistência, que se encontra como um processo ativo e contínuo visa criar (re)existências, pois a luta pelos seus direitos é transpassada por um discurso de prioridade ou de necessidade que coloca o privado acima do individual, desvela-se, portanto, o caráter de luta de classes, visando ter condições básicas de sobrevivência que, conforme Sevá Filho (2016, p. 10) aponta é “uma luta de democracia plena contra o poderio do Estado e a soberania empresarial.”

Izá Peireira (2019) ao discutir sobre as dimensões da estrangeirização do território no Brasil aponta exatamente este caráter discursivo que, amplamente, é (re)produzido pelo Estado e pelo capital acerca da necessidade, ora anunciado como meio para acabar com a insegurança alimentar, garantir a transição e segurança energética, diminuir o impacto das mudanças climáticas e a preservação ambiental. Todo esse conjunto gira entorno do a autora apresenta como um “discurso de necessidade”.

Cabe destacar que a estrangeirização de terras, ou landgrabbing, é um processo de apropriação de terras como estratégia e processo histórico de controle do território. É um processo cada vez mais global que se caracteriza pelo poder de controlar a terra, há uma larga escala de terras apropriadas e capital investido, utiliza-se estratégias que convergem para saídas de crises – alimentar, ambiental, climática, financeira e energética, incorporando terras e territórios de indígenas, quilombolas e camponeses pelo capital, impondo uma lógica de desenvolvimento baseada na acumulação de capital que, ao incorporar o território exerce, a um só tempo, *controle do território* e o *controle do território pelo capital estrangeiro*. (IZÁ PEREIRA, 2019).

Esses discursos chamam a atenção, pois são interesses, cada vez mais, de uma sociedade global que os aceita sem realizar questionamentos, principalmente a sociedade civil que acolhe estes discursos sem questionar profundamente como tais questões serão resolvidas. Afinal, quem seria contra acabar com a fome e garantir a segurança alimentar? Quem iria contra o processo de transição e segurança energética, saindo de uma matriz energética poluente para uma com menor impacto ao ambiente e, principalmente, quem estaria contra a possibilidade de diminuir ou mitigar os impactos das mudanças climáticas e preservação ambiental para as gerações vindouras?

A princípio, esses discursos se demonstram legítimos e verdadeiros, mas ao aprofundar outras questões e escavar as realidades de cada discurso percebe-se que são táticas e estratégias das transformações do ecossistema do capital. São mecanismos que, até podem beneficiar de forma direta ou indireta uma parcela de grupos sociais em um determinado tempo e num determinado espaço, mas que a longo prazo demonstram que são transformações próprias do capital visando capturar meios que até então o Estado poderia exercer como tarefa de controle e distribuição e que agora passam a ser exercido, cada vez mais, pelo capital estrangeiro que detém não apenas o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994), mas consegue capturar espaços da arena política, por meio de apoio e doações a candidatos e grupos, que façam que os interesses privados passem a se tornar projetos de lei e/ou normas e privatizações que legitimem o controle dos bens naturais (água, solo, subsolo, energia, ar e alimentos).

Deste modo, quando definimos as questões que permeiam a presente pesquisa, fomos atravessados por problemas que emergem como questões passadas, atuais e futuras sobre a disputa dos minérios do subsolo, os conflitos

desencadeados com comunidades camponesas, indígenas e quilombolas devido a rigidez locacional, e a sobreposição de áreas a serem estudadas e exploradas com territórios já preexistentes, pois de acordo com a Constituição Federal há uma clara diferenciação do solo e do subsolo, sendo o segundo propriedade do Estado (BRASIL, 1988).

Assim, o caminho de reflexão e análise de referenciais teóricos, metodológicos e dados primários e secundários, permitem que possamos chamar a atenção para as implicações territoriais e os efeitos sócio-espaciais de grandes projetos de neoextrativismo mineral em Goiás, partindo de Catalão (GO), no Brasil e no mundo.

Acosta e Brand (2018) apontam que as veias abertas da América Latina ainda jorram sangue, são saqueadas pelo imperialismo e colonialismo globalizado, desvelando uma exploração de lógica extrativa do Norte Global sob o Sul Global há mais de cinco séculos<sup>9</sup>, por meio de empresas de capital internacional e a internacionalização dos bens naturais que se inserem dentro de uma dinâmica de exploração e criação de commodities. Assim, compreende-se o neoextrativismo como um processo que reestrutura espaços, provocando novas dinâmicas, implicações em territórios, provocando conflitos com diferentes atores sociais e expandindo, de forma vertiginosa, as fronteiras das commodities (GUDYNAS, 2013, 2015; SVAMPA, 2019; ARAÓZ, 2020; VITTE, 2020).

Para avançar nesse percurso investigativo procedeu-se de diálogos com pressupostos filosóficos que compõem as pesquisas e situações geográficas que

---

<sup>9</sup> Acosta e Brand (2018) apontam que também há uma exploração e modos de produção no Sul Global, modos estes que estão presentes nas elites oligarcas do Sul e que criam implicações socioestruturais complexas nas sociedades do mundo empobrecido.

denotam a apropriação do espaço e a produção de territórios, aproximando de categorias e conceitos que permitissem operacionalizar cada enfoque a cada temário que se busca discutir. Assim, a pesquisa constitui-se num entrelaçar de caminhadas pelos caminhos da Geografia, com contribuições teóricas e metodológicas apresentadas na dissertação sobre o neoextrativismo e as implicações do capital mineral em Catalão (GO).

### **1.1 A metodologia**

Devido ao enorme contingente de materiais que são publicados constantemente, em periódicos, em anais de eventos, banco de teses e dissertações e livros, foi não apenas preciso, mas necessário, realizar a criação de um banco de dados que possibilitasse o recorte da temática da pesquisa. O banco de dados, embora seja um conceito recente, anteriormente preliminarmente denominado de base de dados, gerava uma determinada confusão na literatura, devido aos conceitos e terminologias empregadas.

Cianconi (1987) aponta que essa confusão de conceitos ocorria porque banco de dados e base de dados dariam a entender que se tratava de sinônimos e nos sugere que há necessidade de diferenciá-las, já que base de dados se trata de “um conjunto de dados interrelacionados, organizados de forma a permitir a recuperação de informações” enquanto um banco de dados descreve um “conjunto de base de dados”. Essa diferenciação nos permite visualizar que a base de dados está contida no banco de dados e que cada pesquisador-investigador pode, além de utilizar os bancos de dados já preexistentes pode criar e/ou contribuir para a criação de novos bancos de dados sobre determinada temática.

Heeman (1997, p. 2), por sua vez, aponta que, de modo geral, na literatura em Ciências da Informação, as bases de dados atuais são “como um conjunto de arquivos computacionais no qual são armazenados dados, permitindo a recuperação e atualização de informações.” Nos dias atuais é preciso enfatizar ainda o avanço do meio técnico-científico-informacional, não apenas na armazenagem dos dados em meio digitais - em memórias rígidas – mas também a possibilidade que o acesso em nuvem permite aos usuários acessarem dados armazenados, permitindo-os realizar a recuperação, a atualização, o download e ainda contribuir com o banco de dados a partir de dados coletados.

O objetivo de uma base de dados, conforme aponta Albrecht e Ohira (2000, p. 133) consiste em fornecer uma informação atualizada (recursos estruturais), no qual a base de dados deve ser confiável, isto é, a informação não deve estar pela metade e de acordo com a demanda (permite ao usuário obter as informações que necessita).

O processo de seleção e a coleta de documentos, para ingresso em base de dados, deve seguir uma política definida anteriormente, com o intuito de obter o maior grau de consistência e eficiência pois é por meio de “um conjunto de diretrizes e normas, objetiva estabelecer adoções e delimitar critérios que facilitem a tomada de decisão na composição e desenvolvimento de coleções, de acordo com os objetivos” (ALBRECHT; OHIRA, 2000, p. 134).

A nossa tomada de decisões, para criar o banco de dados para a presente dissertação, considerou que era preciso criar uma política de materiais que contribuíssem com a temática em questão, não sendo rígidos em relação aos materiais em si, mas buscando ser flexíveis e nos apoiando em teses, dissertações, artigos de periódicos e anais de eventos que nos permitissem realizar a criação de um banco de dados (acervo bibliográfico de referência), não restrito apenas à Geografia,

mas buscando dialogar com outras áreas, tais como Geologia, Engenharia de Minas, Psicologia e Ciências Sociais, além de estabelecer um apoio em materiais oficiais, disponibilizados pelos setores da mineração, como a Agência Nacional de Mineração (ANM), publicações do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Ministério de Minas e Energia (MME), o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)<sup>10</sup>, principal referência para assuntos acerca do meio minerário brasileiro, e o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), sendo uma unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Compreendemos que a metodologia é um elemento importante para toda e qualquer pesquisa, pois é a maneira como a pesquisa será realizada para alcançar os objetivos propostos. Assim, elegemos, a priori, a pesquisa qualitativa, com a utilização de dados quantitativos, revisão teórica, trabalho de campo e coleta de informações e dados em fontes primárias e secundárias. Após estes procedimentos iniciais os dados foram sendo tabulados, as entrevistas foram transcritas na íntegra, buscando apoio teórico e metodológico para embasar os argumentos expostos.

D’Incao (1979, p. 18) sinaliza que a teoria “projeta e antecipa a pesquisa, ao mesmo tempo que reflete e registra seus resultados. Ela é, em síntese, elemento de mediação na busca do conhecimento.” Para Matos (2013) a relação entre a teoria e a pesquisa, durante o processo de investigação, não ocorre por meio de fases isoladas, mas de forma concatenadas, isto é, elas ocorrem de forma sinérgicas umas com as outras, portanto apesar da rigidez necessária para seguir as etapas de pesquisa e redação da dissertação, a flexibilidade ao decorrer da pesquisa emerge, pelo fato de

---

<sup>10</sup> O Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), é uma organização nacional privada e sem fins lucrativos e que representa as empresas e instituições que atuam no setor mineral. Atualmente conta com 139 empresas e instituições associadas, desde empresas nacionais como internacionais.

novos materiais surgirem, novas pesquisas forem sendo divulgadas e debatidas e novos pontos de vistas debatidos favorecerem a uma nova perspectiva da pesquisa em si.

Não se trata apenas de coletar dados e juntar informações de forma dispendiosa e desorganizada, Santos (2002) afirma que a coleta de dados é uma ação necessária para juntar as informações necessárias ao desenvolvimento dos raciocínios previstos nos objetivos. “Na prática, a coleta de dados consistirá em pôr em andamento os procedimentos planejados para os objetivos, obedecendo ao cronograma estabelecido pelo pesquisador” (SANTOS, 2002, p. 79).

Dalfovo et al., (2008) considera que na abordagem qualitativa o pesquisador não busca trabalhar de forma predominantemente com dados qualitativos, isto é, as informações coletadas não se expressam em números, ou os números trazem por si só conclusões a partir da realidade estudada. Números não se autoexplicam, é necessário, com o apoio teórico-metodológico, realizar a leitura e a explicação dos mesmos, podendo este fator estar correlacionado a própria visão de mundo do pesquisador.

Para Pessoa (2019) o emprego de técnicas/instrumentos para a coleta de dados nas pesquisas geográficas, tais como a observação simples, a realização de entrevistas, uso de questionários e a caderneta de campo, como técnicas utilizadas de longa data, podendo ser acrescidas de acordo com a necessidade. Para a realização do presente projeto de pesquisa adotaremos o método qualitativo.

De acordo com Matos (2016) toda pesquisa guia-se por uma justificativa pelo “*porquê*” da escolha do tema, concomitante a esta escolha pessoal de investigação passamos ao recorte espacial-temporal. É a partir da justificativa que o pesquisador estará preparado para dar início ao caminho investigativo pelos meandros teórico-

metodológicos a serem adotados. Isso implica em afirmar que a própria justificativa do investigador em questão não estará ausente de suas ideologias políticas e motivações pessoais.

Para a execução desta pesquisa o primeiro momento foi destinado à seleção e leitura de materiais que apoiassem a discussão da temática escolhida: processos de territorialização do capital, reestruturação espacial, disputas territoriais, exploração mineral, campesinato, processos de resistência, relações de poder, mobilização social/movimentos sociais, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e demais temáticas que se fizerem necessárias. Deste modo nos apoiamos em teses, dissertações, publicações em periódicos nacionais e internacionais – tendo em vista que pode-se aprender com a experiência de demais países que também enfrentam situações semelhantes, principalmente os do Sul Global, isso não significa que as formas de resistência e ações são homogêneas, cada país e grupos sociais se articulam e se mobilizam de formas diferentes, a única norma que se estabelece refere-se ao processo sociometabólico do capital e as relações assimétrica do Norte Global com o Sul Global.

Deste modo, buscamos nos apoiar em autores e grupos de pesquisa que buscam e investigam a temática da mineração, por exemplo na discussão acerca do território: Raffestin (1993), Souza, (2000, 2018, 2019), Haesbaert (2000, 2004, 2012), Santos (2000, 2006, 2008), Harvey (2005), Saquet (2005), Matos (2011), Castro (2011), Fernandes (2013), Silva (2019); acerca da temática da mineração, neoextrativismo e exploração mineral autores como: Figuerôa (1994), Palacin (1994), Ferreira (2012), Gonçalves (2016), Sassen (2016), Pedrosa (2020), Svampa (2019), Araóz (2020), o acervo do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoeMas.), da UFJF, o Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), o

Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Efeitos e Riscos nos Grandes Empreendimentos (NEPERGE), ambas do Instituto de Geografia da UFU, o Núcleo de Pesquisa Geografia Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM), do IGEO-UFCAT, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), da UFMG, o Grupo de Trabalho sobre Alternativas ao Desenvolvimento, propiciados pela Fundação Rosa Luxemburgo, o Movimento pela Soberania popular na Mineração (MAM) e o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) a Rede DATALUTA.

A adoção da pesquisa bibliográfica é, e foi, primordial para a realização da presente pesquisa. Gil (1991) enfatiza que a pesquisa do tipo bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituindo-se, principalmente, por livros, artigos científicos publicados em periódicos. As pesquisas em livros, por excelência, são fundamentais para a realização de leitura e aprofundamento em debates já realizados.

Para Gil (1991) os livros de referência nos possibilitam obter as informações que desejamos, uma facilidade de nossos tempos está na possibilidade de acesso a materiais digitais publicados, em muitos casos de forma gratuita, possibilitando a ampliação da leitura e dos debates a serem realizados; compreendemos que as vantagens são inúmeras, pois não conseguiríamos realizar uma investigação ampla sem conhecer outras realidades por meio de pesquisas já realizadas. A pesquisa documental é outra ferramenta valiosa para a obtenção de informações. Embora ela se assemelhe a pesquisa bibliográfica, essa se diferencia por sua natureza das fontes,

(...) a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam um tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, pp. 28-29).

Deste modo nos apoiamos em documentos divulgados por órgãos públicos e instituições privadas como a Agência Nacional de Mineração (ANM), o Instituto

Brasileiro de Mineração 18 (IBRAM), o Instituto Mauro Borges (IMB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN-GO), o Ministério de Minas e Energia (MME), o Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Os dados divulgados por estes órgãos e instituições são fundamentais para compreender a realidade socioeconômica, a produção mineral, as estratégias e investimentos realizados pelo setor. Ademais, possibilita-se compreender de que maneira o setor mineral contribui para o Produto Interno Bruto (PIB), a geração de empregos diretos e indiretos no setor e a Produção Mineral Brasileira, quais são os minérios e minerais estratégicos

Em fase posterior, buscamos realizar o trabalho de campo à Comunidade Macaúba, para adentrar na realidade vivida, conhecendo as limitações que poderemos enfrentar em decorrência da realidade em que estamos vivendo – devido a Pandemia da Covid-19 -, para além disso, conforme Marafon, Chelotti e Pessoa (2019, p. 258) “uma das funções mais importantes do trabalho de campo é transformar as palavras, conceitos, em experiências, em acontecimentos reais, para a concretização dos conteúdos.”

Por meio da observação, e de realização de entrevistas e questionários aos atores sociais, buscaremos apreender a realidade enfrentada por eles, que convivem há mais de cinco décadas com a exploração mineral ao lado. A advertência dos autores supracitados anteriormente é valiosa, pois:

É importante termos cuidados na realização de trabalho de campo e, entre esses está a forma como nos aproximamos das pessoas que vamos entrevistar ou aplicar questionários. É necessário explicar para que servem os questionários efetuados. (MARAFON, CHELOTTI, PESSÔA, 2019, p. 258).

Acreditamos que o trabalho de campo seja um instrumento necessário e importante para a pesquisa, pois “o trabalho de campo é, por excelência, o laboratório

do geógrafo, principalmente quando se tem o compromisso social do fazer geográfico associado à justiça social.” (MARAFON, CHELOTI, PESSÔA, 2019, p. 262). Se para físicos e químicos o laboratório é o seu lugar, de elo da teoria com a prática, para nós, como geógrafos, o mundo é um extenso e complexo laboratório no qual buscamos apreender a realidade por meio de conceitos, aos quais materializam a realidade e dão sentido as conexões entre a teoria e a prática. Lacoste (1985) ainda enfatiza a necessidade de se aliar o trabalho de campo a outras escalas, pois

o trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também indispensável [pois]. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito amplas. (LACOSTE, 1985, p. 20).

Assim, o campo deve ser articulado a escalas de interpretação, que ao nosso ver representa as dimensões escalares de correlação e interrelação do tema em questão, perpassando do local ao global e vice-versa. Ao buscarmos compreender essas escalas relacionais, podemos interpretar a realidade indo do particular ao geral e do geral ao particular.

A fase seguinte, de organização, formatação, tabulação de dados, confecção de mapas, transcrição das entrevistas e sistematização das informações será primordial para termos uma dimensão concreta dos dados levantados.

A transcrição das entrevistas, por exemplo, com o apoio do caderno de campo, funciona como instrumento importante que se complementa, pois fornece a possibilidade de (re)viver fatos narrados e visualizados de uma maneira que o pesquisador possa deixar ter passado de forma despercebida ou não ter compreendido em um primeiro momento. Concluídas estas etapas seguimos para a escrita da redação destacando o processo de territorialização da mineração em

Catalão, as implicações territoriais, sociais, econômicas e os fenômenos de resistência.

## 1.2 O objeto

A história da mineração no Brasil sempre esteve correlacionada a um determinado grau de exploração dos recursos naturais e, de forma exaustivamente, espoliativa da classe trabalhadora submetida a essa função. No primeiro ciclo de acumulação<sup>11</sup> (MOREIRA, 2018) a retirada do ouro contribuiu e possibilitou a tríade acumulação primitiva do capital, o mercantilismo e a empresa colonial no Brasil.

Sodré (2012) revela que a mineração deteve uma importante função nesse processo. A saída de ouro contribuiu para subverter as relações entre o preço das mercadorias e dos salários, contribuiu para a acumulação e permitiu que houvesse um alargamento da área da moeda. Esses contributos da mineração permitiu “a remuneração do trabalho assalariado a número crescente de operários e possibilitou a constituição de fundos de reserva de que necessitavam as grandes empresas capitalistas” (SODRÉ, 2012, p. 67).

Há uma dualidade diferencial e complementar entre Brasil e Europa, enquanto no Brasil as riquezas retiradas eram enviadas para a Europa, por meio de trabalho escravo, na Europa emergia um processo de transição do trabalhador assalariado, essa diferença se complementa no modo em que ambos estavam trabalhando colados ao desenvolvimento capitalista da época, sob a égide da acumulação do capital fincada na mineração (ZONTA, TROCATE, 2015).

---

<sup>11</sup> Moreira (2018) expõe que a chave analítica dos ciclos de acumulação está na reprodução. “A reprodução é a categoria chave que tudo agrega e tudo liga numa grande unidade de formação em cada fase de acamamento por interpenetração de espaço-tempo [...] é o elo que costura o todo de cada formação espacial de cada tempo.

Mesmo que seja considerado que a mineração tenha tido ciclos próprios, conforme aponta Palacín (2001) ao periodizar a mineração em Goiás, a mineração já nasce sob o símbolo da modernidade (ARÁOZ, 2020). Zonta e Trocate (2015) defendem que a verdadeira função da exploração aurífera foi colaborar para o nascimento do capitalismo no mundo.

Ainda reverbera, nos dias atuais, uma característica da mineração, isto é, a mineração no Brasil sempre foi desenvolvida por meio de um capitalismo dependente, subdesenvolvido e baseado, essencialmente, em uma economia reprimarizada. Além dessas características há um outro conjunto que ainda perdura, que é o processo de violência e expropriação, processo este que, durante o Período Colonial, impingiu aos negros escravizados e aos indígenas caçados para torná-los escravos, a violência e a submissão, nos dias atuais retoma, com novas formas de exercício do poder sobre corpos e territórios, por meio de leis, normas e aparatos legais de violência e securitização.

A mineração no Brasil representa séculos de subordinação e de imposições do imperialismo internacional, além de uma agressão constante dos ambientes e do trabalho. É sintomático essa relação e subordinação do imperialismo internacional, pois as empresas que operam no setor minerário são, em grosso modo, empresas transnacionais que atuam no país expropriando populações, controlando terra, água e subsolo e engendrando conflitos de classes que atingem sistematicamente territórios de vida coletiva de populações locais, tais como camponeses, indígenas e quilombolas (GONÇALVES, 2016).

Assim, quando tratamos da mineração per si não estamos restringindo à uma perspectiva de uso e apropriação apenas dos minérios, devido a sua rigidez locacional (SCLIAR, 1999), mas sim todo um conjunto sistêmico que compõe a atividade. A

concessão de lavra não é apenas a lavra em si, pois necessita de todo um conjunto de elementos, como água, remoção do solo superficial, alteração da paisagem, a força física dos trabalhadores, o uso de energia e afins. Trata-se de uma ação que ocorre em todo o processo da lavra e não apenas na abertura do empreendimento. Assim, há uma geograficidade temporal e espacial da mineração na apropriação e utilização destes elementos.

A apropriação desses recursos demonstra que o capital mineral opera e produz uma lógica de apropriação visando o domínio global das relações socioeconômicas. Deste modo, recursos naturais e humanos são utilizados como mote de expansão capitalista. No Brasil, praticamente todos os municípios tem incidência de exploração mineral, seja ela em grande, média ou pequena escala, no total, de acordo com a Agência Nacional de Mineração (ANM), são dois mil seiscentos e trinta e cinco (2635) municípios mineradores que recebem a Contribuição Financeira por Exploração de Recursos Minerais (CFEM)<sup>12</sup>, imposto este pago pelas mineradoras.

Coelho (2015) chama a atenção para o número de cidades que detêm garimpos clandestinos, há aproximadamente 800 cidades e quase mil e duzentas que não recebem nenhum imposto pela exploração de marmorarias, areais ou cascalhos – o que aponta para a invisibilidade do Estado e da sociedade sobre uma atividade

---

<sup>12</sup> A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM é distribuída ao Estados, Distrito Federal, municípios e órgãos da administração da União. É creditada automaticamente, em contas correntes específicas, no sexto dia útil que sucede ao recolhimento por parte das empresas de mineração. Além disso a divisão da CFEM regida pela Lei 13.540/2017, no qual institui-se o repasse de 60% para o Distrito Federal e Municípios onde ocorrem a produção, 15% Distrito Federal e Estados onde ocorrer produção, 15% para o Distrito Federal e municípios, quando afetados pela atividade de mineração e a produção não ocorrer em seus territórios. Para a União há o repasse de 7% para a Agência Nacional de Mineração (ANM), 1,8% ao Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), 1% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 0,2% para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

que se remota a estágios de atraso, empobrecimento socializado de um lado e enriquecimento privado do outro.

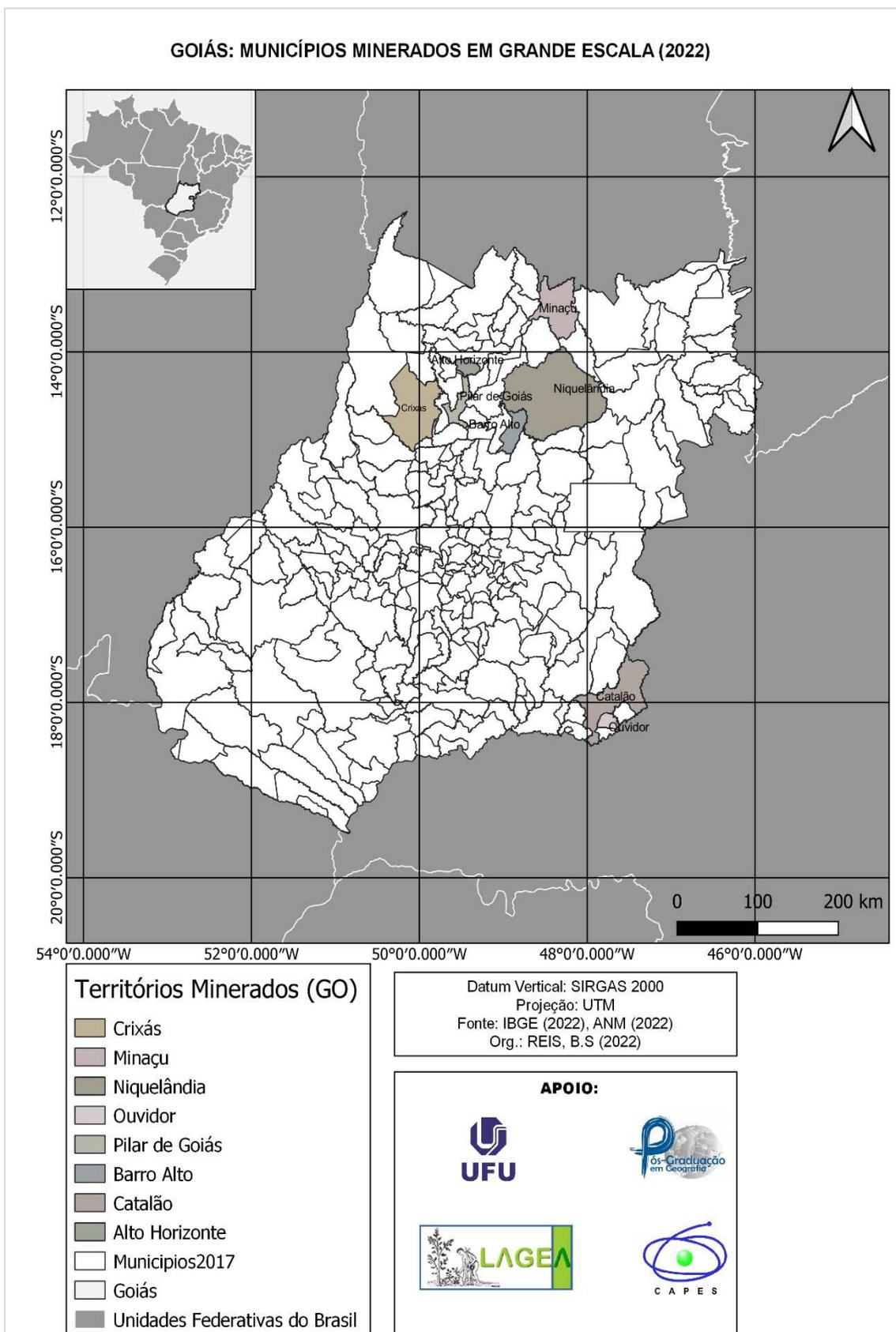
Assim, a mineração torna-se um tema urgente e necessita de atenção e criticidade. Os desastres-crimes da Samarco/Vale/BHP Billiton em Mariana, Minas Gerais, em novembro de 2015, e da Vale em Brumadinho, em Minas Gerais em janeiro de 2019 elucidam que há um problema mineral no Brasil e revelaram que o Brasil é um país com seu território minerado, mesmo que tenha sido “esquecida, com raras exceções, nas pesquisas dos geógrafos; ou indevidamente tratada e limitada a um ciclo econômico da história colonial do Brasil. Não se falava do Brasil como território minerado.” (GONÇALVES, 2021).

O Estado de Goiás também é reflexo dessa dinâmica de exploração do seu subsolo e territórios. De acordo com a Agência Nacional de Mineração (ANM, 2022), Goiás ocupa a quarta posição no ranqueamento de arrecadação da CFEM, estando atrás de Minas Gerais, Pará e Bahia. Em Goiás, o setor mineral é diversificado e ocupa o segundo lugar na formação do PIB goiano, sendo superado apenas pela agropecuária (IMB, 2020). São sete polos distribuídos pelo estado, Mapa 01, localizados nos municípios de Alto Horizonte (cobre e ouro), Americano do Brasil (níquel e cobre), Barro Alto (níquel e alumínio), Catalão/Ouvidor (nióbio, fosfato, vermiculita e titânio), Crixás (ouro), Minaçu (amianto), Niquelândia (níquel) e São Luís de Montes Belos (vermiculita), tendo em seu território empresas transnacionais e nacionais que exploram o subsolo.

Sendo o segundo principal produtor de rocha fosfática, estando atrás apenas de Minas Gerais, com participação de 35% da produção nacional e nióbio, com 13%, é ainda o quarto maior explorador de ouro, com cerca de 13% (DNPM, 2016). Ressalte-se ainda o caráter das empresas exploradoras situadas no território goiano

que são multinacionais (Mosaic Fertilizantes, CMOC Internacional Brasil, AngloGold Ashanti, SAMA S.A, Anglo American, Votorantim) exceto a de Niquelândia, o que ilustra a atuação do capital internacional do setor mineroquímico em Goiás.

Mapa 1: Estado de Goiás - Municípios minerados em grande escala (2022)



Fonte: IBGE (2022), ANM(2022)

Seja por meio da visualização de produção, seja por meio dos discursos de desenvolvimento pela mineração, há um aceite do setor, ainda mais considerando que são empresas de capital internacional, revela-se ainda a outra face da mineração que é a geração de conflitos<sup>13</sup>, os modelos de acumulação capitalista; saúde-adoecimento-morte dos trabalhadores; o esgotamento, o sofrimento e a injustiça ambientais; a expropriação e desterritorialização de comunidades camponesas; os ciclos de *boom* e *pós-boom* das *commodities* minerais (WANDERLEY, 2017); a fratura territorial (GONÇALVES, 2020), promovida pelo setor extrativo mineral; e, mais recentemente, com o cenário de pandemia da Covid-19, o discurso de essencialidade do setor extrativo (WANDERLEY, MANSUR, MILANEZ, 2020); ressalta-se, também, os debates acerca da mineração em Terras Indígenas (REGGINATO, WANDERLEY, 2022), o subsolo, centrando-se como lócus dos territórios em disputa e a transparência e o uso social da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) (DE OLHO NA CFEM, 2022), a reprimarização da pauta exportadora e o modelo unilateral de desenvolvimento, a organização dos movimentos sociais de resistência, a legislação, as políticas públicas e o poder corporativo e a perspectiva de Territórios Livres de Mineração (TLM) (MALERBA, WANDERLEY, COELHO, 2022) e a possibilidade de dizer não e buscar novas alternativas.

A gama de temas investigativos acerca do problema mineral<sup>14</sup> revela-se imensa. Gonçalves (2021) aponta que as pesquisas sobre a mineração ganham força

---

<sup>13</sup> Porto-Gonçalves (2020, p. 13) aponta que “o conflito é um momento oportuno do ponto de vista epistemológico, pois cada conflito assinala que sobre um determinado problema há pelo menos dois pontos de vista diferentes – por isso mesmo se trata de um conflito.”

<sup>14</sup> Trocate e Alves (2021, p. 3) apontam que não há uma questão mineral em curso, um problema mineral decorrente da acumulação originária do capital que instaura esse problema, podendo situar este problema na teoria da dependência, do sistema-mundo e na financeirização da natureza.

de investigação acadêmica a partir de três pontos centrais: i) os desastres-crimes em Mariana e Brumadinho, permitiriam visualizar o atual modelo de mineração<sup>15</sup> brasileiro; ii) dentro da pesquisa geográfica, em especial na Geografia Agrária, a mineração aparece mais relacionada aos ciclos econômicos, relegando-se ou se eximindo de discutir as contradições e conflitos que a mineração engendrou no espaço agrário brasileiro e; iii) o alargamento do tema da mineração no âmbito da ciências humanas, e, principalmente, na Geografia, tem relação com a atuação dos movimentos sociais no espaço agrário brasileiro, tais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e, na segunda década do século XXI, com o surgimento do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração.

A exploração mineral no Brasil, e no mundo, é um processo heterogêneo, no qual há diferenças e semelhanças, mas cada processo, em cada país, carrega suas próprias particularidades. A mineração é indissociável do capitalismo contemporâneo. O processo de financeirização de bens naturais, como terra, água, ar, luz solar e minérios insere-se no cerne das novas fronteiras de acumulação do capital global (GONÇALVES, 2016).

Na atualidade os minerais demonstram sua essencialidade para as novas tecnologias digitais e de ponta da Quarta Revolução Industrial e, conforme Harvey

---

<sup>15</sup> Para Coelho e Wanderley (2021, p. 11-12) o modelo mineral brasileiro pode ser definido como “o conjunto de instituições públicas e privadas, inclusive as mineradoras; processos decisórios, políticas públicas, normas e leis; processos tecnológicos e inovações de extração, beneficiamento, transformação metalúrgica, geração de resíduos e rejeitos, construção de barragens e pilhas de estéril, logística de transporte terrestre e portuária. Todos esses agentes, processos, regulamentações e objetos técnicos interagem organizando o Modelo Mineral Brasileiro. Sua constituição tem intensa relação com o mercado internacional e com o mercado interno. Mas não se podem ignorar as influências dos interesses locais e dos movimentos sociais de resistência na implantação dos empreendimentos de mineração”.

(2016) aponta estão na matéria de todas as mercadorias que circulam no “ecossistema global do capital”.

Deste modo, a Geografia brasileira e, principalmente, a Geografia Agrária, tem buscado interpretar e tornar o tema da mineração como um tema vivo e dinâmico, pois ele ocorre no chão dos conflitos e apresenta interpretações importantes de geógrafos, ativistas, militantes, trabalhadores, gestores municipais, estaduais e da União. É nesse conjunto de interpretações que a Geografia se posiciona como contribuidora na interpretação das implicações territoriais (FREI, 2017) que a mineração acarreta no espaço agrário brasileiro e do Sul Global, com discussões feitas sobre a mineração na América Latina e o continente Africano, desvelando os conflitos, as táticas empresariais, o papel do Estado, ora na mediação dos conflitos, ora na normatização de leis e decretos que visem ampliar o setor no Brasil, na luta dos movimentos sociais e, nesse continuum devir, contribui para revelar o caráter colonial que a mineração ainda carrega consigo.

De acordo com Gonçalves e Pereira (2021), na transição do século XX para o XXI, a Geografia Agrária tem passado por diversas e profundas transformações no seu rol de análise. Dentro de um contexto de globalização e de transformações do/no espaço agrário brasileiro, há a incorporação de um conjunto temático pouco tratado por este campo de saber, do mesmo modo em que há uma atualização do dicionário em que velhas expressões ganham novos significados e novos conceitos para explicar as implicações do capital nacional e transnacional, a ação do Estado no ordenamento territorial, por meio do discurso de desenvolvimento e progresso ou de utilidade pública, todas essas situações expõe que há um tempo-espaço das incertezas na qual o espaço agrário brasileiro está imerso.

Gonçalves e Pereira (2021, p. 14-15) apontam que há temas pendentes e não resolvidos, como: reforma agrária, processos migratórios no campo, situação de trabalho escravo, produção do alimento e da fome, uso criminoso de agrotóxico dentre outros caminham com questões emergentes, como: direitos e reconhecimentos de territórios e de sujeitos políticos dos campos, das florestas e das águas, povos indígenas, agroecologias, outras economias, saúde territorial, educação do campo, questões de gênero, geração e sexualidade no campo, agrohidronegócio, agroenergia e mineração, extração destrutiva dos bens comuns, transgênicos, financeirização da agricultura e comoditização da natureza.

Todo esse conjunto de temários do espaço agrário, que situam-se dentro da questão agrária brasileira, um rol de temas maior, demonstram que é devido a dinâmica do ser e do movimento da sociedade no espaço que a experiência dos múltiplos sujeitos apresentam-se em múltiplas escalas de mudanças, principalmente sobre os modos de vida, pois o atravessamento do processo globalizante do capital, de encontrar um modo de reprodução, encontra-se em conflito com outros modos de vida, que manifestam outras lógicas e modos de vida, de uso e apropriação do ambiente e da natureza.

Observa-se, portanto, que na transição do século XX para o XXI, a Geografia Agrária brasileira tem uma constelação de temas pendentes, não resolvidos e emergentes. São temas processuais e a partir deles, de forma contraditória, aponta-se para novas formas de conflito no campo, o que provoca os geógrafos novos desafios e novas formas de se posicionarem diante das problemáticas. Essas questões criam um deslocamento social do geógrafo, porque o mesmo passa a sofrer inquietudes “porque compartilha do lugar social do camponês, do quilombola, do indígena, do sem-terra e de todos inseridos na mesma sociedade e atingidos com as

mesmas mudanças nas configurações do espaço e da natureza” (GONÇALVES, PEREIRA, 2021, p. 15).

No contexto dos estudos acerca da mineração, ou do problema mineral brasileiro, Gonçalves (2021) aponta que as pesquisas sobre a mineração, por meio da análise geográfica, têm ampliado as possibilidades interpretativas por meio de publicações, grupos de estudos e eventos, possibilitando discutir o problema mineral no Brasil a partir de seis perspectivas: i) *Historiográfica* – vista, por meio do viés geohistórico compreende e revela a presença da mineração na formação social e econômica do Brasil e, principalmente, dos municípios historicamente minerados, como o Pará, Minas Gerais e Goiás, tal perspectiva apresenta a teoria dos ciclos econômicos (*auge e declínio/boom* e *pós-boom*); ii) *Ambiental* – apresenta as implicações da mineração a partir dos impactos no ambiente (paisagem local, qualidade do ar, nas águas superficiais e lençóis subterrâneos); iii) *Econômico* – a perspectiva econômica expõe a relação entre mineração e a economia nos países e municípios minerados, objetiva apresentar e discutir a geração de empregos, o movimento migratório de trabalhadores, a arrecadação de royalties, a minero-dependência e o desafio de tornar os territórios minerados diversos economicamente; iv) *Planejamento e Desenvolvimento Regional* – nesta perspectiva, o Estado ganha destaque por meio dos Planos Nacionais de Mineração com o intuito de orientar o setor a curtos e longos prazos, visa-se a definição de critérios normativos de exploração, aprovação de leis e a obtenção de lucros; v) *Literogeográfica* – nesta perspectiva, as potências interpretativas do diálogo entre a Geografia, Arte e Literatura se metamorfoseiam e permitem que a interpretação geográfica ocorra por meio de fotografias, produções audiovisuais, análise de narrativas e romances de literatura regional e; vi) *Territorial* – na perspectiva territorial a mineração centra-se na discussão

acerca dos conflitos emergentes, as estratégias do controle corporativo dos territórios, a disputa pelos minerais do subsolo e as ações promovidas pelas resistências de camponeses, quilombolas, indígenas para a defesa dos território da vida.

Nesta perspectiva, ainda há os “elementos da pilhagem na mineração” no território que são quatro: territorial, econômico, humano e temporal - cada um deles, conforme ressalta Gonçalves (2021), apresentam dimensões de atravessamentos do setor mineral sobre os espaços de existência de populações locais, que se convertem em espaços de resistência devido aos conflitos engendrados pelas distintas perspectivas de uso e apropriação do território e dos bens territoriais.

Na presente dissertação, a partir da caracterização de Gonçalves (2021) sobre as interpretações geográficas sobre a mineração, nossa pesquisa enquadra-se, a grosso modo, na perspectiva territorial, pois em Catalão (GO) as Comunidades Camponesas circunvizinhas das mineradoras estão há anos disputando o território, disputa essa que cria e recria estratégias de resistência, por parte dos camponeses, visando garantir a sua permanência e, com isso, continuar mantendo seu modo de produção com a terra, as relações de vizinhança, o enraizamento com o espaço apropriado e compartilhado cultural, social e economicamente e as empresas que buscam compor uma perspectiva de positividade e de impactos positivos perante a sociedade.

Compreendemos, que em algum grau, a interpretação geográfica perpassará pelas demais apontadas pelo o autor, tendo em vista que buscamos, mesmo com um recorte espacial e temporal expor a mineração, ora no Brasil, ora em Goiás e em Catalão, dentro do sistema-mundo, isto é, Catalão insere-se em um contexto de conflito local, mas tem importância mundial pelo o que pode oferecer economicamente.

É uma relação de apropriação e troca desigual do Norte global com o Sul global, intermediada por Estados-nações com objetivos e desejos próprios, sob a égide do capital e de seus próprios interesses que engendram disputas e acarretam conflitos devido ao uso e apropriação dos bens naturais demandados pelo ecossistema global do capital (HARVEY, 2016).

Os bens naturais são compreendidos como bens comuns (água, solo, subsolo, energia e ar). Todos estes bens comuns estão em disputas, ainda mais no seio do discurso do desenvolvimento sustentável, propalado pelo capitalismo verde e a financeirização dos bens comuns. Assim, bens comuns, a partir de Svampa (2016), define-se na defesa de uma ressignificação dos recursos naturais, tendo a compreensão de que os bens comuns garantem e sustentam as formas de vida em um determinado território.

Esse conceito, conforme aponta a autora, tem sido utilizado por muitos movimentos sociais, onde integra-se diferentes cosmovisões que sustentam a necessidade de manter fora do mercado os recursos, seja devido ao seu caráter patrimonial natural, social e cultural, pois os bens comuns tem um valor que transcende qualquer preço, possui um caráter de inaliebilidade.

É preciso ainda justificar que não se trata de uma disputa dos recursos naturais, mas sim de uma disputa pela construção de um determinado “tipo de territorialidade” baseado na proteção do “comum”. Alguns pilares sustentam essa experiência e essa linguagem do comum, por exemplo a valorização do território, que, muitas vezes, está alicerçada sobre a história familiar, comunitária e inclusive ancestral – conforme alguns grupos sociais, como indígenas, quilombolas, camponeses e afins.

Buscar discutir e trabalhar a mineração como objeto de pesquisa tem sido algo recente na Geografia Agrária brasileira, como ressalta Gonçalves (2022). A busca por correlacionar a mineração e os impactos no campo agrário brasileiro, compreendendo a mineração como um vetor econômico que reorganiza e reestrutura o espaço de modo constante é um exercício que necessita apreender toda a extensão.

A mineração é uma atividade historicamente presente no país, desde a sua formação sócio-espacial, socioeconômica e sociopolítica. Esteve presente em distintos ciclos de acumulação do território brasileiro, sempre subordinada aos interesses externos (MOREIRA, 2018) do capitalismo crescente no território europeu.

Os períodos de auge e declínio fazem parte deste setor econômico, sempre necessitando de avanços técnicos, científicos e informacionais (SANTOS, 1994) para continuar ativamente. Mas a que se deve o interesse em estudar a mineração? Catalão, localizado no sudeste goiano, é um município minerado, explorado e fraturado. As cavas e pilhas de estéreis, que margeiam a BR-050 apresentam, de longe, a capacidade do setor em se modificar as paisagens – mas não apenas as paisagens, mas todas as dimensões da vida.

Gonçalves (2022) aponta que o estudo da mineração foi esquecido, de modo indevido, pelos geógrafos, havendo raras exceções. Em grosso modo, os estudos sobre mineração versavam sobre os seus aspectos econômicos, limitados a um ciclo econômico da história colonial do Brasil. Não se falava do Brasil como território minerado. Em Goiás, por exemplo, a tradição da pesquisa geográfica passou ao largo das análises de um setor que fratura os territórios, dinamiza e impõe dependência a municípios, implica na organização do espaço agrário e adoece trabalhadores (GONÇALVES, 2022, p. 21).

Entretanto, nos últimos anos o tema ganhou atenção no espaço acadêmico, “passou-se a considerar que há um problema mineral no país” (GONÇALVES, 2022). Esse aspecto ganha maior densidade com a participação ativa de movimentos sociais e entidades civis que buscam realizar críticas a mineração realizada nos territórios. Comunidades impactadas, corpos dilacerados por acidentes de trabalho, expropriações e judicializações explodem, mas o principal motivo é o desastre-crime em Mariana e Brumadinho.

A constante obsessão do capital em explorar os bens comuns e mercantilizar tudo que toca é um fator que, com o rompimento das barragens, abriu os olhos do país e do mundo para a exploração mineral realizada no Brasil. Para além do rompimento, megabarragens, minas a céu aberto e subterrâneas, pilhas de estéreis, minerodutos, ferrovias, cabos de transmissão de energia, colocam e expõem territórios e comunidades a riscos contínuos.

O extrativismo mineral, como aponta Gonçalves (2016, 2022) é indissociável do capitalismo contemporâneo. Toda a Natureza é colocada como elemento a ser precificado, repartido em medidas e inseridos sob a lógica de acumulação global do capital. Assim, diversas áreas tem se dedicado a compreender a exploração mineral, aumentando, gradativamente, e adensando experiências reveladoras de práticas coloniais de exploração do solo e subsolo.

Para além dos geógrafos, a mineração ganha a atenção de jornalistas, documentaristas e desponta a necessidade de compreender a mineração em distintos lugares do Brasil, de sul a norte e oeste a leste, vão se somando a quantidade de pessoas que buscam interpretar a exploração mineral, cada um com sua ótica e apontando alguma dimensão de análise.

Assim, Gonçalves (2022, p. 24) aponta que

o fato de aumentar a quantidade de pesquisadores, especialmente geógrafos, que se envolvem com a temática é uma contribuição para detectar os graves problemas da formação econômica e social brasileira, como a adoção do modelo do estado cliente, a força e o enriquecimento das corporações ao custo da “predação ontológica” e o mito de que um território deve ser eternamente colonizado. Acrescentam-se o modo como os trabalhadores são surrados, o desprezo aos povos indígenas, quilombolas, camponeses, a revelação de uma história de pilhagem e a visada do economicismo tornada cultura.

Assim, acreditamos que a presente pesquisa pode contribuir para as experiências de luta e resistência no município de Catalão (GO). A trajetória da pesquisa é contemporânea as discussões realizadas e tecidas pelas mãos de quem sofre cotidianamente com a mineração. E concordamos com Gonçalves (2022, p.24) ao considerar que “a explosão do tema ocorre no fogo vivo dos conflitos e das potências interpretativas.” Só considerando os conflitos, que estão presentes, é que podemos apreender as dimensões e estratégias utilizadas para interpretar o nosso objeto de pesquisa.

### **1.3 A mineração em Goiás e em Catalão (GO)**

O Estado de Goiás possui a ocorrência de múltiplos minerais e minérios em seu território. Os recursos perpassam desde os metálicos, não metálicos, a água mineral e a água termal. Antes de iniciarmos a discussão sobre o potencial do Estado de Goiás é necessário elucidar a distinção entre minerais e minério. Deste modo que McCreath (2008, p. 28) aponta que:

Minerais são elementos ou composto químicos com composição definida dentro de certos limites, cristalizados e formados naturalmente por meios de processo geológicos inorgânicos, na Terra ou em corpos extraterrestres. Já o termo minério é utilizado apenas quando o mineral ou rocha apresentar uma importância econômica.

Assim, podemos elucidar que os minerais são todos os elementos e compostos químicos definidos através de certos limites, nos quais, a ocorrência pode ocorrer de forma cristalizada ou formada através de processos geológicos inorgânicos na Terra ou em corpos extraterrestres, enquanto o minério seria o mineral ou rocha, no qual apresenta uma importância econômica. A formação desses depósitos, no Estado de Goiás, depende diretamente de ambientes geológicos diversificados e das perspectivas estruturas geomorfológicas. Diante disso, Gomes, Teixeira Neto e Barbosa (2004) apontam que:

Há recursos minerais próprios de terrenos cristalinos (ferro, manganês, níquel, quartzo, mica, cobalto, galena, ouro, esmeralda, cobre, etc.) e de terrenos sedimentares (caulim, bauxita, calcário, carvão, petróleo, ardósia, dolomita, areia, argila, [...]). (GOMES, TEIXEIRA NETO, BARBOSA, 2004, p. 229).

Ainda diante desta perspectiva, os respectivos pesquisadores apontam que “as jazidas minerais são resultantes das camadas heterogêneas da Terra. São as inversões que precipitam os minerais próximos ou à superfície da crosta terrestre; minerais estes situados nas diversas zonas de constituição do globo terrestre” (GOMES, 1969, p. 79). Assim, os terrenos sedimentares goianos são ricos em recursos minerais. Estes recursos minerais estão situados nas seguintes bacias geológicas:

[...] o básico-ultrabásico de Niquelândia, situado na Serra da Mantiqueira, rico, sobretudo, em níquel, cobalto, mica, ouro, chumbo e zinco; básico-ultrabásico de Barro Alto, próximo a cidade de Goianésia, rico principalmente em níquel, cobre, mica e etc; o básico-ultrabásico de Cana Brava, no Município de Minaçu, rico sobremaneira em amianto crisólita, magnetita, mica, níquel etc; a sequência vulcano-sedimentar tipo greenstone-belt de Crixás e Natividade (TO), rico sobretudo em ouro; o metamórfico de Santa Terezinha de Goiás – Campos Verdes, muito rico em esmeralda; o de rochas plutônicas de Catalão-Ouvidor, riquíssimas em fosfato e nióbio. (GOMES; TEIXEIRA NETO; BARBOSA, 2004, p. 229).

Concomitante a isso, “as reservas minerais representam um potencial quantitativo medido ou provável de cada substância mineral, que se tornam riquezas no momento de sua produção.” (DNPM, 2013, p.135).

Assim como a mineração foi vetor do processo de formação espacial, política e econômica do Brasil, ela está presente, também, no Estado de Goiás. Gonçalves (2016) propõe que estabelecer uma periodização permite compreender as sucessivas fases de integração<sup>16</sup> dos territórios do Cerrado ao capitalismo nacional e mundial. Essas transformações expõem diferentes modos de modernização do território, que se territorializam de modos distintos, expondo um processo desigual amparado pela expansão capitalista.

Palacin (1994) aponta que o primeiro período se caracteriza pela exploração aurífera durante o século XVIII. Essa fase de auge do ouro de aluvião integrou os territórios aos interesses mercantis de Portugal, permitindo o desenvolvimento do capitalismo que se consolidava na Europa. Neste período, imperava o tempo do minério a ser extraído (ouro, pedras preciosas etc.), ao mesmo tempo constituía-se um modelo urbano disperso e movido pela mobilidade dos mineradores, essa mobilidade Gonçalves (2016, p. 26) denomina de “*território desenraizado*”, pois embora a mineração contribuísse para a formação de núcleos urbanos e permitisse criar identidades territoriais, a natureza passageira das riquezas extraídas, criavam uma crise e movimentos migratórios para outras áreas que apresentassem a possibilidade de minerar.

---

<sup>16</sup> Embora o sentido comum da palavra *integrar* dê a conotação de integralidade do todo, a integração é, ao mesmo tempo, seletiva e excludente. Deste modo, o processo de modernização do território integra espaços luminosos (SANTOS, SILVEIRA, 2021) e expropria, segrega e revela a contradição que o desenvolvimento provoca e evoca nos territórios.

Segundo Figuerôa (1994), Araujo e Fernandes (2016) o período de auge e declínio ocorreram devido a utilização de ferramentas rudimentares, onde inexistia precauções sobre segurança do trabalho (gerando por vezes acidentes), além de que parte das minas encontravam-se em maior profundidade, levando a um rápido esgotamento e encerramento temporário das atividades.

Gonçalves (2016) aponta que em mais de um século houve a *dormência do subsolo*. Os minérios do subsolo, encontrados em maior profundidade permaneceram em absoluto repouso, até que houvesse novas condições históricas e de desenvolvimento técnico-científico-informacional que permitissem extrai-las, o que veio a ocorrer apenas na segunda metade do século XX.

Com a exaustão do ouro de aluvião, necessitou da emergência de uma pecuária que viria a se consolidar como modelo de ocupação do território (GONÇALVES, 2016). A mineração que havia ocorrido de modo disperso e definido pela mobilidade espacial dos garimpeiros que migravam em busca de ouro e pedras preciosos passava a coexistir com a pecuária perdurando na formação de Goiás.

A segunda fase da mineração em Goiás, iniciada na década de 1960-1970<sup>17</sup>, constitui um marco que é a criação da Metais de Goiás S.A – METAGO, a partir de 1961 (CARVALHO, 1988). Na década de 1970 consolidou-se os primeiros projetos de mineração, regulados pelo modelo de exploração industrial com a participação do

---

<sup>17</sup> Gonçalves (2016) aponta que é fundamental a compreensão das transformações políticas e econômicas que antecedem este momento no Brasil. A partir de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e início do modelo de industrialização substitutivo de importações, as políticas minerais – regulação jurídica, criação de empresas estatais etc. - foram incorporadas na agenda dos planos de governo e exploração do território no Brasil. Podemos citar a criação das seguintes empresas: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em 1934; Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 1939; em 1950 a constituição de diversas empresas, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Usinas de Minas Gerais (USIMINAS) e, em 1953, a Petróleo Brasileiro (PETROBRÁS).

Estado, constituindo empresas estatais e atuação de empresas privadas nacionais e estrangeiras.

As políticas de planejamento, como os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), criavam o cenário de um Estado desenvolvimentista. Durante a Ditadura, iniciada em 1964, davam prioridade aos grandes projetos que visavam consolidar a desconstrução industrial do território nacional (SILVA, 2018). Essa fase participou do processo de reestruturação produtiva do capital e de uma geopolítica de apropriação do Cerrado. Assim, terra, água e subsolo se tornaram elementos presentes na inserção do capital nacional e transnacional de modo sistemático.

Mendonça (2004, p. 166) considera que a modernização conservadora da agricultura foi a materialização expressiva do capital nas áreas de Cerrado, e, em grosso modo, excludente, pois “estava/está em acordo com a “opção brasileira” de crescimento econômico. É a face mais visível da modernização capitalista e é condição para a territorialização das empresas rurais e das agroindústrias que conformam o espaço geográfico.”

Até a década de 1970 via-se no Cerrado uma área em que não oferecia um potencial de exploração produtiva, devido ao fato de que seus solos ácidos inviabilizariam o investimento produtivo. Com a inserção dos corretivos<sup>18</sup>, produzidos pela indústria mineral e química, os solos do Cerrado passam então a utilizar cada vez mais corretivos para aumentar a produtividade e se tornar uma agricultura moderna (PIRES, 2000).

---

<sup>18</sup> Para Pires (2000, p. 112) “O emprego do termo “correção” é ilustrativo da visão de que é possível alterar o Cerrado, uma vez que a natureza o fez “feito”, “fraco” e “raquítico” (utilizando-se de expressões correntes à época), para transformá-lo no moderno “celeiro agrícola” que está inserido no circuito de produção e alimenta o país e o mundo, conforme os discursos propagados por governadores e presidentes.

Nesse sentido, a necessidade de correção e investimento em agrominerais influenciou de modo direto investimentos e implantação de empreendimentos para a exploração de minérios, como calcário e fosfato. A constituição do Complexo Minerológico de Catalão-Ouvidor resulta disso. A exploração de fosfato, em Catalão-Ouvidor, passa a responder aos interesses da geopolítica do Estado e do capital nacional e internacional.

A terceira fase da mineração em Goiás, inicia-se na década de 1990, quando ganha força as políticas neoliberais e o investimento sistemático de privatização de empresas estatais de mineração. A Goiasfértil (atual Mosaic), privatizada em 1992, e a Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale S.A), privatizada em 1996 são exemplos deste processo. A Goiasfértil foi criada em 1970 e contribuiu para a construção do modelo de grande projeto neoextrativista no território goiano. O Quadro 1 e Quadro 2 apresentam a Cronologia de instalação das indústrias mineradoras em Catalão (GO).

Quadro 1: Cronologia de instalação das indústrias mineradoras da METAGO à Mosaic Fertilizantes em Catalão (GO) 1968 - 2018

<b>Ano</b>	<b>Cronologia de instalação das indústrias mineradoras da METAGO à Mosaic Fertilizantes em Catalão (GO) 1968 - 2018</b>
<b>1968</b>	<b>METAGO-Metals de Goiás S.A.</b> A METAGO foi a primeira empresa a requerer áreas para pesquisa que durou de 1968-1972, somente em fevereiro de 1975 que a Usina Semi-industrial ativou suas operações de lavra e beneficiamento do minério de fosfato em escala semi-industrial
<b>1975</b>	<b>GOIÁSFERTIL-Goiás Fertilizantes S.A.</b> Em 1978 a METAGO em associação com a Petrofértil o BNDE/FIBASE fundaram a Goiasfértil.
<b>1979</b>	<b>VALEFÉRTIL – VALE</b>

	Em 1979, a CVRD estava desativando sua produção de fertilizantes e passou para a FOSFÉRTIL a VALEFÉRTIL - complexo químico para produção de fertilizantes solúveis.
<b>2018</b>	<b>Mosaic Fertilizantes</b> Em 2018 a Vale e a Mosaic entram em acordo envolvendo a venda da Vale Fertilizantes para a Mosaic. A Mosaic trabalha no ramo de fertilizantes fosfatados e ingredientes para nutrição animal.

Quadro 2: Cronologia de instalação das indústrias mineradoras da Mineração Catalão ao grupo CMOC em Catalão/GO 1976 - 2016

<b>Ano</b>	<b>Cronologia de instalação das indústrias mineradoras da Mineração Catalão ao grupo CMOC em Catalão/GO 1976 - 2016</b>
<b>1976</b>	<b>Mineração Catalão</b> A Mineração Catalão inicia as suas atividades em Ouvidor (GO), com a exploração da mina de nióbio.
<b>1977</b>	É produzida a primeira liga de ferronióbio da Mineração Catalão, na usina metalúrgica de Catalão (GO)
<b>1984</b>	<b>Copebrás</b> A Copebrás inicia a produção de fertilizantes fosfatados em Catalão (GO)
<b>1999</b>	A Mineração Catalão dá início à operação e à recuperação de pirocloro na mina Boa Vista, em Catalão (GO)
<b>2000</b>	A Copebrás inaugura a sua planta de granulação de fertilizantes em Catalão (GO)
<b>2003</b>	É inaugurado o maior projeto da Copebrás, o complexo minero-químico de fertilizantes e fosfatos, em Catalão (GO). A empresa também dá início à produção do Copefós – fosfato bicálcico usado na composição de ração animal.
<b>2014</b>	<b>Anglo American</b> A Anglo American, controladora da Copebrás e da Mineração Catalão, dá início ao Projeto BVFR, que permite o beneficiamento de minério não oxidado contido na rocha da mina de nióbio Boa Vista, em Catalão (GO).
<b>2016</b>	<b>CMOC International do Brasil</b> A CMOC International adquire as operações de nióbio e fosfatos da Anglo American no Brasil. Operando como CMOC International Brasil, a companhia

resgata a marca CopeBras para a operação de fosfatos e cria a marca NioBras para o negócio de nióbio
--

Fonte: SANTOS (2019) Org.: REIS (2021)

Os Quadros 1 e 2 são ilustrativos do processo de instalação, estruturação, expansão e privatização. São períodos temporais que abarcam processos próprios de cada momento sobre o espaço geográfico. A partir do processo de privatização neoliberal, ocorre o que Harvey (2013) denomina de “destruição criativa”<sup>19</sup>, isto é, os conglomerados transnacionais consolidam o poder de dominar e explorar os subsolos em Goiás. Deste modo, o domínio do subsolo em Goiás aponta que o controle que exercem não se restringe apenas ao subsolo, mas a milhares de hectares de terras, água e solo, por meio de concessões de pesquisa mineral e lavra.

Essas concessões permitem que as empresas se apropriem de áreas para realizarem pesquisa, com o objetivo de verificar a disponibilidade e a quantidade da jazida disponível, justamente devido a rigidez locacional dos minerais. Deste modo, há, também, um movimento de transição de um ambiente geológico para o outro, refazendo o caráter de auge e declínio, apontado por Palacin (1994), que se faz numa escala superior ao primeiro ciclo de mineração em Goiás, justamente devido as tecnologias disponíveis, as informações acerca do ambiente e a ciência que contribui diretamente para demonstrar o que está no subsolo.

---

<sup>19</sup> Segundo Harvey (2013, p. 13) “O processo de neoliberalização envolveu “destruição criativa”, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração”. Importante destacar as contribuições posteriores de Dardot e Laval (2016) que consideram que há uma racionalidade neoliberal, que não é apenas uma ideologia econômica ou um tipo de política, mas *um sistema normativo* que ampliou/amplia sua influência no mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as esferas e relações sociais.

A partir da década de 1970, o município de Catalão (GO) passou por um processo de grandes transformações e inseriu-se como importante ponto de investimentos, tanto estatais quanto privados. Alguns elementos contribuíram, de fato, para o crescimento econômico da cidade, ganhando destaque alguns fatores como: a chegada da Estrada de Ferro no início do século XX, a construção de Goiânia em 1937, a transferência da Capital e a construção de Brasília em 1960, a implantação da rodovia BR 050, que interliga Brasília aos grandes centros dos estados de São Paulo e Minas Gerais, a GO 330 que interliga Catalão à Goiânia, o início das explorações de minérios a partir da década de 1970, a modernização da agricultura a partir da década de 1980 e na última década do século XX, a chegada das montadoras de automóveis (MITSUBISHI) e a de maquinário agrícola (John Deere do Brasil) (LIMA, 2005).

Para Lima (2005), Ferreira (2012), Gonçalves (2016), Reis e Matos (2019) e Pedrosa (2020) o extrativismo mineral em Catalão (GO) teve início entre a década de 1960- 1970. Neste período é destacado, principalmente, a criação e desenvolvimento da Metais de Goiás S.A (METAGO) a partir de 1961. Nos idos da década de 1970, consolidam-se os primeiros grandes projetos de mineração, estes regulados através do modelo de exploração industrial, tendo a participação do Estado e a constituição de empresas estatais em conjunto, a atuação de empresas nacionais e transnacionais.

A partir de meados de 1976 a METAGO inicia suas atividades de usinagem de nióbio, a produção, neste período era destinada para países como o Japão, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. Em 1977, a empresa Copebrás S.A. instala sua unidade industrial, tendo como objetivo a exploração das reservas de fosfato; a empresa recebe o concentrado de rocha fosfática de sua unidade de mineração e

beneficiamento, localizada em Ouvidor (GO), e processa a matéria prima no Terminal Rodoferroviário de Catalão. A produção final do fosfato é direcionada para fertilizantes, onde maior parte é consumida pelos estados de Goiás, e Mato Grosso na produção agrícola (FERREIRA, 2012; REIS, MATOS, 2019; PEDROSA, 2020).

Ferreira (2011) enfatiza que a empresa Fosfértil tenha surgido a partir do processo de privatização da Goiás Fertilizantes S.A. (Goiásfértil). A Goiásfértil surgiu em meados de 1967 a partir do governo estadual, tendo como o objetivo a exploração e comercialização da rocha fosfática da jazida do complexo alcalino Catalão-Ouvidor, entretanto, a sua produção de fosfato, em caráter industrial, só viera a ser realizada em meados de 1982.

Durante a década de 1990, quando as políticas neoliberais ganham força no Brasil, e ocorre um investimento substancial na privatização de empresas nacionais de mineração, a Goiásfértil, atualmente CMOC<sup>20</sup>, fora privatizada em 1992; a Companhia Vale do Rio Doce – Vale Fertilizantes, atual Mosaic Fertilizantes<sup>21</sup> é privatizada em meados de 1996. Cabe ressaltar que desde a década de 1970, quando a primeira empresa começou a atuar em Catalão, vislumbrou-se uma grande potencialidade de instituir no município um modelo de grande projeto de extrativismo

---

<sup>20</sup> Em 2015 ocorre a venda do poder acionário, o então Grupo Anglo American anunciou que iniciaria o processo de venda dos seus negócios de nióbio e fosfatos no Brasil, operados em Catalão pela Anglo American Fosfatos Brasil Ltda., e a Anglo American Nióbio Brasil Ltda., visando focar nos ativos de diamantes, platina e cobre. Em abril de 2016, a empresa confirmou a assinatura de um acordo com a empresa China Molybdenum Corporation Ltda., (CMOC) para realizar a venda de seus negócios de nióbio e fosfato em Goiás, e São Paulo. (GONÇALVES, 2019).

<sup>21</sup> Em dezembro de 2016 ocorreu a venda do poder acionário da então Vale Fertilizantes para a transacional americana The Mosaic Company (Mosaic). A transação, uma vez concluída, a Vale venderá para a Mosaic “os ativos de fosfatados localizados no Brasil, exceto os baseados em Cubatão; (b) a sua participação em Bayóvar, no Peru; (c) os ativos de potássio localizados no Brasil, incluindo o projeto de Carnalita; e (d) o projeto de potássio no Canadá (Kronau). A inclusão do projeto de potássio de Rio Colorado no escopo da transação está sujeita à aceitação da Mosaic após o término da due diligence” (VALE, 2016).

mineral no território goiano. Além disso, outro fator é que estas empresas transnacionais, tais como a Mosaic e CMOC, além de investirem massivamente na melhoria dos insumos técnicos, da extração, beneficiamento e transporte de minérios, tornaram-se também grandes controladoras de milhares de hectares de terras e de subsolo, isso devido em grande parte pelas concessões para pesquisa e lavra (GONÇALVES, 2016).

Neste sentido, o impacto que este setor provoca não se resume, exclusivamente ao momento em que elas estão em atividade; pode-se considerar que os efeitos negativos iniciam à partir do momento em que estas empresas começam a controlar diversos hectares de terras, de forma inicial para pesquisa e viabilização do projeto e execução da atividade, mas, também, deve ser visto como uma atividade que apropria não somente o subsolo, mas também a superfície – o que, de fato, para os camponeses é o elemento mais significativo e essencial para a sua sobrevivência. Posto isso, nas subseções seguintes buscou-se traçar e delinear a importância dos dois minérios que são explorados: primeiramente o Nióbio e, posteriormente, o Fosfato.

#### **1.4 As empresas e os minérios**

O nióbio, bem mineral – descoberto por Charles Hatchett no início do século XIX – desde a sua origem traz certo questionamento acerca de sua terminologia. Filho (2019) aponta para o fato de que o nióbio também é conhecido como colúmbio. Deste modo, não saberia qual a nomenclatura a qual deveria ser, de fato, utilizada. Para a *International Union of Pure and Applied Chemistry (IUPAC)*<sup>22</sup>, a nomenclatura a ser

---

<sup>22</sup> A IUPAC é uma ONG direcionada para os estudos florescentes da química.

utilizada é nióbio, já que existe um elo considerado com outro bem mineral – o tântalo – que na mitologia grega é pai de *Niobe*. (FILHO, 2017).

É necessário alertar que, durante algum tempo, estes bens minerais eram estimados como um mesmo elemento, é a partir de meados do século XIX que “o químico suíço Jean Galissard de Marignac dá o xeque-mate e observa que são elementos químicos distintos, não obstante o grau de similitudes entre ambos.” (RODRIGUES, 2014, p. 439).

Pereira Junior (2002) aponta que:

O nióbio (Nb) é o elemento de número 41 na tabela periódica dos elementos, classificado como metal de transição. Sua densidade é de 8,57 g/cm<sup>3</sup> e seu grau de dureza na escala de Mohs é de seis, numa escala de um a dez (classificação do diamante, já que este consegue cortar qualquer mineral). Outras caracterizações químicas do nióbio: em condições normais de temperatura e de pressão (CNTP, ou seja, a 0° C e pressão atmosférica ao nível do mar), encontra-se no estado sólido da matéria, seu ponto de fusão ou derretimento é de 2468°C e seu ponto de ebulição ou de evaporação é de 4744°C (PEREIRA JUNIOR, 2002, p. 129).

No meio ambiente podem ser encontradas inúmeras espécies do mineral nióbio, ao considerar a sua classificação e por estar relacionada ao tântalo, especialmente o pirocloro, que é a principal fonte do nióbio, tanto no mundo como no Brasil, juntamente com columbita – tantalina, respectivamente (FILHO, 2017).

Após dar uma breve introdução acerca da composição mineral nióbio, é necessário esclarecer de que forma este minério poder ser utilizado, visto que desde a candidatura e posse do atual presidente do Brasil, o nióbio vêm ganhando destaque tanto pelas falas do presidente Jair Messias Bolsonaro, quanto pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM)<sup>23</sup> em marketing nas mídias sociais.

---

<sup>23</sup> Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), localizada em Minas Gerais, maior produtora de nióbio do mundo.

Para Filho (2017, p. 23) o nióbio por ter maior resistência e alcançar temperaturas elevadas serve “a diversos setores como o tecnológico, o siderúrgico, a indústria automobilística, para a implantação de oleodutos e gasodutos, para a edificação naval, nas atividades nucleares e questões cirúrgicas.<sup>24</sup>” Não existem dúvidas a respeito da importância deste minério, não apenas no âmbito nacional, mas no cenário mundial, devido a sua ampla gama de possíveis utilizações.

No atual século XXI, não se pode duvidar da importância dos recursos minerais para a nossa sociedade, principalmente quando discutimos a importância que estes têm com a atual era tecnológica em que vivemos, a um hiperconsumo exacerbado que, de forma contínua, *cria* necessidades e nos impulsiona a cada vez mais *adquirir* novos produtos, afinal todos querem, de alguma forma, ser parte de algo – mesmo que seja de usuários de determinada marca estampada em *gadgets*, ou em distintas peças de roupas. Essa é a lógica do capital, cria as necessidades em que, posteriormente, ela mesma irá suprir com um novo produto – ao qual nós iremos adquirir ou desejar – seja este produto uma nova atualização ou devido a ausência programada<sup>25</sup>.

Além disso, a utilização dos recursos minerais, na forma de insumos, no *agrobusiness* é essencial para a alteração do solo visando aumentar o nível de produtividade do solo ou para alimentação de animais. Um rápido e breve olhar ao redor é o suficiente para compreender a importância dos recursos minerais em nossa

---

<sup>24</sup> Para ter maior dimensão em relação aos estudos de aplicação do nióbio, podem ser visto os trabalhos (todos em inglês) de Kozo (2003) para estudos de aplicação do nióbio para processo de catalisadores com a empresa Bayer; Matsumoto e Saito (2006) para estudos de aplicação de nióbio para usos de painéis internos; Jundt (2003) para uso do nióbio no setor tecnológico, principalmente câmeras de vídeos, microscópios e aparelhos oftalmológicos e Sattelberger e Lober (2001) onde abordam a utilização da liga de ferro nióbio e de níquel nos setores de indústria e aeronaves.

<sup>25</sup> Refere-se as estratégias de programação de vida útil de dado dispositivo, deixando este mais lento e *criando* a necessidade de aquisição de um produto *atualizado*. Essa estratégia é comumente vista, principalmente, dispositivos eletrônicos.

sociedade, desde a casa em que habitamos, à aparelhagem tecnológica que carregamos no cotidiano, em tudo isso a mineração está presente.

Embora não empregamos sempre um exercício de olhar ao nosso redor e compreender que os recursos minerais são finitos, isto é, dentro da escala de tempo humana, já que dentro da escala de tempo geológica estes podem ter alterações substanciais, é necessário um olhar para o futuro para que as próximas gerações possam usufruir destes recursos, tal como apregoa o discurso de desenvolvimento sustentável e economia verde – ambos conceitos alvos de muitas críticas. O ideal seria encontrar novas formas de utilização de recursos ambientais, alteração da matriz energética e uma conscientização de desenvolvimento que preze pelo bem-viver comum.

Um outro ponto necessário é a apreensão de dois conceitos importantes: recurso mineral e reserva mineral para prosseguirmos. Para Bettencourt e Moreschi (2008) estes podem ser esclarecidas como:

A expressão **recursos mineral** qualifica materiais rochosos que efetiva ou potencialmente possam ser utilizados pelo ser humano. Costumeiramente, representam desde porções relativamente restritas até grandes massas de crosta terrestre e a própria rocha ou um ou mais de seus constituintes – minerais ou elementos químicos específicos – despertam um interesse utilitário. Os recursos minerais podem ser distinguidos em diferentes classes, correspondentes a volumes rochosos discriminados de acordo com o grau de conhecimento geológico e técnico – econômico de suas diferentes porções. Assim, a **reserva mineral**, como parte do recurso mineral, representa volumes rochosos com determinadas características indicativas de seu aproveitamento econômico. (BETTENCOURT, MORESHI, 2008, p. 446-447, grifos nossos)

De tal modo, ao apontar a diferenciação entre recursos minerais e reserva mineral, fica evidente que “os minerais uteis estão em todo nosso planeta e que este não é infinito.” como elucida Filho (2017). Os dados do *Sumário Mineral* publicação da ANM, indicam que a oferta mundial de nióbio, em 2016, situa o Brasil como detentor

das maiores reservas mundiais de nióbio, seguido por Canadá (províncias de Québec e Ontário) e Austrália (província da Austrália Ocidental).

De acordo com os dados apresentados: “Também há potenciais jazidas em Angola, Rússia (Sibéria, República da Yakútia), Arábia Saudita, República Democrática do Congo, Dinamarca (território da Groenlândia), Finlândia, Gabão, Tanzânia, Nigéria, Malawi, Etiópia, EUA, dentre outros.” Neste sentido, o Brasil figura-se como o maior produtor mundial da substância, representando mais de 90 % do total mundial. (DNMP-MG, 2017).

As reservas lavráveis de nióbio no Brasil estão situadas nos estados de Minas Gerais, Amazonas, Goiás e Rondônia. De acordo com o DNPM-MG (2017) as reservas de nióbio e suas respectivas quantificações em Mt (milhões de toneladas) estão situadas:

[...] em Araxá com uma reserva medida de 742 Mt de minério de pirocloro (ROM)  $[(Na, Ca)_2Nb_2O_6(OH, F)]$ , em Goiás as principais reservas estão em Catalão e Ouidor com reserva medida de 82,3 Mt de minério pirocloro (ROM), no Amazonas destaca-se o depósito de Pitinga, no município de Presidente Figueiredo com uma reserva medida de 108,2 Mt de minério columbita (ROM) e de modo menos significativo, Rondônia, oriundos de jazidas de columbita e tantalita. Os teores variam em média de 0,21% a 2,85% de  $Nb_2O_5$  contido. (DNPM-MG, 2017, s./p.)

Ainda de acordo com os dados do DNPM-MG, a produção interna de nióbio está localizada em Minas Gerais e Goiás detendo uma capacidade de produção, respectivamente, de 8,7 Mt/ano e 5,9 Mt/ano de minério de pirocloro *Run of mine* (ROM). Os teores do minério têm uma variação entre 0,40% a 2,15%. A produção nestes dois principais estados produtores foi da ordem de 80.669 toneladas de nióbio contido no concentrado  $Nb_2O_5$ , 68.414 t da FeNb (Ferro – nióbio), sendo 44.390 toneladas de nióbio contido e 3.095 toneladas de óxido de nióbio. As principais cidades produtoras são Araxá-MG e Catalão-GO. O óxido de nióbio produzido pela

empresa de Minas Gerais é exportado e o excedente é utilizado para a produção da liga Ferro - Nióbio (DNPM-MG, 2019).

Em termos de pauta de exportações, os principais destinos para onde o nióbio são exportados são os Países Baixos (Holanda) com 28,7% do total, seguidos por China (25,9%), Cingapura (14,9%), Estados Unidos (11,9%), Japão (9,6%) e Rússia (2,4%). O óxido de nióbio foi exportado para os Estados Unidos, China e Alemanha (DNPM-MG, 2019). A Tabela 1 indica e caracteriza as reservas mundiais de nióbio e sua produção mineral.

Tabela 1: Reservas e produção mundial de Nióbio

Discriminação	Reservas (1) (T)	Produção (2) (T)			
		2014 (r)	2015 (r)	2016 (p)	(%)
<b>Países</b>	<b>2016 (p)</b>				
Brasil	16.165.878	88.771	80.465	80.670	<b>93,7</b>
Canadá	200.000	5.480	5.000	5.800	<b>6,69</b>
Outros países	nd	420	1.000	200	<b>0,24</b>
TOTAL	>16.365.878	94.671	86.465	86.670	100,0
	8				

Fontes: DNPM / DIPLAM (RAL/AMB), USGS Mineral Commodity Summaries-2017; (1) Reserva Lavrável ( $Nb_2O_5$  contido no minério), (2) dados referentes à  $Nb_2O_5$  contido no concentrado. (p) preliminar, (r) revisado, (nd): não disponível. Org.: REIS, B.S (2020).

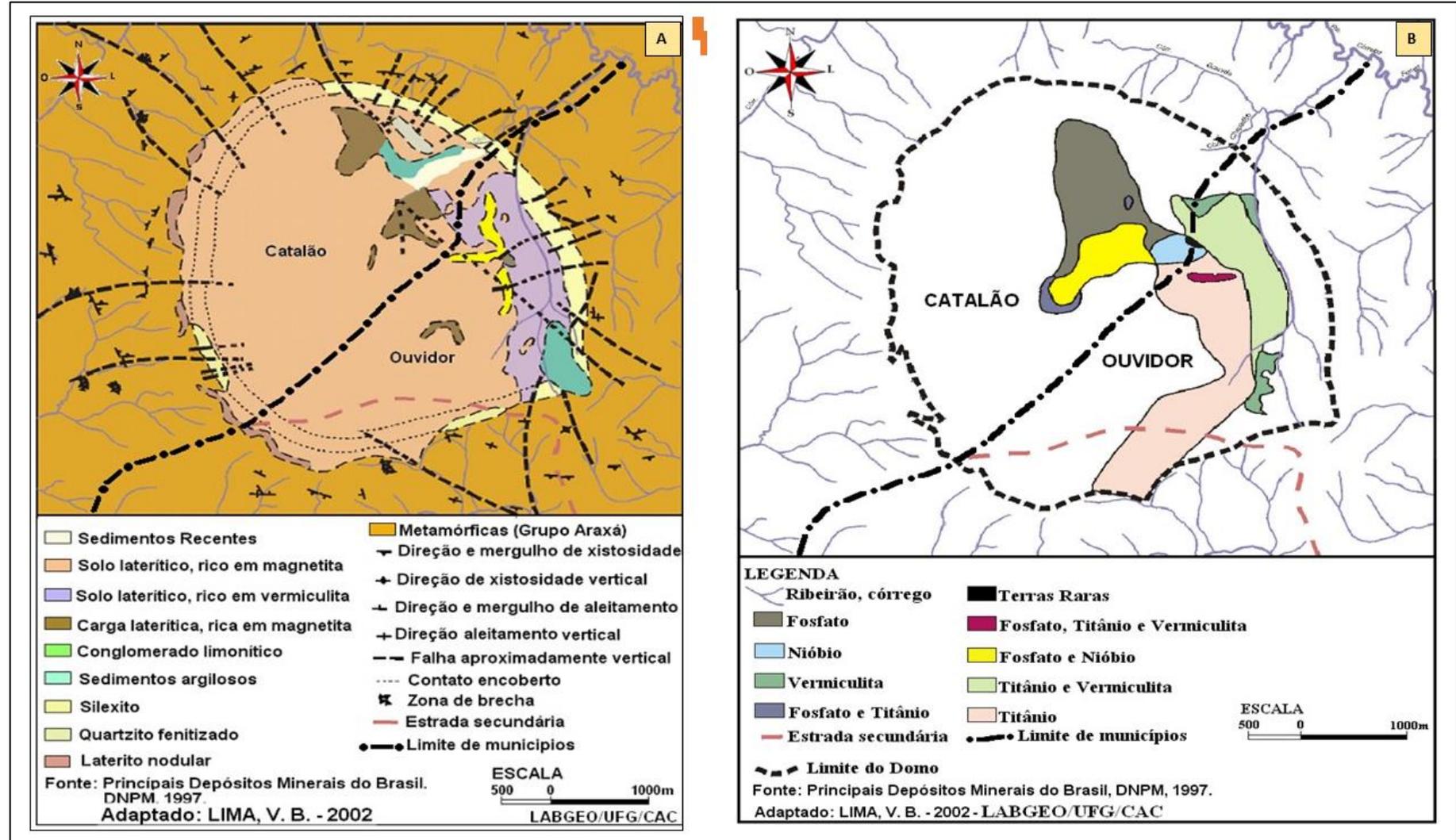
Conforme os dados da Tabela 2, o Brasil tem uma grande participação, com cerca de 93,7% da produção mundial, seguido do Canadá com 6,69% e os demais países com uma representação de 0,24%. No Brasil a exploração do nióbio ocorre, principalmente, nos Estados de Minas Gerais (Araxá) e Goiás (Catalão e Ouidor).

Em 1894, o geólogo Eugênio Hussak, da Comissão Exploradora do Planalto Central (Comissão Cruls), descobriu o que é atualmente considerada uma das mais

importantes zonas de mineração do País: o Complexo Mineral Catalão – Ouvidor (LIMA, 2005).

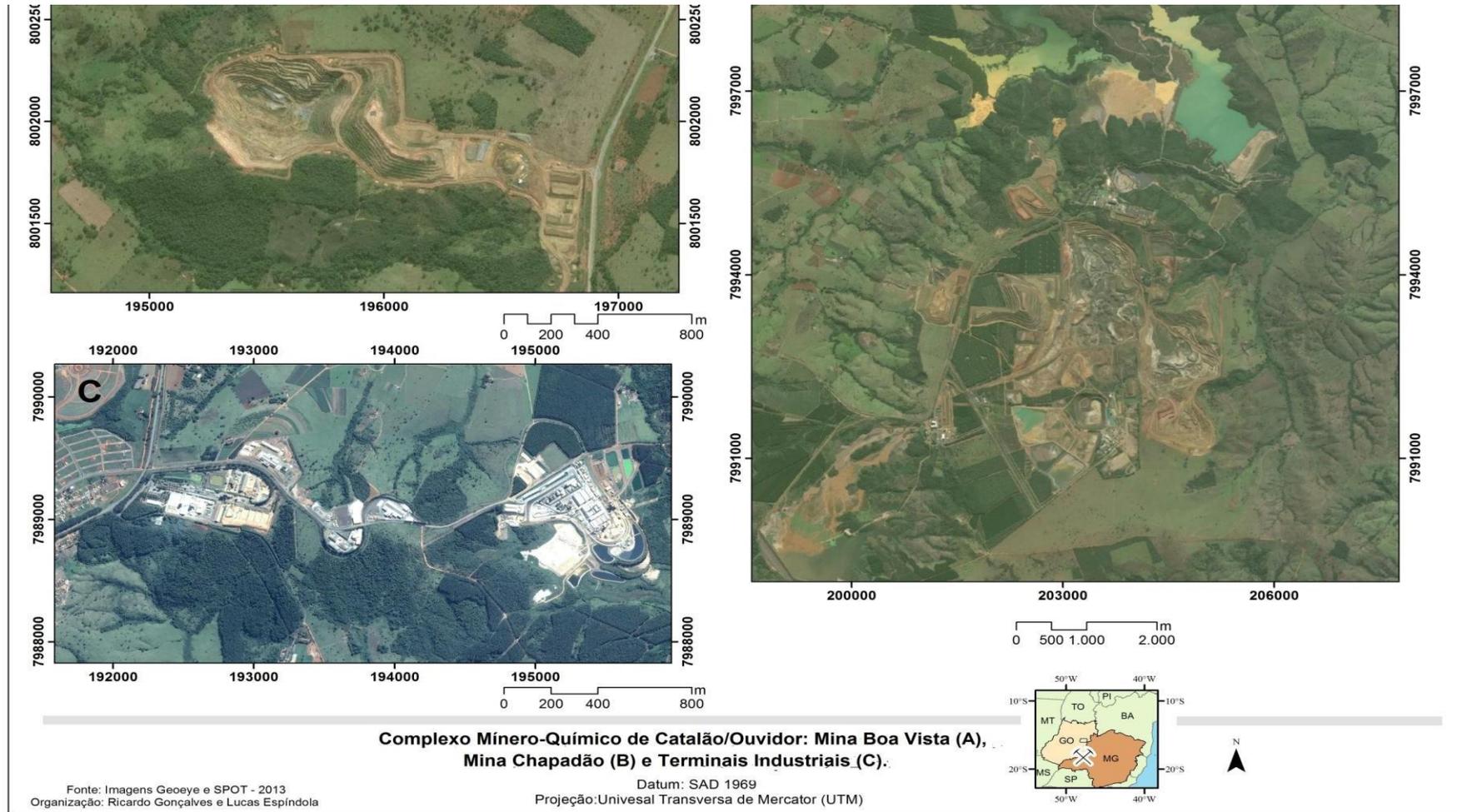
Este complexo mineral, refere-se a uma área adjacente dos municípios de mesmo nome, e que possui cerca de 35% das reservas brasileiras de Fosfato, uma das três reservas mundiais de Nióbio, além de Terras Raras e Titânio. (Figura 2 A (Complexo Mineral Catalão – Ouvidor e Imagem B: Geologia do Complexo Mineral Catalão – Ouvidor, com ênfase nas substâncias com potencial de exploração econômica).

Figura 2: - A) Complexo Mineral Catalão – Ouvidor; B) Geologia do Complexo Mineral Catalão – Ouvidor.



Fonte: LIMA, A, V.B (2003) Org.: REIS, B. S. (2020)

Figura 3: Complexo Mineral em Catalão (GO)



Fonte e Org.: Gonçalves (2016)

Como pode ser visualizado nas imagens A e B, o Complexo Mineral Catalão-Ouvidor, têm a ocorrência de diversos minerais, tais como:

Manganês, Barita, Vermiculita, Quartzo entre outros, que praticamente estão inexplorados, no momento, por serem economicamente inviáveis pela falta de uma tecnologia mais adequada ou pela baixa procura no mercado, constituindo uma reserva futura dos mesmos (LIMA, 2005, p. 7).

A disponibilidade destes minerais, aqui vistos como recursos a serem explorados economicamente, pode possibilitar em um futuro próximo a inserção desta área dentro de redes extrativas, desde que sejam consideradas as demandas do mercado global, a capacidade técnica-científica-informacional disponível e o custo-benefício dessa área a ser explorada.

De forma inicial, podemos questionar, por que ocorre a exploração de fosfato? Qual a necessidade deste elemento em nosso mundo atual e nas gerações futuras? A exploração deste recurso afeta a vida de outras pessoas? É certo que a forma de se manter e elevar os níveis de produção de grãos do planeta, com uma população que vêm crescendo a ritmos exponenciais seria, de fato, aumentando, no mesmo ritmo e proporção, o desenvolvimento dos solos agricultáveis e seus macronutrientes.

O Brasil situa-se como um dos maiores produtores mundiais de alimentos, também é considerado, de acordo com Bastos (2011) “um país com as maiores fronteiras agrícolas do planeta” ensejando uma tendenciosa “vocaçãõ” para a agricultura.

A busca pelo aumento da produtividade agrícola, através de técnicas sofisticadas tem se tornado cada vez mais frequente desde a Revolução Verde, é aqui

que a utilização de fertilizantes e por consequência da exploração mineral de fosfato estão inseridas<sup>26</sup>.

De acordo com Bastos (2011)

O fosfato é um insumo essencial na produção de fertilizantes e [...] estratégico para qualquer país agrícola, especialmente o Brasil. Com o aumento da população mundial, o consumo de fertilizantes vem crescendo de forma significativa. Apesar do aumento da produção de fosfato nos últimos quatro anos e mesmo ocupando o sétimo lugar na produção mundial, o Brasil ainda continua sendo um grande importador no mercado internacional de fertilizantes (BASTOS, 2011, p. 4).

Tendo em vista a crescente necessidade de produção de alimentos, visto que em 2050, por estimativas, teremos cerca de 9 bilhões e até o fim do século cerca de 10 bilhões de pessoas para serem alimentadas, a demanda por alimentos crescerá, concomitante a isso, como atesta o respectivo autor, será necessário o aumento da “produção de biocombustíveis e a necessidade de plantios em áreas com solos cada vez menos férteis (BASTOS, 2011, p. 19).

É certo que a população humana tenderá a crescer nas próximas décadas que virão e que, de forma conjunta, será necessário aumentar a produção de alimentos – embora, nas atuais condições, este discurso possa ser criticamente feito. Atualmente produzimos o suficiente para alimentar a população mundial sem que nenhum ser humano pereça por ausência de alimento.

Inclusive é este um dos lemas da Mosaic Fertilizantes “Ajudar o mundo a produzir alimentos.”.

---

<sup>26</sup> Necessário apontar a inclusão do Fosfato junto com Potássio e Nitrogênio, como recursos minerais estratégicos para o desenvolvimento do Brasil. Este dado está num conjunto de 3 publicações, realizado pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos, da Câmara dos Deputados. De acordo com o terceiro volume, voltado para a discussão de Minerais Estratégicos e Terras Raras “é mais uma iniciativa do Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes), no sentido de colocar em discussão na Câmara dos Deputados os temas mais relevantes para a definição das linhas mestras do planejamento de longo prazo no País.” (BRASIL, 2014, p.9).

Figura 4: Objetivos da Mosaic Fertilizantes<sup>27</sup>

The image shows a screenshot of the Mosaic Fertilizantes website. At the top left is the Mosaic logo. To the right are links for 'Home | Contato' and a search bar 'Buscar no MosaicCo.com.br'. Below the navigation are links for 'Quem Somos', 'Produtos', 'Nosso Conhecimento', 'Nossa Responsabilidade', 'Clientes', and 'Carreiras'. The main content area has a dark green background. On the left, the headline reads 'Ajudar o mundo a produzir alimentos.' followed by a paragraph: 'A Mosaic Fertilizantes ajuda o mundo a produzir os alimentos de que precisa. A empresa é uma das maiores produtoras globais de fosfatados e potássio combinados - dois dos principais nutrientes da produção agrícola. Saiba mais >'. Below this is a video player with a play button and the text 'Saiba mais sobre a Mosaic Company Assista ao vídeo >'. On the right, the headline reads 'Quando o mundo mais precisa da gente, nós não podemos cruzar os braços.' Below this is a circular inset image of a worker in a hard hat and safety gear, and a larger image of a young child eating.

Fonte: Mosaic Fertilizantes (2022).

De acordo com a empresa:

A Mosaic é uma das maiores empresas do mundo em produção e comercialização de fosfato e potássio combinados. Tem como objetivo transformar de forma harmoniosa e responsável as riquezas do solo em desenvolvimento sustentável. No Brasil, atua na produção, importação, comercialização e distribuição de fertilizantes para aplicação em diversas culturas agrícolas, além do desenvolvimento de produtos para nutrição animal e comercialização de produtos industriais.

**Ajudando o mundo a produzir alimentos** com mais de 7 bilhões de pessoas no mundo unidas pela necessidade de se alimentar melhor, a Mosaic tem uma grande responsabilidade: contribuir com o desenvolvimento da agricultura. Tem como meta superar o desafio de produzir mais alimentos com o menor impacto ao meio ambiente. Por isso, trabalha para garantir solos mais ricos e agricultura mais próspera. Até 60% da produção agrícola depende da fertilidade do

<sup>27</sup> A presente imagem da Mosaic Fertilizantes é ilustrativa de como as empresas utilizam da sensibilidade para poder demonstrar seu propósito. Afinal, numa sociedade classista, racista e patriarcal o uso da imagem, principalmente de uma criança branca e de olhos azuis se alimentando contrasta com as recentes imagens das crianças indígenas do Povo Yanomami, subnutridas, doentes e passando fome – a qual marca seus pequenos corpos. A imagem tem sentido político, a mensagem também. Afinal acabar com a fome é um propósito de diversos países e de muitas políticas públicas, mas é necessário observar o apelo utilizado para sensibilizar e ganhar positividade pública (sociedade) e dos seus investidores (stakeholders). Não obstante, o uso da imagem de um trabalhador, ou de um figurante a trabalhador, denota a noção de “vestir a camisa da firma”, ao qual se sente parte ao proclamar “nossa empresa”, deixando de ser trabalhador e passando a ser “colaborador”. Essas transformações de nomenclatura não apenas empobrecem o sentido histórico e político, mas ocultam a contradição de classes e seus conflitos.

solo. Por isso, os produtos da Mosaic são essenciais para a produtividade e a sustentabilidade. Para a empresa, é fundamental que os nutrientes tenham como base os 4Cs: Fonte Certa, Taxa Certa, Tempo Certo e Lugar Certo. Isso aumenta a capacidade agrícola dos produtos a cada safra, potencializando o crescimento das plantas e a qualidade dos frutos e grãos. (MOSAIC, 2020).

Entretanto, de acordo com os dados da FAO<sup>28</sup> (2016), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, referência na produção de alimentos, 805 milhões de pessoas sofrem com a fome no mundo (2012-2014). Não se trata, é claro, de não existir alimentos suficientes para alimentar esse enorme contingente de pessoas que sofrem com fome, ao qual o conceito de fome foi substituído por insegurança alimentar<sup>29</sup> - visto que transformar uma nomenclatura de fome para insegurança alimentar retira o aspecto de pessoas que passam fome diariamente no país e no mundo.

Trata-se, na verdade, de uma problemática mais séria e importante, isto é, o acesso ao alimento. O acesso ao alimento é muitas vezes realizado apenas pela aquisição, ou seja, compra e venda do alimento em forma de mercadorias. Nesse sentido não se trata apenas de aumentar a produtividade sem que se tenha o acesso ao alimento.

Para tal, numa sociedade em que uma pequena minoria da sociedade é detentora da maior parte das terras produtivas e riquezas, e cada vez mais um quantitativo populacional migra do campo para as cidades, a grande questão que circunda esse debate é ter um desenvolvimento social para a população, uma

---

<sup>28</sup> Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, criada em 1945 têm como objetivo erradicar a fome e a insegurança alimentar. Atualmente a FAO têm mais de 190 países-membros.

<sup>29</sup> Uma importante discussão sobre isso pode ser vista no livro *A Fome*, do jornalista Martín Caparrós (2016), no qual o autor através de uma escrita documental demonstra as diversas formas de fome, ao qual ele refere-se como *hambrunas*. Além de demonstrar que a fome acomete pessoas em períodos de guerras, mudanças climáticas, crises econômicas a fome é produzida social e politicamente. Outra grande contribuição acerca deste tema pode ser consultada em *Geografia da Fome*, do geógrafo e médico Josué de Castro (2001), que analisa a fome no Brasil.

redistribuição de terras (Reforma Agrária), produção de alimentos próximos as cidades, evitando assim a perda de alimentos durante a logística de distribuição do produtor – consumidor, estes por sua vez distribuído aos centros de distribuição de alimentos e supermercados<sup>30</sup>.

Mesmo considerando a dimensão territorial do Brasil e sua respectiva capacidade produtiva de alimentos, a globalização econômica tende a criar uma competitividade crescente de produção. Em 2008, os maiores países consumidores de fosfato eram a China, Índia, Estados Unidos, Brasil, Austrália e Canadá (BASTOS 2011 apud IFADATA, 2008).

A demanda de fertilizantes fosfatados é crescente, apesar disso, mesmo tendo uma dimensão territorial e uma extensa diversidade geológica, o Brasil não é autossuficiente na produção de fertilizantes fosfatados.

Em termos de produção global, em 2016, a produção de rocha fosfática foi de 261 milhões de toneladas, esse crescimento tem como base a China, país que, de acordo com o DNPM (2017) “praticamente dobrou sua produção no período de 2009 a 2015, passando de 60 milhões de toneladas anuais para 120 milhões.” Ainda de acordo com a respectiva fonte, apenas em 2016 “mais de 50% da produção mundial originou-se desse país.” (DNPM, 2017, s./p.). A Tabela 2 indica os dados em referentes as reservas e a produção mineral de rocha fosfática tendo como ano base 2016 (publicação 2017).

Tabela 2: - Reservas e produção mundial de Fosfato – 2020

Discriminação Países	Reservas (10 <sup>3</sup> t P <sup>2</sup> O <sup>5</sup> )	Produção (10 <sup>3</sup> t)		
		2015(r)	2016(p)	%
Brasil <sup>(2)</sup>	315.000	6.100	5.850	2,24
China	3.100.000	120.000	138.000	52,87

<sup>30</sup> Pode-se consultar a obra *O Negócio da Comida: quem controla nossa alimentação*, da jornalista Esther Vivas Esteve (2017), no qual ela realiza uma discussão valiosa sobre a comida como mercadoria desde a produção até a chegada em nossas mesas.

Marrocos (inclui Saara Ocidental)	50.000.000	29.000	30.000	11,49
Estados Unidos	1.100.000	27.400	27.800	10,65
Rússia	1.300.000	11.600	11.600	4,44
Jordânia	1.200.000	8.340	8.300	3,18
Egito	1.200.000	5.500	5.500	2,11
Arábia Saudita	680.000	4.000	4.000	1,53
Peru	820.000	3.880	4.000	1,53
Tunísia	100.000	2.800	3.500	1,34
Israel	130.000	3.540	3.500	1,34
Outros países	8.055.000	18.840	18.950	7,26
<b>TOTAL</b>	<b>68.000.000</b>	<b>241.000</b>	<b>261.000</b>	<b>100,000</b>

Fonte: DNPM/DIPLAM; (1) Nutrientes em P<sub>2</sub>O<sub>5</sub>; (2) reserva lavrável; (r) revisado; (p) dado preliminar. Org.: REIS, B.S (2020).

Conforme a Tabela 2, a China tem nas participações mais de 50%, no que se refere a produção, considerando as reservas disponíveis, Marrocos (incluindo o Saara Ocidental situa-se como um local de importantes reservas de exploração. A participação do Brasil aparece na sexta posição com uma porcentagem de 2,24% e uma reserva estimada de 315.000 t de P<sub>2</sub>O<sub>5</sub>.

Em termos de produção interna, isto é, o *Run of Mine* (ROM), a produção em 2016 totalizou 33,4 Mt, obtendo um teor médio de 10,5 de P<sub>2</sub>O<sub>5</sub>, sendo obtido a partir de 13 minas (DNPM, 2017). Já em termos de beneficiamento o minério resultou em 5,8 Mt de concentrado, obtendo um teor médio de 35% de P<sub>2</sub>O<sub>5</sub>.

De acordo com o DNPM, no período supracitado a maior produtora nacional foi a “Vale Fertilizantes, com 65%, seguida da Anglo/Copebrás, com 24%, da Galvani, com 8% e outras pequenas empresas que completaram a produção.” (DNPM, 2017, s./p.) Já em relação a localização de onde é proveniente as explorações o DNPM atesta que

Praticamente 80% da produção nacional é proveniente dos complexos carbonatíticos localizados em Catalão/Ouvidor-GO, Araxá-MG e Tapira-MG que, quando somados aos complexos de Cajati-SP e Angico dos Dias-BA, resultam em 93% da produção nacional, proveniente de rocha dura, percentual esse que deve aumentar com a entrada em produção dos projetos Serra do Salitre-MG e Patrocínio-MG da Galvani e da Vale Fertilizantes (DNPM, 2017, s./p.)

Embora a participação destes locais represente um quantitativo elevado, ao que se refere a produção, a quantidade que foi importada no respectivo período de concentrado de rocha fosfática foi de 1,71 Mt, sendo proveniente do Peru, com 55%, Marrocos, com 33% e demais países<sup>31</sup>. Quanto o quesito refere-se à exportação, os dados são inexpressivos, tendo como comparativo as importações. O DNPM (2017) sublinha que “as exportações [...] estão concentradas nos compostos-químicos e somaram 420 mil toneladas em 2016, gerando US\$ 162 milhões, sendo direcionadas principalmente para os países do Mercosul.” (DNPM, 2017, s/p).

No consumo interno, isto é, em âmbito nacional, o fosfato visa atender a indústria de fertilizantes, onde as principais empresas extratoras são altamente verticalizadas – possuindo as próprias unidades industriais que irão produzir e beneficiar - vide Catalão (GO) com o Complexo Minerio-Químico, onde estão instaladas diversas misturadoras para a realização do beneficiamento.

O setor da exploração mineral, e que muitos teóricos já vêm reestruturando o conceito para neoextrativismo<sup>32</sup>, é um setor que tem uma ampla capacidade em extração, beneficiamento, exportação e importação dentro de uma cadeia global de produção. Cada vez mais a indústria do extrativismo mineral buscará ampliar seu leque, com apoio do Estado capitalista realizando um aprofundamento deste setor, basta ver os projetos PNM 2030 e o já direcionando no setor de fosfato, o Projeto Fosfato Brasil, ambos realizados pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

---

<sup>31</sup> De acordo com o DNPM (2017) “Já entre os compostos-químicos ocorreu um aumento na quantidade, principalmente no MAP (NCM 31054000) e de Outros Adubos c/ nitrogênio (NCM 31055900) totalizando [...], 7,27 Mt importadas. No entanto, apesar do aumento na quantidade, os dispêndios foram da ordem de US\$ 2,5 bilhões (considerando concentrado de rocha e compostos químicos) ante US\$ 2,64 bilhões de 2015, indicando uma queda nos preços.

<sup>32</sup> Pode-se ver mais sobre este conceito na discussão que a socióloga Maristella Svampa (2019) apresenta em sua obra *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*.

Em suma, o Projeto Fosfato Brasil, realizado entre 2008 a 2011, após concluído resulta em duas extensas publicações. A primeira publicação visa fazer uma abordagem com os respectivos objetivos do projeto, traçando um paralelo entre as reservas nacionais e mundiais, um retrospecto histórico dos estudos sobre o fosfato e sua respectiva utilização, a necessidade do recurso, a competitividade global e as demandas do setor agropecuário (tanto em forma de insumo agrícola quanto mistura para alimentação de animais). Já a segunda publicação tem um enfoque voltado com os resultados obtidos, visando suprir e esse déficit nacional em relação ao fosfato e buscar a autossuficiência, para poder suprir a demanda, que se torna cada vez mais crescente.

Ainda que o projeto tenha sido extensamente dispendioso, as publicações resultantes são um valioso material que serve de referencial para estudos futuros. Fato é que, como pode ser observado, o Estado financia e apoia massivamente estes projetos visando o desenvolvimento, primeiro num sentido de romper com a dependência de importações e ampliação da produção para mercado nacional, posteriormente, num sentido de situar-se como um país com capacidade competitiva no cenário global; vide o próprio Plano Nacional de Mineração – PNM 2030 (2011), o Projeto Fosfato Brasil (2011, 2014), o estudo dos Minerais Estratégico e Terras Raras (2014) e demais estudos que consideram os recursos minerais estratégicos para o desenvolvimento do Brasil em relação a crescente competitividade mundial.

## 2. TERRITÓRIO E MINERAÇÃO: uma abordagem teórico-conceitual

De todas as categorias de análise que permitem que a Geografia realize uma leitura que busque compreender e explicar a relação da sociedade↔natureza, escolhemos o território para fundamentar a nossa pesquisa neste momento inicial. A escolha desta categoria não ocorre ao acaso, mas partindo da compreensão de que o território é um espaço que circunscreve interesses, relações de poder, disputas e conflitos.

O território tem emergido como uma categoria privilegiada, principalmente nas pesquisas e investigações da Geografia Agrária nos últimos tempos. Nossa escolha por essa categoria de análise inicia-se por compreender o território como um conceito que está em constante debate, sendo incorporado por outras áreas das Ciências Sociais e que, no transcorrer da história foram se moldando a partir de determinadas perspectivas e ideologias fundantes. Deste modo compreendemos que não um conceito simples, tendo em vista “todo conceito tem componentes, e se define por eles.” (DELEUZE, GUATARRI, 1992, p. 27).

Para Sposito (2006) o conceito de território é constantemente confundido com o de espaço e essa confusão é recorrente, pois há diferentes termos que ao serem utilizados de modo indevido acabam tendo o seu sentido teórico e político esvaziado. Para o autor não se pode pensar o território a-historicamente, isto é, o território sempre aparece acompanhado da categoria tempo, como uma referência necessária para compreender o processo que se inscreve tempo-espacial.

De acordo com Saquet (2007) todo conceito tem uma história e no qual há diversos elementos que contribuem para explicar as transformações que ocorrem ao longo do espaço-tempo, pois todo conceito são maleáveis e carregam consigo

processos contínuos que carregam “em si um caráter processual e relacional num único movimento de pensamento, com superações.” (SAQUET, 2007, p. 13).

Assim, essas superações são transformações que, de um modo geral, significam “ao mesmo tempo, continuidade-descontinuidade, num único movimento.” Esse movimento de continuidade e descontinuidade, situam-se numa perspectiva filosófica de permanências e rupturas, visto que “*o novo contém* pois o *velho* e este, aquele.” (SAQUET, 2007, p. 13). Neste âmbito, o processo de mudança está assentada numa tríade de continuidade-descontinuidade-continuidade, processo este que permite ilustrar que a continuidade se faz e refaz por meio e a partir da descontinuidade, conservando formas e conteúdos e criando outras.

Ratzel (1990, p. 73), no contexto histórico de expansão territorial alemã, correlaciona a relação entre *sociedade* e *território*. Para o autor, o território é essencial para a existência do Estado, pois “não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras [...]”. Assim, a existência de um Estado depende da existência de um território, do mesmo que o próprio Estado enseja uma perspectiva nacionalista e ideológica de nação por meio da governabilidade<sup>33</sup>

De acordo com Raffestin (1993) o território é uma construção social a partir da noção de espaço, ou seja

O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator (que realiza

---

<sup>33</sup> Para Foucault (1979) e Becker (2009) a governabilidade é o tipo de governo e de saber político próprio do modelo de Estado, isto é, de um Estado Moderno, desenvolvido entre os séculos XVII e XX, onde apoia-se no crescimento demográfico, economia política e população como tripé de gestação da forma de governo centralizada, cuja estratégia é regular o controle da população. Concomitante a isso, Foucault (1979) aponta para a necessidade que o Estado tem de disciplina (poder disciplinar), mecanismo este necessário à ação coletiva, pois é uma forma de não apenas analisar o espaço, mas distribuir sob o espaço as coisas de modo a garantir um modo conveniente que permita o controle para alcançar determinados objetivos. Assim, instala-se, a um só tempo, a escala do território nacional e a escala de uma microfísica do poder.

um programa). Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (pela representação, por exemplo) o ator 'territorializa' o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Concomitante a essa perspectiva que Raffestin traz, Moreira (2006, p. 79) ao abordar a relação do espaço e território, diferencia trazendo a perspectiva de que “com o recorte, nasce o território” recorte este espacial, pois o espaço contém o território e o território é contíguo no espaço. Deste modo, “o recorte espacial é o princípio do conceito do território, princípio este qualificado por seu sujeito (o corpo).” Percebe-se, portanto, que cada recorte do espaço, ao seu qualificado, produz um território. De modo que podemos assumir que há uma relação entre espaço e território a partir da ação do sujeito que, por estar no espaço age no espaço a partir de uma determinada intencionalidade e objetivo.

Ratzel apresenta este fator intencional de relação entre o homem e o espaço ao considerar que há uma relação de apropriação do espaço e com o solo, relação essa que permite que um determinado grupo possa se enraizar com profundidade no território: “Quando se examina o homem, seja individualmente, seja associado a família, na tribo, no Estado, é sempre necessário considerar, junto com o indivíduo ou o grupo em questão, também uma porção do território (RATZEL, 1990, p. 74).

Essa ação, de apropriação do espaço, ocorre por e a partir das relações de poder (SOUZA, 1997), relações essas que são consentidas, isto é, “há que se buscar o componente de *consentimento* no exercício do poder – e por extensão, no exercício do controle sobre um espaço” (SOUZA, 2018, p. 87).

Deste modo, compreendemos que a partir do momento que o espaço é territorializado, há nele um exercício de poder que denota ainda uma outra perspectiva, se o espaço foi apropriado ele foi por alguém que exerce poder, influencia a partir de uma determinada lógica e intencionalidade, percebe-se que o poder só se

exerce “com referência a um território e, muito frequentemente, por meio de um território” (SOUZA, 2018, p. 87, grifos do autor).

Este processo de apropriação e territorialização, ocorrido por meio do poder, configura-se como um espaço territorializado e desvela que há um objetivo e uma intencionalidade ao se apropriar de um determinado pedaço do espaço. Independentemente de quais sejam as razões que levam a uma fonte de poder o território é, nas palavras de Souza (2019, p. 83) uma “*projeção espacial das relações de poder*”.

Isso nos leva a compreensão de que essa projeção espacial de poder deseja manter, conquistar ou expandir um determinado território, por exemplo, devido a razões econômicas, estratégias militares e até mesmo culturais. Independente da forma que o território corresponda, há nele, sempre, uma perspectiva e uma noção política (SOUZA, 2019).

Essa noção política apresenta-se inicialmente por meio da perspectiva do Estado Nacional que exerce controle sobre um espaço, delimitando a um só tempo o território à base geográfica de um Estado<sup>34</sup>, sobre o qual exerce a sua soberania e abrange um amplo conjunto de fenômenos físicos (rios, mares, solos, ar) e dos fenômenos decorrentes da estruturação e funcionalização do espaço (cidades, portos,

---

<sup>34</sup> Santos e Silveira (2021, p. 27) apontam que o território é um nome político para o espaço de um país. A própria existência de um país supõe a existência de um território. Interessante verificar que eles explicam que “a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Pode-se falar [...] de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território.” Acerca dessa discussão, a obra de Pierre Clastres (2014) *A sociedade contra o Estado*, traz uma importante contribuição sobre a ausência de necessidade dos povos originários formarem um Estado, mesmo tendo territórios e territorialidades.

estradas, malhas ferroviárias) e fronteiras (limites) (SPÓSITO, 2004, BECKER, 2009, MARTINS, 2018).

Assim, Raffestin (1993) e Sposito (2004) afirmam que o território é fonte de recursos. Para o primeiro autor “os recursos determinam os horizontes possíveis de ação. Os recursos condicionam o alcance da ação.” (RAFFESTIN, 1993, p. 58). Essa ação é a própria perspectiva de apropriação e uso dos recursos dispostos, por exemplo água, solo, subsolo, energia e afins. Sposito (2004, p.122-123) aponta que o território é fonte de recursos e, por isso,

[...] só pode ser compreendido quando focado em sua relação com a sociedade e suas relações de produção, o que pode ser identificado pela indústria, pela agricultura, pela mineração, pela circulação de mercadorias etc., ou seja, pelas diferentes maneiras que a sociedade utiliza para se apropriar e transformar a natureza.

Deste modo, percebe-se que o território é fonte de recursos, que permitem realizar ações sobre ele e a partir das ações o território pode ser compreendido a partir da relação da sociedade e suas relações de produções, podendo variar a partir da forma como que a sociedade se apropria e transforma a natureza.

Segundo Becker (2009) a partir da década de 1980 deixa-se de considerar o Estado Nacional como a única fonte de poder, e o território nacional como uma única escala de poder, revelando-se que dentro do território nacional há uma multidimensionalidade do poder que “explode em múltiplas territorialidades, expressando a nova estrutura de relação espaço-tempo, possibilitada pela conexão local-global.” (BECKER, 2009, p. 34).

É este ponto, de múltiplas territorialidades e multidimensional, dentro de um mesmo território, que Fernandes (2009) traz à discussão o caráter multiescalar, “é o território da nação, do país, dos estados, das províncias, das microrregiões,

departamentos, municípios e outras unidades geográficas de divisão escalar” (FERNANDES, 2009, p. 200). Partindo destas contribuições, os territórios são formados por meio de diferentes relações sociais e de classes sociais, estando sempre dentro de territórios considerados como espaços de governança que são de divisão escalar.

As discussões acerca do território têm sido utilizadas amplamente por nós, geógrafos, mas também como ferramenta operacional e conceitual na implantação de políticas públicas e privadas, tanto no campo como na cidade, são utilizadas por governos e movimentos sociais. Percebe-se não apenas a apropriação, mas o uso corrente e recorrente do termo em políticas que formam e direcionam diferentes modos e modelos de desenvolvimentos, causando impactos sócioterritoriais, erigindo conflitos, disputas e recriando formas de resistências perante as formas de controle social (FERNANDES, 2009).

Para o autor,

É interessante observar que é neste contexto que o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio. Em suas diferentes acepções, o território sempre foi estudado a partir das relações de poder, desde o Estado ao capital, desde diferentes sujeitos, instituições e relações (FERNANDES, 2009, p. 200).

Conforme exposto anteriormente, com o objetivo de traçar um panorama conceitual do território, os sujeitos que se territorializam, isto é, recortam e ocupam um espaço, possuem diferentes intenções e modos de uso do território, essa heterogeneidade revela que há distintos modelos de desenvolvimento no qual são utilizados como *forma* e *meio* de domínio, tais formas de apropriação e uso, seja pelo Estado e/ou por empresas transnacionais, levam a exclusão de grupos e sujeitos, no

qual implica, diretamente, ao processo ligado a TDR (Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização).

Isto posto, a territorialização do capital mineral em Catalão (GO) também promove e faz parte do processo de TDR, pois essas empresas, de capital nacional e estrangeiro, ao se territorializarem na década de 1970 no município de Catalão (GO) promoveram mudanças significativas na cidade e no campo, promovendo o processo migratório de trabalhadores de outras regiões para o município, agravando o sistema imobiliário e necessitando de criação de novos bairros. A geração de mão de obra qualificada, gerando um curso específico de Técnico de Mineração no Senai – Unidade Catalão (GO) e o processo de expropriação de camponeses do campo, fazendo com que estes, desterritorializados perdessem a posse do seu território e necessitassem migrar para as periferias da cidade, perdendo a sua relação comunitária, seu modo de produção e a relação com a terra (FERREIRA, 2012; GONÇALVES, 2016, AZEVEDO, 2019; REIS, 2020; MENDONÇA, MATOS, SERAFIM, 2020).

Compreendemos, portanto, que o processo de TDR é, ao mesmo tempo, um processo que ao desterritorializar um determinado grupo, que já ocupava um território, passa então a ocupá-lo, organizar e reestruturá-lo a partir de determinados objetivos e determinados fins. O processo de desterritorialização, processo este engendrado a partir das relações de poder, em grosso modo, normativos criados pelo Estado, é uma linha de fuga, reflexo da linha de separação (DELUZE, GUATTARI, 1995, HAESBAERT, 2004, 2014), mas não se trata de uma fuga a partir da própria vontade, mas sim a partir de um processo de ocupação pelo outro, amparada em elementos jurídicos apoiados e criados pelo Estado (arranjos institucionais), por exemplo a expropriação por meio de judicialização, que vêm ocorrendo há algumas décadas e

que foi denunciado no Grupo de Trabalho da Câmara de Vereadores de Catalão (2018) e no Tribunal Permanente dos Povos do Cerrado – TPP (2022) como prática recorrente<sup>35</sup> das empresas para conseguir expulsar trabalhadores da terra de suas propriedades, removendo forçosamente seus laços comunitários e fragmentando o território, e ao fragmentar expande seu próprio território da mineração e impõe limites, isto é, cria fronteiras que se expandem a partir da expropriação e espoliação do outro.

Harvey (2005) aponta que o capitalismo tende a espolar para acumular. É o processo de no qual o autor denomina e define como *acumulação por espoliação*, processo este que ocorre por meio da

[...] mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas. A conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2005, p. 121).

Neste processo de acumulação por espoliação, o Estado exerce um importante papel, já que o mesmo detém o monopólio de violência e suas definições de legalidade, tendo o importante papel de promoção destes eventos para o desenvolvimento capitalista. Daí o sentido de o Estado continuar a manter a sua lógica territorial e capitalista, sempre interligada, mesmo que nem sempre convergente (HARVEY, 2005).

---

<sup>35</sup> O caso exemplar deste processo refere-se a uma família que, por meio de judicialização, está impedida de ocupar a própria terra e exercer o controle sobre o modo de produção e reprodução, devido a não concordância de venda da terra para as mineradoras. Em discordância a essa norma, caso a família retornasse a propriedade seria penalizada com multa diária no valor de 30 mil reais. Esse caso foi denunciado primeiramente ao GT (2017-2020) e posteriormente ao TPP em (2021), ao qual no ano de 2022 foi dado as mineradoras o veredicto acusando de violência e violação de direitos por parte das mineradoras.

Chama-se a atenção que este processo de expulsão de populações camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, tem se acelerado e formado “um proletariado sem terra” (HARVEY, 2005) em diversos países, como México, Índia, devido a recursos que antes eram utilizados e têm sido privatizados e inseridos na lógica capitalista de acumulação. Este processo de privatização, iniciado por meio de indústrias nacionais, promovido principalmente pelo Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Nacional (FMI), tem chegado aos bens naturais como terra (monoculturas), água (hidroelétricas e pequenas centrais hidrelétricas), subsolo (minérios e mineração), ar (energia eólica) e luz solar (energias fotovoltaicas) (HARVEY, 2005, SASSEN, 2016, IZÁ PEREIRA, 2019).

Assim, a acumulação por espoliação poder ser interpretada “como o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado” (HARVEY, 2005, p. 128). As motivações podem ser internas ou impostas, a partir de fora, com o apoio do Estado que regula e cria aparatos legais, por meio de leis, normas e decretos visando dar condições legais a instalação do capital internacional.

Segundo Sassen (2016) não é simples para um governo ou uma empresa de capital internacional adquirir vastas extensões de terras de um país estrangeiro, do mesmo modo que se torna difícil para um governo vender ou arrendar extensões de terra a outro, para isso ocorrer são necessários “facilitadores”, entre eles a corrupção, a dívida externa que podem exercer importante papel na negociação. Além disso, exercem importante papel as inovações legislativas, contábeis e a assinatura de acordos comerciais que engendram formas permissivas de apropriação e uso de terras (processo de estrangeirização de terras), visando usufruir dos bens naturais, transformados em recursos e passíveis de serem precificados no mercado.

## 2.1 Território e mineração

A relação entre território e mineração se faz necessária para compreender o processo de apropriação de um determinado espaço, prioritariamente ligado à disposição e disponibilidade de recursos minerais, apropriação esta realizada por e a partir de relações entre o capital mineral e o Estado, que age permitindo e licenciando a operação. Deste modo, a apropriação do espaço se dá pela legitimação e permissão do Estado para uso e apropriação do setor para exploração do solo e do subsolo.

Além deste fator, compreende-se que a mineração não se restringe estritamente a área onde localiza-se o empreendimento minerário (cava), mas há todo um complexo composto por estradas, rodovias, minerodutos, redes de transmissão de energia, trechos ferroviários, barragens de rejeito, pilhas de estéreis, usinas de beneficiamento e a bolsa de valores. Todos estes elementos compõem o complexo mineral numa rede que se dispõe do local ao global e do global ao local, revelando que há uma interação concatenada e ordenada.

Essa noção permite compreender que há interesses inerentes no processo de apropriação e territorialização, aspecto este que revela a dinâmica de múltiplos atores neste processo dinâmico e contínuo. De certo modo, como avalia Coelho (2016) há um emprego do discurso de desenvolvimento pela mineração (DDM) para legitimar a chegada do setor em determinado lugar.

Coelho (2016) utiliza o termo discurso do desenvolvimento pela mineração (DDM) para designar

[...] um discurso propagado em localidades que lidam com as consequências causadas por atividades econômicas com forte impacto social, como a extração de recursos naturais. O discurso que legitima a atividade mineradora é exatamente uma ideia distorcida do desenvolvimento. Esse discurso consiste na retórica da criação de empregos, da captação de renda por meio dos impostos e,

consequentemente, do advento do desenvolvimento socioeconômico. Por meio do DDM, a mineração surge como sinônimo do desenvolvimento de toda a sociedade, e não apenas de partes dela, se colocando como solução para a pobreza (COELHO, 2016, p. 101-102).

Esse discurso compreende elementos que engendram um aspecto de positividade ao setor, por exemplo o discurso corriqueiramente utilizado de “desenvolvimento sustentável”, e de “desenvolvimento humano”, são termos que ganham, em essência, uma positivação e uma correlação positiva entre a empresa e a população local. Assim, o uso do discurso e o marketing social “são fundamentais para que a população aceite a mineração, mesmo com um gigantesco passivo socioambiental e econômico” (COELHO, 2016, p. 99) que perdura durante décadas.

A monitoração de grupos atingidos por grandes projetos de mineração<sup>36</sup> e de outros setores também é utilizado para que empresas possam se precaver de possíveis mobilizações populares que invisibilizariam seus projetos. Essa ação engendra a busca contínua de uma espécie de boa relação entre empresa e população pois assim “a empresa passa a ideia à população de que se preocupa com problemas ambientais e de que realiza uma série de iniciativas de promoção e preservação do meio ambiente.” (COELHO, 2016, p. 99).

Assim, em só modo os grandes projetos de mineração, com suas equipes de *marketing* social, criam mecanismos para aparentar serem preocupadas com o ambiente, com desenvolvimento humano e econômico e isso ocorre pela perspectiva de uma roupagem ideológica centrada em duas ideias principais: a ideia do progresso e; o mito do desenvolvimento.

---

<sup>36</sup> Vide as discussões realizadas por Zhouri et al (2017) que discutem as políticas de reparações e gestão de afetações após o desastre sociotécnico em Mariana (MG) em que acompanharam as reuniões entre as empresas e os atingidos, buscando debater o processo de reconstrução de Bento Rodrigues.

Por muito tempo o progresso teve/tem como função desarmar contradições sociais que poderiam romper com o processo de acumulação. Furtado (1978, p. 65) aponta que “A ideia de progresso permitiria traduzir a nova visão do mundo em termos de solidariedade social, de forma a contrabalancear os efeitos das forças desestabilizadoras.”

O progresso está ligado à uma espécie de fantasia que permite a manutenção e a continuidade da acumulação, correlacionada a perspectiva de que o crescimento econômico contínuo e sem limites garantiria a resolução dos problemas sociais (COELHO, 2016). Essa fantasia cria uma visão otimista de futuro nas classes subalternizadas, ensejando a ascensão social como meio e fim para a solução dos problemas.

Furtado (1978, p. 64) defende que “a ideia de progresso iria constituir a célula *mater* de um tecido ideológico que serviria de ligadura entre grupos antagônicos.” Concomitante a isso existe o mito do desenvolvimento. Este desenvolvimento, conforme aponta Furtado, se diferencia da noção de progresso devido um caráter econômico mais estreito, enquanto o progresso é a proposta de uma aliança social entre lados antagônicos.

A noção de desenvolvimento é concebida como desempenho internacional de um determinado país que ignora “o custo da acumulação em termos de valores culturais próprios”, fazendo com que a “história dos povos passe a ser vista como uma competição para parecer-se com as nações que lideram o processo acumulativo”. Nesse sentido, o progresso seria sinônimo de diversificação e sofisticação dos padrões de consumo material, entretanto, na realidade, o que se percebe é que esse acesso diversificado e sofisticado acontece para apenas uma pequena parcela da população, sob o detrimento de uma grande parcela.

Lang (2019, p. 25) critica essa perspectiva e aponta para a necessidade de se pensar novas alternativas ao desenvolvimento. Para ela o desenvolvimento, do jeito que está posto, apresenta um discurso em que o desenvolvimento é creditado como “um processo linear e ilimitado”, sendo que a riqueza de alguns se dá por meio das relações coloniais históricas e atuais.

Entretanto, essa visão, abraçada tanto pelo espectro direito quanto pela esquerda política, é uma promessa que exerce um fascínio sobre a população. Afinal, uma promessa de bem estar, de qualidade de vida e diversidade cultural são pontos bem vindos. Entretanto essa promessa se faz sob relações desiguais entre o Norte Global e o Sul Global.

Para poder sustentá-lo, as populações do Norte geopolítico e as elites dos países do Sul – ou seja, uma pequena parte da população mundial – procuram ter acesso à totalidade dos recursos de nosso planeta, tanto no que diz respeito aos bens naturais, quanto à mão de obra cada vez mais barata, e à capacidade do ambiente de absorver a contaminação e os dejetos. Ou seja, o luxo e a saturação de uns são construídos sobre a espoliação dos outros. Não há forma de estender isso em escala planetária, para todos e todas, como sugere a ideia do “desenvolvimento”. Porque só se foi possível acumular esse nível de consumo material depois de séculos de expansão que implicaram a destruição de outras culturas, de outros modos de vida, para tornar seus territórios funcionais às lógicas do capital (LANG, 2019, p. 28).

Se essa noção de desenvolvimento é buscada, de forma incessante por diversos países, tendo como referência países já desenvolvidos, *é uma escolha política*, na qual e para a qual, se abraça a perspectiva de explorar as próprias riquezas naturais (bens comuns) em busca de se desenvolver. Esse pensamento nos permite visualizar no discurso de desenvolvimento pela mineração elementos que são utilizados para a aceitação do setor pela sociedade.

Nos debates sobre a manutenção da mineração, o discurso do desenvolvimento surge como principal argumento pró-mineração. *O DDM têm diversas características, mas a mais destacada e recorrente é a retórica da criação de empregos e de divisas para o município.* A retórica do emprego surge como saída para uma população que teme

o desemprego. Com essa compensação, a atividade mineradora seria justificável, mesmo causando tantos problemas. Essa seria a ideia da chegada do progresso que, na verdade, aprofunda a relação de dependência da região frente a uma atividade com alta volatilidade nos preços e sensibilidade a crises econômicas (COELHO, 2016, p.103, grifos nosso).

O setor minerário, além de abrir uma nova fronteira de expansão, ao se instalar em determinado município, abre também um imaginário social no qual a mineração é aceita, mesmo que os impactos advindos sejam maiores que os benefícios. Deste ponto de vista, a mineração é uma fonte inesgotável de renda para os caixas das prefeituras<sup>37</sup>, o que, de certa forma, potencializaria os investimentos públicos e a riqueza local. Esse argumento pró-mineração afeta até mesmo grupos de oposição que buscam rebater os impactos, o que legitima a atividade mineradora no município.

O DDM é um discurso que amplifica a positividade do setor minerário frente a sociedade. Percebe-se que essa positividade se faz por uma multiplicidade de elementos que ensejam apresentar características positivas, isto é, aspectos que aparentam causar impactos positivos, tais aspectos são contraditórios.

Essa contradição, apresentada por pesquisadores, movimentos sociais e atingidos revela a verdadeira face da mineração. Um setor econômico que espolia, gera conflitos, causa impactos nas dimensões sociais, econômica, culturais e insere múltiplos territórios na mira do setor. Em suma, é um setor econômico que tem como marca a destruição e a exploração predatória dos Bens Comuns, isto é, permeada por

---

<sup>37</sup> Ressaltamos a atual importância do projeto “De olho na CFEM” na qual busca-se, por meio do próprio site dos municípios mineradores, informações acerca dos royalties e impostos que serão revertidos para a população por meio de investimentos públicos em educação, saúde, infraestrutura, etc. Na busca de informações sobre a CFEM do município de Catalão (GO), no próprio site da prefeitura não encontramos informações referentes a destinação dos investimentos e em quais setores foram investidos. Posteriormente foi solto um relatório do projeto De olho na CFEM na qual indica-se essa falta de transparência ao acesso público dos dados. Ver a Nota Técnica nº 07 em que se discute a falta de transparência e ausência de acessibilidade aos dados de municípios minerados.

uma incessante exploração da terra, do subsolo, dos minérios, de energia, de trabalhadores e de ambientes.

Amplia-se, cada vez mais, a busca por novos territórios a serem apropriados pelo setor, exemplo disso é a garimpagem ilegal em territórios indígenas e Unidades de Conservação (UC's) (REGINATTO, WANDERLEY, 2022), o avanço sistemático da mineração entre o *boom* e o *pós boom* das *commodities*, o aspecto político e transicional da mineração em governos de posicionamento político progressista (MILANEZ, SANTOS, 2013), liberal-conservador (GONÇALVEZ, MILANEZ, WANDERLEY, 2018) e ultraneoliberal (WANDERLEY, GONÇALVES, MILANEZ, 2020) que aprofunda a economia no setor e se faz uma guerra a territórios ocupados por grupos que são marginalizados historicamente.

Tais grupos contrapõem este discurso, revelam e criticam o atual modelo econômico de mineração, expõe as práticas de violência, de coerção, as estratégias utilizadas para amenizar os impactos, por meio de discursos extremamente alinhados e buscam novos horizontes e novos modos de desenvolvimento, desenvolvimento este diferente do imposto, diferente deste desenvolvimento que se faz e refaz por espoliação, depredação e política de terra arrasada.

Lang (2019) defende que os modos de organização societal e da economia, as formas e modos de concepção do mundo, e de participar dele e com ele, os conhecimentos gerados e transmitidos de gerações por gerações de uma grande parte da população mundial foi desqualificado como “pobres”, “insuficientes” e “atrasados”. Essa desqualificação, assume a autora, se faz por uma razão única: esses conhecimentos e concepções estão fora do sistema de produção capitalista.

No capitalismo, o “desenvolvimento” se faz com a inclusão de novos territórios, aos quais ainda não estão inseridos no circuito de acumulação capitalista. Resultante deste processo de inserção apresenta-se os conflitos, a transformação de populações em consumidores, camponeses de subsistência e autossustento em assalariados, informais e empreendedores de si<sup>38</sup> (HAN, 2018), bens naturais comuns são transformados em *commodities*, propriedade coletiva em privada e vendável, com o forte apoio do Estado. Assim, realiza-se a expansão das fronteiras do capital sob territórios de norte a sul, convertendo tudo e a todos, inserindo novas práticas econômicas, sob o discurso de “crescimento econômico”, irmão siamês do “desenvolvimento”.

Nessa dinâmica constante de ações e reações, atores sociais, movimentos sociais, poder público e universidades buscam contrapor essas perspectivas, emerge deste processo a reação, a organização e a luta conjunta para discutir a mineração no Brasil e na América Latina.

Assim, movimentos sociais, atingidos e sociedade civil buscam contrapor essa noção do discurso de desenvolvimento pela mineração (DDM), buscando questionar e apresentar contrapontos que elucidem este caráter hegemônico levantado tanto pela mineração e o *marketing* utilizado, tanto pelo discurso do Estado, que coloca em jogo perspectivas e discursos que denotem a positividade do setor, geralmente associado as divisas arrecadadas, número de empregos gerados e o gigantismo do setor;

---

<sup>38</sup> O empreendedor de si mesmo, como considera Han (2017), é o sujeito que acredita, por meio discurso neoliberal, que o empreendedorismo é a libertação do sujeito. Essa libertação faz com que o próprio sujeito se torne patrão e empregado de si mesmo. Se tornando um *sujeito do desempenho* que desempenha a própria coerção, se sujeitando incansavelmente a explorar a si próprio. Assim, o capital se multiplica e reproduz enquanto há competição de uns com os outros. São as práticas que o autor analisa para discutir a exploração da liberdade e as novas técnicas do poder no neoliberalismo.

enquanto movimentos sociais, atingidos e sociedade civil buscam apresentar a negatividade do setor ao apontando os impactos, sociais, ambientais e econômicos.

Essa dualidade, de múltiplos atores, traz à tona o território como a principal categoria para expor os impactos e disputas que são inerentes e advindos deste setor econômico. Assim, o território ganha novas linguagens de valorização para os debates (SVAMPA, 2019; HAESBAERT, 2020, PORTO-GONÇALVES, 2015), em conjunto com os movimentos sociais e atores sociais que criam novas formas de ver e se apropriar do mundo, modos estes que contradizem o discurso hegemônico e único do modo de produção capitalista. São estes sujeitos que tomam para o protagonismo dos debates, apontam e expõem formas outras de se pensar o mundo, o uso dos Bens Comuns, da Natureza e da vida.

Os “de baixo”, como propõe, Zibéchi (2017, 2020, 2022) ao analisar os movimentos e atores sociais que estão em luta por melhores condições, como indígenas, quilombolas, camponeses, apresentam outro(s) modo(s) de ver e estar no mundo, uma forma em que a auto-organização, a autonomia, a autogestão, o apoio mútuo estão ligados com o Bem Viver, é uma forma e uma prática própria dos movimentos sociais latino americanos, diferente dos movimentos sociais eurocêntricos, onde coloca-se o território como o principal elemento de defesa. A luta não é apenas por terra, mas por território.

A América Latina, continua com as veias abertas, sendo espoliada, militarizada, explorada e subordinada aos interesses do Norte Global e de uma pequena burguesia do Sul Global que dita os interesses de poucos sobre muitos. As lutas, portanto, trazem uma nova perspectiva. Svampa (2019, p. 55, grifo da autora) aponta que há um consenso implícito “entre a defesa do território e da *territorialidade* ser uma das dimensões constituintes das resistências sociais contra o extrativismo”.

A autora enfatiza que território e territorialidade são conceitos controversos. Essa controvérsia aparece pelo uso comum do território por diversos atores (movimentos sociais, empresas, Estado). Assim, Svampa aponta que:

Território e territorialidade são conceitos controversos, pois não apenas aparecem nas narrativas das organizações indígenas e dos movimentos socioambientais, mas também no discurso de corporações, de gestores de políticas públicas e no poder político de modo geral, em diferentes escalas e níveis. A noção de território se converteu em uma espécie de *conceito social total*, a partir do qual é possível visualizar o posicionamento dos diferentes atores em conflito e, a partir desse posicionamento, analisar as dinâmicas sociais e políticas (SVAMPA, 2019, p. 55).

Portanto, é necessário analisar a posição de quem fala e como fala ao se apropriar do conceito de território e territorialidade. Essa preocupação sob o uso e a banalização do conceito já foram indicados por Souza (2019), Cruz (2021) e Carmo (2021). A preocupação que os autores trazem é importante para alertar sobre a forma e por quem os conceitos são tomados e utilizados discursivamente no cotidiano. O uso excessivo pode acarretar um esvaziamento da sua historicidade e transformações que foram ganhando ao longo do tempo e dos debates empregados por geógrafos, sociólogos, antropólogos, movimentos sociais, Governo e corporações. Deste modo, é preciso dar ênfase ao lugar de enunciação de quem fala e como se apropria, quais são os posicionamentos e os seus contextos.

Santos (2005) destaca que a apropriação do território nunca é apenas material, mas também simbólica. Esse simbolismo aponta para outras formas de se apropriar e relacionar com o território. Neste mesmo sentido, Mançano (2008) aponta que convivemos com “diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações distintas, que são disputadas cotidianamente.”

Essas relações focalizam para formas interativas e relacionais diferenciadas com o espaço apropriado, tal espaço apresentará, de forma direta, aspectos e características próprias do sujeito e/ou grupo que o apropriou, essas características permitem visualizar as formas pelas quais o território vai ganhando formas e conteúdos próprios, por exemplo um território indígena, quilombola ou campesino será diferente de um território extrativo-mineral pelas próprias formas de uso, apropriação e cosmovisões interativas e relacionais com o ambiente e a Natureza. Em um o modo de produzir e existir estará diretamente ligado aos bens comuns (água, terra, biodiversidade), sendo utilizados de maneira que garanta o uso comum, tendo o apoio mútuo, a autogestão e respeitando o tempo da Natureza, no outro a apropriação se faz pela pelo uso de grandes recursos num curto espaço de tempo, apropria-se da natureza (terra, água, solo, subsolo, fauna, flora, energia) de modo a transforma-las em mercadorias com objetivos de comercialização e obtenção de lucros.

Pode-se perceber que há a necessidade de se criar novas linguagens de valorização das lutas que questionam essa cosmovisão de “desenvolvimento ilimitado”, seus impactos socioambientais e isso ocorre pela valorização do território e da territorialidade. Svampa (2019, p. 55) aponta que a

[...] a geografia crítica brasileira fez uma enorme contribuição para o enriquecimento e a atualização do conceito de território, sobretudo em uma perspectiva focada na necessidade de representar os territórios a partir de baixo, ou seja, uma aproximação do sentido de território e territorialização de movimentos sociais.

Porto-Gonçalves (2005) ressalta que nossa época pode ser comparada ao Renascimento, considerando que visualizamos e participamos de um processo de (re)configuração geográfica em que diferentes atores e segmentos da sociedade não estão do mesmo modo nesses espaços instituidores. A territorialidade, como salienta

Svampa (2019 ) se faz e refaz em um espaço complexo, no qual cruzam e entrecruzam lógicas de ação e racionalidades de valores diferentes. Essas racionalidades expõem formas de ser e estar no mundo, racionalidades de Bem Viver, racionalidades de exploração e acumulação, racionalidades de defesas de práticas de uso racionais da Natureza, racionalidades de sustentabilidade.

Haesbaert (2004) ao refletir sobre a multiterritorialidade aponta que ela é uma outra face da globalização. Estamos longe de estarmos assistindo a um “fim dos territórios”, ou o “fim da história”, sob o cotidiano vai se construindo uma geografia mais complexa, não hierarquizada, ilustrada, principalmente, por territórios em rede, construído por e a partir de grupos subalternizados pelo discurso dominante e do pensamento único. Emerge no campo e na cidade movimentos de “sociedades outras” (ZIBÉCHI, 2017), que inserem o território como um espaço de resistência, cada vez como um lugar de ressignificação e criação de relações e elos sociais.

Svampa (2019) ao analisar movimentos sociais, descreve que a territorialidade aparece como uma dimensão material compreendida, muitas vezes, como auto-organização comunitária, tanto em movimentos camponeses e indígenas, quanto de movimentos sociais urbanos, associados à luta pela terra e as reivindicações em torno de necessidades básicas.

Importante ressaltar que:

Desde o ano 2000, a disputa pelo território tem tido outras inflexões, a partir de novas modalidades adotadas pela lógica do capital nos espaços considerados estratégicos devido à presença de recursos naturais. Nesse sentido, os mega-projetos extrativos – como a mineração em grande escala, o avanço da fronteira de petróleo e gás, do agronegócio e, inclusive do urbanismo neoliberal, entre outros – podem ser pensados como um exemplo paradigmático em se vai gerando uma “tensão de territorialidades” por meio da implantação de uma visão dominante de territorialidade que se apresenta como

excludente das demais visões existentes – ou potencialmente existentes (SVAMPA, 2019, p. 56).

A mineração em grande escala, o avanço da fronteira de petróleo e gás e do agronegócio tem sido os principais vetores de conflitos socioambientais. Onde estes empreendimentos econômicos se territorializam geram conflitos em todas as fases, da instalação à operação, com territórios adjacentes.

O Estado, buscando beneficiar o capital, ignora a existência de territórios ocupados, considerando como socialmente vazios, valorizando a ideia de progresso e desenvolvimento econômico, valores estes empregados também pelas empresas para aceitação social. Essa invisibilização e desvalorização de territórios preexistentes faz com que homens e mulheres se ergam em busca da defesa do(s) território(s) e questionem essa lógica de invisibilização, essa desvalorização e estes valores apregoados como progresso e desenvolvimento. Progresso pra que(m)? Desenvolvimento para quem?

Para Svampa (2019, p. 58)

[...] a afirmação de que existem regiões marcadas historicamente pela pobreza e pela vulnerabilidade social, com baixa densidade populacional, que contam com grandes extensões de territórios “improdutivos”, facilita a instalação de um discurso eficientista e excludente em nome das dinâmicas globais do capital.

Sob esta lógica discursiva do Estado, concebe-se uma falsa realidade sobre territórios, concebendo-os como vazios, ociosos e desérticos, prontos para serem ocupados e inseridos sob a lógica do capital, de desenvolvimento, de progresso, de geração de empregos e divisas. Coloca-se em pauta a noção de desenvolvimento nacional, isto é, a nação se torna uma das justificativas para aceitação nacional, ignorando e ocultando o fato de a concentração de riquezas exploradas em solo

nacional serem enviadas para fora, como aponta Harvey (2016) ao discutir sobre desenvolvimentos geográficos desiguais e a produção de espaço. São contradições que o próprio capital apresenta, e que são reforçadas pelo Estado visando manter o status e a relação com a burguesia nacional e internacional.

## **2.2 Virada territorial (ou ecoterritorial)**

Atualmente a América Latina apresenta um cenário contraste e perturbador. A geografia latino-americana esteve marcada pela emergência e a chegada de governos progressistas, que tiveram a função de transformar o Estado, buscar ampliar a participação popular e implementar políticas públicas que favorecessem populações e melhoras as condições de vida (SVAMPA, 2019).

Estes governos emergiram sob um discurso crítico ao neoliberalismo dos anos 1990 e adotaram uma retórica nacional-popular crítica aos grupos de poder econômico. Sob esse novo horizonte, características particulares foram surgindo, em cada país e com características próprias, onde coexistiu uma política de estímulo que promoveu a instalação de “um modelo neocolonial”, Svampa (2019, p. 141) aponta que esse modelo se baseou na “apropriação e na destruição dos recursos naturais.”

Criticando este aspecto, Svampa (2019) aponta que para além das retóricas utilizadas, aceitou o “destino” e o “novo consenso internacional” em nome das “vantagens comparativas”, ou de uma subordinação à ordem geopolítica mundial que reserva, de forma histórica, a América Latina o papel de exportador de Natureza, papel este que desconsidera os impactos que desestruturam populações e territórios.

Do México ao Brasil, a opção extrativista busca implementar, na América Latina, uma nova divisão territorial e global do trabalho baseada na apropriação dos recursos naturais não renováveis, o que gera novas assimetrias em dimensões

políticas, políticas e ambientais entre o Norte e o Sul Global. Svampa (2019) aponta que:

[...] o extrativismo resultante não é um destino, é uma opção política e também civilizatória assumida pelos diferentes governos, que vai reconfigurando negativamente nossos territórios e economias e gera uma nova dependência: cada vez exportamos mais matérias-primas, o que aparece refletido na concentração econômica, na especialização produtiva, assim como na consolidação de enclaves de exportação, traços que historicamente foram criticados tanto pelo desenvolvimentismo como pelo marxismo.

Se é preciso considerar a opção política, como fator primordial para a compreensão dos efeitos históricos e contínuos do aprofundamento do neoextrativismo, pois também implica em pensar o futuro. Isso se revela por meio da dependência crescente, dependência por escolha política e subordinada entre as assimetrias do Norte e o Sul Global. Nesse processo hipoteca-se o futuro, amplia-se a dependência na produção de *commodities* e especializa-se lugares, territórios, regiões e países.

PORTO-GONÇALVES (2015) aponta que as lutas sociais tem reforçado o enfoque no território, compreendendo-o como meio essencial para manutenção da vida e da dignidade humana. Estes sujeitos sociais, camponeses, indígenas, quilombolas, geraizeiros e tantos outros falam de um lugar que lhe pertencem

Para aqueles, como nós, que nos colocamos nas perspectivas dos grupos-classes sociais/etnias/povos/nacionalidades que têm em comum a condição de subalternização no contexto das relações sociais e de poder do sistema mundo capitalista moderno-colonial patriarcal é fundamental tomarmos em contar o lugar de enunciação do discurso que, ao dizer o que é a realidade social contribui para constituí-la (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 2)

Quando falamos de lugar de enunciação nos referimos ao lugar da vida comum, onde é necessário compreender quem são os sujeitos que enunciam as realidades vividas (em todas as suas dimensões). Compreendemos que é preciso ter cautela sobre este aspecto, pois quando nos referimos ao lugar de enunciação do discurso

“quase sempre se quer referir ao lugar da hierarquia/estrutura social e de poder (classe dominante e/ou classe dominada) onde se olvida seu lugar geográfico.” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 3).

Os sujeitos sociais que expõe e criticam a colonialidade e a modernidade apontam para críticas ao capitalismo e para além dele. Não se trata de criticar apenas por criticar, como forma vazia ou modismo ausente de fundamentos, mas trata-se de valorizar suas próprias práticas, modos de vida e produção, elementos estes que estão sendo capturados pelo capitalismo e convertidos em mercadorias, sejam elementos materiais ou imateriais.

Há mais de 500 estes sujeitos apontam para a colonialidade violenta, predatória, expropriadora e acumuladora. O “descobrimento” foi, e ainda é, o encobrimento de histórias de povos, territórios e territorialidades. O saqueio e a exploração predatório de todas dimensões foram o elemento para o enriquecimento e a subalternização, criando uma relação de explorador-explorados.

A acumulação do capital, feita desde a forma de acumulação originária, conforme apontava Marx (2015), se faz pela contínua captura de novos territórios, aos quais são inseridos na lógica sociometabólica do capital. O que camponeses, indígenas e quilombolas fazem ao criticar este modelo é apontar para a defesa dos territórios e a *“Luta pela Vida, pela Dignidade e Território em que vários desses movimentos indicam que a vida não pode ser pensada fora da natureza, como tradição científica hegemônica eurocêntrica”* (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 7, grifo nosso).

Essas lutas, devendo ser utilizadas no plural, apontam para a urgência de reapropriação social da natureza. Crer que dominamos a natureza seria um equívoco, somos partes integrantes dela, somos a natureza tendo capacidade e consciência de

nós mesmos. Assim, a busca por reconhecimento da Dignidade é uma reclamação a respeito à sua condição de ser digno negado pela colonialidade e modernidade. Agora, ao enunciar críticas ao capitalismo apontam para o direito de ter diferenças, afirmando a pluriversidade biológica, cultural, política – a pluriversidade diz respeito as múltiplas versões do que pode ser comum.

Assim, a defesa dos territórios faz parte deste processo de virada ecoterritorial.

Porto-Gonçalves (2015, p. 7- 8 ) defende que

o território, como categoria que reúne natureza e cultura através das relações de poder sobre as condições materiais da vida. Com isso, desnaturalizam o conceito de território, até então “base natural do Estado”. Com isso, sinalizam que no mesmo estado territorial habitam múltiplas territorialidades e que não há território que não seja fruto de um processo de territorialização entre diferentes sentidos – territorialidades – para estar com a terra.

O território se torna o elemento essencial desses movimentos e sujeitos, pois se trata de ter o controle e autogestão do território, isto é, uma *autonomia territorial* para decidir o que afirmar e o que negar sobre ele. A base natural do Estado agora dá lugar a múltiplas territorialidades que se justapõem sobre o mesmo território, correlacionando-se, agregando-se e sendo destruídas. Todas essas formas estão existindo, se fazendo, criando e recriando como forma de defender a vida, a dignidade e as *possibilidades* de se dizer não a empreendimentos e ao Estado.

### **2.3 Neoextrativismo: significado e principais fases**

O neoextrativismo é uma categoria de análise nascida na América Latina e que possui uma grande potência em descrever e analisar, ao mesmo tempo em que permite ser denunciativa e mobilizadora (SVAMPA, 2019). Assim, com o objetivo de utilizar a categoria neoextrativismo nessa pesquisa, buscaremos inicialmente definir, a partir de autores latino-americanos, o que se compreende por neoextrativismo e a seguir discutiremos a suas fases.

A presente categoria é dupla, isto é, é ao mesmo tempo analítica e política (SVAMPA, 2019, p. 24). Isto é, o neoextrativismo, mesmo não enunciando diretamente as relações de poder, disputas em jogo e conflitos, remete as assimetrias existentes. A existência dessas assimetrias não é formada por mero acaso, mas sim por

um conjunto de responsabilidades compartilhadas e ao mesmo tempo diferenciadas entre o Norte e o Sul globais, entre os centros e as periferias. Além disso, na medida em que alude a padrões de desenvolvimento insustentáveis e adverte sobre o aprofundamento de uma lógica de espólio, tem a particularidade de iluminar um conjunto de problemáticas multiescalares, que definem diferentes dimensões da crise atual (SVAMPA, 2019, p. 24).

Se esta categoria nos permite realizar uma leitura geográfica das relações compartilhadas e assimétrica do Norte com o Sul Global, ela ainda nos permite apreender as relações de poder que são instauradas e circunscritas a determinados territórios e lugares. O desenvolvimento capitalista se faz de modo insustentável, modo este que se aprofunda na noção de espoliação e saqueio, fator este que ganha múltiplas dimensões e que se somam a atual crise que emerge ao futuro comum.

Assim, autores como Milanez e Pereira dos Santos (2013), Gudynas (2013, 2019), Acosta (2016), Araóz (2020) e Zibéchi (2022), o extrativismo é uma modalidade de acumulação que teve início há mais de quinhentos anos, forma essa que é determinada pela necessidade dos centros metropolitanos do capitalismo.

Segundo Araóz (2020) o extrativismo não é mais uma fase do capitalismo, ou um determinado problema de economias em desenvolvimento ou subdesenvolvidas, mas constitui-se como marca da estrutura do capitalismo como economia-mundo. O extrativismo é resultado de um produto histórico e geopolítico de diferenças e hierarquias, diferenças essas engendradas em territórios coloniais e metrópoles

imperiais. O primeiro lugar pensado como espaço de saque, o segundo lugar pensado como espaço de apropriação e enriquecimento do primeiro.

Para Zibéchi (2022) o extrativismo é, em primeiro lugar, uma forma muito particular de acumulação. Essa particularidade do extrativismo refere-se à violência aplicada como meio e forma de realizar o processo de acumulação por despossessão. A violência vem do próprio Estado e seus agentes, considerando o Estado como agente legal do poder da violência, criador e legislador de normas, a violência se torna a regra inseparável do modelo de acumulação capitalista vigente.

Se considerarmos a oposição plena a instalação, territorialização e expansão de projetos extrativistas, a defesa da terra e do território é a primeira ação concreta, pois os atingidos compreendem que serão diretamente afetados pelo empreendimento. O território-abrigo está ameaçado e assim necessita-se defendê-lo. Essa defesa se faz por meio de ações diretas e indiretas, por meio de organizações comunitárias e vinculação a movimentos sociais e a busca pelo poder público para apresentar a sua própria versão dos fatos.

Araóz (2020) destaca isso ao afirmar que populações inteiras são perseguidas, ameaçadas, criminalizada e judicializadas; vigiadas e castigadas em nome da lei e da ordem. Líderes de organizações e de movimentos emergentes – mulheres, homens, jovens, adultos e idosos – são acusados como novos terroristas, os inimigos públicos de uma sociedade da qual é necessário expulsá-los (ARAÓZ, 2020, p. 37 ).

Ganhar o título de inimigo público significa estar contra a própria perspectiva de desenvolvimento do Estado e do país. Em outras obras, como de Gudynas (2013, 2015), o extrativismo toma como desenvolvimento a apropriação da natureza que alimenta e garante um quadro produtivo e diversificado, inserido na demanda internacional de matérias-primas, se tornando assim o principal fornecedor.

Assim, o extrativismo não se refere a “um modo de produção”, mas a um modo de produção baseado na extração de recursos naturais relacionados a grande volumes ou alta intensidades não processados ou pouco processados destinados à

exportação. Concomitante a isso, no decorrer da história existiram diferentes formas de extrativismo, sempre ligados à extração de recursos naturais, sendo que atualmente, de acordo com Gudynas (2015) estamos sob o extrativismo de terceira e quarta geração, baseados pelo uso intensivo de água, energia e recursos.

Para Gudynas (2013) há diferenças entre o *extrativismo tradicional* – que os governos conservadores da região aplicam – e o *neoextrativismo progressista* – no qual o Estado desempenha um papel ativo na captação de excedentes e redistribui, buscando proporcionar um certo nível de legitimidade perante a sociedade, mesmo que os impactos sejam negativos em múltiplas dimensões.

Segundo Svampa (2019) muitas dessas perspectivas se encontram em análises de cunho histórico-cultural, mas todas estão intrinsecamente ligadas à invenção da Europa e a expansão capital. A isso associa-se o processo de conquista e genocídio, elos inseparáveis no processo de formação sócio-espacial da América Latina.

Desde o tempo da colonização europeia, os territórios latino-americanos foram alvos de destruição e saques. Ricas em recursos naturais, a região foi se reconfigurando no calor dos sucessivos ciclos econômicos impostos pela lógica do capital, por meio da expansão das fronteiras e das mercadorias – uma reconfiguração que, em nível local, implicou um grande contraste entre lucro extraordinário e extrema pobreza, assim como uma enorme perda de vidas humanas e a degradação de territórios, convertidos em áreas de sacrifício. (SVAMPA, 2019, p. 26).

A lógica do capital se faz e refaz pela contínua expansão em busca de reprodução. Assim, o processo de colonização europeia teve como resultado a destruição e o saque dos recursos naturais. Moreira (2018) aponta que no Brasil os

ciclos de acumulação<sup>39</sup> se fizeram por meio da drástica alteração dos ambientes, o que propiciou uma formação espacial diferenciada de região para região.

A história do extrativismo difere-se de região para região, porém ela não é linear e monolítica, tendo em vista que é permeada por sucessivos ciclos de acumulação, dependentes das demandas do mercado mundial. A constituição e consolidação dos Estados, no século XX, permitiu que houvesse o controle de renda extraordinária advinda de minérios e petróleo (SVAMPA, 2019).

O século XXI representa a transformação do extrativismo, apresentando novas dimensões (SVAMPA, 2019; GUDYNAS, 2013, 2015). Nesse sentido, os autores apontam que há continuidades e rupturas, o que permite o nascimento do conceito como *neoextrativismo*. Svampa (2019, p. 27) justifica que “no DNA extrativista com que o capital europeu marcou a longa memória da região também foi alimentando certo imaginário social sobre a natureza e suas benesses.”

Assim, passa-se a ver a Natureza não apenas no sentido de saqueio e espólios dos bens comuns, mas vê nela a possibilidade de se obter vantagens comparativas – o que permite ter oportunidades econômicas com os diferentes ciclos econômicos, tendo o Estado um papel de primazia.

Com o início de diversos governos, ditos progressistas, o extrativismo volta e fomenta a “ilusão desenvolvimentista, traduzida na ideia de que, graças as *commodities* e, mais ainda, pelo papel ativo do Estado, seria possível alcançar o

---

<sup>39</sup> Moreira (2018, p. 24-25) define ciclo espacial de acumulação como o “movimento unitário-integrativo de reprodução da totalidade da diversidade de áreas e setores de atividade identificada com a forma de capital dominante de cada contexto. É a relação que integra e incorpora a diversidade da unidade formação espacial no marco de território total da reprodução hegemônica aí estabelecido. E tem, pois, no circuito de reprodução – o todo centrado na relação de produção dominante: a escravista no ciclo-açucareiro, o assalariado-parceiro no ciclo cafeeiro e o assalariado no ciclo da cadeia soja-óleos-carnes.”

desenvolvimento.” (SVAMPA, 2019, p. 27). Deste modo inaugura-se a nova fase de acumulação do capital, visto como um momento de ruptura. Neste novo momento se caracteriza por

uma intensa pressão sobre bens naturais e territórios, e mais ainda pela expansão vertiginosa da fronteira de *commodities*, abriu caminho para novas disputas políticas, sociais e ecológicas, para resistências sociais impensáveis para o imaginário desenvolvimentista dominante – novas brechas de ação coletiva que questionaram a *ilusão desenvolvimentista* ao mesmo tempo que denunciaram a consolidação de um modelo de tendência a monocultura, que acaba com a biodiversidade e implica a grilagem de terras e a destruição de territórios.” (SVAMPA, 2019, p. 27, grifo nosso).

A pressão sob bens naturais e territórios se faz como norma. Abre-se uma nova fase em que o Estado é um ator ativo no processo de acumulação do capital, mesmo que se apresente sob o véu da *ilusão desenvolvimentista*. Críticos a este movimento, atingidos, movimentos sociais e resistências criticam esse ideário de desenvolvimento. Afinal, o que significa o desenvolvimento? E, principalmente, para quem?

Portanto, o neoextrativismo contemporâneo caracteriza-se

como um modelo de desenvolvimento baseado na super exploração de bens naturais, cada vez mais escassos, em grande parte não renováveis, assim como na expansão das fronteiras de exploração para territórios antes considerados improdutivos do ponto de vista do capital. Ele se caracteriza pela orientação da exportação de bens primários em grande escala, incluindo os hidrocarbonetos (gás e petróleo), metais minerais (cobre, ouro, prata, estanho, bauxita, zinco, entre outros), e produtos ligados ao novo paradigma agrário (soja, dendê, cana-de-açúcar) (SVAMPA, 2019, p. 33).

O neoextrativismo define-se além das atividades tradicionalmente consideradas como extrativas, já que agrega a megamineração a céu aberto, a expansão da fronteira petrolífera e energética; a construção de grandes represas hidroelétricas e outras obras de infraestrutura, como hidrovias, portos, corredores interoceânicos entre outros. Além disso engloba, também a expansão de diferentes

formas de monocultivo, como o agronegócio, a superexploração pesqueira ou de monocultivos florestais (SVAMPA, 2019).

De outro modo, é importante visualizar o neoextrativismo como uma forma de controle territorial e sociopolítico, podendo ser lido em suas escalas locais, nacional ou regional. Cada escala permitirá realizar uma leitura geográfica em que se busca apreender as formas e processos de apropriação e exploração dos territórios. Essa leitura permite ler as (re)configurações que vão se criando e recriando por meio da expansão de fronteiras e expansão com o claro objetivo de produção de *commodities*.

A expansão de fronteiras e aprofundamento extrativista implica na geração de conflitos. Estes conflitos são visualizados na luta por defesa de terras ancestrais, principalmente por povos tradicionais (indígenas, camponeses e quilombolas), que sofrem os impactos diretos dessa expansão, colocando-se como os principais opositores a este avanço, pois implica na expropriação de seu território, na perda de vínculos e a fuga, em suma a desterritorialização e a expropriação ecobiopolítica. Todas essas dimensões apontam para o contraste entre mineração, violação e destruição de velhos e novos territórios.

Na primeira fase do neoextrativismo, denominada de *fase da positividade*, entre 2003 e 2008-2010, inicia-se uma fase em que o preço das *commodities* teve um *boom*. Durante este período houve uma guinada extrativista, principalmente pela crescente necessidade da China por bens minerais.

Svampa (2019) aponta que durante este período os países aprofundaram na extração de seus bens naturais visando o mercado externo, sendo visto como o início de uma nova fase desenvolvimentista. Importante destacar que na América Latina, e

incluindo o Brasil, essa fase foi abraçado por ambos espectros políticos no poder, tanto os governos progressistas quanto os governos conservadores.

Essa fase de positividade permitiu que o Estado ampliasse a participação popular e atuou como um Estado Compensador (GUDYNAS, 2013), em que atuava, por meio da redistribuição de renda, com o objetivo de reduzir a pobreza. Nessa primeira fase do neoextrativismo a expansão dos direitos civis e coletivos ganhou o horizonte. Entretanto se a sociedade participava e crescia sua atuação e discussão o Estado passava a criar narrativas que contradiziam os discursos de desenvolvimento, pois por meio da expansão e aprofundamento os conflitos emergiam.

ao longo da década e em meio a diferentes conflitos territoriais e socioambientais e suas dinâmicas recursivas, os governos progressistas acabaram assumindo um discurso desenvolvimentista beligerante em defesa do extrativismo, acompanhado por uma prática criminalizadora que tendia à repressão das lutas socioambientais, assim como de uma vontade explícita de controlar as formas de participação popular (SVAMPA, 2019, p. 47).

Esse período de *auge econômico*, de reestruturação do papel do Estado, foi um período “de pouca visibilidade dos conflitos associados à dinâmica extrativista que se estendeu até os anos de 2008-2010” (SVAMPA, 2019, p. 48). Assim, governos progressistas foram consolidando seus mandatos, afirmando uma matriz extrativista como meio e fim do desenvolvimento econômico. Entretanto é importante salientar que

a eclosão dos conflitos relacionados às atividades extrativistas (megamineração, megarrepresas, petróleo, expansão da fronteira agrária) colocaria em evidência tanto as dimensões e as alianças próprias do desenvolvimentismo hegemônico como as limitações impostas aos processos de participação cidadã, além da abertura de cenários de criminalização do conflito (SVAMPA, 2019, p. 48).

Deste modo, a contradição entre a política de Estado, baseada no extrativismo, entra em conflito com a sociedade que questiona o discurso oficial e

hegemônico. Essas disputas de narrativas, entre Estado, capital e a sociedade delineava o fim do primeiro ciclo do neoextrativismo.

A segunda fase do neoextrativismo, denominada de *multiplicação dos megaprojetos* (SVAMPA, 2019) expõe o aprofundamento do Estado no discurso desenvolvimentista sobre os múltiplos territórios. Nessa fase multiplica-se os processos de resistência social. o Brasil, por exemplo, seguindo a fase de positividade aprofunda esse aspecto ao incentivar, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), projetos que contemplavam a especialidade extrativa em seu território. Em 2007 contemplou projetos de construção de represas na Amazônia, além de realizar megaprojetos ligados à exploração de petróleo e gás (WANDERLEY, MILANEZ, 2013; SVAMPA, 2019).

Na América Latina o incremento nesses projetos cresceu. Na Bolívia ressoou como a promessa de salto industrial, ligado a exploração de gás, lítio e ferro e na expansão do agronegócio; no Equador foi a megamineração à céu aberto, assim como a expansão da fronteira petrolífera; na Venezuela o plano estratégico se deu para a produção de petróleo – o que implicava em avançar no cinturão de Orinoco; na Argentina ampliava-se por meio do Plano Agroalimentar 2010-2020, que projetava o aumento de 60% na produção de grãos, do mesmo modo que apostava-se no fraturamento hidráulico (*fracking*<sup>40</sup>) a partir de 2012 (SVAMPA, 2019).

Todos estes projetos de desenvolvimento utilizavam como retórica o desenvolvimento econômico, regional e social. Por meio de políticas públicas os

---

<sup>40</sup> O *fracking* refere-se ao fraturamento hidráulico, isto é, um método que possibilita a extração de combustíveis líquidos e gasosos no subsolo. O procedimento consiste na injeção a alta pressão de uma mistura de água e diversos produtos químicos com o objetivo de ampliar de forma controlada as fraturas e fissuras existentes no substrato rochoso que aprisiona petróleo e gás natural, permitindo sua saída para a superfície.

diferentes governos aprofundaram o modelo neoextrativista visando buscar lucros. Talvez o maior projeto expressivo se refira a Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA)<sup>41</sup>, que abarcava projetos relativos a transportes (hidrovias, portos, corredores interoceânicos), energia (grandes represas hidrelétricas) e comunicações.

Essa segunda fase, a qual Svampa (2019) define como Consenso das *Commodities*, é uma fase repleta de conflitos ambientais e territoriais. Essa fase apresenta-se, fundamentalmente, por meio dos megaprojetos financiados por múltiplos Estados. O IIRSA, por exemplo, foi utilizado como meio de integração regional, mas com objetivo atender o mercado, suprimir o tempo de exportação pela inserção de estruturas técnicas no espaço.

Não obstante, os conflitos se deram na Bolívia, com o atravessamento de projeto de rodovia no Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure, no Brasil pela construção da mega represa de Belo Monte; na Argentina por meio da resistência do povo de Famatina, no Equador por meio da Iniciativa Yasuní-ITT (SVAMPA, 2019; ZIBÉCHI, 2022). O que fica claro nesses exemplos é a expansão de projetos e conflitos com diversos atores sociais - camponeses, indígenas e os impactos - ecológicos, sociais, econômicos, culturais e políticos.

Todos estes exemplos, em países de governos progressistas, apontam o caráter conflituoso – somados a inspiração neoliberal ou conservadora. Sendo criticados, estes governos adotaram um discurso beligerante, apoiado num nacionalismo e redução da pobreza. Essa narrativa recursiva utilizada buscou

---

<sup>41</sup> De acordo com Svampa (2019) esse foi um programa acordado entre diversos governos latino-americanos com o objetivo central de facilitar não apenas à extração, mas facilitar a condução para portos para serem exportados.

contrapor os movimentos sociais que apontava para o caráter neoextrativista e de exploração dos bens comuns.

Continuando a segunda fase do neoextrativismo, entre 2013-2015 emerge a *exacerbação do neoextrativismo*. Nessa fase um elemento importante e relevante se refere ao preço das matérias-primas (SVAMPA, 2019). Nesse novo momento, aumentou-se o aprofundamento na exploração – o que Moore (2022) define como Natureza Barata – dos bens comuns, o que impulsionou governos latino-americanos produzirem mais para compensar os preços das *commodities*.

Com esta fase finda-se, também, o ciclo de governos progressistas/populistas, o que gera uma fase aprofundada na lógica neoliberal-conservadora (GONÇALVES, MILANEZ, WANDERLEY, 2018) e ultraneoliberal (WANDERLEY, MILANEZ, GONÇALVES, 2021). Essas novas duas fases deixam de ter um Estado compensador e passa a ter um Estado que media diretamente o uso do território, fornecendo e criando mecanismos de facilitação para o mercado.

Nessa nova fase de cunho conservador e neoliberal amplia-se os conflitos em territórios indígenas, quilombolas e camponeses. A perspectiva de aprofundar a exploração dita a discussão do Novo Código Mineral de 2019 e o fim do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) extinguindo-o e criando a autarquia Agência Nacional de Mineração (ANM) vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MMA).

Wanderley, Gonçalves e Milanez (2021) apontam que o ultraneoliberalismo neoextrativista é um aprofundamento da política engendrada pelo governo de Michel Temer, refletida pelo apoio tradicional do bloco político *agro-minero-petro-negócio*, associado ao capital financeiro nacional e internacional. A política ultraneoliberal se

sustentou na medida de privatização e de entrega das reservas ativas a corporações privadas.

O ultraneoliberalismo é observado nas propostas e ações tanto do Ministério de Minas e Energia (por exemplo, o Programa Mineração e Desenvolvimento), como da Agência Nacional de Mineração, ainda com forte influência de indicações político-partidárias. Identificamos que o trabalho destas instituições públicas está a serviço dos interesses corporativos, ao implementarem medidas de aceleração de concessões minerais, redução das restrições ambientais, vendas de ativos minerários em poder do Estado e abertura de novas áreas de exploração. Por outro lado, almejam-se novas frentes de acumulação do capital via mercado financeiro, como: a venda das ações da Vale S.A. pertencentes ao BNDES e possivelmente, a fatia dos fundos de pensão estatais e as dívidas em posse da União; empréstimos com isenções fiscais no mercado de capitais; regulamentação do uso de título minerários como garantia financeira; e estímulos à formação de fundos de investimento para pesquisa e a extração mineral, com forte viés especulativo, ao exemplo das bolsas no Canadá e na Austrália (WANDERLEY, MILANEZ, GONÇALVES, 2021, p. 279).

A expansão dessas ações, apontam para um aprofundamento no neoextrativismo e a redução da democracia. Esse aspecto coloca territórios na mira da violência, mas agora sustentada pelos discursos do presidente. Amplia-se a fronteira mineral no país – fronteira esta que está continuamente em expansão.

Suas características mais contundentes manifestam-se na proposta de regulamentação da mineração em Terras Indígenas, na flexibilização da mineração em Unidades de Conservação, no incentivo explícito e na complacência para com as atividades de mineração em áreas restritas legalmente. Aos quais se soma [...] o acordo de reparação do desastre do rio Paraopebas pela Vale S.A., realizado sem a participação dos atingidos (WANDERLEY, MILANEZ, GONÇALVES, 2021, p. 279-280).

Assim, o novo repete o velho, pois a historicidade e geografia de exploração mineral no Brasil não é recente, mas remonta a própria formação espacial, política e econômica no Brasil. A violência também se fez na constituição do país, em seus ciclos de acumulação em auge e declínio. Por meio da abertura de novos territórios, e a exploração dos bens naturais disponíveis, foi-se constituindo um país que exportava além de riquezas, mas mão de obra escrava, sangue e violência, ao

mesmo tempo que constituía uma burguesia que buscava atender as necessidades externas, visando o próprio enriquecimento.

### **2.3 A mineração no Brasil**

Historicamente o Brasil é um país minerado e explorado. Isso se deve a própria formação sócio-espacial brasileira que deteve múltiplos ciclos de acumulação (MOREIRA, 2018), cada um determinando novas formas de relação da sociedade com a natureza, mas em suma de exploração dos bens naturais disponíveis no território. Inicialmente, durante Brasil Colônia, a expectativa portuguesa foi de encontrar metais preciosos, mas esteve vinculado a exploração de recursos florestais e agrícolas.

Apenas no início do século XVIII é que se inicia o ciclo de acumulação do ouro, que foi acompanhado pela exploração de diamantes e esmeraldas. Esse ciclo durou cerca de sete décadas e, neste período, produziu 50% da produção mundial de pedras preciosas – mil toneladas de ouro, três milhões de quilates de pedras preciosas o que revela o aprofundamento já naquele período em explorar o subsolo em busca de riquezas (FIGUERÔA, 1994; ARAUJO FERNANDES, 2016).

As descobertas de ouro engendraram uma verdadeira corrida, atraindo pessoas de diversas regiões da Colônia e de Portugal. Araujo e Fernandes (2016, p. 70) apontam que essa corrida provocou “profundas mudanças sociais e políticas, impulsionando aceleradamente a integração territorial, através do comercio interno, da ampliação de estradas e por propiciar diversos serviços e ofícios”.

O setor contribui por parte do processo de ocupação territorial do país. Os atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, tiveram a mineração como atividade principal na institucionalização e povoamento de suas regiões (JUNIOR et al, 2016). O aumento demográfico em torno das jazidas foi crescente, em apenas um

século a população colonial cresceu onze vezes, ultrapassando a marca de trezentos mil habitantes para três milhões e trezentos mil, dando origem a cidades como Vila Rica, atual Ouro Preto, Sabará e Mariana (ARAUJO, FERNANDES, 2016).

A estrutura industrial brasileira era praticamente inexistente, tendo apenas duas dezenas de oficinas artesanais, sendo o comércio exterior a principal atividade do mercado interno (ARAUJO, FERNANDES, 2016). A troca de produtos agrícolas extraídos no Brasil por manufaturados importados ocorria de todas as formas. Até o fim deste período foi-se constituindo uma ampla malha ferroviária e uma estrutura portuária diversificada, que visava ampliar o sistema de trocas. Assim, foram implantadas pequenas usinas de ferro e novas fábricas de tecidos e iluminação elétrica nas cidades maiores, com o objetivo de criar condições de desenvolvimento local, possibilitar a variabilidade dos setores e melhorar a qualidade de vida da população (ABREU, LAGO, 2010).

Em Goiás, a mineração teve sua origem em 1720, com as descobertas de jazidas na porção central de seu território, nas regiões de Santa'Ana e Meia Ponte, atualmente Cidade de Goiás e Pirenópolis. Deste modo, a mineração se torna um dos elementos centrais para a compreensão de formação social e econômica do território goiano. Ela compõe distintos momentos de ocupação e constituição territorial. Palacin (1994) e Gonçalves (2016) estabelecem uma periodização para compreender, ao mesmo tempo, a atividade mineral e a formação socioespacial de Goiás em três momentos distintos, ambas integradas à uma divisão territorial e internacional do trabalho, revelando o modelo de acumulação do capital.

Segundo Lins, Loureiro e Albuquerque (2000) às minas foram abertas à iniciativa privada, visando atrair, principalmente, os ingleses, belgas e franceses para extração de ferro e de ouro, reativando minas anteriormente exploradas e

abandonadas devido à falta de tecnologia. O meio técnico permitiu o uso de novas tecnologias avançadas para à época: perfuratrizes pneumáticas, dinamite, escavações subterrâneas, trilhões, pilões para moer o minério de ferro e liberar o ouro, iluminação, máquina a vapor. Sete companhias inglesas se estabeleceram, entre 1824-1834, para a lavra como São José Del Rei, atual Tiradentes, São José Del Rei, Sabará e Itabira do Campo. Porém, tanto as minas de ferro, como as de ouro, entraram em declínio e quase todas fecharam, devido a drenagens dos tuneis, infiltração de água, dureza das rochas em profundidade e acidentes de trabalho

Entre 1889-1929, o país obteve um crescimento econômico e as importações de produtos siderúrgicos cresceram, tais como trilhos, perfis, tambores, barris, tanques e ainda implementos agrícolas. Esse quadro obrigou o governo brasileiro a investir esforços para encontrar minérios, tendo sido identificados reservas de ferro e manganês, no Quadrilátero Ferrífero, onde quinze companhias se instalaram nos primeiros anos de 1900, e construíram, em 1903 a Estrada de Ferro Vitória-Minas para ocorrer o transporte. Em 1917, avançou-se mais como início da operação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, que passou a agregar valor ao minério de ferro, utilizando para produzir aço (ABM, s./d.).

Villas-Bôas (1995) aponta que entre 1930-1945 o Brasil adentra em um acelerado processo de industrialização, principalmente com a chegada da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, Getúlio Vargas adota diretrizes nacionalistas, priorizando a intervenção estatal na economia, com o objetivo de viabilizar e consolidar a construção de um capitalismo nacional. Pressionado pela necessidade de substituição de importações, decorrente da interrupção dos fluxos comerciais, optou por fundar uma sólida indústria de base, ao mesmo tempo em que viabilizou o

Estado como agente econômico direto em diversos setores, ao considerava como setores estratégicos, por meio da criação de empresas e instituições estatais.

Nesse período, a industrial mineral teve como função básica fornecer insumos básicos para interiorizar o desenvolvimento econômico. Ocorre um grande crescimento mineral, concentrado em quatro insumos básicos para a indústria pesada: aço, carvão, ferro e manganês. No transcorrer deste período, houve uma diversificação na extração de minerais, com ênfase a indústria bélica, como tantalita, berilo e tungstênio, o que contribuiu para o aumento das exportações e o aprofundamento do Brasil como exportador de minerais estratégicos para os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial (VILLAS-BÔAS, 1995).

Assim, foram criadas novas empresas siderúrgicas, principalmente dos acordos de Washington em que os Estados Unidos retiraram os entraves para que o Brasil tivesse uma grande siderurgia nacional. Em 1941, foi criada a estatal Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, em 1942 cria-se a estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) (BONGIOVANNI, 1994).

Entre 1946-1964 é iniciada uma política liberal, seguida de um período nacionalista como o retorno de Getúlio Vargas ao poder, que instituiu, naquele momento, o monopólio do petróleo e criou a empresa Petrobrás. Nos anos seguintes, imperou uma forte política desenvolvimentista, sob o lema “50 anos em 5”, período este em que se registrou crescimento econômico (média de 8% ao ano, com 20% de inflação), mas amparado com forte recurso de capital privado estrangeiro, contribuindo para o endividamento nacional. Nessa época o Brasil consolidava-se como uma importante economia mundial, por meio de gigantes obras de infraestrutura e industriais: grandes hidrelétricas, a transferência da capital e a construção de Brasília,

indústria automobilística e a expansão das redes viárias (VILLAS-BOAS, 1995, SILVA, 2018).

Com a chegada dos militares ao poder instaurava-se a Ditadura Civil Militar. Neste período, a mineração já era considerada de porte médio, mas voltava-se, de forma predominante, para atender o mercado interno, o que viria a ser modificado no transcorrer da ditadura militar. Além da estrutura produtiva de ferro e aço, instalada no país com o objetivo de atender à demanda interna por infraestrutura, existiam ainda os grandes volumes produzidos pelo setor de não metálicos. Assim, pode-se considerar dois planos: o primeiro voltado para o uso interno e imediato, como extração de areia, brita e argila, utilizados na construção de casas, cidades e execução de grandes obras, voltadas para o setor da construção civil. Essa extração era realizada por alguns milhares de pequenas e médias empresas, com recursos e tecnologias obsoletas; e o segundo plano voltado para a exploração de não-metálicos, denominados rochas e minerais industriais, como caulim, talco, magnesita, para uso em setores da indústria de transformação, havendo, concomitante a isso, a exportação de ouro e pedras preciosas (VILLAS-BÔAS, 1995).

O Regime Militar, que perdurou mais de duas décadas, adotou a um só tempo, um poder repressivo e de perseguição civil e diretrizes fortemente nacionalista e desenvolvimentistas, com apoio do capital estrangeiro. Novos empreendimentos multinacionais de grande porte instalavam-se no país. Sendo que uma década depois o capital estrangeiro já correspondia a 44% de todos os minerais metálicos extraídos no/do Brasil (VILLAS-BÔAS, 1995).

Este período, considerado como “milagre brasileiro”, quando o país correspondeu a altos índices de desenvolvimento e crescimento econômico, mais elevados do que os registrados pelos demais países latino-americanos, criou o ideário

de que o país se desenvolvia a pleno vapor. Embora a ideia central da Ditadura era que o “bolo precisava crescer para só depois ser dividido”, etapa essa que nunca se consolidou para parte expressiva da população brasileira que viveu abaixo da linha de pobreza e os resultados ainda perduram na contemporaneidade (SILVA, 2018).

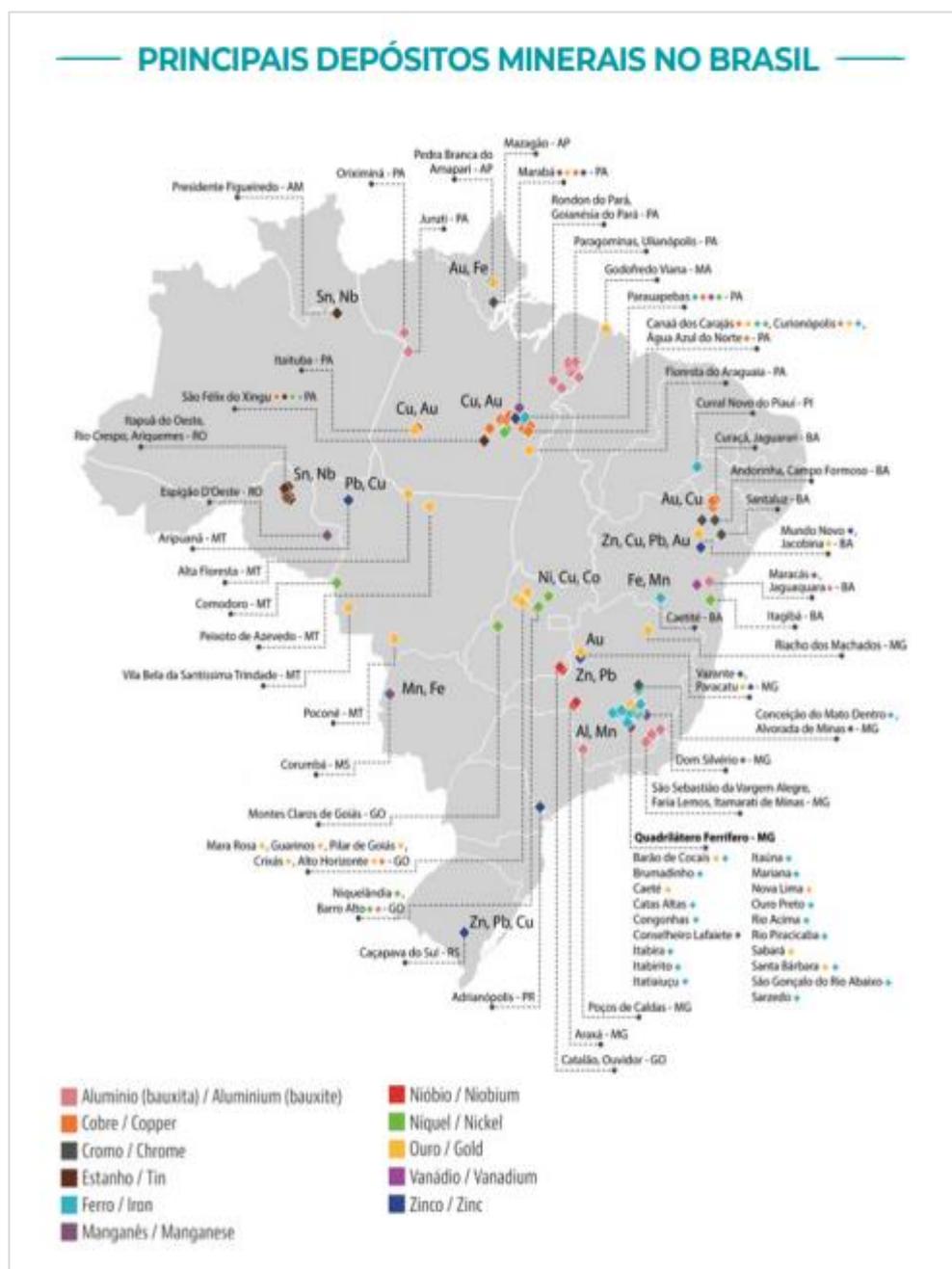
A década de 1970 representaria o dogma oficial de crescimento acelerado inesgotável, o que levou a investimentos massivos no setor energético, especialmente no setor de energia hidroelétrica, podendo ser citadas a construção das hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, e na energia nuclear com a construção das usinas nucleares de Angra dos Reis (ARAUJO, FERNANDES, 2016).

Villas-Bôas (1995) aponta que o setor mineral se tornava, cada vez mais, internacionalizado e voltado para atender a demanda externa. A Companhia Vale do Rio Doce se consolida no cenário mundial como um dos principais produtores e exportadores de minérios de ferro. Nos anos anteriores a 1968, o crescimento dos metálicos não ferrosos, tais como alumínio, cobre, zinco, entre outros, obtiveram crescimento de mais de 10%. Desenvolveu-se, também, diversos projetos com a participação de capital estrangeiro, principalmente na região Amazônica, região esta que abrigou e abriga grandes empreendimentos de mineração, a exemplo do minério de ferro de Carajás, descoberto em 1967, e de bauxita no Vale de Trombas, ambos no Estado do Pará, de cassiterita de Pitinga no Estado de Amazonas e o manganês na Serra do Navio, no Estado do Amapá.

Atualmente, a mineração e o agronegócio são importantes setores da balança comercial brasileira. No atual relatório do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), a mineração aparece de forma expressiva. Em 2019, o número de minas/unidades produtoras em operação no Brasil foi de 18.040 unidades.

Do montante destas unidades foram listadas 51 substâncias principais. Entretanto, 90 substâncias minerais produzidas geraram arrecadação da CFEM. No ranqueamento, Minas Gerais aparece com maior número de registros de minas em operação, com um total de 3399 minas, seguida de Rio Grande do Sul, com 1973 minas, e São Paulo com 1706. Bahia e Goiás aparecem em sétimo e oitavos colocados, com 995 e 992 minas respectivamente; Pará aparece em decimo segundo lugar, com 411 minas em operação (IBRAM, 2019). Destes estados citados, Pará, Minas Gerais, Goiás e Bahia aparecem como os maiores arrecadares de CFEM do Brasil (ANM, 2022). A Figura 5 ilustra os principais depósitos minerais no Brasil, e podemos caracterizar o Brasil como um território minerado, revelando que há interesses no subsolo e no controle de terras por parte do setor.

Figura 5: Principais depósitos minerais no Brasil (2019)



Fonte: Anuário Mineral Brasileiro (2019)

Conforme a Figura 5, podemos observar os principais depósitos minerais no país e seu potencial mineral no território brasileiro. Atualmente, cerca de 60% do território brasileiro já foi mapeado em escalas de 1:250.000 e 23% na escala de 1:100.000 (SGB/CPRM, 2019). Apesar disso, em escalas de 1:50.000 representam apenas 3%. O mapeamento do território brasileiro permite apreender a lógica de

geração de informação e compreensão do que está disposto em seu território, permitindo, posteriormente, a divulgação e a liberação de áreas para exploração de capital nacional/transnacional.

No ano de 2018, o Brasil exportou um volume de 409 milhões de toneladas de bens minerais, gerando divisas de US\$ FOB 29,9 bilhões. Este valor, representou 12,5% das exportações totais do Brasil e contribuição de 26,6% do saldo comercial (IBRAM, 2019).

Já a partir do Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM-2030), apresentado em 2011 pelo Ministério de Minas e Energia (MME), havia projeções de investimentos na ordem de 350 bilhões para as próximas duas décadas, estimando o crescimento da produção mineral em até cinco vezes, com intuito de atender a demanda interna e externa (BRASIL, 2011). Além disso, o Brasil situa-se como um dos cinco maiores produtores e exportadores de metais, materiais e minérios do mundo (DNPM, 2014).

De acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), atualmente Agência Nacional de Mineração (ANM), 85% de tudo o que é produzido na mineração é exportado, contribuindo para o arrecadamento de divisas. De forma sinérgica com o agronegócio, a mineração se constitui e se consolida como um dos setores estratégicos para o equilíbrio contábil da economia brasileira (DNPM, 2014). Isso demonstra o aprofundamento e a dependência, cada vez mais recorrente, de bens primários e a produção de commodities para o mercado internacional iniciadas no início do século XXI e que se fazem como política e forma de arrecadação de divisas.

Nesse contexto de consolidação do setor mineral, o Estado de Goiás se fazer presente e insere-se na divisão internacional do trabalho, com a exploração do seu

solo, agronegócio, das suas águas, hidroelétricas e de seu subsolo, produção de minérios, para o fortalecimento do capital internacional do setor no Brasil. Nesse contexto, Goiás firma-se como o quarto estado em extração de minérios no país, estando atrás apenas do Estado do Pará, Minas Gerais e Bahia (ANM, 2022).

#### **2.4 Contextos Terras Indígenas (TIs)**

A mineração também está presente em Terras indígenas (TIs) sob o nome de garimpo. Atualmente as Terra Indígenas somam 728 terras em distintas fases de procedimento de demarcação, com uma extensão de 117 milhões de hectares, representando cerca de 13,8% do território nacional (ISA, 2019). Em sua maioria, essas áreas não estão inseridas na lógica de produção intensiva. No contexto da exploração, com exceção de algumas poucas localidades e garimpos, o subsolo das Terras Indígenas continuam pouco conhecidas com objetivo de extração.

Milanez, Wanderley e Magno (2022, p. 394) apontam que para o mercado de produção mineral essas áreas são “espaços de oportunidade, de novas descobertas, sobretudo em um contexto em que novas jazidas estão cada vez mais raras e menores teores”. Com isso, o interesse sobre as Terras Indígenas, com objeto de explorar o subsolo encontra nas mineradoras e garimpeiros um problema que não é recente. Os conflitos entre as mineradoras, garimpeiros e indígenas tem marcas históricas do colonialismo extrativo (MILANEZ, WANDERLEY, MAGNO, 2020).

A década de 1970 marca essa (re)configuração a partir da invasão da Amazônia, potencializada pela corrida do ouro e por grandes projetos de (des)envolvimento. Até a Constituição de 1988, a exploração mineral em territórios tradicionais ocupados era permitida, sendo regulamentada pelo Estatuto do índio de 1973 e pelo Decreto 88.985/1983.

Nesse sentido, inúmeros povos indígenas sofreram os danos sociais e ambientais irreparáveis, incluindo a perda de vidas humanas, territoriais e da Natureza, devido a invasão de corporações e de garimpeiros em busca do sonho de enriquecimento (MILANEZ, WANDERLEY, MAGNO, 2022). Alguns massacres de indígenas nos territórios Waimiri-Atroari, em 1980, Yanomami, em 1990, e na Reserva Indígenas Roosevelt, em 2000, marcam a história de violência e mortes devido aos minérios em terras indígenas (CURI, 2005, COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

De acordo com dados do Conselho Missionário Indigenista (Cimi), a violência sobre povos indígenas devido a mineração em territórios cresceu nos últimos anos. Outro ponto a ser acrescentado se deve a Pandemia da Covid-19 que não teve redução na violência do setor mineral sobre comunidades do campo e indígenas, sobre o pretexto de “essencialidade da mineração”<sup>42</sup>. Os conflitos envolvendo mineradoras e garimpeiros contra os povos indígenas, conforme o Cimi (2021) saltou de 32 casos, em 2018, para 71 em 2020. Apenas os garimpos ilegais em Terras Indígenas cresceram de 25 para 48, no mesmo período.

Um outro ponto que indicia o crescimento de conflitos minerais em Terras Indígenas revela-se com os dados do Mapbiomas (2021), os territórios dos povos Kayapó, Munduruku e Yanomami foram os que tiveram as maiores áreas desmatadas,

---

<sup>42</sup> Wanderley, Zucarelli, Cristina Farias et. al. (2022) apontam que a “essencialidade da mineração” durante a Pandemia da Covid-19, trata-se do uso do poder político das mineradoras e a eficiência de seu lobby, o que revela o caráter neoextrativista da economia brasileira, dependente, cada vez mais, da extração e exploração dos minérios e subsolos, visando a exportação. Assim, por meio do *marketing* corporativo, o setor mineral construiu e ampliou a noção de essencialidade, aspecto ancorado também na valorização de “solidariedade” empresarial, realizadas por meio de doações em dinheiro, equipamentos hospitalares, testes e outros instrumentos necessários durante a pandemia. Esse ideal foi contrastado por outros movimentos que denunciavam esse discurso de positividade, apresentando que “a mineração não é importante, a vida sim”.

Kayapó, com 7,5 mil hectares, Munduruku, com 1,6 mil hectares e Yanomami, com 414 hectares. Na última década, o crescimento de área desmatada anualmente pelo garimpo em Terras indígenas cresce 495%. Esse crescimento pode ser atribuído as falas do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro com a proposta de estimular “a mineração artesanal”<sup>43</sup> – o que na prática revela-se como um impulso para o garimpo ilegal em Terras Indígenas e áreas de proteção ambiental.

Onze das 501 Terras Indígenas apresentaram atividade garimpeira, o que representou 9,3% das áreas desmatadas pelo garimpo no país (MAPBIOMAS, 2022). Assim, considerar as políticas pró-mineração e garimpo em Terras Indígenas revela a participação ativa do Estado na procura de títulos minerários, o que acelera a exploração garimpeira ilegal.

Durante o governo de Bolsonaro, os pedidos de mineração em Terras Indígenas tiveram um incremento quantitativo: em 2018 eram 57, passando para 82 em 2019, e 214 em 2020 (POTTER, BISPO, 2021). Outro ponto conflitante revela-se na autorização, de modo inconstitucional, da Agência Nacional de Mineração (ANM) ao conceder 59 pedidos de lavra e pesquisa sobrepostos a Terras Indígenas.

Para Milanez, Wanderley e Magno (2022, p. 395) tratar especificamente do garimpo é complexo, pois “a garimpagem opera em condição de ilegalidade ou

---

<sup>43</sup> A proposta de “mineração artesanal”, aqui utilizamos as aspas, visava estimular a prática de garimpo ilegal em Terras indígenas, com o aval do Estado, criando um conflito permanente entre povos originários e garimpeiros. Além disso é preciso considerar que há toda uma rede de financiamento aos garimpeiros, como revela Pecora, Batista e Senra (2022) ao apontar o envolvimento do PCC (Primeiro Comando da Capital) no financiamento de armas, drogas e gasolina aos garimpeiros. Assim, a proposta do Pró-Mape seria um retrocesso as lutas ambientalistas e por direito dos povos originários, da defesa e na garantia de autonomia destes povos sob seus territórios. No início de 2023 o atual presidente, Luís Inácio Lula da Silva (PT) revogou o decreto que criava o Pró-Mape, o que possibilita pensar que é preciso haver uma nova perspectiva de políticas públicas sobre a atividade garimpeira no Brasil (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023).

irregularidade operacional – trabalhista, mineral e ambiental, mesmo em áreas passíveis de regularização.

Consoante a isso Manzolli (2022) aponta que mais de 50% da extração garimpeira que é realizada no país ocorre sem licença de lavra; além disso, os garimpos ocorrem em áreas proibidas, principalmente em áreas de proteção à natureza e de povos indígenas. Embora Bolsonaro tenha ressaltado a noção de “garimpo artesanal” Milanez, Wanderley e Magno (2022, p. 395) apontam que:

A maior parte do minério de ouro extraído por garimpeiros ocorre por meio de lavras em escala industrial, valendo-se de elevado investimento econômico e rendimentos operacionais, movimentando grande volume de materiais e cujo destino final são o mercado financeiro e de joias.

Assim, considerar o “caráter artesanal” deste processo econômico é desconsiderar que essa atividade causa destruições em múltiplas dimensões. O descontrole, e a ausência de licenciamento, permitem, ainda, o desmatamento, a poluição e contaminação de rios, a violência, de modo contínuo e sistêmico, a grupos rurais, majoritariamente tradicionais. Se por um lado há aqueles prejudicados, há também aqueles que são diretamente beneficiados

são os empresários e investidores do garimpo, que tem auferido altos lucros, em especial no contexto de valorização dos preços internacionais. Esta atividade transita entre o ilegal e o irregular e, de maneira preocupante, está assumindo um caráter ainda mais perverso, uma vez que projetos estão ligados ao controle territorial por meio da violência armada financiada e operada por grupos empresariais criminosos, de caráter miliciano. (MILANEZ, WANDERLEY, MAGNO, 2022, p. 395-396).

Em um cenário de crescente avanço do setor mineral por terras e territórios, o interesse da mineração e do garimpo ilegal em Terras Indígenas tem permitido a pressão no empresariado da mineração, com o intuito de regularizar a atividade nestes territórios. Regularizar este setor seria “a solução para acabar com a ilegalidade e incorporar práticas de extração, seja pelo garimpo ou pela mineração”

(MILANEZ, WANDERLEY, MAGNO, 2022, p. 396) – embora a afirmação não tenha uma comprovação concreta, tendo em vista que o legal e o ilegal podem coexistir mutuamente.

Para os autores a:

A legalização da extração mineral intensificaria o desmatamento, particularmente na Amazônia. A abertura da mineração industrial em Tis elevaria de 863 mil km<sup>2</sup>, ou em 20% o desmatamento, afetando 222 grupos indígenas e provocando uma perda em serviços ambientais de US\$ 5 bilhões por ano. [...] os efeitos sociais da liberação da mineração seriam inevitáveis com o aumento dos conflitos entre garimpeiro e mineradoras contra os indígenas, com forte componente de violência e morte; o incremento de outros tipos de invasões no território; e a forte possibilidade de fratura do tecido social indígena, pela fragmentação de grupos contrários e a favor da mineração, em questões internas às comunidades ( MILANEZ, WANDERLEY, MAGNO, 2022, p. 408).

A discussão acerca da liberação de garimpo e mineração em Terras Indígenas, é um problema nacional – problema este que precisa ser debatido e pensado de modo adequado pela sociedade brasileira. Deste modo concordamos que “é necessário garantir o protagonismo livre e informado dos grupos afetados e ameaçados territorialmente pela atividade mineral.” (MILANEZ, WANDERLEY, MAGNO, 2022, p. 408).

Apenas com a participação ativa, e protagonizada pelos grupos afetados, é que se pode garantir a autonomia daqueles que, de fato, sofreram o impacto direto cotidianamente. O recente Projeto de Decreto Legislativo 117/2021, atenta contra a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), buscam retirar estes grupos da discussão. Isso acarreta um esvaziamento das discussões que poderiam ser engendradas por estes grupos atingidos e a possibilidade de dizerem não a expansão do capital global em sua busca incessante de *commodities*.

### 3. AS IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NA MINERAÇÃO

Sevá Filho (2018) aponta que a desterritorialização, que na linguagem empresarial significa “limpeza de área”, ou na linguagem dos licenciamentos ambientais significa “reassentamento involuntário” é na realidade um processo de conflito.

Os grandes projetos de desenvolvimento, como hidrelétricas, mineradoras, petróleo, agronegócio, florestas de monocultivos miram novos lugares para realizar novos investimentos. O capital vai se multiplicando e buscando novas oportunidades de lucro. Para as pessoas que moram, trabalham, coletam, pescam, plantam, vivem e tem raiz naquele lugar a defesa significa, antes de mais nada “sobrevivência”. É por isso que há a resistência, a reação, o repúdio e a busca por alternativas. Nas palavras de Sevá Filho (2018, p. 51)

O capital apenas prossegue no seu processo de acumulação ao eleger as estas mesmas localidades como alvo. Então, não existe apenas um conflito, algo temporário, que possa ser gerenciado até que um dia se “resolva”. Na verdade, o que há é a velha luta de classes. Naqueles locais onde houve esta escolha por parte do capital, as empresas e os agentes oficiais que as acompanham desencadeiam um antagonismo intrínseco necessário para que o capital consiga se estabelecer.

Essa caminhada incessante e continua do capital encontra pessoas que habitam historicamente em determinadas localidades. Se considerarmos, por exemplo, o processo histórico de ocupação e territorialização de Territórios Quilombolas, Terras Indígenas e de camponeses, estes sujeitos estão enraizados, usam da terra, da água, e da biodiversidade meio e forma de reprodução social. Assim, quando uma região é eleita para abrir uma mineração, ou ser atravessada por uma estrada de ferro, ou a construção de um porto ou um monocultivo de eucalipto são criados meios legais de uso daquele espaço.

É o Estado, por meio de seus agentes oficiais, que criam as formas legais de apropriação, concessão de uso e exploração. Mas o que fazer com as pessoas que ali habitavam anteriormente? A desterritorialização dos mais pobres se faz com o aval do Estado, e quando não há o claro processo de desterritorialização, porque há a defesa do território, há o início do conflito.

Aparece como uma briga, uma situação de desentendimento, uma divergência de interesses.” Mas não é um conflito porque dois grupos “vindos de fora” disputariam o mesmo espaço, a mesma riqueza. É sim um antagonismo, pois o capital somente consegue se implantar dessa forma; porque os moradores anteriores têm somente essa forma de sobreviver. (SEVÁ FILHO, 2018, p. 52).

Esse desentendimento se trata, antes de mais nada, pela divergência de interesses. Acrescentaríamos, ainda, a perspectiva de que o antagonismo ocorre pela própria necessidade de se viver, de se garantir a forma de sobreviver, porque quando o conflito se instala a vida dá lugar as preocupações e sofrimento ambiental<sup>44</sup> (SOUZA, 2019). Não se trata de considerar o sofrimento como algo minimizável, pois ele perdura temporalmente, como nos casos de processo de judicialização<sup>45</sup> que podem durar anos até ser “resolvido”.

Nas palavras de uma família camponesa, que está sendo judicializado há 5 anos:

Portanto a gente já está impedido de falar que não vende e também de pôr valor no que é nosso. Porque as firmas já chegam com as

---

<sup>44</sup> O termo *sofrimento ambiental* é um conceito que se refere às experiências de dor, angustia, tristeza, raiva, medo e demais emoções negativas que as pessoas experimentam em relação aos problemas ambientais, como degradação ambiental, poluição, mudanças climáticas, perda de biodiversidade. Em suma, são emoções que podem surgir relacionado aos danos que afetam diretamente a vida e a saúde das pessoas. O sofrimento ambiental pode ser uma resposta emocional a eventos específicos, como desastres naturais ou uma preocupação crônica relacionada a própria relação com o ambiente, denotando um aspecto de enraizamento com o ambiente. É possível correlacionar e discutir o sofrimento ambiental com a Geografia das Emoções, pois as emoções estão diretamente correlacionadas com o lugar onde se vive, habita, se relaciona e produz vida e existências.

<sup>45</sup> No caso desta família que está sendo judicializada, os mesmos não tem o direito de colocar o valor que consideram justo. Assim, o sofrimento ambiental se transfere para as dimensões econômicas, jurídicas e culturais.

políticas de negociações com preço, preço x e a firma paga assim e pronto, se você não quer se a lei... nós estamos desvinculando os dados de vocês. O que que eu já passei hoje quando minha sogra morreu e toca pra minha esposa [herança] e eu sai da fazenda pra ir trabalhar nela. E tem como a gente ir pra lá? Não pode, estamos impedidos de ir pra lá, estamos impedidos de ir para o que é nosso, já estamos nisso há cinco anos (Camponês, 2021).

Assim, a palavra conflito ganha contornos que expõe o uso social e político. O Estado e as empresas capitalistas passam a adotar corpos de funcionários “especializados para se dedicar à “resolução” – entre aspas, porque não resolvem – destas situações que eles mesmos criaram ou foram incapazes de evitar”. (ACSERALD, BEZERRA, 2010; SEVÁ FILHO, 2018).

Um outro ponto que expõe o antagonismo, e que permite explicar, é que a ampliação capitalista se faz por meio de financiamentos e de crescimentos, isto é, de expansão ou de aprofundamento na exploração dos bens naturais. Assim, hidrelétricas, mineradoras, siderúrgicas, usinas de celulose, álcool, refinarias de petróleo e etc., são empreendimentos caros. A construção, a montagem e expansão necessitam de alguns milhões ou bilhões de reais.

Mobilizar recursos financeiros desta ordem resulta de uma estratégia também muito peculiar: cada projeto tem que ser criado como se fosse uma planta, uma árvore, desde a semente e a muda. *E tem que ser protegido para que não morra, que não se desvie das atribuições iniciais; o discurso capitalista menciona sempre o risco; na prática, faz tudo para ter garantias, estabilidade, segurança, continuidade, perenidade.* (SEVÁ FILHO, 2019, p. 65, grifos do autor).

A concretização de novos investimentos deve ser considerada a todo e qualquer momento como “irreversível” e por isso apoiadores, do poder público, social e econômico, utilizam a linguagem como meio de aceitação. Utiliza-se sempre “no tempo futuro do indicativo, jamais no condicional, colocando nos amapás a simbologia de que já existe algo que está apenas projetado “(designando indústria, o que ainda é plano, batizando hidrelétrica, o que ainda é projeto).” (SEVÁ FILHO, 2018, p. 53).

Vai se fazendo, por meio da crença um dogma ao considerar e apontar para o mapa plano e afirmando “a obra vai ser aqui, passará uma ferrovia aqui, a usina será inaugurada aqui” São convenções que fazem os olhos da sociedade brilharem pelo fato de ser uma novidade, por apresentarem uma noção de desenvolvimento e por serem empreendimentos que apresentam discursivamente a oportunidade, mesmo que breve, de geração de empregos.

Por isso, consideramos que os conflitos são políticos e sociais, carregam consigo a noção constante e participativa do Estado e do capital. A participação do Estado é de promoção, por meio de promessas, e a do capital de discursos que visam promover os investimentos que irão ocorrer, relegando que, muitas vezes, o capital constante é utilizado na construção e, posteriormente, os empregos gerados são mínimos.

Assim, quando grupos atingidos lutam e resistem, essa luta deve ser compreendida como uma luta política e de cosmovisão diferente da hegemônica. Para além da luta contra o capital, a luta também se faz com o Estado e contra o Estado, considerando que o mesmo permite a apropriação e a concessão de uso de diferentes ambientes por meio de normas, leis e decretos que visam facilitar a permanência do setor em determinados territórios.

### **3.1 Resultados da pesquisa de campo**

A pesquisa de campo, realizada no segundo semestre de 2022, foi dividida em dois momentos distintos. Num primeiro momento, dedicado a fotografia, dando ênfase as paisagens criadas pela mineração, buscamos apreender a dinâmica exercida sobre o território e os efeitos diretos. E o segundo momento baseado em diálogos indiretos, mas centradas na discussão sobre a mineração e as implicações

territoriais. Neste processo, utilizamos caderno de campo para rever elementos anotados que anteriormente não haviam sido apreciados; gravador de celular, com o intuito de escutar novamente os diálogos e complementar as anotações que pudessem ser insuficientes ou lacunas.

Outro ponto sobre os trabalhos de campo se deve a busca de materiais da Câmara de Vereadores de Catalão. Nos debruçamos na busca de Atas, fotos, vídeos e áudios que pudessem contribuir para o adensamento de materiais para uso na presente pesquisa. Foi de grande valia a colaboração direta de Letícia Garcin no envio de alguns materiais e do Prof. Marcelo Mendonça que forneceu prontamente as Atas de reuniões dos anos de 2018 e 2019 – além de indicar que em sua conta profissional no Facebook poderia haver registros de compartilhamentos e publicações referentes ao Grupo de Trabalho (GT).

Além disso, como estávamos acompanhando o Tribunal dos Povos do Cerrado (TPP), com a participação da comunidade, nos utilizamos de algumas falas das quais os mesmos relatavam a histórica forma de acumulação do capital mineral em Catalão (GO), baseada, principalmente, na expansão constante e contínua sobre territórios e bens naturais. Utilizamos os materiais fornecidos pelo TPP para aprofundar o caso nº4 – Comunidade Macaúba x Mosaic Fertilizantes e CMOC.

Além destes dados, apresentamos nesta seção os dados referentes aos conflitos advindos da mineração, apresentados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em suas publicações anuais sobre Conflito no Campo – Brasil e do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil. A apresentação dos dados dos conflitos da mineração, corroborando com o exemplo em Catalão (GO), nos permite afirmar, de modo categórico, que o Brasil é um país minerado e fraturado. Inserindo o campo agrário brasileiro como o novo elemento de conflitos, pois compreendemos que o

campo, habitado por uma diversidade de sujeitos, como indígenas, quilombolas, camponeses, quebradeiras de coco-babaçu, raizeiros, geraizeiros, moradores de fundo de pasto entre outros, compõe os novos sujeitos que se inserem nos conflitos com a mineração e o garimpo ilegal.

Wanderley e Gonçalves (2018) já apontavam para este caráter violento da mineração com povos e comunidades ao destacar as escalas de conflito no espaço agrário brasileiro. O autor compreende que os conflitos envolvendo mineradoras e populações do campo, principalmente as tradicionais, não se referem à uma disputa pelo território, e seus atributos materiais e imateriais, , mas sim nos bens comuns disponíveis no território, pois para as populações do/no campo o interesse não é na extração de minérios, mas sim a superfície, o concreto, espaço este repleto de significados, usos e formas de apropriação diferente da exercida pelas mineradoras e garimpos.

Pois o espaço superficial é repleto de significados, para “os usos presentes e futuros do espaço geográfico que permite a reprodução social da existência.” (GONÇALVES, 2018, p. 139). Assim, o embate, e os debates, acerca dos conflitos minerários estão sendo tecidos e construídos por aquelas populações que estão diretamente de frente as mineradoras, isto é, que se colocam a debater novas formas de uso e expõe as contradições ao setor.

### **3.2 Conflito: uma categoria dialógica para a discussão**

A discussão sobre conflitos é não apenas importante, mas necessária para compreender a mineração como protagonista dos conflitos minerários. Antes de mais

nada é preciso delinear o que compreendemos por conflito, aspecto este que permitirá a plena leitura da relação conflituosa entre mineração e atingidos.

Souza (2019, p. 184, grifo do autor) considera que *a expressão “conflitos socioambientais” é redundante, isto ocorre porque: em primeiro lugar, porque todo conflito é social; em segundo lugar, porque a dimensão social já está embutida no conceito de ambiente, que não deve ser confundido com a sua redução “naturalista” a um “meio ambiente”.*

Deste modo, concordamos com o autor ao afirmar que “todo conflito é social”, isso porque em qualquer sociedade há conflitos. Os conflitos são divergências, formas de pensar de ver e de se estar no mundo, mas que podem ganhar dimensões e desdobramentos distintos. É preciso levar em consideração qual a dimensão e o contexto do conflito, isto é, se o conflito é gerado por e a partir de uma ideologia, ou uma dimensão mais ampla, como a dimensão econômica, cultural, política e jurídica.

Segundo Souza (2019, p. 184-185) o conflito social

nos remete à luta pela capacidade para agir [...] em uma sociedade; ele gira, portanto, em torno do *poder* e de seu exercício (que não se restringe à dominação ou ao *poder heterônomo*, podendo ser, também, um poder exercido ou que se tenta exercer de maneira horizontal e radicalmente democrática, um *poder autônomo*). O conflito social, mesmo tendo a ver com indivíduos, e sendo por meio destes concretizado, consiste, em última análise, em um conflito entre grupos sociais (classes, etnias etc.) ou organizações. (SOUZA, 2019, p. 184-185, grifos do autor).

Assim, nesta pesquisa, compreendemos o conflito como o resultado de *ações* e *reações* às práticas e estratégias impactantes de atividades minerais, sejam elas de pequeno, médio, grande porte ou garimpo, que mudam e transformam modos de vida, degradam e constroem ambientes e paisagens geográficas do capital ao transcorrer de sua cadeia de valor (mina, transformação e beneficiamento e infraestrutura).

Atualmente uma das principais consequências do aprofundamento neoextrativista e reprimarização da pauta exportadora é a explosão de conflitos socioambientais. Nas duas últimas décadas os conflitos de mineração no Brasil, principalmente no campo, apresenta-se como uma tendência crescente (WANDERLEY, GONÇALVES, 2019; GONÇALVES, SIQUEIRA, 2022).

Segundo Milanez, Wanderley e Magno (2022, p. 391) a crescente dos aumentos de conflitos da mineração advém dos seguintes fatores:

A recorrência de grandes desastres ambientais provocados por mineradores, nas bacias do Rio Doce e Paraopeba, no Sudeste, e em Barcarena, na Amazônia; uma maior percepção da sociedade sobre os danos da mineração; a crescentes mobilizações de movimentos sociais críticos ao modelo mineral vigente e às atividades mineradoras em diferentes localidades; e, por fim, a intensificação da exploração mineral vertical e horizontal no território nacional, ou seja, em áreas já mineradas e em novas regiões.

De acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), por meio da sua publicação anual de *Conflitos no Campo*, que agrega as dimensões: conflitos no campo, terra, água, trabalho, violência contra pessoas e manifestações. As mineradoras se tornaram as maiores protagonistas na geração de conflitos ligados à água no campo, principalmente após os rompimentos e riscos de rompimento de barragens.

De 2004 a 2020, os conflitos que envolvem mineração no campo subiram de quatro ocorrências para duzentos e quarenta e duas (242). Apenas na última década,

o crescimento foi de 340%, partindo de 55 ocorrências em 2011, o que demonstra que a queda dos preços das commodities minerais entre 2011 e 2016, associada à necessidade das corporações de recompor suas margens de lucro, podem ser relacionadas à aceleração da violência e da eclosão de desastres. Após o golpe sobre o governo Dilma, os conflitos passaram de 165 em 2015 para 204 em 2018, último ano do governo Temer, incremento de 24%.

Somado a isso, o desmatamento provocado pelo setor mineral, de acordo com o Mapbiomas (2021) aponta para o avanço, resultante do aprofundamento e da

escolha política de abertura de novos territórios. Se em 2004 o setor mineral desmatava cerca de 87 mil hectares ao ano, em 2011 o setor alcançou a marca de 119 mil hectares, em 2015 passou para 157 mil e em 2018 190 mil hectares. Durante o governo ultraneoliberal de Bolsonaro, a mineração manteve a tendência de aprofundamento e marcou uma taxa de 206 mil hectares anuais.

O desmatamento se distribuiu por distintos biomas, concentrando-se na Amazônia, com 72%, na Mata Atlântica, com 15%, e no Cerrado, com 10%. Já o garimpo, atividade que cresceu consideravelmente, apenas em 2011 correspondia a 36% no desmatamento, passando a ser o protagonista em 2018, ultrapassando, até mesmo, a mineração industrial.

Em 2020 mais da metade do desmatamento veio do garimpo, com 52%, principalmente o ilegal. Ainda considerando o garimpo, este setor produziu a derrubada de vegetação em Unidades de Conservação (UCs) desde 2010, tendo um aumento anual em 300%, no qual alcançou quase 10 mil hectares anuais em 2020. As áreas com os maiores prejuízos de desmatamento são: A Área de Preservação Ambiental de Tapajós, com 34,7 mil hectares, a Floresta Nacional (Flona) Amaná, com 4,1 mil hectares, o Parque Nacional do Rio Novo, com 1,7 mil hectares, e a Flora Crepori, com 1,3 mil hectares. (MAPBIOMAS, 2021).

Segundo a análise de Milanez, Wanderley e Magno (2022, p. 392), nos primeiros anos do governo Bolsonaro “também foi possível ver uma elevação dos conflitos decorrente da ação das mineradoras e de garimpeiros.” Este aumento intensificou os conflitos envolvendo mineração no campo agrário brasileiro, em 2018 marcava 204 passando para 282 em 2019, um aumento relativo de 38%. Este aumento, conforme aponta Wanderley, Leão et al (2021) se deve pelo desastre

causado pela Vale no rio Paraopeba, no qual potencializou os conflitos, contribuindo diretamente para a elevação dos números registrados.

O Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil (OCMB) cataloga e sistematiza, em uma base de dados, as ocorrências, para tanto é preciso haver reações de insatisfações que visem “denunciar, impedir, punir ou contestar as transformações sociais, econômicas, espaciais e ambientais causadas pela atividade, sendo cada denuncia, reclamação e queixa uma expressão pública dos conflitos”.

Deste modo, essas ações são contabilizadas enquanto ocorrências de um conflito em cada visibilização pública. Outrossim, os conflitos são definidos, numerados e localizados a partir da relação conflitiva de dois agentes sociais fixos: i) categoria de quem sofreu a ação (Atingido) e; ii) categoria que causou a ação (Violador). Ambas categorias, propostas pelo OCMB estão associados a uma localidade em conflito, também fixa. Deste modo, a escala para definição de um conflito é “sempre a menor possível, optando-se por comunidades/bairros, quando possível.”

Assim, com o objetivo de demonstrar que o Brasil é um país minerado e fraturado, expomos a seguir os dados acerca dos Conflitos Minerários por ocorrência dos Estados da Federação na Tabela 3 .

Tabela 3: Conflitos Minerários - Ocorrências por Estado da Federação (2020)

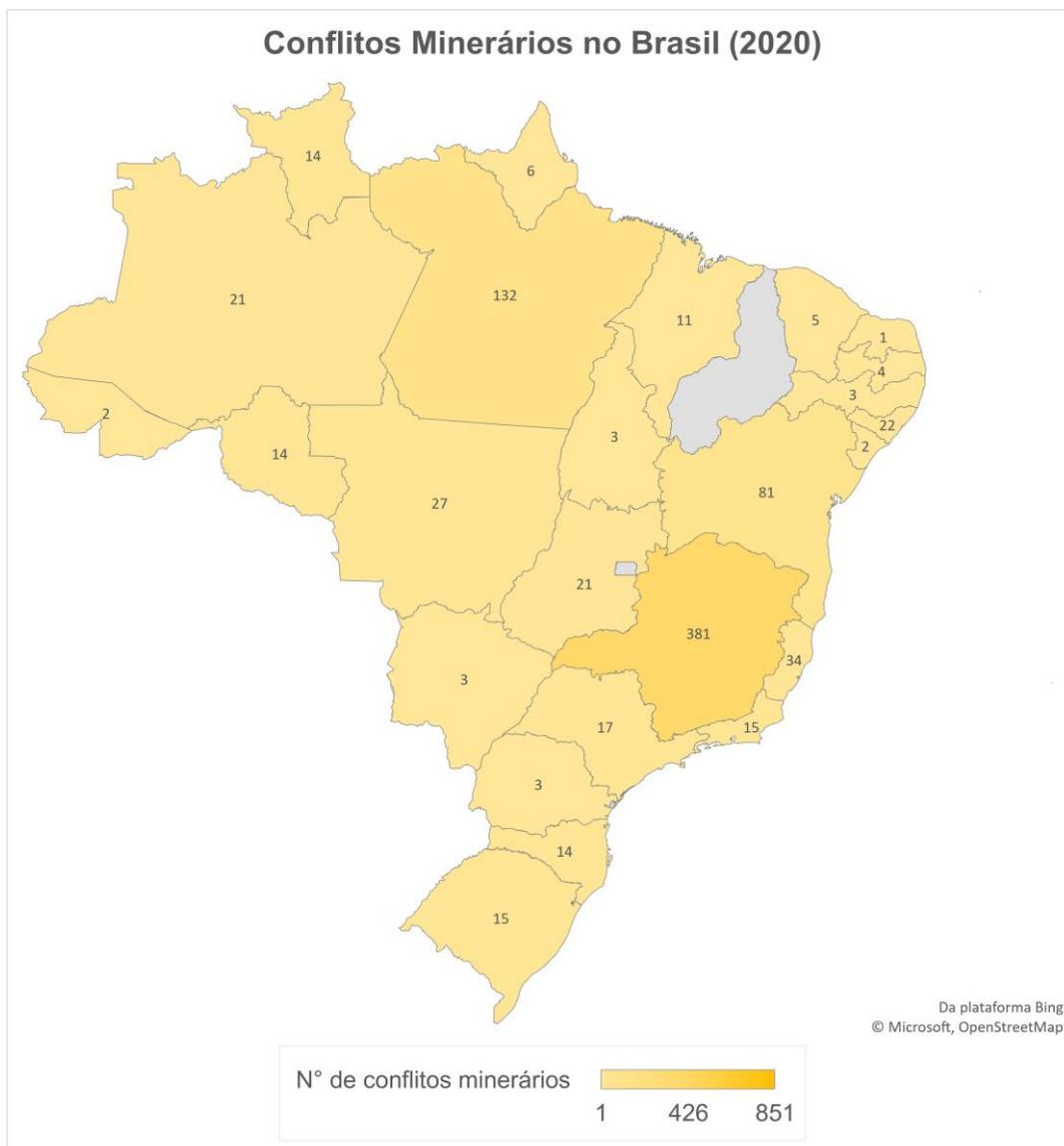
<b>Estado</b>	<b>Nº de conflitos minerários</b>
Minas Gerais	381
Pará	132
Bahia	81
Espírito Santo	34
Mato Grosso	27
Alagoas	22
Amazonas	21
Goiás	21

São Paulo	17
Rio Grande do Sul	15
Rio de Janeiro	15
Santa Catarina	14
Rondônia	14
Roraima	14
Maranhão	11
Amapá	6
Ceará	5
Paraíba	4
Pernambuco	3
Paraná	3
Mato Grosso do Sul	3
Tocantins	3
Sergipe	2
Acre	2
Rio Grande do Norte	1
<b>Total de conflitos</b>	<b>851</b>

Fonte: Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil (2020) Org.: o autor

A seguir, podemos observar no mapa a espacialização dos Conflitos Minerários no Brasil, referente ao ano de 2020. Os principais conflitos minerários estão situados em Minas Gerais, em decorrência do rompimento da barragem em Brumadinho, seguido de Pará, Bahia, Mato Grosso e Goiás. Nos chama a atenção que, do mesmo modo que os principais arrecadadores de CFEM, do país são os mesmos com a maior incidência e geração de conflitos, expondo a contradição entre apropriação de riquezas do subsolo e a geração de conflitos e disputas. No total são 851 conflitos especializados por todo o território nacional, número este revelador da espacialização e geração de conflito que o setor minerário e garimpeiro gera com diversos grupos e sujeitos sociais.

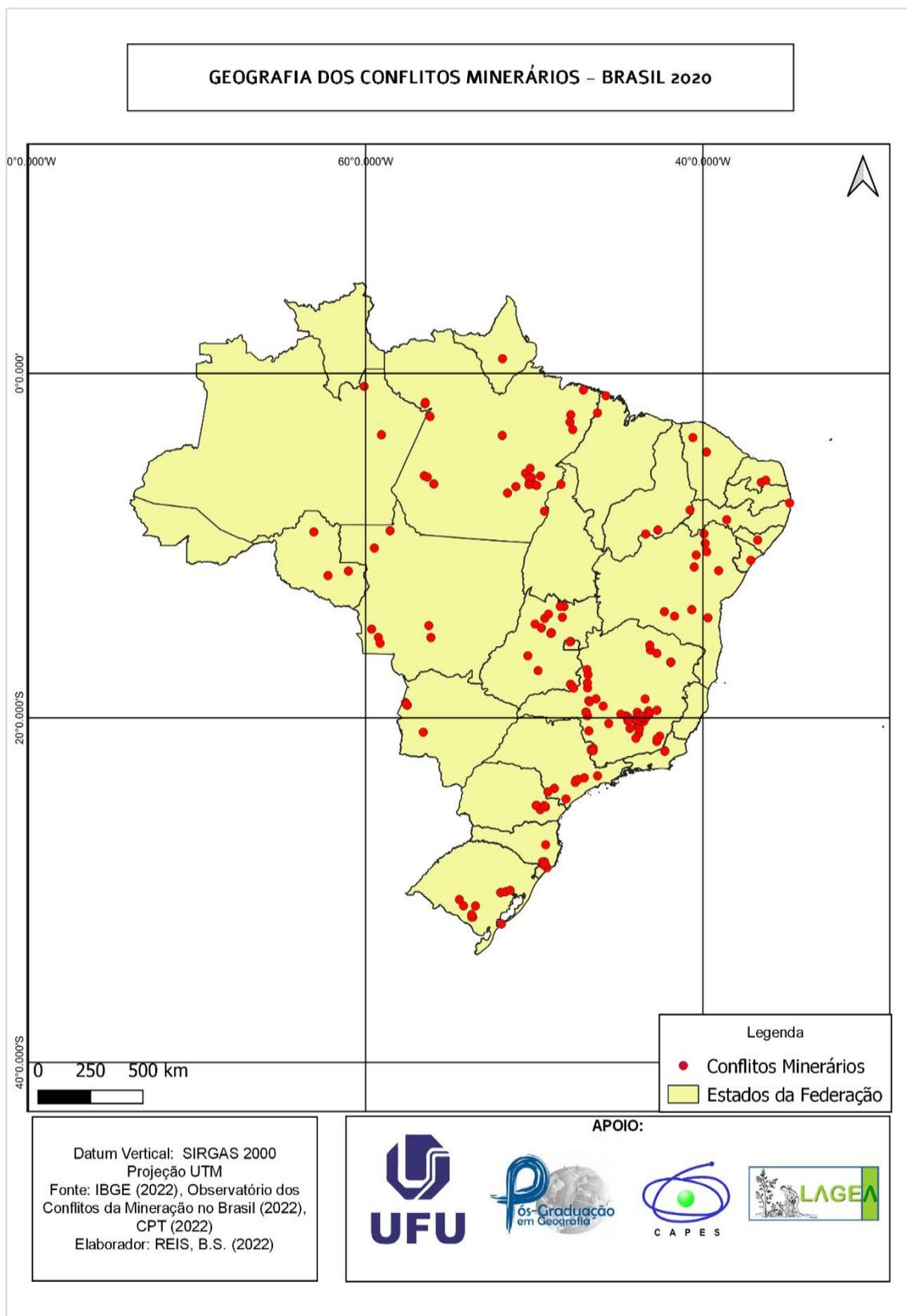
Mapa 2: Espacialização dos Conflitos Minerários no Brasil (2020)



Fonte: CNDTM(2022)

Consoante ao fator de geração de ocorrências e conflitos, o OCMB apresenta as ocorrências por empresas causadoras, permitindo visualizar que, em sua maioria, os conflitos são gerados por empresas de capital transnacional e nacional. Esse dado nos permite apreender que o capital internacional, com todos os seus investidores e as ações do mercado da Bolsa de Valores estão financiando tais atividades.

Mapa 3: Geografia dos Conflitos Minerários - Brasil (2020)

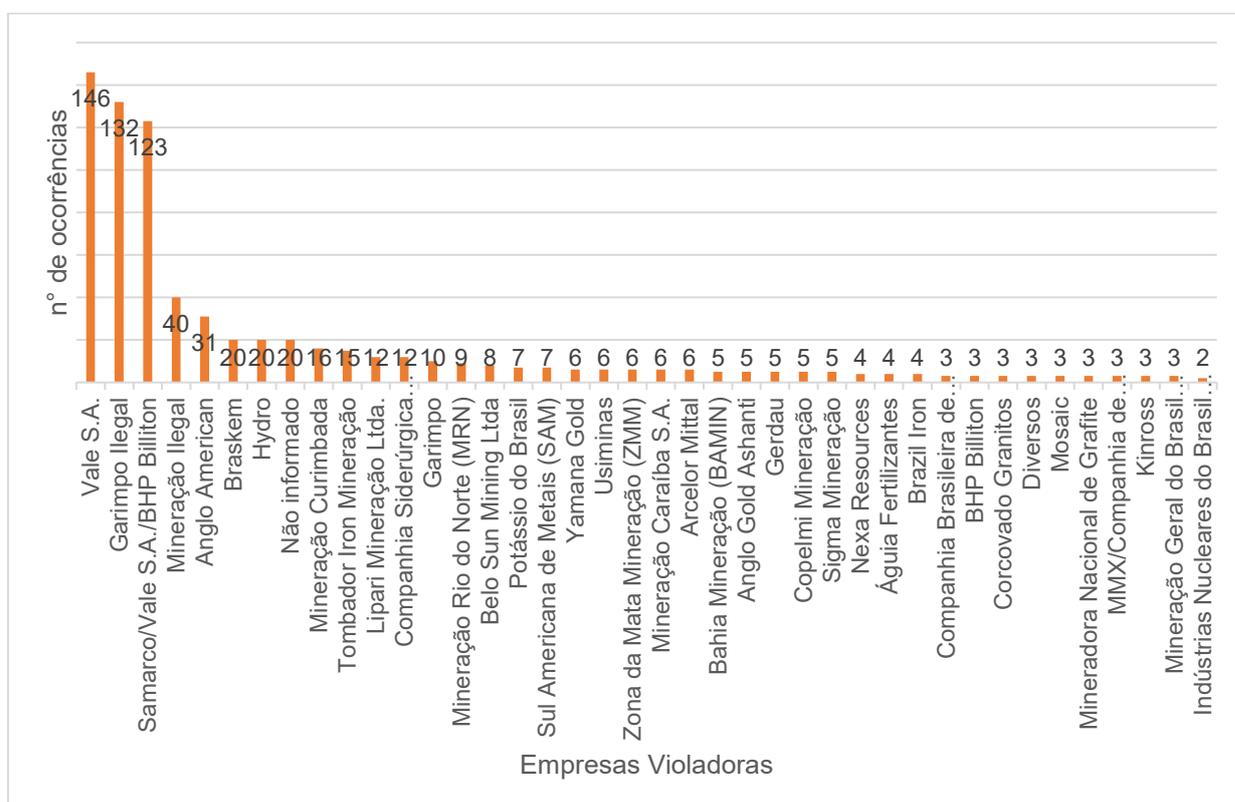


Fonte: CNDTM (2022)

Por exemplo, a Vale S.A. principal empresa do setor minerário do Brasil, antes de ser privatizada na década de 1990 apresenta as maiores quantidades de ocorrências, principalmente no Estado de Minas Gerais (MG) e Pará (PA), dois estados nos quais a empresa de capital aberto atua com maior intensidade explorando o subsolo.

Do mesmo modo que nos chama a atenção o Garimpo Ilegal. Acerca deste dado, podemos inferir que, devido ao governo neoultraliberal do Jair Bolsonaro, seu aceno ao setor e seu apoio para exploração dos Territórios Indígenas (TI), haja, de fato, este crescimento – crescimento este que supera o desastre crime da Samarco/Vale S.A./BHP Billiton, em 2019. Não é nosso intuito apresentar cada ocorrência, explicando suas causas e contextos, mas de mostrar quais são e quem são os violadores e causadores de conflitos.

Gráfico 1: Conflitos Minerários - Ocorrências por Empresa Causadora (2020)



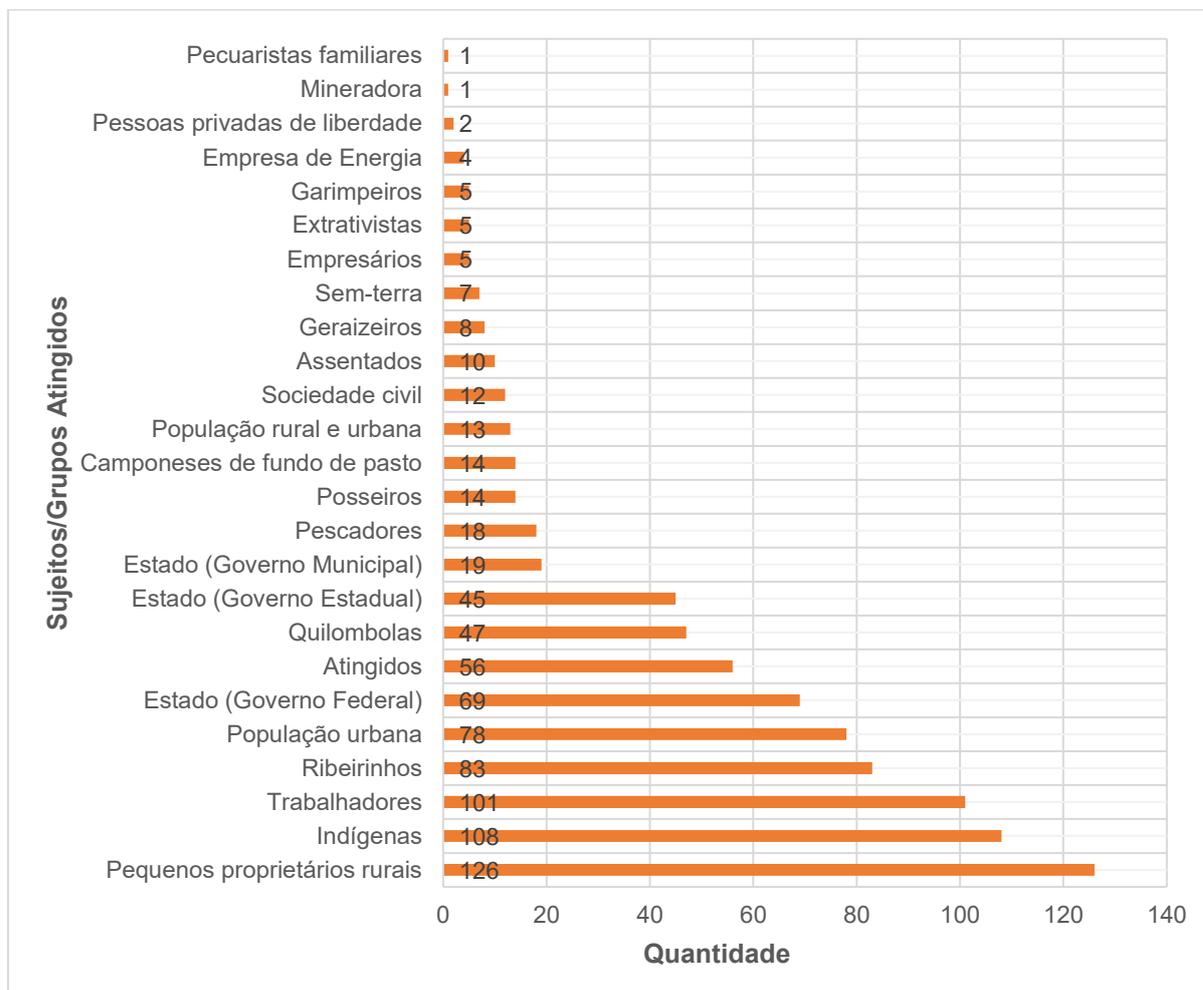
Fonte: CNDTM (2022)

Considerando os agentes causadores de conflitos, a Vale S.A. é a empresa com o maior número de ocorrência de conflitos, com 146, seguida de sua subsidiária, Samarco, com 123 ocorrências. Nos chama atenção, também, a o garimpo ilegal, protagonizando 132 conflitos.

Do ponto de vista geográfico e regional a região Sudeste, principalmente Minas Gerais, foi o estado em que mais se sentiu os efeitos negativos da mineração, a região teve 446 ocorrências. A região Norte foi a segunda, tendo 192 ocorrências, sendo o estado do Pará o segundo colocando no ranking, representando 16%. A terceira região com o maior número de conflitos foi a região Nordeste, com 130 ocorrências, sendo a Bahia o principal centro dos conflitos minerários, representando 10% (CNDTM, 2021).

Já quando se considera os atingidos, isto é, aqueles que sofrem diretamente os impactos em todas as dimensões, destaca-se a ação de mineradoras sobre os pequenos proprietários rurais, representando 14%, os indígenas, com 13%, os trabalhadores, com 12% e os ribeirinhos com 10%. Destaca-se, em particular os trabalhadores que sofreram situações de trabalho análogo à escravidão, acidentes e risco de morte (CNDTM, 2021). A seguir, apresentamos a quantidade de ocorrências de acordo os sujeitos e grupos sociais atingidos em 2020.

Gráfico 2: Conflitos Minerários - Ocorrência por Atingidos (2020)



Fonte: CNDTM (2022)

Em síntese, os conflitos apresentados demonstram uma crescente tendência dos últimos anos, isto é, as localidades em que ocorreram algum tipo de conflito mineral estão presentes em quase todas as unidades federativas do Brasil, com exceção de Piau e Distrito Federal. Este dado nos permite enfatizar o que Gonçalves (2016) afirma: O Brasil é um país minerado. Isso representa não apenas um dado da atualidade, mas também histórico, fruto de opções políticas, econômicas, adotadas por um ideal desenvolvimentista que vê na mineração uma forma de desenvolver o país por meio da mineração.

Se considerarmos a espacialidade dos conflitos Minas Gerais, no Quadrilátero Ferrífero, apresenta-se como o principal estado em conflito, devido ao desastre e o

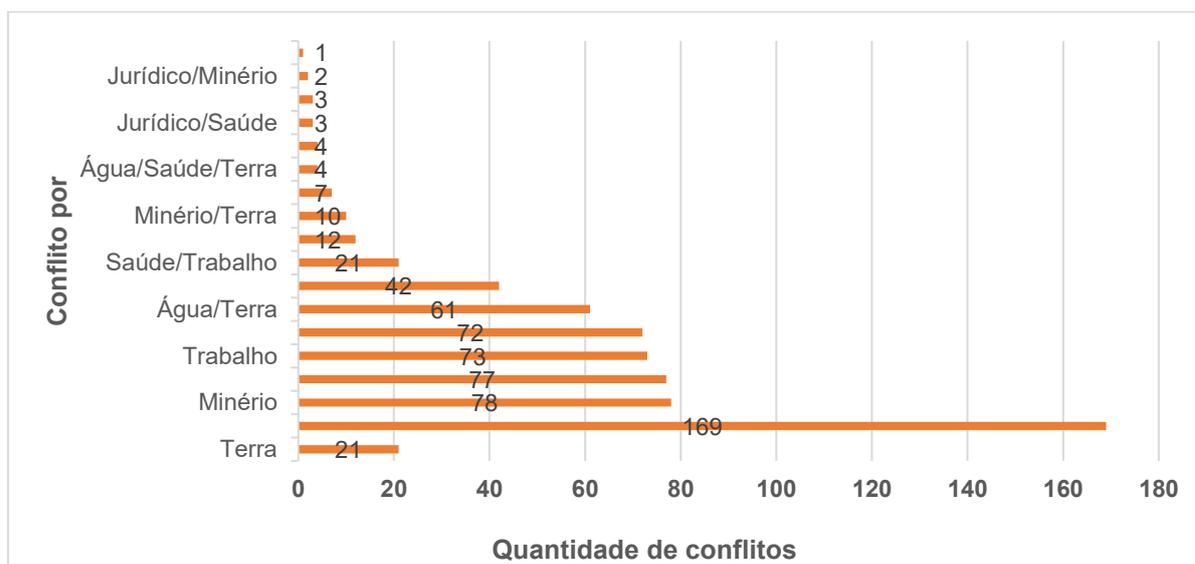
trajeto que a lama percorreu de Minas Gerais ao Espírito Santo. A região de Carajás também se destaca neste cenário, tanto nas adjacências da mina como em todo trecho da Estrada de Ferro Carajás. Assim, essas duas regiões representam os principais territórios extrativos-minerais no Brasil. Mas, ainda sim, a mineração tem acarretado problemas em diferentes regiões do país.

Conforme Milanez, Wanderley e Magno (2022, p. 394)

[...] não se pode falar que os problemas provocados pela mineração são geograficamente pontuais, e temporalmente esporádicos. Nem tampouco que se reproduz apenas sobre comunidades rurais, tradicionais e isoladas, por recai também sobre populações urbanas e trabalhadores. O perfil geral, no entanto, é que quem sofre são os grupos mais vulneráveis e politicamente menos influentes.

Do mesmo modo, quando se considera o tipo de conflito percebe-se que o principal elemento em conflito é água, com 169 casos, representando 26%, seguido de minério, com 78 casos, 12%, e terra com 21 casos, totalizando 3% e trabalho, com 73 conflitos, com 11%. Os demais tipos de conflito, agregando dois elementos representam 48% dos casos, conforme a Gráfico 2.

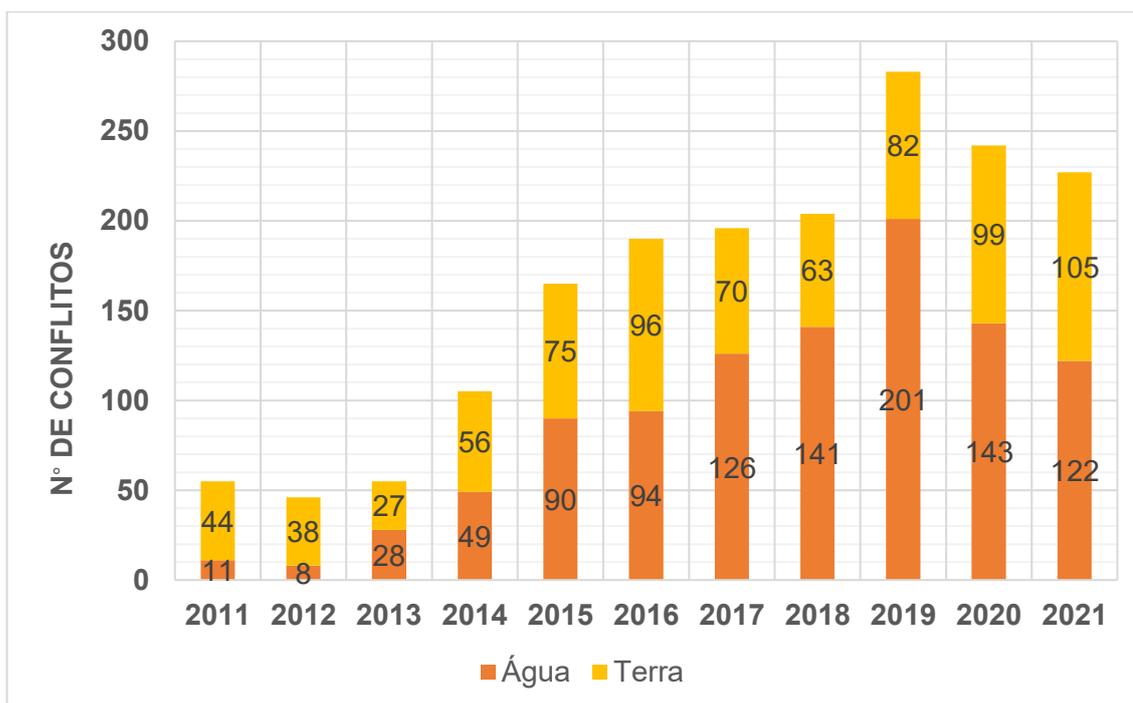
Gráfico 3: Conflitos Minerários – por tipo de conflito (2020)



Fonte: CPT (2022) Org.: o autor

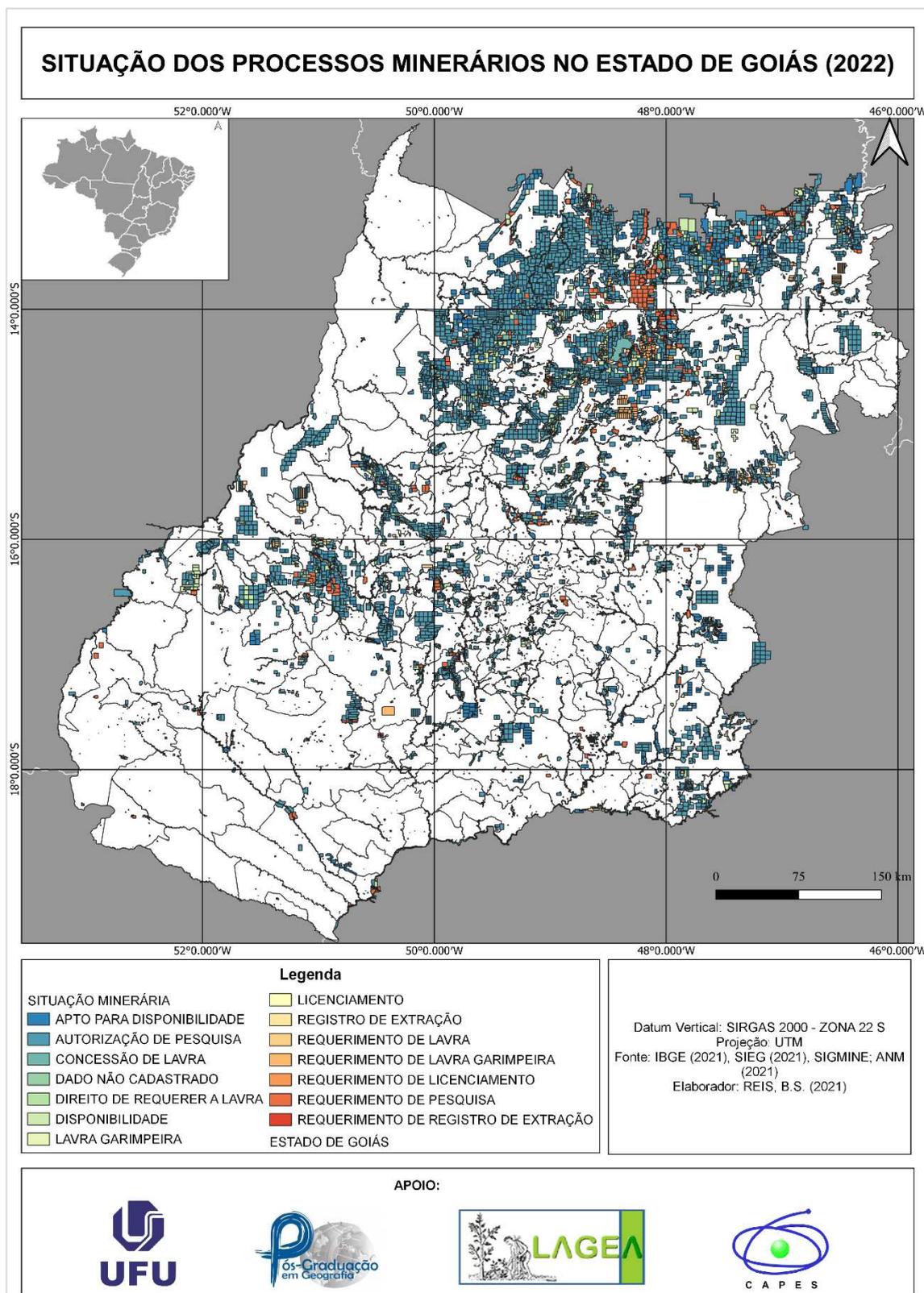
Se considerarmos os conflitos em sua dimensão temporal, e os elementos em disputa, apresentam-se como uma crescente, principalmente a partir de 2015. Todos os elementos tiveram um incremento no conflito. O aumento crescente se dá, principalmente, devido aos desastres de Mariana e Brumadinho.

Gráfico 4: Número de conflitos de Terra e Água/Mineradora - 2011 - 2021



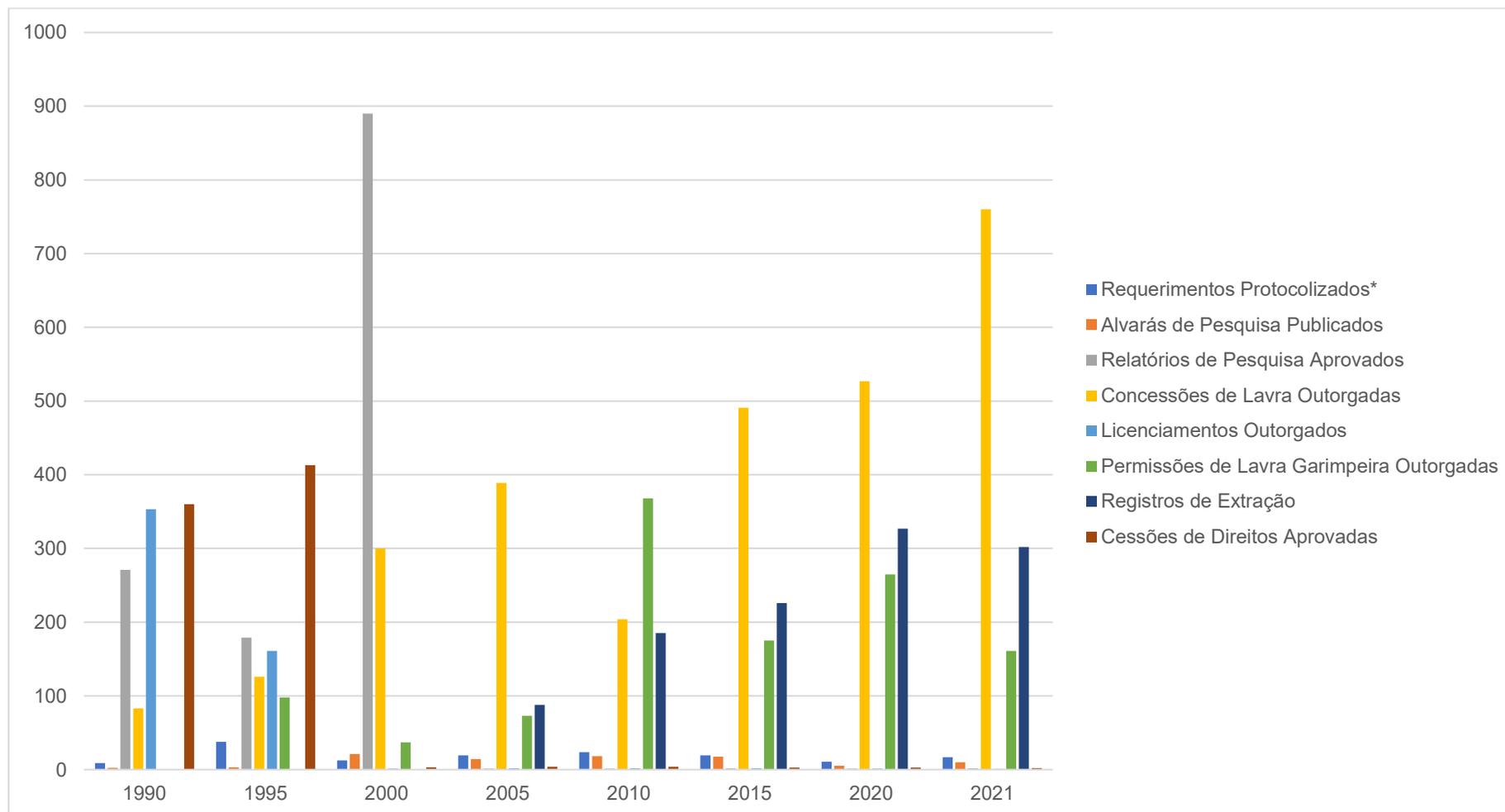
Fonte: Fonte: CPT (2022) Org.: o autor

Mapa 4: Estado de Goiás - Situação dos Processos Minerários (2022)



Fonte: IBGE (2021), SIGMINE (2021), ANM (2022) Elab.: O autor

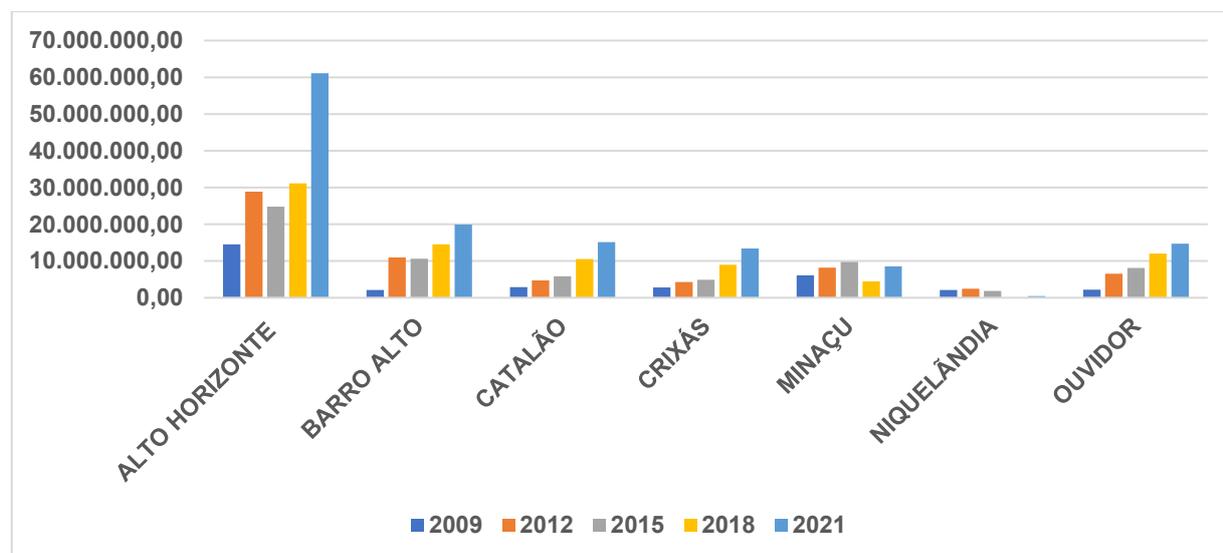
Gráfico 5: Brasil:- Evolução dos títulos minerários (anos selecionados)



Fonte: ANM (2022) Org.: o autor

Em Goiás, há a ocorrência de múltiplos minerais e minérios que contribuem para a sua exploração. São minérios desde metálicos, não-metálicos, água mineral e água termal. A formação dos depósitos depende de forma direta de suas estruturas geomorfológicas, por isso que o fator de rigidez locacional se impõe a este setor. As reservas, portanto, representam o potencial quantitativo ou provável de cada substância mineral que se tornam riquezas no momento de sua produção. No Gráfico 3, podemos observar a Evolução da CFEM nos territórios da mineração a partir da base de dados da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Gráfico 6: Goiás - Evolução da CFEM<sup>46</sup> dos/nos territórios da mineração (anos selecionados)



Fonte: ANM (2022) Org.: REIS, B. S. (2022)

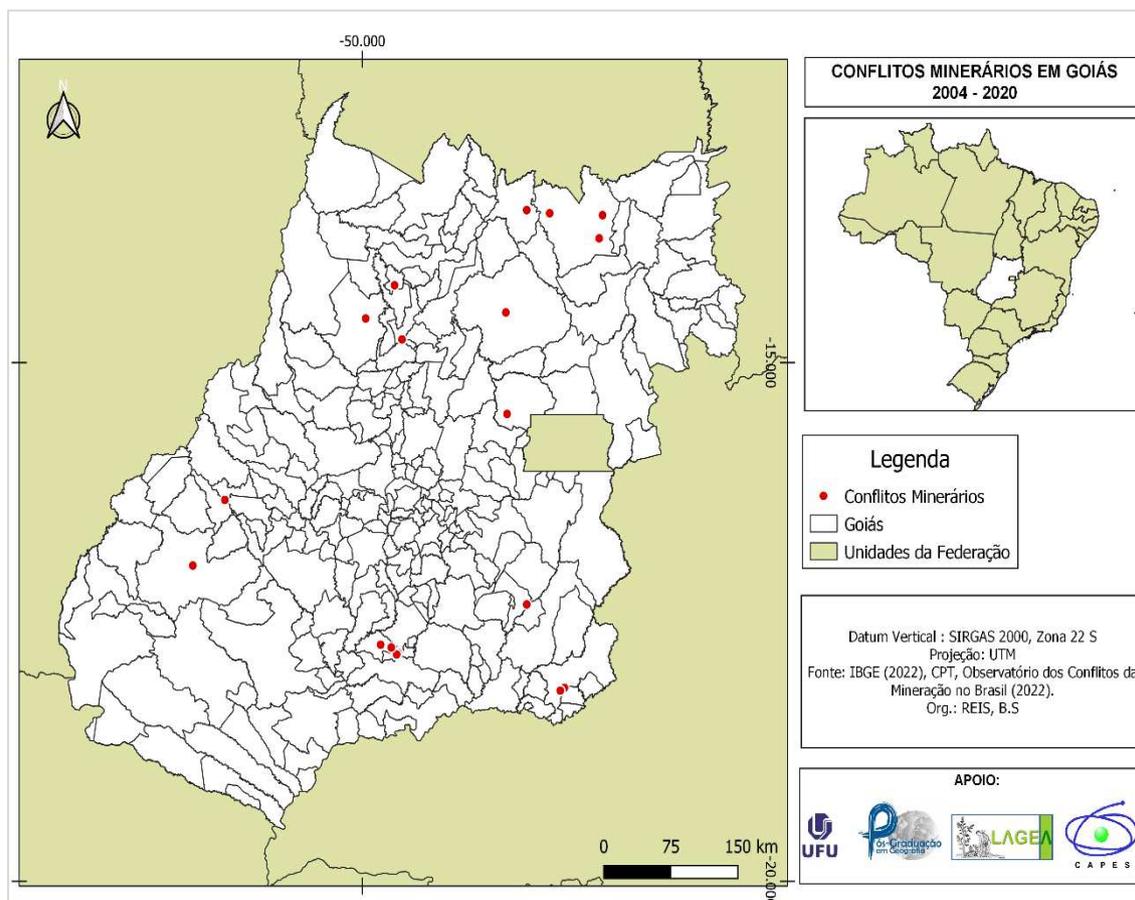
<sup>46</sup> Trata-se da CFEM (arrecadado e a cota parte), na qual a receita é incluída no orçamento dos municípios minerados. Em Catalão, por exemplo, não conseguimos apontar o valor real e quais os setores que recebem o orçamento da CFEM devido à falta de transparência no portal. Indicamos o acompanhamento do Projeto de Olho na CFEM e suas respectivas notas técnicas para visualizar as receitas e repasses, além de quais setores estão sendo investidos os *royalties* da CFEM para desenvolvimento social e econômico).

Como pode-se observar, a partir Gráfico 5 os territórios da mineração em Goiás recebem uma quantidade considerável da arrecadação da CFEM. Podemos, novamente, considerar a diminuição no valor arrecadado em Minaçu e Niquelândia, devido aos impactos da suspensão das atividades, o que provocou uma drástica redução na arrecadação.

Catalão e Ouvidor, que compõem o complexo Mineral Catalão-Ouvidor tendem a crescer ano após ano em taxas significativas. Os demais, Alto Horizonte, Barro Alto e Crixás, embora apresentem uma pequena redução de arrecadação, conseguem se manter em crescimento. Isso permite perceber que a quantidade de minérios que saem do subsolo permite compreender este que o crescimento é derivado da apropriação constante da natureza. Assim, cobre, níquel, ouro, nióbio, amianto, calcário, fosfato, apatita e demais substâncias estão inseridas no ecossistema global do capital e Goiás na divisão internacional do trabalho.

Se os governos estaduais e prefeitos podem apresentar discursos positivos acerca da exploração mineral e a geração de divisas, encontra-se preciso apresentar os conflitos que os mesmos geram, sendo atividades legais, com o aval do Estado e de suas agências reguladoras, ou ilegais, como garimpos. Em ambas as situações se apresenta conflitos entre diversos grupos – trabalhadores, camponeses, trabalhistas. Para a elaboração da tabela foi utilizado, como base, os dados da CPT (2022) e a conferência das matérias divulgadas e publicizadas em mídias (jornais e websites).

Mapa 5: Estado de Goiás – Municípios com Conflitos Minerários (2020)<sup>47</sup>



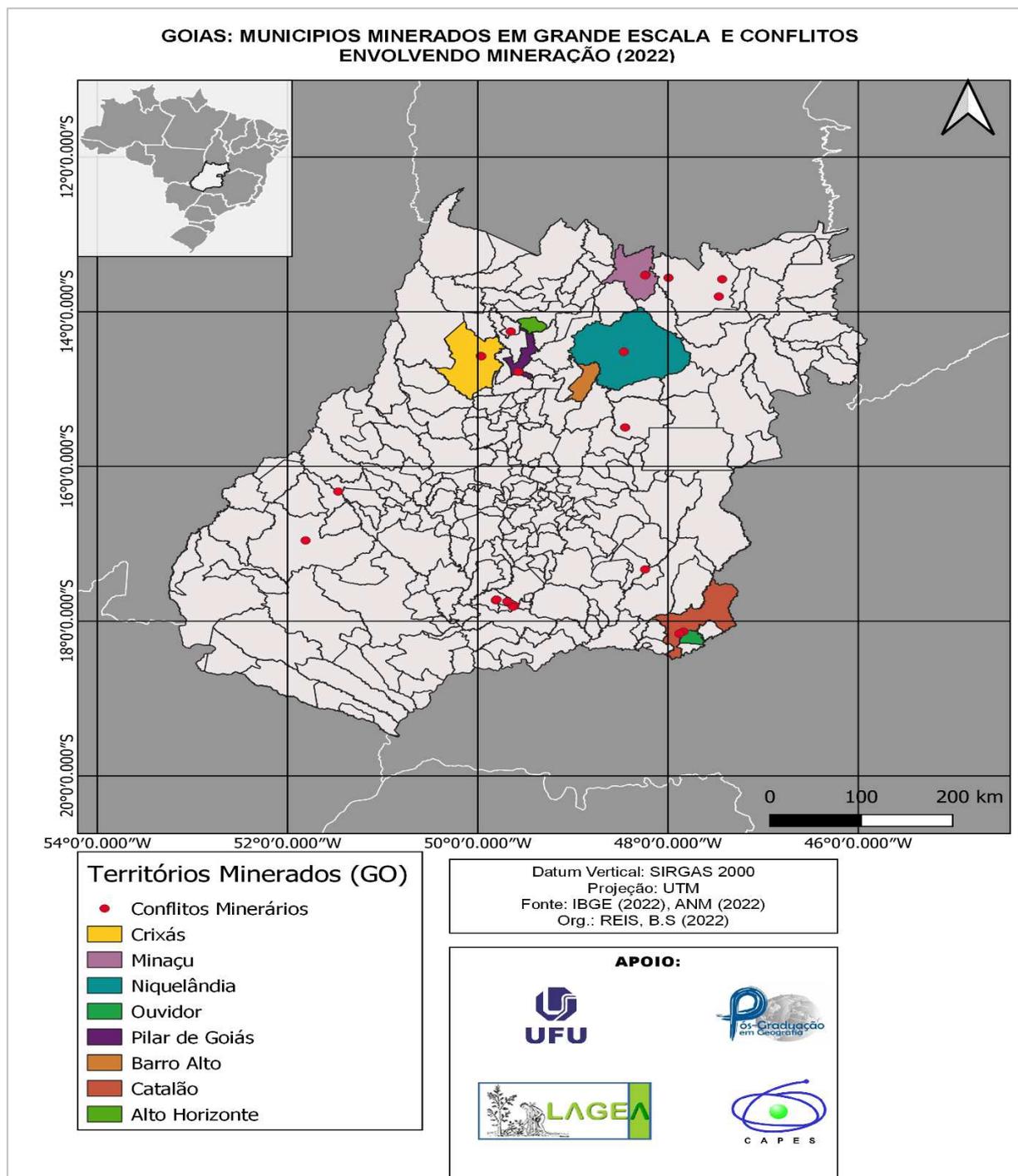
Fonte: Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil (2022), CPT (2022) Org.: o autor

Em Goiás os conflitos minerários localizam-se, sobretudo, nas regiões mineradoras, apresentando, também, casos de garimpo em novos municípios. Mas nos chama a atenção, principalmente, do interesse minerário no norte de Goiás, região com área de proteção e Território Quilombola – considerado o maior do país. O interesse é no minério (subsolo), como revela Wanderley, Gonçalves e Milanez (2020), não importa

<sup>47</sup> Os conflitos minerários em Goiás estão tabulados e disponíveis nos Anexos desta pesquisa, para facilitar a leitura das descrições.

quem esteja em cima do solo, quem habite e quais as relações sociais e ecológicas que mantem com o ambiente e o território.

Mapa 6: Estado de Goiás - Mineração Industrial e Conflitos Minerários (2022)



Fonte: IBGE (2022) , SIEG (2022), ANM (2022), Observatório dos Conflitos da Mineração (2022), CPT (2022). Org.: O autor

As propostas de governo Bolsonaro vão de encontro a essa perspectiva de abrir quaisquer fronteiras para o capital mineral e a exploração da Natureza para enriquecimento seletivo. A fala de Bolsonaro explicita isso: *“O interesse na Amazônia não é no índio, nem na porra da árvore. É no minério! [...] Como é que pode um país rico como o nosso, que tem toda tabela periódica embaixo da terra e continuar vendo vocês aqui sofridos?”* (Jair Bolsonaro, 1/10/ 2019).

Em Goiás, isso também ocorre por meio do incentivo ao empresariado do capital mineral expandir suas fronteiras, conforme exposto no Mapa 5, o norte goiano está sob a mira do capital neoextrativista. A defesa destes territórios se faz para cindir o discurso de desenvolvimento econômico propagado pelo governo, perfazendo a continuidade de práticas de saqueio, violência e a geração de conflitos.

Assim, comunidades camponesas, quilombolas, indígenas e movimentos sociais estão na mira do governo, mas os mesmos apresentam outras formas de pensar e ver o mundo, por meio da criação de um novo imaginário, baseado na solidariedade, autogestão dos territórios, direito de dizer não e diversificar o modo produtivo a partir das próprias possibilidades.

### **3.3 Territórios livres de mineração e o novo léxico das lutas**

A mineração transforma substancialmente os territórios onde se territorializa. As implicações territoriais (VANITO, 2017) ganham múltiplas dimensões que podem ser analisadas sob diferentes perspectivas – dimensão econômica, cultural, ambiental, política. Sob a narrativa de “essencialidade” para o desenvolvimento nacional ou “vocaçã mineral” territórios ocupados são inseridos na dinâmica da exploração mineral. Assim, por meio da “acumulaçã por despossessã” (HARVEY, 2005) camponeses, quilombolas, indígenas,

quebradeiras de coco babaçu são expropriados de suas condições de vida e reprodução social.

Nas últimas décadas, o Brasil e a América Latina tem presenciado a imposição de megaprojetos neoextrativista sob seus territórios, aspecto este que tem criado formas e processos de expropriação, a passo que tem aprofundado as desigualdades sobre o controle, uso e acesso aos bens comuns (SVAMPA, 2018, 2019, GUDYNAS, 2015, ACOSTA, 2020, ZIBÉCHI, 2022, GONÇALVES, 2016, MALERBA, WANDERLEY, COELHO, 2022).

Segundo Malerba, Wanderley e Coelho (2022, p. 8) o poder político das minerações prevalece sobre os demais interesses, sendo justificado pelo “suposto ganho econômico, gerado pelos seus resultados da exploração mineral.” Essa noção enquadra-se na perspectiva do DDM, conforme apontado anteriormente. Embora, como ressaltam os autores, há falta de evidências empíricas sobre os benefícios gerados pelo setor, para além do discurso genérico de geração de emprego e renda – discurso este que invisibiliza as perdas sociais e ambientais ao caráter destrutivo e predatório da mineração, principalmente para economias locais e modos de vida dos povos tradicionais.

Contra este argumento do setor mineral, crescem experiências de contestação social que convocam a sociedade para a necessidade de (re)discutir as narrativas utilizadas pelo setor mineral para a implantação da atividade minerária (MALERBA, WANDERLEY, COELHO, 2022). Os debates advindos dessas experiências demonstram a importância de discutir “dinâmica socioculturais, econômicas e ecológicas”, em grosso modo, negligenciadas pelas mineradoras e pelo Estado brasileiro, que, organiza e controla os

processos de vida e história coletiva de grupos e espaços atingidos, de forma direta, pela territorialização do extrativismo mineral.

Deste modo, a reivindicação dos povos e territórios atingidos pela mineração “reivindica-se que espaços de caráter coletivo, que incluem a terra, a natureza e outros bens materiais e imateriais que são suporte a identidades coletivas são fundamentais à reprodução da vida, devam ser mantidos *livres de mineração*.” (MALERBA, WANDERLEY, COELHO, 2022, p.8).

Essa noção permite apreender a emergência de discutir o modelo de mineração vigente no país. Atualmente, há dezenas de processos políticos comunitários – sejam em territórios minerados ou ameaçados pela instalação de novos empreendimentos – que necessitam das instituições competentes e instituição, restrições e limitações de atividades minerárias com o intuito de garantir a proteção de águas, a conservação da sociobiodiversidade, a segurança alimentar e nutricional, os direitos ao trabalho e à saúde, o fortalecimento de economias locais, patrimônios socioculturais e o acesso aos bens comuns às gerações futuras. Isso permite que haja a defesa e “*direito dos povos a dizer não* e a participar das definições sobre seus territórios” (MALERBA, WANDERLEY, COELHO, 2022, p. 9).

Essa ação é um instrumento democrático no qual, e para a qual, os povos detêm opinião sobre o futuro de seus territórios – isso permite visualizar que os territórios são dos povos, que exercem sobre estes territórios ações que permitam garantir a reprodução social, econômica, cultural, política e ambiental. Nessa proposta, a participação coletiva da sociedade, e principalmente dos grupos que seriam atingidos, evocam seu lugar de enunciação com o objetivo de definir sobre “*onde minerar, quais recursos minerais devem*

*ser extraídos, quais as formas social e ambientalmente mais seguras e justas de fazê-lo, e para que finalidade destiná-lo”* (MALERBA, WANDERLEY, COELHO, 2022, p. 9, grifo nosso).

Estes objetivos evocam a participação dos povos e territórios que estão na fronteira de expansão mineral e visam declarar que o território livre de mineração (TLM) representa a possibilidade de:

reafirmar a diversidade de potencialidades econômicas, culturais e ecossistêmicas que se encontram ameaçadas. Significa negar os termos sobre os quais os grandes empreendimentos são impostos aos povos, propondo redefinir as decisões sobre os territórios em novos termos, sob outros critérios. No lugar de ignorar as relações sociais e econômicas inscritas nos modos de vida locais, propõe-se construir espaços políticos que garantam a participação dos potencialmente atingidos na definição sobre como e quais atividades econômicas devem ser priorizadas localmente, considerando sua compatibilidade com as vivências históricas e coletivas e os ecossistemas locais. Reivindicar a possibilidade de recusa representa aqui um meio de assegurar a escolha de projetos de futuro para os territórios e o país (MALERBA, WANDERLEY, COELHO, 2022, p. 9).

A potência dos povos decidirem o futuro dos próprios territórios, frente a mineração, impõe a participação do Estado como mediador de perspectivas diferentes sobre o território – participação essa que coloca o Estado como papel ativo na decisão. A possibilidade dos povos negarem a mineração coloca o setor mineral a (re)pensar as práticas utilizadas, insere a necessidade de readequar o atual modelo mineral e a própria relação geopolítica global, pois as demandas dos movimentos sociais, como o MAM, coloca a mineração em benefício próprio do país – diferente da atual relação subordinada aos países do Norte Global.

Outrossim, essa perspectiva permite também recusar a mineração. Essa *possibilidade* permite negar o modelo mineral vigente, permite romper com o mito de “vocação mineral”, devido a rigidez locacional e a criação de economias de enclave. Assim, após romper esse mito, cinde a imposição de que todos os lugares em que existe minérios devam ser minerados. Essa possibilidade permite que a sociedade se oponha

à expansão desenfreada por mais extração, novas minas, novas infraestruturas e superexploração de lavras antigas. Significa defender um modelo de reparação justo aos atingidos de hoje e, ao mesmo tempo, construir uma transição justa para um mundo com menos mineração e não subordinado aos interesses das mineradoras (MALERBA, WANDERLEY, COELHO, 2022, p. 9).

O capitalismo se faz por meio da expansão, pela transformação da Natureza em mercadoria, das subjetividades em mercadoria, da cultura e quaisquer formas materiais e imateriais em mercadoria, explora tudo até a exaustão. O setor mineral age pressionando poderes locais e estaduais, financia campanhas e cria narrativas de benefícios. Entretanto, se o setor se mobiliza dessa forma, os atingidos, direta e indiretamente, pelo setor vão criando formas de resistências articuladas.

De acordo com Malerba, Wanderley e Coelho (2022) as experiências de luta por Territórios Livres de Mineração (TLM) tem se consolidado e criado um importante repertório de normas que são capazes de

restringir e restringir, proibir ou responsabilizar as mineradoras. Regras inseridas no ordenamento urbanístico e territorial, que proíbem a instalação ou expansão de projetos minerários; leis de proteção ambiental ou hídrica, que criam unidades de conservação ou regulamentam a restrição à mineração em determinado perímetro, reconhecendo a ameaça ou incompatibilidade da atividade mineral com a agricultura familiar, a pesca, o turismo e a conservação das águas. Esses são alguns dos exemplos de conquistas no plano normativo que fortalecem, institucional e simbolicamente, as lutas e suas agendas propositivas (MALERBA, WANDERLEY, COELHO, 2022. p. 10).

Essas conquistas são resultantes de processos desenvolvidos em múltiplas escalas e, principalmente, por meio de articulações entre redes e movimentos sociais. Contestar o modelo extrativo no Brasil vêm ganhando folego com a constituição de importantes redes nacionais de debates, como o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (CDTM), a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale

(AIAAVs), a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e o Movimento Nacional pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

É por meio destas redes que têm se criado processos de resistências territoriais, a elaboração de críticas ao atual modelo corporativo da política mineral, e o caráter neoextrativista da economia brasileira, profundamente dependente da extração mineral para exportação e da valorização das mineradoras nacionais no mercado financeiro – financeirização da Natureza – tem criado termos que criticam e constroem formas de resistências.

No ano de 2013, por meio dos debates do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (CDTM), o termo “*áreas livres de mineração*” já se encontrava presente na agenda sobre a proposição de um novo código mineral, ainda em debate no Congresso Nacional. O CDTM, naquele momento, propunha que o novo código mineral disciplinasse a criação de áreas livres de mineração, definidas como

espaços ambientalmente protegidos, bacias de captação de água, locais de importância histórica, florestas primárias e territórios onde as atividades econômicas e as dinâmicas socioproductivas e culturais sejam incompatíveis com a atividade mineradora e os impactos a ela associados. (MALERBA, WANDERLEY, COELHO, 2022. p. 10).

Malerba (2022, p. 10) explica que o objetivo das áreas livres de mineração era criar “mecanismos institucionais que relativizassem o argumento da primazia minerária, justificada e imposta como expressão de interesse público de ordem maior, abrindo espaço para outras referências sobre o que deve ser definido como necessário e estratégico aos povos e ao bem comum.”

Com essa proposta, que não foi institucionalizada pelas leis que reformularam o código mineral, foi ganhando densidade e sendo solidificada por experiências contestatórias que se multiplicaram pelo país na última década. As experiências concretas

de atingidos possibilitaram que essa tese fosse revisitada ao analisar a necessidade de se criar alternativas viáveis e sustentáveis à imposição da atividade mineral sobre territórios. (MALERBA, WANDERLEY, COELHO, 2022).

Esses diálogos, criados por um intercâmbio de experiências e realidades concretas pelos povos ameaçados e afetados pela mineração, fomentou redes<sup>48</sup> de debates e compreendeu que “a criação do TLM não se limitava à definição de fronteiras espaciais ou ao abastecimento de zonas geográficas e espaços físicos de exclusão – que ignoram a capacidade de deslocamento das mineradoras para localidades onde a resistência esteja desarticulada.” (MALERBA, WANDERLEY, COELHO, 2022. p. 11).

Importante frisar que as ações em rede, e as experiências compartilhadas, possibilitam a luta dos movimentos por justiça ambiental<sup>49</sup>, aspecto este importante para constituir referências importantes “para a construção de resistências articuladas e solidárias, que impeçam a transferência dos impactos e ameaças a outros territórios.” .

A rede de experiências permite que se construa e institua *critérios* para que cada território e grupos sociais construam o conhecimento e protejam seus direitos, a partir de especificidades próprias e relações sociais, econômicas e culturais historicamente estabelecidas. Assim, ao se substituir “áreas livres de mineração” por “territórios livres de

---

<sup>48</sup> Em 2014, foi realizada pela FASE e CDTM, no Rio de Janeiro, uma oficina para discutir experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral, que haviam sido mapeadas pelos membros do CDTM. Em 2019, a partir da criação da Articulação Inter Redes por Territórios Livres de Mineração, que reúne o CDTM, a RBJA, a AVs e o MAM, foi organizado um Encontro Nacional com o objetivo de articular experiências de luta por Territórios Livres de Mineração no país.

<sup>49</sup> Malerba, Wanderley e Coelho (2022) apontam que os movimentos e lutas por justiça ambiental denunciam a existência de uma lógica política na distribuição dos riscos e danos ambientais que inserem grupos sociais vulnerabilizados e custos ambientais de um padrão socialmente injusto e ambientalmente insustentável. Processos de deslocalização e transferência de riscos apresentam mecanismos de exposição desigual aos riscos ambientais é imposta por Estados e empresas.

mineração” não se trata apenas de (re)nomear uma categoria, mas se trata, sobretudo, de expor o acúmulo de debates realizados coletivamente sobre o modelo mineral brasileiro e, principalmente, transformar em categoria de debate político.

De acordo com Malerba, Wanderley e Coelho (2022) o conceito de territórios livres de mineração não apenas dá ênfase a espaços restritos ao setor mineral, mas apresenta a posição de povos que desejam que os territórios em que vivem não sejam inseridos e subjugados pelo setor mineral. Assim, a proposta de

territórios livres de mineração oferece subsídios ao debate mais amplo sobre os sentidos e as finalidades da atividade mineral no país, tendo como centralidade a autonomia territorial dos povos. Assim, ferramentas políticas e jurídicas para garantir o direito de dizer não e ações como protocolos de consulta se tornam estratégias populares importantes frente à ameaça de empreendimentos de mineração (MALERBA, WANDERLEY, COELHO, 2022, p. 12).

Assim, os territórios livres de mineração se tornam importantes para as demais localidades pois oferecem subsídios e exemplos concretos de possibilidades de se dizer não aos empreendimentos minerais, respeitando a autonomia territorial dos povos, dos seus modos de vida e reprodução social.

Montezuma (2022) aponta que negar a mineração é criticar o atual modelo e afirmar o próprio modo de cosmovisão e de se relacionar com os territórios. Pois no TLM, “defendem-se as formas de organização da vida baseadas na relação harmônica entre economia local e sociobiodiversidade, gerando benefícios que transbordam as fronteiras comunitárias e alcançam o conjunto social.”

Os territórios livres de mineração ressignificam práticas de incidência política na qual só é possível devido a associação e possibilidade de agência protetora coletiva sobre o território. A defesa do território é o principal critério, pois o território contém histórias

coletivas e singulares, mantêm os projetos de futuro comum e individuais, projetos estes que estão no horizonte do devir.

Montezuma (2022) defende que é preciso pensar de que modo e como são pensados estes territórios. Em primeiro lugar, essa noção é advinda das lutas sociais, motivo pelo qual sua caracterização encontra-se em processo num continuum aberto, em plena construção, com variáveis e diferenças de lugar para lugar, mas com uma centralidade de mobilização e desejo de autonomia popular, questionando as motivações de atividades econômicas advindas de fora e que serão estimuladas localmente.

Segundo Montezuma (2022, p. 21) é necessário encontrar as motivações “de quê e como” essas atividades devem ser estimuladas localmente. A noção de territórios livres de mineração possibilita a *possibilidade* de recursar e/ou escolher os projetos de futuro para o território, baseados, principalmente, na identificação e organização coletiva. Por exemplo, em 2020 o Movimento pela Soberania pela Soberania Popular na Mineração (MAM) organizou o Debate “Territórios Livres de Mineração” na qual discutiu-se a construção histórica e os principais embates e exemplos disponíveis no Brasil.

De acordo com Montezuma (2022) as principais experiências<sup>50</sup> de instituição de territórios livres de mineração são defendidas por meio de dimensões que visibilizam a luta:

- i) a defesa da biodiversidade, projeto este que sustenta as teias de vida, opondo-se aos projetos de degradação ambiental da mineração;
- ii) defesa das águas, áreas de recarga hídrica, nascentes, cachoeiras e de patrimônio hídrico que abastece populações e permite

---

<sup>50</sup> Não é o nosso objetivo citar e caracterizar cada experiência de instituição de territórios livres de mineração, trabalho este já realizado por Montezuma (2022) que disserta sobre a instituição e a defesa destes territórios no Brasil, associando ainda há própria defesa dos Biomas brasileiros. - Ver Montezuma (2022) *A luta por territórios livres de mineração no Brasil: a defesa criativa da vida contra a monocultura do regime minerário*.

a manutenção de sistemas produtivos agrícolas; iii) defesa de práticas produtivas locais e de sistema de economia solidária, recíproca e multifuncional; iv) crítica sistêmica ao modelo mineral vigente que prioriza a mineração e mecanismos de aprofundamento ao regime de exploração de economia primário extrativista e; v) a densidade de argumentos que apresentam riquezas de casos particulares, por exemplo de proteção do patrimônio sociocultural, vínculos e memória com o lugar, enraizamento, corpo-território e saúde.

Essas dimensões permitem apreender que a instituição de territórios livres de mineração se faz num continuum, ou seja, há um movimento de criação e (re)criação de valores em defesa do território e ao *direito de dizer não*. A defesa do território, como aponta Leroy (2016, p. 12) significa criar estratégias de resistência, pois eles dizem que

vale a pena e que é possível lutar por seus direitos, que o mercado ainda não invadiu todos os territórios e espaços da vida. São a prova viva de que os bens comuns são ainda uma realidade e, portanto, de que há outras possibilidades de organizar a economia além do mercado capitalista, e a vida social e cultural além de em subordinação a este mesmo mercado, bem como de agir em política pelo interesse público mais do que sob as injunções dos interesses privados. Em suma, mostram-nos que a destruição e a homogeneização dos territórios não são inevitáveis e que eles detêm conhecimentos preciosos para o nosso futuro.

Essa perspectiva, apresentada por Leroy (2016), mostra que a luta não é apenas necessária, mais urgente. O imaginário moderno do capitalismo de transformar tudo em mercadoria contrasta com o imaginário de defesa dos bens comuns e, principalmente, de futuro comum. A defesa se faz ainda por meio da indignação em dizer que há outras possibilidades, outras alternativas para além da subordinação que o capital e o Estado impõe, trata-se de afirmar que o interesse, dito público, é na verdade privados.

A contínua expansão do capitalismo sobre os bens comuns deve causar indignação e revolta. Este processo de auto-organização, criação de redes de apoio, debates e trocas de experiências desvela as práticas criadas e instituídas por movimentos que estão em

contínua luta. A luta não se faz só, mas por meio de uma multidão de homens e mulheres que defendem o direito de dizer não, de se indignar e propor novas alternativas para o futuro comum.

### 3.4 Alternativas aos extrativismos

Falar de *alternativas* aos extrativismos é uma difícil tarefa, pois trata-se, sobretudo, em pensar, de modo direto, alternativas ao capitalismo. Na literatura latino-americana são múltiplos os autores que buscam teorizar e apresentar alternativas necessárias para a saída do labirinto capitalista (ACOSTA, 2016, ACOSTA, BRAND, 2018, SVAMPA, 2019; GUDYNAS, 2019; SOUZA, 2019; BRAND, WISSEN, 2021; ARÁOZ, 2020) entre outros.

Estes autores fazem não apenas uma leitura crítica do capitalismo atual, mas apresentam um diagnóstico que aponta o capitalismo como causador de uma crise econômica, cultural, mas também que impulsiona e aprofunda uma crise socioecológica de proporções civilizatórias.

Assim, pensar alternativas é pensar no pós-extrativismo (ACOSTA, BRAND, 2018) como decrescimento, processo este que defende que o planeta têm limites ecológicos e que o modo de vida imperial<sup>51</sup> (BRAND, WISSEN, 2021) é insustentável. É necessário

---

<sup>51</sup> O conceito de *modo de vida imperial*, criado por Brand e Wissen (2021), refere-se à constelação global de poder e dominação que é exercido e reproduzida por distintas estratégias, práticas e traz consigo consequências em todas as escalas espaciais e sociais – desde os corpos, mentes e ações da cotidianidade, atravessando regiões e sociedades (material e imaterialmente). Esse conceito permite compreender as interações que são produzidas e reproduzidas dentro do modo de produção capitalista, interação essa que destrói não apenas a sociedade, mas também a Natureza, pois essas interações são dependentes de transferências de bens naturais e energia. Assim, países emergentes, ou em desenvolvimento, classes médias e altas adotam essas práticas, consideradas de boa vida, refletidas do Norte Global, que aumenta, constantemente, a necessidade por mais recursos, o que de modo direto externaliza custos, como emissão de CO<sup>2</sup>. Deste modo, num planeta finito, o modo de vida imperial se faz de modo insustentável, colocando o futuro comum em risco e apresentando contradições inerentes a este modo de vida que se faz sobre a destruição dos bens comuns e o enriquecimento de alguns sobre outros.

partir destes pontos para criar novos horizontes transformadores e alternativas baseadas, principalmente, na racionalidade ambiental, racionalidade está diferente da economicista que vê a mercantilização da vida em todas as suas dimensões.

O decrescimento e pós-extrativismo são perspectivas com o objetivo de transformar as relações da Sociedade com a Natureza. De acordo com Acosta e Brand (2018) trata-se, sobretudo, de visibilizar críticas, processos de resistências e alternativas, colocando-as lado a lado, num contexto amplo, sem o objetivo de homogeneizá-las, mas sim de considerar cada caso e exemplo de modo distinto, na qual as orientações e reflexões buscarão criar novas ideias. Parte-se de um exercício com o claro objetivo de criar uma ação contra-hegemônica.

Para os autores: “Um dos pressupostos para a ação, porém, é enxergar muito bem as atuais situações sociais que se pretende transformar.” (ACOSTA, BRAND, 2018, p. 19). Os movimentos sociais trazem essa perspectiva de enxergar a atual situação, fruto de um produto histórico, político e econômico, e enseja a ação para transformações concretas. Outro aspecto que os autores também apontam é de que muitas resistências e propostas de alternativas não trazem consigo uma ideia integral daquilo que criticam – mais ainda assim causam algum impacto. Em ambos os cenários, a crítica ao sistema hegemônico é a ponta do iceberg.

No Brasil e na América Latina, territórios inseridos na exploração e mineralização humana (ARÁOZ, 2020), coloca a exploração mineral como pressuposto de desenvolvimento econômico, gerador de divisas em prol da sociedade. A verdade, é que a dinâmica capitalista transforma, de forma permanente, todos os aspectos da Sociedade e da Natureza em mercadorias comercializáveis (LUXEMBURGO, 2019, HARVEY, 2016) ,

forma essa também de domínio, como aponta Aráoz (2020) ao expor que a exploração das riquezas minerais da Terra nascem como empreendimento de invasão e conquista colonial do “Novo Mundo”, processo este que iniciou ao considerar a mineração como forma de enriquecimento por meio do saque, da violência e colonização.

A invasão, conquista e colonização – primeiro, da América e, logo, do mundo inteiro – tiveram na sede pelo ouro a força motriz e o sentido-mor de sua existência, e na eficácia letal do chumbo e do ferro, o meio indispensável de sua realização. Essa perversa liga de metais – a violência a serviço da cobiça – é o que, em definitivo, desde o século XVI, forja as bases materiais e simbólicas do regime de dominação moderno. (ARÁOZ, 2020, p. 31-32).

A mineração nasce como forma e conteúdo fundamental do sistema capitalista moderno, devido as suas consequências de longa duração, pelos efeitos que continuam na atualidade - não é demais (re)lembrar que a mineração se estende espacialmente e temporalmente (MILANEZ, 2017).

Assim, em um debate que considere a busca por *alternativas* aos extrativismos é preciso pensar para além dos exemplos concretos na América Latina. A busca pelo crescimento econômico vincula-se a um conceito ocidental e racionalista em que busca e orienta-se para a dominação da Natureza, tratando-a como um objeto inanimado e morto, partindo-a e a mutilando a partir de interesses de reprodução do capital, isto é, transforma tudo, material e simbólico em mercadorias.

Moore (2022, p. 141) aponta para esse sentido ao considerar o processo histórico, não apenas em sua forma material, mas também simbólica. Para ele “a condição persistente de transformar a atividade humana em força de trabalho, e a terra em propriedade, foi um regime de conhecimento simbólico baseado na separação – *na alienação*”. Esse processo de separação da Sociedade da Natureza faz parte do imaginário das revoluções científicas em que coloca a totalidade da Natureza a serviço do capital.

O trabalho da “ciência” era fazer a natureza legível para a acumulação do capital – transformando-as em unidades da Natureza e contrapostas às forças do capital e do império. O trabalho da “economia” era canalizar essa alienação por meio da lógica do dinheiro. O trabalho do “Estado” era impor a lógica do dinheiro (MOORE, 2022, p. 141).

Fica claro que essa “separação da natureza” era pretensamente ilusória. A humanidade jamais poderia escapar da natureza. O que muda, de fato, é o imaginário relacional de Sociedade e Natureza. Essa mudança, por meio da ciência, da economia e do Estado são apropriadas pelo capital – e para o capital, junta-se o material e o simbólico, insere-se a noção de “controle” da Natureza, a mercadificação, a comoditização dos bens comuns e a inserção do dinheiro; e o Estado, por meio do dinheiro e com o dinheiro, faz dele a lógica de ser. Toda essas mudanças foram “a *práxis-mundo* para refazer o mundo à imagem do capital.” (MOORE, 2022, p. 142, grifos do autor).

Assim, os bens comuns, sob a lógica do capital, se tornaram elementos primordiais para o capital. O neoextrativismo é, e serve como, a expressão de uma modalidade acumulação primária-exportadora (ACOSTA, BRAND, 2018). A virada do século XX para o século XXI demonstrou, por meio do “consenso das *commodities*” o aprofundamento da América Latina e vivencia de uma bonança econômica, puxada pelo preço das matérias-primas no mercado internacional, principalmente devido ao crescimento econômico da China (SVAMPA. 2019).

Até 2014, período do *boom das commodities*, não se ouvia falar de recessão na América Latina, o contrário do que se ouvia na Europa, principalmente após a crise de 2008. Os motivos são evidentes: houve mudanças nos mercados mundiais (ACOSTA, BRAND, 2018).

A forte demanda internacional por recursos naturais, e conseguinte o preço dos combustíveis fósseis, dos minérios e de produtos agrícolas, aumentaram o rendimento de

exportações e Investimento Estrangeiro Direto (IED), o que proporcionou uma margem mais ampla da ação política de governos “progressistas”.

O aumento da renda beneficiou governos e empresas públicas e privadas em toda a região. Em alguns países, onde as lutas populares antineoliberais levaram à eleição de presidentes “progressistas”, aproveitou-se essa margem mais ampla de ação política para melhorar a distribuição de renda e reduzir a pobreza – situação que também foi observada em países da região governados por políticos conservadores. A legitimidade de todos os governos latino-americanos, ainda mais dos “progressistas”, esteve estreitamente relacionada com as políticas redistributivas que ampliaram o consumo de muitos segmentos da população. A enorme disponibilidade de recursos financeiros – exportações e crédito mais barato – contribuiu para uma prolongada estabilidade econômica, social e política, facilitada pelo abandono do receituário neoliberal de estatização e de “ajuste estrutural” dos anos 1980 e 1990, que tanto prejudicaram a população latino-americana (ACOSTA, BRAND, 2018, p. 21).

Resultante deste período de exportações de produtos primários há enormes incentivos para ampliação do neoextrativismo na América Latina (SVAMPA, 2019, GUDYNAS, 2013). Esse aprofundamento permite que o Estado se apresente como um “Estado compensador” (GUDYNAS, 2013, s/p),

na maioria dos países sul-americanos o Estado está nas mãos de grupos político-partidários que se definem como progressistas ou da nova esquerda, que navegam em uma globalização turbulenta. Embora vários países industrializados estejam mergulhados em uma grave crise econômico-financeira, o preço elevado das matérias-primas e o consumo asiático continuam a alimentar o bom desempenho econômico da região.

O neoextrativismo, advindo da mineração e hidrocarbonetos, permitiu a consolidação de diversos países, como a Venezuela, o Equador e a Bolívia, que continuaram exportando petróleo e gás. No Brasil, a produção de bauxita passou de 19,3 milhões de toneladas, quando o presidente Lula assumiu em 2003, para 29 milhões de toneladas em 2010, no mesmo período, a produção de ferro cresceu de 263,7 milhões de toneladas para 370 milhões de toneladas (IBRAM, 2012). No mesmo período houve um aumento significativo da produção mineira na Argentina e aumentos moderados na Bolívia e Chile (GUDYNAS, 2013).

Assim, o neoextrativismo se caracteriza por manter, mas também aprofundar, a extração mineira e petrolífera, inserindo e incorporando novos recursos e empreendimentos. O modelo neoextrativista acaba por organizar-se particularmente em monoculturas para exportação, agregando pouco valor ao produto. Neste mesmo sentido, o Estado exerce um importante papel ativo, pois sua participação ocorre de forma direta.

Gudynas (2013) aponta que o neoextrativismo vai além da propriedade dos recursos, quer sejam estatais ou não, tendo em vista que o Estado acaba (re)produzindo estruturas e regras que garantam e permitam a funcionalidade dos processos de produção capitalista. Assim, volta-se, por meio da política, a manutenção de códigos, leis e decretos que garantam a competitividade, a eficiência, a maximização de renda e a externalização de impactos sociais e ambientais, ou seja, impacto sobre terceiros.

Assim, a busca por novas condições e modelos de mineração se faz presente nos debates latino-americanos, e também no Brasil. Essa busca se faz pela necessidade de resistir as investidas advindas do poder do Estado e do capital. A luta é por direitos humanos, por justiça ambiental, pela possibilidade de dizer não, como os territórios livres de mineração e a inserção da perspectiva do Bem Viver/Viver Bem (ACOSTA, 2016) . A indignação e a luta contra-hegemônica se faz

porque não querem ser expropriados, empobrecidos, mas, para isso, tem que lutar para obter e manter os seus direitos políticos no país onde vivem. Uma luta, afinal, pela democracia plena e não apenas pela ocasião periódica de eleger esse ou aquele (SEVÁ-FILHO, 2018, p. 54).

Essa luta se faz e refaz por meio de organizações locais, com apoio de movimentos sociais, entidades e o poder local, buscando apresentar os problemas e os conflitos que são enfrentados. Em Catalão o exemplo mais concreto deste processo é o Grupo de

Trabalho da Câmara de Vereadores que permitiu o diálogo entre os camponeses atingidos, pesquisadores, movimentos sociais e representantes das mineradoras.

### **3.5 Experiências locais: O Grupo de Trabalho da Câmara de Vereadores de Catalão**

As experiências locais de cada lugar permitem compreender as formas de organização, resistência, articulações e busca por soluções e/ou alternativas. Em Catalão (GO), um exemplo de experiência recente de discussão acerca da mineração é a do Grupo de Trabalho da Câmara de Vereadores de Catalão (GO).

Criado sob o mandato do então Vereador Marcelo Rodrigues Mendonça, também professor e pesquisador do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA-UFG), o grupo surgiu como necessidade e demanda de camponeses, pesquisadores da Universidade Federal de Catalão, moradores da cidade, visando realizar discussões acerca do modelo mineral em Catalão (GO), seus impactos e conflitos.

Assim, em 2018, o grupo surge a partir da movimentação e organização de diversas entidades sociais, como o Movimento Camponês Popular (MCP), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), integrantes do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), sociedade civil e representantes das empresas mineradoras – CMOC e Mosaic Fertilizantes.

Sobre a criação do GT Mendonça (2019) argumenta que “esse grupo de trabalho teve o papel em um primeiro momento de entender essa lógica e a partir disso posicionar e dizer pro povo de Catalão onde é que nós precisamos atuar”. Essa lógica é a lógica de acumulação do capital mineral que desde a sua territorialização tem expandido, destruído e se apossado de terras camponesas.

O Grupo de Trabalho ocorria de forma mensal agregando múltiplos atores e sujeitos e discutindo a mineração em Catalão (GO). De forma conjunta as reuniões realizadas versavam em discutir alguns temas que abrigavam as consequências dos impactos tanto no campo quanto na cidade.

No campo: judicialização da propriedade de camponeses, envelopamento das nascentes, poluição atmosférica, trânsito intenso de caminhões, doenças respiratórias, alteração da paisagem, enraizamento, valor pago pelas propriedades, uso indevido das estradas vicinais comuns aos camponeses e a destruição de um mata-burro, possibilidade de rompimento de barragens – principalmente após o rompimento de barragens em Minas Gerais.

Na cidade os temas principais foram: a poluição atmosférica e o cheiro de barata, acidentes envolvendo a malha ferroviária e a sinalização, a chuva ácida, os trabalhadores, a dívida das mineradoras e a falta de água na cidade e a possibilidade de criação de um aplicativo que permitisse realizar a denúncia do cheiro de barata com a localização e a direção dos ventos, visando saber se, de fato, advinha das mineradoras – o que acabou não se realizando devido à falta de aporte financeiro.

Embora o temário de discussões fosse amplo, e abarcasse múltiplos temas, o enfoque principal temas das reuniões se tratava das judicializações dos camponeses, o esvaziamento da comunidade e a diminuição do uso comum da água, fator este que implicava diretamente na perda socioproductiva e econômica de diversos camponeses.

Junto a isso, foi solicitado pelo GT a elaboração de um relatório que abarcasse os principais problemas enfrentados pela comunidade, os impactos sofridos, o esvaziamento e os processos de resistência à mineração, mas também os aspectos socioeconômicos e

produção agrícola (MATOS, REIS, MENDONÇA, 2019). Os resultados dos dados obtidos foram apresentados ao GT sob a apreciação dos participantes (camponeses, sociedade civil, representante das mineradoras e pesquisadores).

Todas as reuniões eram divulgadas anteriormente com o objetivo de publicização e participação popular, compreendendo que a transparência e o convite, há quem se interessasse a participar, era um processo divulgado por mídias sociais, como o *Facebook*, *e-mails* e convites indiretos. Assim, os Convites, Figura 6, também eram realizados aos demais vereadores e prefeito que compunham as cadeiras da Câmara de Vereadores de Catalão e representavam a população catalana. Embora a participação destes últimos seja próxima à zero, estando presentes apenas os camponeses, a sociedade civil e os representantes das mineradoras Mosaic Fertilizantes e CMOC.

Conforme a Figura 6, percebe-se que a divulgação dos temas de discussão permitia, por antecedência, compreender e saber quais temas seriam debatidos em cada reunião. As reuniões ocorria no Auditório da Câmara de Vereadores de Catalão, local considerado como a casa da sociedade, pois ali se debatia questões pertinentes e de interesse público.

Figura 6: Convite do GT para participação dos debates



República Federativa do Brasil  
Estado de Goiás  
Câmara Municipal de Catalão  
Gabinete do Vereador Marcelo Mendonça

---

## CONVITE

A **Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Turismo e Lazer** da Câmara Municipal de Catalão tem a honra de convidá-lo(a) para reunião do Grupo de Trabalho (GT), que tem o intuito de discutir as questões socioambientais decorrentes das atividades mineradoras no município de Catalão. A pauta da reunião será a seguinte:

- **Informes;**
- **Avaliação sobre a Poluição Atmosférica no Município de Catalão;**
- **Judicialização das terras de famílias camponesas nos processos de desapropriação pela Mosaic Fertilizantes.**
- **Avaliação do Projeto Recuperação de Nascentes/Comunidade Macaúba e da questão hídrica nas Comunidades Macaúba, Coqueiros/Morro Agudo e Mata Preta;**

Nesse sentido, teremos a oportunidade de definir as principais demandas e alinhar metas e ações, com o intuito de mitigar os impactos e propor alternativas imediatas.

Contamos com a sua presença.

**LOCAL:** Auditório da Câmara Municipal de Catalão - Av. Nicolau Abrão, 175 – Centro  
**DIA:** 04/03/2020 (QUARTA-FEIRA)  
**HORÁRIO:** 08h30min




---

**Marcelo Rodrigues Mendonça**  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente  
Vereador do Município de Catalão/GO

Avenida Nicolau Abrão, 175 – Centro – 75701-180  
Fone: (64) 3411-4444/3442-4026/3442-3278 – Ramal do Gabinete: 201/236

Fonte: Ata - Ofícios enviados (2020)

Conforme a Figura 6, percebe-se que a divulgação dos temas de discussão permitia, por antecedência, compreender e saber quais temas seriam debatidos em cada reunião. As reuniões ocorria no Auditório da Câmara de Vereadores de Catalão, local considerado como *a casa da sociedade*, pois ali se debatia questões pertinentes e de interesse público.

Figura 7: Reunião do GT com participantes da sociedade civil, camponeses e representantes das mineradoras



Fonte: Acervo do GT

Figura 8: Convite para a discussão sobre o tema "Quem são os responsáveis pela poluição do ar (cheiro de barata) em Catalão?" (2018)



Fonte: Acervo do GT

Figura 9: Convite para Assembleia Popular da Mineração (2018)



Fonte: Acervo do GT

Os convites para se debater a mineração e os problemas acarretados na cidade também ganhavam abertura por meio da participação dos movimentos sociais e entidades organizadas. Como vemos, os principais temas que emergem como discursivos aos movimentos são a dívida das mineradoras, devido à ausência de repasse da CFEM ao município por um determinado período, e o cheiro de barata (poluição atmosférica).

Neste primeiro ponto, a ausência de repasses da CFEM para o município provocou a ação direta por parte da prefeitura na realização de um protesto em 2018, em que a prefeitura decidiu bloquear o acesso as vias de acesso as mineradoras sob a alegação de sonegação de impostos. Nas falas do prefeito Adib Elias as mineradoras estão *“sonegando impostos e roubando a cidade de Catalão há mais de quatro décadas”* e enfatizou um aspecto importante *“a cidade não vive unicamente do dinheiro de impostos das mineradoras”, mas de outras rendas como da pecuária, agricultura e de outros setores”*.

Essa ação direta, por parte da Prefeitura, ganha destaque por apresentar o posicionamento do prefeito em cobrar das mineradoras o que é devido. Para tal, com o uso de maquinários da prefeitura foi ocupado a malha ferroviária impedindo o fluxo de trens e paralisando as atividades.

Figura 10: Ocupação da malha ferroviária pela Prefeitura de Catalão (GO)



Fonte: Acervo do GT

Segundo o prefeito, a CMOC deve 14 milhões de reais sobre Imposto Sobre Serviços (ISSN), valor que teria sido sonegado pela empresa, outro ponto refere-se a CFEM, no qual havia questionado o valor repassado pela empresa.

O site Mais Goiás (2018) aponta que

Só do ISSQN (Imposto sobre serviço de qualquer natureza) são mais de R\$11 milhões devidos pela CMOC, antiga Anglo American, nos últimos 60 meses. Já a dívida de CFEM (Compensação Financeira de Exploração Mineral), chega a R\$106 milhões, conforme auditado pela Agência Nacional Mineral. Segundo o Executivo municipal, 65% desse recurso são repassados para o município e deveriam ser investidos na educação. (MAIS GOIÁS, 2018)

Conforme mencionamos no decorrer desta pesquisa, ao buscarmos onde o município alocava e distribuía os recursos da CFEM não conseguimos obter clareza nas informações disponibilizadas no site da prefeitura. Esse recurso é um importante elemento

para a receita anual, pois a partir dele é que se sabe quanto será alocado para cada setor da sociedade.

Ainda sobre essa mobilização, é importante a fala do prefeito que diz:

Não podemos permitir que uma empresa chinesa venha aqui, extraia e leve toda a nossa riqueza, todo o nosso dinheiro, lesando a cidade e deixando apenas a desesperança. A população tem o direito de receber e como representante irei cobrar até o fim (ADIB ELIAS, 2018).

Documentos obtidos pelo GT permitem visualizar os processos de cobrança de CFEM emitidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – atualmente Agência Nacional de Mineração (ANM).

Tabela 4: Processo de cobrança de CFEM emitidos pelo DNPM

PROCESSO COBRANÇA	DATA NOTIFICAÇÃO	PERÍODO DE APURAÇÃO	VALOR DO DÉBITO ORIGINAL	VALOR ATUALIZADO
961.800/2008	08/08/2008	JANEIRO A DEZEMBRO/2007	R\$ 876.546,11	R\$ 1.519.074,46
961.801/2008	08/08/2008	JANEIRO A DEZEMBRO/2007	R\$ 20.692.970,92	R\$ 35.861.392,06
961.802/2008	08/08/2008	JANEIRO A DEZEMBRO/2007	R\$ 19.864,04	R\$ 34.424,84
<b>TOTAL COPEBRÁS</b>			<b>R\$ 21.589.381,07</b>	<b>R\$ 37.414.891,36</b>

PROCESSO COBRANÇA	DATA NOTIFICAÇÃO	PERÍODO DE APURAÇÃO	VALOR DO DÉBITO ORIGINAL	VALOR ATUALIZADO
961.817/2008	08/09/2008	JANEIRO/91 A DEZEMBRO/2007	R\$ 988.890,10	R\$ 1.710.177,80
961.818/2008	08/09/2008	JANEIRO/91 A DEZEMBRO/2007	R\$ 1.012.532,68	R\$ 1.676.689,20
<b>TOTAL NIOBRÁS</b>			<b>R\$ 2.001.422,78</b>	<b>R\$ 3.386.867,00</b>

PROCESSO COBRANÇA	DATA NOTIFICAÇÃO	PERÍODO DE APURAÇÃO	VALOR DO DÉBITO ORIGINAL	VALOR ATUALIZADO
960.042/2009		JANEIRO/91 A DEZEMBRO/2007	R\$ 385.789,47	R\$ 661.279,80

960.043/2009	JANEIRO/91 A DEZEMBRO/2007	R\$ 37.223.953,89	R\$ R\$63.805.388,97
<b>TOTAL ULTRAFÉRTIL</b>		<b>R\$ 61.609.743,36</b>	<b>R\$ 64.466.668,73</b>

<b>TOTAL GERAL</b>		<b>R\$ 61.200.547,21</b>	<b>R\$ 105.268.427,09</b>
--------------------	--	--------------------------	---------------------------

Fonte: Diretoria de Auditoria Fiscal (25.06.2018), GT (2019)

O montante é significativo e a cobrança é justa, pois os recursos poderiam ser alocados e investidos em diversos setores, como a educação, a saúde, planejamento territorial (urbano e rural) da cidade. Ademais, acreditamos que essa ação, por parte da prefeitura, em cobrar o que é devido ao município foi um importante elemento para compreender o *modus operandis* do modelo mineral no município de Catalão.

O setor mineral explora o subsolo com o aval do Estado, mas também deixa o Estado com prejuízos, fator este que se retroalimenta no déficit de investimentos no desenvolvimento social de toda a sociedade. Em trabalho de campo Mendonça (2019) argumenta que “as empresas tem o apoio do Estado, e com o apoio do Estado viram as costas para o povo, para as comunidades, então as negociatas ocorrem diretamente com poderes mais altos, como governadores e presidentes.”

Se a Prefeitura sentiu os prejuízos pela sonegação do pagamento dos impostos, pesa-se argumentar que os camponeses tem sofrido a décadas pelo esvaziamento das comunidades pelos processos de expropriação, violência e judicializações. Em pesquisas realizadas por Ferreira (2012), Gonçalves, (2016), Reis (2020), Matos, Reis e Mendonça (2019) e Mendonça, Matos e Serafim (2021), o esvaziamento da Comunidade Macaúba se faz a passos largos, isso ao considerar a extinção de Comunidades camponesas no município de Ouidor, que deram lugar a expansão do empreendimento.

Desde a década de 1970 o capital mineral tem se territorializado, mas para além disso, tem se expandido, crescido e agregado novos espaços para pilhas de estéril, conforme podemos observar na Figura 7. Esse avanço tem custado territórios, vidas, modos de produção e afetado todas as dimensões da vida dos camponeses. Somado a isso, o crescente aprofundamento no modelo neoextrativista tem criado novos territórios e permitido a continua exploração.

Em resposta as acusações levantadas pela Prefeitura de Catalão, a CMOC argumentou que:

A CMOC Brasil se orgulha do diálogo aberto, transparência, integridade e compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento das comunidades onde opera. Hoje, a CMOC emprega mais de 3 mil profissionais direta e indiretamente em Catalão e em Ovidor e contribui fortemente com a economia dessas cidades, através de tributações, apoio a comunidades e desenvolvimento de fornecedores locais. Além disso, em nosso planejamento estratégico, temos previsão de significativo crescimento em nossos negócios, fato que contribuirá ainda mais com a economia dos municípios onde operamos.

Estamos em Catalão e Ovidor há mais de 40 anos, fazemos parte da história das cidades, e vamos ficar por pelo menos mais 50 anos, investindo e participando ativamente do futuro promissor das comunidades que nos cercam. (NOTA, 2018).

Percebe-se o uso do discurso de desenvolvimento, geração de empregos e geração de divisas para o município, mas oculta-se os impactos e os processos expropriatórios e de judicialização que são acometidos a famílias camponesas. Resta aos homens, mulheres, jovens e crianças da Comunidade buscarem apoio no poder local para encontrar soluções e/ou mitigações.

A busca do poder local, naquele momento com o apoio e representação do Vereador Marcelo Mendonça, permitiu à amplificação das discussões e também dos processos de resistência. Isso porque o processo de tomada de decisão, por parte de múltiplos sujeitos, contribuíram para as discussões ganharem densidade e críticas ao

modelo mineral em Catalão, que conforme a exposição anterior de sonegação prejudica toda a comunidade, seja ela da cidade ou do campo.

Os representantes das mineradoras Mosaic Fertilizantes e CMOC participavam mensalmente das reuniões, sendo a Mosaic Fertilizantes mais prestativa no processo de escuta e busca de soluções. Embora é preciso pensar no argumento proferido por um participante sobre os ambientalistas de empresas

*O meio ambiente, né? A pessoa estuda, forma pra defender o meio ambiente, mas é fichado na firma e vai lá nas nossas nascentes ali. Então... a firma não tem ambientalistas lá dentro na firma? Com parceria para cuidar... a luta da gente é num todo, você entendeu? A gente que nasceu e criou na roça, eu nasci e fui criado aqui então nós não estudamos o meio ambiente, mas nós vivemos; na prática a gente conhece muito, se você me perguntar eu conheço muito do que nós tem que fazer pra preservar a natureza. Então pouca gente faz sua parte, essas firmas grandes, indústria química, misturadoras, todas elas têm ambientalistas, só que eles são pagos ali... (Camponês, 2020).*

Percebe-se, pela fala, a preocupação de cooptação dos trabalhadores que detém algum tipo de pensamento acerca do meio ambiente e os saberes. Embora os participantes de ambas mineradoras participassem do GT e escutassem os problemas e buscassem apresentar medidas de solução e/ou mitigação, pouco conseguiam fazer se considerar que eram apenas trabalhadores inseridos no sistema capitalista de assalariamento. Os salários são um elemento importante na defesa de determinadas causas, o que muitos chamam de “vestir a camisa da empresa” é apenas a forma e a essência da necessidade do trabalho.

A judicialização era outro tema debatido no GT, isso porque era considerado o principal fator de expropriação dos camponeses, que são obrigados a aceitar o valor pago

pelas mineradoras em suas propriedades. Na fala de uma família que está sofrendo processo de judicialização, e que foi expulsa de sua propriedade.

a gente já está impedido de falar que não vende e também de pôr valor no que é nosso. Porque as firmas já chegam com as políticas de negociações com preço, preço x e a firma paga assim e pronto, se você não quer se a lei... nós estamos desvinculando os dados de vocês. O que que eu já passei hoje quando minha sogra morreu e toca pra minha esposa e eu sai da fazenda pra ir trabalhar nela. E tem como a gente ir pra lá? Não pode, estamos impedidos de ir pra lá, estamos impedidos de ir para o que é nosso. já estamos nisso há cinco anos.

Em dialogo com essa família perguntamos se havia diferença entre as negociações quando a empresa era de capital nacional e agora que é de capital chines. A resposta dada a essa pergunta, traçando um histórico foi de que

a verdade é as negociações aqui que começaram a acontecer há mais de 10 anos. A judicialização em si aconteceu em 2016, então, a partir de 2016 é que teve o início do processo judicial, né? Em agosto de 2016, teve a decisão liminar. E aí, desde então, corre na justiça o processo. A gente não teve, não percebeu diferença, sim. Uma diferença significativa, porque o processo já estava judicializado, né? [...] o que aconteceu depois disso é que a gente tentou fazer comunicação [...] e negociação extrajudicial e não teve sucesso.

Da última vez que a gente conversou foi... deve ter uns 2 anos. Eles pediram pra gente fazer um relatório justificando o valor que a gente tava pedindo. Eu fiz, não é? É a gente relatou juntou várias, e várias, justificativas e várias pesquisas até de mercado mesmo. E mandou para eles e a gente tentou. *Minha resposta é aí a gente se sente meio que feito de bobo, né? Quer fala pra gente fazer as coisas e no fim das contas, essa relação.* Então, assim, até o pessoal que que hoje a gente conversa é o mesmo que tinha lá no início. *Então é na época das negociações, antes do de entrar na justiça. Era uma equipe fora daqui, mas tinha algumas pessoas que trabalhavam aqui nessa equipe.* Então assim, não teve muita diferença não, só isso. Aqui a negociação extrajudicial tem mais de 10 anos que ela começou, né? E aí depois, quando foi para a justiça é foi 2016 e agora estava esperando marcar perícia. (Entrevistada, 2022).

Percebe-se que o processo de judicialização é longo e penoso para aqueles que sofrem. A partir do relato enxerga-se que os próprios judicializados é que precisam apresentar contrarrelatórios para indicar o valor desejado pela propriedade. E a mudança de um capital para o outro não teve uma clara diferença, pois:

Eles querem é liminar, porque aí eles... eles podem arrastar o processo quanto tempo eles quiserem. E, às vezes, a necessidade que eles têm na área não é tão imediata, não. Eles não precisam ficar esperando, né? Negociação com a liminar, eles podem ficar lá porque você já tem liminar [...], eles já podem fazer o que quiser na terra, então para eles é muito mais vantajoso o processo na justiça, mesmo que eles vão ter gasto despesa do que ficar negociando extrajudicialmente com as pessoas e às vezes a negociação demora, né? (Entrevistada, 2022).

Para quem vive sob esse processo de judicialização os conflitos são inerentes. Ainda sobre essa família, em 2019, foram expulsos de sua propriedade pela Mosaic Fertilizantes, sob pena de multa de 30 mil reais diários caso permanecessem na propriedade (MARTINS, 2020). As negociações ocorrem de forma diferenciada com cada proprietário, o que dificulta a equiparação de valores nas terras. Por isso, os camponeses tem buscado a estratégia de se organizarem para cobrar um valor semelhante, inserindo valores simbólicos, como os laços afetivos e de enraizamento.

Sobre o processo de enraizamento Terkenli (1995, p. 329) considera que o “enraizamento é outro conceito inerentemente geográfico e é central para a noção de lar. A palavra descreve um estado de espírito no qual a vida e as buscas de uma pessoa estão centradas ao redor de um lar amplamente definido. O sentido nuclear de enraizamento pode ser encontrado na ideia de literalmente pertencer a algum lugar.”

Isso denota um aspecto territorial, espacial e temporal que um sujeito e um grupo detêm com um determinado território e/ou lugar. Embora com o processo contemporâneo de globalização, formação de redes de informação e comunicação provoquem desterritorialização de comunidades e grupos tradicionais, devido as exigências externas do capital nos lugares, a questão do tempo (temporalidades) tem indicado o privilegiamento do fator identitário destes grupos, pois os mesmos criam e recriam territorialidades ao longo do tempo num dado espaço.

Esse privilegiamento, ao mesmo tempo que indica a criação de uma territorialidade e de relações sociais, denota uma limitação, pois o enraizamento implica a participação ativa em uma coletividade, de modo que articule passado, presente e futuro em projetos coletivos significativos para indivíduo e grupo.

O enraizamento permite consolidar os processos de resistências conjuntos, comunitários e de ajuda-mútua. Pois

tem casa de familiar que hoje está precisando de ajuda, passando dificuldade, pessoas que viviam bem nessas terras onde é a mina e hoje passam dificuldades. Já saíram umas 60 famílias, e hoje a comunidade Macaúba só tem 20% dos moradores iniciais, e o que resta, se a gente não acudir, vai ser do mesmo jeito, aceitar a proposta ou esperar a ordem da justiça. (Entrevistado, 2022).

A resistência, portanto, é o meio de sobrevivência para continuar lutando, visando garantir a própria existência. É nesse processo que garantem que é preciso resistir para existir. Para Mendonça (2020) é preciso

A minha leitura é de que é preciso fortalecer essas resistências para que essas comunidades continuem existindo e produzindo comida. Elas são muito importantes, seja na produção, todas em pequenas propriedades, não só de leite, mas hortifruti, muitas com sementes crioulas e práticas agroecológicas extremamente valiosas para o meio ambiente (CADERNO DE CAMPO, 2020).

O direito de continuar existindo, mantendo características próprias de produção, nas dimensões econômicas, culturais e políticas, deve ser assegurado a estes grupos, considerando que as relações ecossistêmicas que mantem com o território e o ambiente se compõe historicamente. Na fala de uma camponesa ela relembra

a serra quebrada, onde tá aquele rejeito, aquela serra, aquela montanha de terra de estéril da mineradora que colocou lá antes era o cartão postal da Comunidade Macaúba, era uma região assim: do alto era plano, limpinha e depois a serra quebrava e era uma mata virgem, um Cerrado que lá tinha todos os tipos de frutas do Cerrado. Mangaba e o pessoal ia de carroça, porque todo mundo sabe que coloca o carrinho na carroça e ia lá buscar latas e latas e baldes de mangaba pequi, articum, pitanga, todo tipo de fruta de Cerrado que lá tinha. Então, hoje, aquela paisagem lá, quem não

conheceu a serra quebrada hoje vê aquela montanha de terra e não sabe o que era, mas antes era a coisa mais linda. Todas as frutas do Cerrado lá tinha, remédios, as ervas medicinais, né!? A gente mesmo, eu, minha mãe, minha vó, fazíamos as garrafadas, os chás e buscava as ervas lá e hoje tá uma montanha que não tem mais nenhuma árvore, eles derrubaram tudo. Inclusive tinha 5 nascentes que descia nas grotas dessa serra e que hoje está em cima ... por baixo daquela serra que eles colocaram as terras em cima da paisagem (Camponesa, 2020).

A fala da camponesa nos permite compreender as transformações ocorridas na Comunidade, o que Gudynas (2013) vai denominar de “amputação ecológica” e Harvey (2016) de paisagens geográficas do capital.

Figura 11: Vista parcial a partir de uma propriedade camponesa da pilha de estéril na Comunidade Macaúba, Catalão (GO) - 2022



Foto: O autor (2022)

É preciso apontar alguns aspectos que foram prejudiciais ao GT. O primeiro foi a saída dos representantes da mineradora chinesa (CMOC), que deixaram de ir as reuniões, demonstrando que o diálogo e as interlocuções haviam chegado ao fim – ou que não havia o interesse de continuar dialogando.

Além disso, em 2020, com a chegada da Pandemia de Covid-19 as reuniões do grupo foram paralisadas, visando garantir a segurança de todos os participantes. Entretanto

com o fim do mandato do Vereador Marcelo Mendonça o GT encerrou as atividades. Acreditamos que a ausência de alguma figura pública e que represente o poder do povo dificultou a continuidade do GT.

Isso não impediu que os camponeses passassem a se organizar e continuar dialogando com movimentos e entidades sociais, pois esse diálogo e ações antecedem e são posterior ao próprio GT. Afirmamos isso considerando toda a organização que a própria Comunidade desenvolve, seja por meio das reuniões entre si, seja pela venda de produtos agrícolas na cidade – em feiras de bairros ou diretamente aos consumidores (MATOS, REIS, MENDONÇA, 2019). A própria história de articulação da Comunidade com movimentos sócioterritoriais como o Movimento Camponês Popular (MCP), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) são exemplos de relacionamento com movimentos sócioterritoriais.

Esse diálogo permitiu a participação e apresentação da Comunidade Macaúba no Tribunal dos Povos do Cerrado<sup>52</sup> (TPP), em 2021 e 2022. O caso apresentando no TPP, denominado Caso nº4 • GO – Comunidade camponesa de Macaúba X Empreendimentos minerais de nióbio e fosfato da Mosaic Fertilizantes e China Molybdenum Company –

---

<sup>52</sup> O Tribunal Permanente dos Povos em Defesa dos Territórios do Cerrado é um tribunal internacional de opinião atuante desde de 1979, que organiza representantes da sociedade civil, entre intelectuais, juristas, defensores de direitos humanos e outros na denúncia de violações dos direitos dos povos, em especial aquelas relacionadas a grandes crimes contra a humanidade que envolvem a participação ou conivência de estados, instituições públicas, grandes empreendimentos e que impactam a vida de povos com poucas chances de defesa. O TPP é uma ação pública que tem como objetivo chamar atenção sobre situações que não estão sendo observadas e julgadas pelos poderes judiciários dos Estados-Nação e que precisam ser corrigidas.

CMOC<sup>53</sup> (TPP, 2022), mostra que historicamente a Comunidade tem sido expropriada, judicializada, tendo destruído diversas dimensões da vida, desde a cultural, até e ecológica.

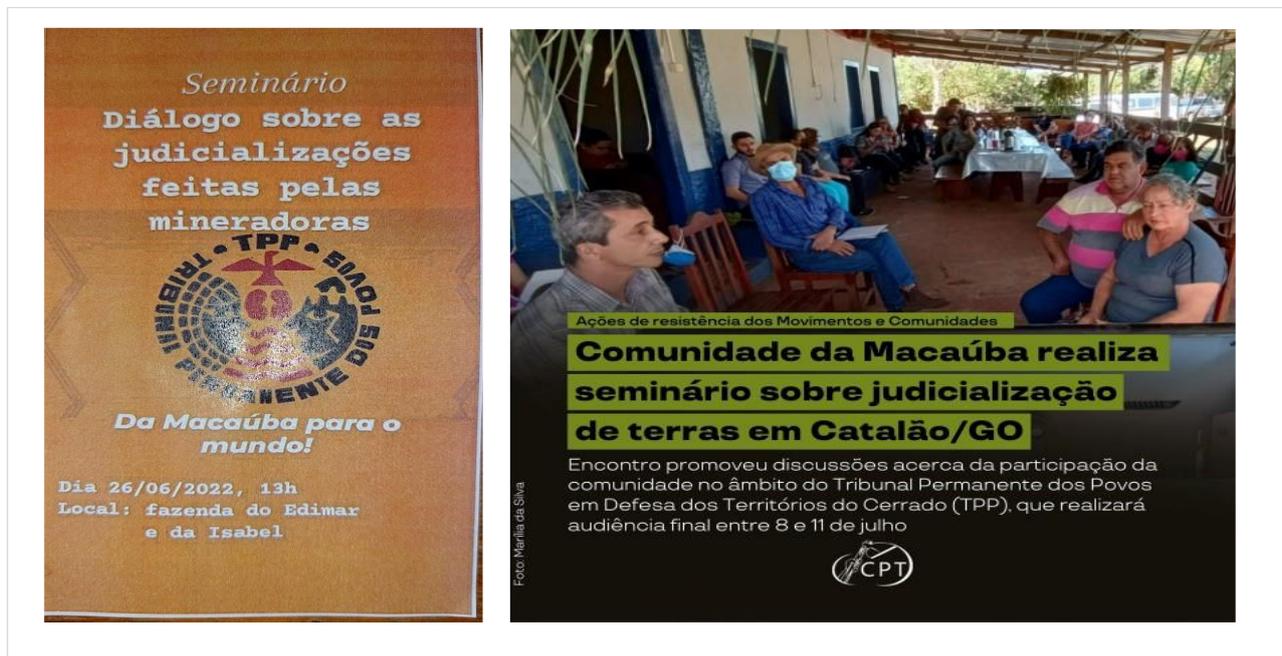
Em junho de 2022 participamos do Seminário: *Diálogo sobre as judicializações feitas pelas mineradoras – Da Macaúba para o mundo!* Organizado pela própria Comunidade Macaúba e que apresentava o caso Comunidade Macaúba x Mineradoras. Durante todo o Seminário foi-se discutindo e apresentando a historicidade da Comunidade.

A própria história demonstra o enraizamento e o desenraizamento, podendo ser lido geograficamente como desterritorialização, ou aglomerados de exclusão, conforme aponta Haesbaert (2004). Deste modo, ao traçar um panorama, demonstrando a “chegada do estranho”, o avanço sistemático e predatório, reflexo inerente do modelo mineral vigente, pode-se apreender que o Seminário demonstrou a auto-organização da Comunidade em discutir os próprios problemas e se situarem como protagonistas de sua própria história e trajetória.

---

<sup>53</sup> Disponível para acesso em: <https://tribunaldocerrado.org.br/casos/caso-no4-go-comunidade-camponesa-de-macauba-x-empresendimentos-minerais-de-niobio-e-fosfato-da-mosaic-fertilizantes-e-china-molybdenum-company-cmoc/>

Figura 12: Convite do Seminário e divulgação pela CPT da Ação de Resistência e Movimento da Comunidade Macaúba



Fonte: O autor e CPT (2022)

Essa capacidade de autogestão, Auto-organização, publicização dos impactos auferiram as mineradoras e o Estado o veredito<sup>54</sup> de culpadas (TPP, 2022), pelo ecocídio do Cerrado, violação dos Direitos Humanos, e violência do Estado sob grupos historicamente marginalizados. Embora o TPP não tenha poder de punição real, isso permite as comunidades atingidas darem voz e reconhecimento público nacional e internacional ao que ocorre historicamente em Catalão (GO).

Longe de ter fim, tendo em vista que as mineradoras ainda pretendem permanecer por mais 4 décadas, o que pode ser expandido caso haja novas informações e avanços técnicos para a exploração de novas áreas e minérios, como as terras raras, e reaproveitamento dos rejeitos, ainda há uma longa trajetória de impactos que serão

<sup>54</sup> O veredito encontra-se disponível em: [https://tribunaldocerrado.org.br/wp-content/uploads/2022/10/TPP\\_Senteca\\_Final\\_Cerrado\\_29\\_9\\_22.pdf](https://tribunaldocerrado.org.br/wp-content/uploads/2022/10/TPP_Senteca_Final_Cerrado_29_9_22.pdf)

cumulativos ao longo do tempo e do espaço, não apenas na zona rural, mas também na zona urbana.

Os processos de luta, resistência e re-existências buscam mostrar que os sujeitos coletivos criam formas e práticas espaciais, apresentando as contradições do setor mineral em Catalão. Se lutam é para garantir a manutenção da vida, pois buscam o reconhecimento do Estado para todos os impactos que são infligidos na vida. Catalão e a Comunidade Macaúba são apenas um exemplo entre muitos de que a luta e a resistência se faz no chão da terra. A luta engendra o nascimento do desejo de um novo mundo, de um novo ideário de desenvolvimento, focado no povo e para o povo. Eles apresentam outras visões, outras ideias de mundo, de ser e estar nele.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neoextrativismo é uma modalidade de acumulação contemporânea de apropriação dos bens comuns, isto é, água, solo, subsolo, biodiversidade e, em suma, focado na criação de *commodities* com o objetivo de exportação. Não se trata de uma modalidade de governos de direita ou esquerda, mas uma modalidade que se encontra em ambos espectros políticos na América Latina e no Brasil.

Em Goiás o neoextrativismo mineral se faz em múltiplas localidades. Em Catalão (GO), essa modalidade de exploração do subsolo se fez ainda na década de 1970, mas ganhou contornos mais profundos a partir da última década do século XX com a privatização da Goiasfértil. No decorrer do século XXI, com a chegada, troca de controle acionário, de empresas de capital transnacional, Mosaic Fertilizantes (norte-americana) e CMOOC (chinesa) a exploração e os conflitos expandiram-se com o aprofundamento e a expansão do setor, visando ampliar a exploração do subsolo.

Em território nacional a mineração se expande de norte a sul, visando criar novas áreas de exploração mineral e entrando em conflito com territórios já estabelecidos legalmente, como Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e camponeses. A política neoultraliberal do último governo, de Jair Messias Bolsonaro, aprofundou não apenas a exploração da mineração, mas criou um acirramento profundo ao incentivar o garimpo ilegal, sob o nome de garimpo artesanal.

O acirramento dos conflitos não é mero acaso, mas trata-se de um processo de decisão e escolha política. A aposta na expansão da fronteira das *commodities* se faz num cenário de transição, pós-boom mineral. O aprofundamento nesse modelo de acumulação, puxado pela necessidade de atender as demandas internacionais, afetam diretamente

terra, territórios e populações, pois não se trata de espaços com vazio demográfico, mas sim de uma política na qual e para a qual busca-se beneficiar determinados setores em detrimento de outros.

O Estado vai configurando territórios e inserindo novas logicas de dominação, criando uma geografia extrativa, que por consequência gera uma geografia dos conflitos, mas para além disso, uma geografia de resistência, pois os atingidos buscam apresentar a clara contraposição aos interesses externos. Essa divergência vai tecendo formas e processos espaciais, articulações com sociedade e movimentos sociais. Busca-se, por meio deles e com eles, apresentar outras noções de desenvolvimento e questionam o desenvolvimento imposto pelo Estado, no qual hipoteca-se o futuro comum.

O próprio Estado, por meio dos seus sistemas de agenciamento normativos, cria o sistema de terra arrasada, vide os desastres ocorridos em Brumadinho e Mariana. Os desastres sociotécnicos permitiram a maior publicização dos impactos do setor mineral em escala nacional e internacional. Essa atenção dada permitiu que a sociedade e grupos de pesquisa adentrassem e escavassem a historiografia mineral brasileira, seus conflitos, discursos, contradições e lógicas.

Somado a isso, os atingidos buscam se articular com movimentos sociais, poder local, entidades civis e universidade para discutir o modelo de mineração imposto ao Brasil desde o seu encobrimento. Assim, o exemplo que utilizamos na presente pesquisa se faz por meio do GT da Câmara de Vereadores de Catalão que permitiu o denso debate e a criação reacional dos conflitos em todas as suas múltiplas dimensões, sendo a judicialização o principal elemento constitutivo deste processo que se engendra nas comunidades camponesas do município que se veem encurraladas pela mineração.

Por meio desta pesquisa, e a interlocução direta com os afetados e atingidos pela mineração, podemos apreender a realidade concreta e o sofrimento de décadas, seja pela judicialização, o esvaziamento da comunidade, a perda produtiva ou a impossibilidade de se contrapor a mineração – exceto pelo exemplo da Prefeitura de Catalão que impediu a continuidade das atividades minerais devido a sonegação de impostos, que afeta diretamente toda a sociedade.

Os processos de resistência dos moradores da Comunidade foram se tecendo por meio da articulação e organização com outros movimentos sociais. Essa constituição permitiu apresentar publicamente os impactos sofridos ao longo do tempo. A resistência dos de baixo, se contrapondo aos de cima, como o Estado e o capital, tem se demonstrado como meio de questionar a hegemonia e a lógica destrutiva de exploração, por meio de novos ideários e um novo léxico de lutas, baseados na discussão de Territórios Livres de Mineração (TLM) e a defesa do território-abrigo e o corpo-território.

Concordamos com a visão de Zibéchi (2018) ao falar que é preciso sonhar, pois o sonho é um elemento de busca pela realização. É preciso crer que os sujeitos coletivos, “os de baixo” vão priorizar suas culturas e visões de mundo e não irão ceder pelas formas institucionais e políticas do ocidente, e tampouco irão aceitar o pensamento único e a homogeneização de tudo. Acreditamos que “os de baixo” serão os portadores de novos mundos, de novas formas de pensar e agir, principalmente neste momento onde o capitalismo se expande transformando tudo e a todos em mercadoria, do material ao simbólico.

Não se trata de uma visão romântica e idealizada numa utopia distante e irrealizável, mas sim de uma visão ancorada na realidade e na densidade de experiências

que movimentos e ações são realizadas concretamente. As práticas espaciais que vão se tecendo com a troca de experiências permite portar a chama de construir novos mundos. Essa necessidade se faz pelo hoje e pelo futuro, já que herdamos a soma de escolhas políticas, econômicas e sociais que nos trouxeram até este momento.

Sabemos e compreendemos que dificilmente esgotaremos o tema e os objetivos propostos, sendo necessário aprofundar em novas temáticas, como por exemplo a estrangeirização do subsolo, tema este que tem emergido sob a necessidade de se compreender o *land grabbing* ou o assenhoreamento de terras pelo capital estrangeiro e que tem crescido na Geografia Agrária brasileira, tendo a atenção dada, principalmente, a aquisição de terras sob o discurso de necessidade de produção de alimentos, energia e florestas de monocultivo. Além disso, visualizamos que alguns temas que foram surgindo, mesmo que não tivéssemos noção de que se tratava daquela discussão, foram apresentados pelos sujeitos em discussões realizadas, como o TLM.

A defesa da terra e território contra a imposição da acumulação do capital, sob a égide do Estado é, ao nosso ver, essencial. Soma-se a isso a urgência em discutir uma nova política de modelo mineral brasileiro, baseado em novos princípios e que conte com a participação daqueles que estão diretamente na fronteira do capital.

O atual aprofundamento na fronteira por commodities, inserindo novos territórios, como a Amazônia, e a ampliação de discursos de desenvolvimento por e pela mineração, permitem apreender que a opção do Estado se revela como contraditória e insustentável a longo prazo. Não se trata de considerar um determinado pessimismo, mas de analisar, por meio da própria história e geografia do país os auges e declínios que este setor demonstrou ao longo do processo de formação sócio-espacial, socioeconômica e sócio-política.

O Estado de Goiás é um exemplo presente, assim como Minas Gerais, Pará, Bahia e tantos outros estados brasileiros que têm aprofundado na exploração mineral em seus territórios. Essa especialização econômica, a longo prazo, é insustentável, porque os recursos minerais são finitos, o tempo geológico não é o mesmo tempo humano – assim como o tempo, para o capital, é suprimido cada vez mais pelos avanços técnicos.

Assim, vai-se criando e recriando uma geografia extrativa, própria das intenções e opções políticas, que beneficiam, em particular, o capital mineral transnacional. Chamamos a atenção para o aspecto das opções políticas porque é o que fundamenta a legalidade do setor, sendo assim um braço prioritário do capital mineral. Não obstante, é preciso ver a reação a este modelo mineral vigente. Essas reações vão ganhando contornos mais densos e mais profundos, pois reagir é o primeiro passo para a criação de resistências.

Estes movimentos de atores atingidos, entidades civis e movimentos sociais vão se adensando, propondo novas formas de se pensar a mineração para além da necessidade dos países externos. As riquezas geradas, portanto, deveriam passar por um crivo de benefício comum, pois a exploração dos bens comuns – da água, do solo, do subsolo, da energia, do ar e dos alimentos – cada vez mais beneficia externamente. Não se trata de negar as negociações de exportação e importação, mas sim visualizar a necessidade de ampliar o leque de questões sobre a exploração, como ela é feita, a quem beneficia, como beneficia e quais são os custos – ecológicos, econômicos, culturais, políticos e sociais.

Ao longo desta pesquisa buscamos responder as questões propostas que delinearão e orientarão as discussões aqui expostas. Compreendemos que algumas lacunas continuaram abertas, mas é essa abertura que permite – e permitirá – a possibilidade de continuidades e a abertura de novas rupturas para o avanço das

discussões sobre a mineração em Catalão (GO), os processos de resistência, a ação dos camponeses em busca de novos horizontes e, principalmente, pensar o que significa a mineração.

Talvez esse seja o principal elemento que oriente pesquisas futuras. A mineração é necessária para a sociedade, isso é inegável, entretanto essa necessidade poderá ser suprida por uma nova constituição que oriente para um novo modelo mineral? Uma nova agenda de desenvolvimento que compreenda a necessidade de instituir novos territórios livres de mineração e que veja as consequências sociais, culturais, políticas e ecológicas poderá ser o início de um novo processo de desenvolvimento que pense o social aliado ao econômico – e não privilegie apenas o setor econômico.

Além disso, é urgente pensar em diversificações econômicas para os municípios minerados. Catalão (GO) é um município que não é minero-dependente<sup>55</sup>, devido a sua diversificação em setores de bens de serviço e consumo, para além do agronegócio e dos *royalties* advindos da Hidrelétrica Serra do Facão.

Outras pesquisas virão, irão expor outros elementos e aspectos que aqui não apreciamos como foco da pesquisa, mas que agregaram para um debate mais denso, profundo e crítico. Acreditamos que a pesquisa é feita pela construção coletiva de redes de trocas de conhecimento e ação, esse elo constitui-se como fundamental para a pesquisa crítica e, muitas vezes, denunciativa - pois ao adentrar as realidades e conflitos contemporâneos expõe-se o caráter violento que há na acumulação do capital e suas contradições que querem se fazer crer geradores de desenvolvimento e melhorias sociais.

---

<sup>55</sup> A afirmação, utilizando apenas o caráter econômico, se faz válida, entretanto há outras formas de minero-dependência, como financiamento para projetos sociais, investimento em partidos políticos, investimento em projetos ambientais e culturais. Deste modo, a minero-dependência está para além da dimensão econômica, pois engloba e abriga todas as demais dimensões.

Há sempre dois lados deste processo, o que se vê e o que é ocultado pelo discurso hegemônico.

## REFERÊNCIAS

ABM Brasil. **As primeiras usinas para trabalhar ferro e aço**. Site. Disponível em: <http://www.abmbrasil.com.br/quem-somos/historico/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ABREU, M. P.; LAGO, Luiz Aranha Correa do. **A economia brasileira no Império, 1822-1889**. Texto para Discussão, n. 584. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Economia, 2010.

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

ACOSTA, A.; BRAND, U. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

ACOSTA, A.; BRAND, U. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

ANM, Arrecadação (2022). Disponível em: [https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores\\_arrecadadores.aspx](https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx) Acesso em: 20 de nov. de 2022.

ANM. **Arrecadação CFEM do Estado de Goiás**. Disponível em: [https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao\\_cfem.aspx](https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem.aspx). Acesso em 10 de jul. de 2022.

ARAÓZ, H. M. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Elefante Editora, 2020.

ARAUJO, E. R.; SILVA, R. P. **Mineração no Brasil**: crescimento econômico e conflitos ambientais. In: *Conflitos Ambientais na Indústria Mineira e Metalúrgica: o passado e o presente*. Rio de Janeiro: Évora, 2016, p. 65 - 88.

AZEVEDO, L. M. C. **DEVORADORES DA TERRA**: Apropriação de terras e recursos territoriais pelo capital monopolista internacional no sul de Goiás. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília (UNB), 2019.

BECKER, B. K. O governo do território em questão: uma perspectiva a partir do Brasil. In: **Parcerias Estratégicas Brasília**, n.28, p.33-50 jan./jun., 2009. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/18241>. Acesso em: maio de 2022.

BIANCHI, A. Tema e problemas nos projetos de pesquisa. In: **Estudos de Sociologia**. Araraquara, 13/14, 2002/2003, p. 75 - 91.

BONGIOVANNI, L. A. **Estado, burocracia e mineração no Brasil (1930-1945)**. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Unicamp, Instituto de Geociências, 1994.

BRAND, U.; WISSEN, M. **Modo de vida imperial**: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CHAVEIRO, E. F. A paixão do método. In: **Revista Mutirão Folhetim de Geografias Agrárias do Sul**, vol. 1, nº03, p. 05-21, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/mutiro/article/view/249174>. DOI: <https://doi.org/10.51359/2675-3472.2020.249174>. Acesso em: 20 de mar. de 2022.

CHAVEIRO, Eguimar F. Por uma leitura territorial do Cerrado: o elo perverso entre produção de riqueza e desigualdade social. In: **Élisée, Rev. Geo. UEG – Goiás**, v.9, n.2, e922008, jul./dez. 2020, p. 1-21.

CIMI. **Violência contra os povos indígenas no Brasil**. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2021.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2014

COELHO, T. P. Minério-dependência e alternativas em economias locais. **Versos – Textos para Discussão PoEMAS**, v. 1, n. 3, p. 1-8, 2017

COELHO, T. P. O Discurso do desenvolvimento pela mineração. In: ZONTA, M; TROCATE, C. (orgs.). **A questão mineral no Brasil**, vol. 1. Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. 2º ed. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2017. p. 99 – 148.

COELHO, T. P.; WANDERLEY, L. J. de M. (Org.). **Quatro décadas do projeto Grande Carajás: fraturas do modelo mineral desigual na Amazônia**. Brasília-DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2021.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório: textos temáticos**. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014.

CONCEIÇÃO, A. L. Usos e abusos da categoria território. In: **Revista da ANPEGE**, v.17, nº 32, ano 2021, pp. 7-21. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>. Acesso em: 10 de set. de 2021.

CORRÊA, R. L. Análise crítica de textos geográficos: breves notas. **Geo UERJ, Revista do Departamento de Geografia**, UERJ, Rio de Janeiro, n.14, p. 7-18, 2º Semestre de 2003.

CRUZ, V. C. O território como palavra-chave: uma abordagem territorial da geograficidade. In: LOPÉZ, P.; BETANCOURT, M. (coords.). **Conflictos territoriales y territorialidades en disputa: re-existencias y horizontes societales frente al capital en América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021. pp. 101-122.

CURI, M. V. **Mineração em Terras Indígenas: caso Terra Indígena Roosevelt**. 2005.(Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. 1ºed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE OLHO NA CFEM. **Arrecadação e uso da CFEM:** limitações nos portais de transparência dos municípios minerados. (Nota Técnica nº 07). 2022. Disponível em: [http://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2022/09/NT\\_07\\_Transpare%CC%82nciaNM\\_VF-1.pdf](http://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2022/09/NT_07_Transpare%CC%82nciaNM_VF-1.pdf). Acesso em 09 de nov. de 2022.

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia (Vol. 2). Trad. Ana L. Oliveira e Lucia C. Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELGADO, G. C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.111-125, 2010.

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Desempenho do setor mineral – 35 anos**. Brasília, 2018

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Desempenho do setor mineral – 35 anos**. Brasília, 2018.

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Sumário Mineral 2014**. Brasil: Brasília, 2015.

ESPINDOLA, H. S.; FERREIRA, N. M.; MIFARREG, I. E. G. Território da mineração: uma contribuição teórica. In: **Revista Brasileira de Geografia** (RBG), v. 62, nº02, (jul/dez.), 2017, p. 67-93.

FAO. **Segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe**. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/prioridades/seguridad-alimentaria/pt/>. Acesso em: 20 de jan. 2020.

FERNANDES, B. M. por uma tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

FERREIRA, A. P. S. O. **Territórios em conflito:** a Comunidade Macaúba/ Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão (GO), 2012.

FIGUEIRÔA, S. F. M. **Mineração no Brasil:** aspectos técnicos e científicos de sua história na Colônia e no Império (Séculos XVIII- XIX). *America Latina em la Historia*, v. 1, nº1, p. 41-55.

FILHO, T. de C. T. B. **A conveniência da implementação da Diretiva Quadro da Água no ordenamento jurídico brasileiro como medida efetiva de justiça ambiental: o caso da exploração do Nióbio em Catalão**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Lula restabelece Fundo Amazônia e revoga decreto pró-garimpo de Bolsonaro** (2023). Disponível EM: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/01/lula-reestabelece-fundo-amazonia-e-revoga-decreto-pro-garimpo-de-bolsonaro.shtml>. Acesso EM: 02 de jan. de 2023.

FOUCAULT, M. **Poder e saber**. In: Ditos e escritos, vol. IV. Estratégia, poder-saber. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2006. p. 223 -240.

FREI, Vanito Viriato M. **No país do mano Muça, eu sou carvão: implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da província de Nampula**. 412 f. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017 .

FUINI, L. L.; Teorias sobre o território na Geografia brasileira. In: SPOSITO, E. S.; CLAUDINO, G. S. (orgs.) **Teorias na Geografia: avaliação crítica do pensamento geográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

GOMES, H. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. 2º ed. Goiânia: UCG, 2007.

GOMES, H.. **Geografia socioeconômica de Goiás**. Goiânia: Brasil Central, 1969.

GOMES, H.; TEIXEIRA NETO, A.; BARBOSA, A. S. **Geografia: Goiás Tocantins**. 2º ed. – Goiânia: Editora da UFG, 2004.

GONÇALVES, A.; SIQUEIRA, R. Mineração, violência e crise: a "volta do (neo)extrativismo. In: **Conflitos no campo: Brasil 2021**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino: Goiânia/CPT Nacional, p. 141-152

GONÇALVES, C. U.; BRITTO PEREIRA, M. C.; Geografando os conflitos para lugarizar a vida. In: GTAgrária – AGB – Seções Rio de Janeiro e Niterói (org.). **Geografia dos grandes projetos de desenvolvimento: reflexões a partir dos conflitos do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021, p. 14 – 24.

GONÇALVES, R. F. G.; GOMIDE, C. S.; MARQUES, E. Mineração em Goiás: conflitos e resistências. In: ALVES, M. S.; CARNEIRO, K. G.; SOUZA, T. R.; TROCATE, C.; ZONTA, M. (orgs.). **Mineração: realidades e resistências**. Expressão Popular: São Paulo, 2020, p. 351-380.

GONÇALVES, R. F.G.; A Geografia e a pesquisa crítica do modelo de mineração no Brasil. In: **Revista Mutirão** (Folhetim de Geografias Agrárias do Sul). Disponível em: <https://bit.ly/3NcJ6cY>. Acesso em: 02 de jan. de 2022.

GONÇALVES, R. F.G.; **Mineração a explosão de um tema**. In: Saúde-Trabalho-Ambiente-Direitos Humanos & Movimento Sindical e Sociais (Opinião). Disponível em: <https://bit.ly/3HLgPZT>. Acesso em: 30 de out. de 2021.

GONÇALVES, R. F.G.; **No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás**. 504f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2016.

GONÇALVES, R. J. A. F.; MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. Neoextrativismo liberal-conservador: a política mineral e a questão agrária no governo Temer. In: **OKARA: Geografia em debate**, v. 12, nº 2, 2018, p. 348-395.

GONÇALVES, R. J. F. Mineração e fratura territorial do Cerrado em Goiás. In: Élisée, Rev. Geo. UEG – Goiás, v.9, n.2, e922018, jul./dez. 2020

GUDYNAS, E. **Direitos da natureza**: ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GUDYNAS, E. Estado compensador e novos extrativismos. As ambivalências do progressismo sul-americano. In: **Nueva Sociedad**, set.2013. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/estado-compensador-e-novos-extrativismos-as-ambivalencias-do-progressismo-sul-americano/#footnote-6>. Acesso em: 10 de ago. de 2022.

GUDYNAS, E. **Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza**. CLAES, 2015.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAN, B.C. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Editora Áyné, 2018.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1ºed. São Paulo: Boitempo, 2016.

IBRAM. **Associados** (2022). Disponível em: <https://ibram.org.br/associados/>. Acesso em: 10 de nov. de 2022.

IBRAM. **Informações sobre a Economia Mineral Brasileira. (2020)**. 1ºed. Brasília: IBRAM, 2020.

ISA. **Localização e extensão das TIs. Povos Indígenas no Brasil**, 2021. Instituto Socioambiental, 2021. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_extens%C3%A3o\\_das\\_TIs](https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs)>. Acesso em: 18 Ago 2022.

IZÁ PEREIRA, L. AS DIMENSÕES DA ESTRANGEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO BRASIL. **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2019. DOI: 10.48075/geoq.v12i1.19745. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/19745>. Acesso em: 10 de set. 2021.

JULIBONI, Márcio. **Eternit vai retomar produção de amianto para exportar, apesar de proibição do STF**. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br>. Acesso em: 30 jun. 2022.

KUYEK, J. **Justiça insurgente**: como proteger sua comunidade no setor mineral. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

LAVAL, C. Os usos intelectual, social e político do comum. In: **Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios** / Joana Barros, André Dal'bó da Costa, Cibele Rizek, orgs. -- São Carlos: IAU/USP, 2018, p. 161- 183.

LEROY, J. P. **Mercado ou bens comuns?** O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental. MAIA, M.; MALERBA (orgs.). Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2016.

LIMA, V. B. de. **A URBANIZAÇÃO GOIANA: os fatores de origem e crescimento da cidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – Universidade de São Paulo. 2005. p. 7825 – p. 7852.

MAIS GOIÁS. **Prefeitura de Catalão realiza protesto para cobrar dívidas milionárias de mineradoras do município** (2018). Disponível em: <https://www.maisgoias.com.br/cidades/prefeitura-de-catalao-manifesta-para-cobrar-dividas-milionarias-de-mineradoras-do-municipio/>. Acesso em: 11 de nov. de 2022.

MANZOLLI, B. A. **Diagnóstico da exploração de ouro no Brasil**. 2022. Disponível em: < [https://ma-pbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Trabalhos%20vencedores%204ed/2oLugar\\_CategoriaJovem\\_Bru-noAntonioManzolli.pdf](https://ma-pbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Trabalhos%20vencedores%204ed/2oLugar_CategoriaJovem_Bru-noAntonioManzolli.pdf) >

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

MARTINS, J.S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2ºed. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

MASSOLA, G. M.; SVARTMAN, B. P. Enraizamento. In: CAVALCANTI, S.; ELALI, G. A. (orgs.). **Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018.

MATOS, P. F.; REIS, B. S.; MENDONÇA, M. R. **Relatório Técnico Científico: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO NA COMUNIDADE MACAÚBA - MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO)**. Catalão (GO): Grupo de Trabalho, 2019.

MENDONÇA, M. R.; MATOS, P. F.; SERAFIM, B. R. Existências e (re)existências nas comunidades do entorno das mineradoras em Catalão (GO). In: MATOS, P. F.; MENDONÇA, M. R. (orgs.). **Mineração e agrohidronegócio: efeitos no ambiente, trabalho e saúde**. Jundiaí: Paco Editorial, 2020, pp. 141 – 182.

MESZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Milanez, B. et al. (2018) **A Estratégia Corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas**. Versos – Textos para Discussão PoEMAS, 2(2), 1-43.

MILANEZ, B. Mineração e impactos socioambientais: as dores de um país mega-minerador. In: WEISS, J. S. (orgs.). **Movimentos socioambientais: lutas, avanços, conquistas, retrocessos, esperanças**. Formosa: XAPURI Socioambiental, 2019, p. 373-417.

MILANEZ, B.; JARDIM DE MORAES WANDERLEY, L.; MAGNO, L. Mineração e políticas públicas: conflitos, retrocessos e propostas para um outro modelo mineral. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], 2022. DOI: 10.5418/ra2022.v18i36.16248. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/16248>. Acesso em: 09 jan. 2023.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 10, p. 119-148, 2013.

MOORE, Jason W. O surgimento da Natureza Barata. In: MOORE, J. W (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Editora Elefante, 2022, pp. 128-187.

MOREIRA, R. Conceitos, categorias e princípios lógicos para o método e o ensino da Geografia. In: **Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007, pp. 105 – 118.

MOREIRA, R. **Mudar para manter exatamente igual: os ciclos espaciais de acumulação. O espaço total. Formação do espaço agrário**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2018.

PECORA, L. H. R.; BATISTA, J. P.; SENRA, E. B. Garimpo ilegal e violência na Terra Indígena Yanomami. In: **Conflitos no campo: Brasil 2021**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino: Goiânia/CPT Nacional, 2022, p. 176-184

PIRES, M. O. Programas agrícolas na ocupação do Cerrado. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 3, n.1-3, 2000. p. 111-131.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A desordem do progresso. In: ARAÓZ, H. M. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade**. São Paulo: Elefante Editora, 2020, p.7 – 13.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; ROCHA LEÃO, P. C. Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira: tensões territoriais na ruptura política (2015-2019). In: **Revista da ANPEGE**, v.16, nº 29, p. 712-767, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>. // DOI 10.5418/ra2020.v16i29.12500.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. In: **POLIS Revista Latinoamericana**, nº 41, ano 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/11027>. Acesso em: 8 de fev. de 2023.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

POTTER, H.; BISPO, F. **Terras com povos indígenas isolados são alvo de metade dos pedidos de mineração**. Mongabay,02 Mar 2021. Disponível

em:<<https://brasil.mongabay.com/2021/03/terras-com--povos-indigenas-isolados-sao-alvo-de-metade-dos-pedidos-de-mineracao> >

PROJETO MAPBIOMAS. **Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil**. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REGINATTO, A. C.; WANDERLEY, L. J. **Quem é quem no debate sobre mineração em terras indígenas**. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração/ Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, 2022.

REIS, B. S. **Efeitos espaciais da territorialização mineral em Catalão (GO)**: expropriação e conflitos na Comunidade Macaúba. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, 2020.

REIS, B. S.; CLEPS JR., J. CATALÃO (GO): CINCO DÉCADAS DE EXPLORAÇÃO MINERAL, IMPACTOS E RESISTÊNCIAS (1970 - 2020). In: **Anais do XIV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78622>. Acesso em: 10 de fev. de 2022.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4° ed. São Paulo, edUSP, 2020.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: OLIVEIRA, M. P.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3° ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O BRASIL**: território e sociedade no início do século XXI. 22°ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. 1° ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

SASSEN, S. **Brutalidade e complexidade na economia global**. Trad. Angelica Freitas. 1° ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. In: **Revista TERRITÓRIO**, ano IV, n° 6, jan./jun. 1999, p. 21-28.

SOUZA, M. L. **Ambientes e territórios**: uma introdução a Ecologia Política. 1°ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, M. L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 4°ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

SOUZA, M. L. **Por uma geografia Libertária**. 1° ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas?. In: DILGER, G.; LAND, M.; FILHO, J. P. (orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Editora Elefante, 2016, p. 140 – 173.

TERKENLI, T.S. Home as a region. In: **Geographical Review**, v.85, n° 3, 1995, p. 324-334. *JSTOR*, Disponível em: <https://doi.org/10.2307/215276>. Acesso em: ago. 2022.

TPP - TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS DO CERRADO. **Acusação Final: contexto justificador da acusação de ecocídio-genocídio(cultural) no Cerrado (parte 1)**. In: AGUIAR, D.; BONFIM, J.; PACKER, L. (coord.). Disponível em: [https://tribunaldocerrado.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Parte-1-Contexto-Acusacao-Final\\_VF.pdf](https://tribunaldocerrado.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Parte-1-Contexto-Acusacao-Final_VF.pdf). Acesso em: jul. de 2022.

TPP - TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS DO CERRADO. **Acusação final: violação sistemática de direitos dos povos do Cerrado no contexto dos casos representativos do processo de ecocídio-genocídio (cultural) no Cerrado (parte 2)**. In: AGUIAR, D.; BONFIM, J.; PACKER, L. (coord.). Disponível em: [https://tribunaldocerrado.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Parte-2-Casos-Acusacao-Final\\_VF.pdf](https://tribunaldocerrado.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Parte-2-Casos-Acusacao-Final_VF.pdf). Acesso em: jul. de 2022.

TPP -TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS DO CERRADO. **Caso nº4 • GO – Comunidade camponesa de Macaúba X Empreendimentos minerais de nióbio e fosfato da Mosaic Fertilizantes e China Molybdenum Company – CMOC**. (2021). Disponível em: <https://tribunaldocerrado.org.br/casos/caso-no4-go-comunidade-camponesa-de-macauba-x-empreendimentos-minerais-de-niobio-e-fosfato-da-mosaic-fertilizantes-e-china-molybdenum-company-cmoc/>. Acesso em: nov. de 2021.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VILLAS-BÔAS, A. L. (1995). **Mineração e Desenvolvimento Econômico: A questão nacional nas estratégias de desenvolvimento do setor mineral (1930-1964)**. Rio de Janeiro, CETEM/MCTI, 1995.

VITTE, C. C. S. Neoextrativismo e o uso de recursos naturais na América Latina: notas introdutórias sobre conflitos e impactos socioambientais. In: **Conexão Política**, v.09, n°01, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/12228/html>. Acesso em: 12 de fev. de 2022.

Wanderley, L. J. M. Do Boom ao Pós-Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. **Versos – Textos para Discussão PoEMAS**, vol. 1, n. 1, p. 1-7, 2017.

WANDERLEY, L. J.; GONÇALVES, R. J. A. F. Mineração e a escala de conflitos no espaço agrário brasileiro. In: **Cadernos do Campo Brasil** (2018), p. 134- 143. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/333115918\\_Mineracao\\_e\\_as\\_escalas\\_dos\\_conflitos\\_no\\_espaco\\_agrario\\_brasileiro?enrichId=rgreq-6c4d897a5dee539c15c38ef54f019960-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdIOzMzMzExNTkxODtBUzo3NTg4NTQ4ODMyMTMzMTNAMTU1NzgzNjUxMTY3NA%3D%3D&el=1\\_x\\_2&\\_esc=publicationCoverPdf](https://www.researchgate.net/publication/333115918_Mineracao_e_as_escalas_dos_conflitos_no_espaco_agrario_brasileiro?enrichId=rgreq-6c4d897a5dee539c15c38ef54f019960-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdIOzMzMzExNTkxODtBUzo3NTg4NTQ4ODMyMTMzMTNAMTU1NzgzNjUxMTY3NA%3D%3D&el=1_x_2&_esc=publicationCoverPdf). Acesso em: 20 de mai. de 2021.

WANDERLEY, L. J.; MANSUR, M.; MILANEZ, B. **ESSENCIALIDADE FORJADA E DANOS DA MINERAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID-19: os efeitos sobre trabalhadores, povos indígenas e municípios minerados no Brasil**. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração/ Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, 2020.

WANDERLEY, L. J.; MILANEZ, B.; GONÇALVES, R. J. A. F. Política mineral brasileira e neoextrativismo ultraneoliberal. In: LIMONAD, E.; MONTEIRO, J. C.; MANSILLA, P. (orgs.). **Planejamento territorial: reflexões críticas e práticas alternativas**, 2021, p. 245 -286.

WANDERLEY, L.J.; MANSUR, M.; MILANEZ, B. **ESSENCIALIDADE FORJADA E DANOS DA MINERAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID-19: os efeitos sobre trabalhadores, povos indígenas e municípios minerados no Brasil**. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração/ Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, 2020.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; VASCONCELOS.; GESTA-UFMG. O DESASTRE NO RIO DOCE: ENTRE AS POLÍTICAS DE REPARAÇÃO E A GESTÃO DAS AFETAÇÕES. In: ZHOURI, A. (Org.) **Mineração, violência e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Editora Iguana, 2018, p. 28-64.

ZIBÉCHI, R. Dos movimentos sociais a sociedades “outras” em movimento. In: **Movimentos sociais na América Latina: o mundo outro em movimento**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020, p. 65- 84.

ZIBÉCHI, R. **Os limites do progressismo na América Latina: sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

ZIBÉCHI, R. **Territórios em rebeldia**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

## **ANEXOS**

Tabela 5: Principais fatores/elementos do DDM

Argumento	Perspectiva
Desenvolvimento minerador	Nessa perspectiva o desenvolvimento minerador é visto como legítimo por toda a sociedade, e não apenas por parte dela, isto é um desenvolvimento de classe. Assim, o crescimento econômico é visto como um crescimento da sociedade inteira. Ressalta-se a exaltação do crescimento econômico e dos lucros, dando a impressão de que esses valores beneficiam toda a sociedade de maneira igual.
Criação de empregos	Os empregos criados pelo setor são relativamente pequenos, quando se compara com outros setores econômicos. A mineração é intensiva em capital (constante) e não em trabalho (vivo). Deste modo, os investimentos em mão de obra são desiguais em relação aos investimentos em capital e tecnologia.
Arrecadação	A atenção a qual se dá aos royalties da mineração, a CFEM, são pequenos em relação aos impactos negativos que busca compensar, já que representa uma porcentagem pequena.
Impactos sociais e econômicos	Desconsidera-se os impactos sociais e econômicos que estão relacionados a mineração. Isso ocorre por meio de uma relação de pontos positivos e negativos, esse par dicotômico busca anular os impactos negativos, ressaltando os impactos positivos. Assim, ao se discutir os impactos da mineração centra-se as atenções na dimensão ambiental, do mesmo modo em que os pontos positivos estão na dimensão econômica. Cria-se, portanto, uma dicotomia entre homem e natureza,

	<p>uma balança em que o maior peso é dado ao homem sobre o ambiente, inculcando uma perspectiva de que é preciso beneficiar o homem em detrimento da natureza.</p>
Suposta vocação territorial	<p>Essa vocação territorial se dá como uma afirmação questionável, tendo em vista a rigidez locacional utilizada para afirmar essa vocação para a exploração do subsolo. Assim, a rigidez locacional dá um aspecto de inevitabilidade de diversificação econômica, fazendo a mineração ser o carro-chefe e inserindo o município minerado na minero-dependência e impossibilitando a diversificação econômica em outros setores produtivos.</p>
Impossibilidade de a sociedade moderna abandonar a mineração	<p>Dentro dessa perspectiva, ressalta-se o discurso de que uma região que tem disponibilidade de minérios deve explorá-los, a não utilização dos minérios seriam um erro que deslocaria a chegada de uma sociedade moderna. Assim, esse discurso impossibilita uma diversificação econômica e a busca de alternativas em sua estrutura socioprodutiva.</p>
Mineração como mitigadora de impactos negativos	<p>Nesse elemento, enfatiza-se que por meio da técnica (tecnoesfera), e poderíamos inserir o meio técnico-científico-informacional, os especialistas, de múltiplas áreas, dariam respostas a formas e maneiras de solucionar os problemas advindos da mineração por meio de audiências públicas, relatórios de EIAs/RIMAS e reuniões comunitárias, visando, por meio de uma linguagem própria mostrar aspectos positivos que beneficiaram de modo igual toda a sociedade.</p>

Potencial desperdiçado	Neste elemento, é enfatizado que há um desperdício de potencial que a mineração poderia realizar e as riquezas que poderiam ser produzidas, além dos benefícios. Entretanto, é preciso haver um marco regulatório no qual haja um incentivo à diversificação produtiva, pautada, principalmente, nas necessidades populacionais e características próprias de cada município minerado.
Responsabilidade Social	Cria-se a imagem por meio de apoio financeiro a projetos sociais e pequenas concessões feitas pelas mineradoras, que passam a ideia de preocupação com os problemas ambientais e sociais, o que aumenta a percepção social dos impactos positivos.
Hipotética Sustentabilidade	Desconsidera os impactos negativos causados pela mineração, impactos estes que se prolongam para além da cava da mina espacial e temporalmente. Assim, abraça-se o discurso de sustentabilidade, discurso este que serve, na atual contemporaneidade, como mecanismo para manter a acumulação do capital em atividades econômicas altamente danosas, sem interferências no processo de produção.

Fonte: COELHO (2016) Org.: REIS (2022)

Quadro 3: Brasil: Evolução dos títulos minerários (anos selecionados)

<b>TÍTULOS</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>	<b>2015</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Requerimentos Protocolizados*	8.847	37.898	12.550	19.360	23.639	19.423	10.746	16.946
Alvarás de Pesquisa Publicados	2.492	3.264	21.237	14.451	18.309	17.525	5.285	10.098
Relatórios de Pesquisa Aprovados	271	179	890	1.369	1.360	1.732	1.444	1.654
Concessões de Lavra Outorgadas	83	126	300	389	204	491	527	760

Licenciamentos Outorgados	353	161	1.385	1.727	1.548	1.802	1.154	1.115
Permissões de Lavra Garimpeira Outorgadas	-	98	37	73	368	175	265	161
Registros de Extração	-	-	-	88	185	226	327	302
Cessões de Direitos Aprovadas	360	413	3.014	3.950	3.842	2.794	2.603	2.168

Fonte: ANM (2022) Org.: o autor

Os Requerimentos Protocolizados são a somatória dos Requerimento de Pesquisa + Requerimento de Licenciamento + Requerimento. de Lavra Garimpeira + Requerimento. de Reg. de Extração. Como percebe-se, desde a década de 1990, o crescimento por títulos minerários tem crescido. Atribui-se este resultado ao aprofundamento da pauta exportadora baseada nas *commodities* minerais e o ciclo de *boom* das *commodities*.

Tabela 6: Goiás – Municípios com Conflitos Minerários em (2020)

Definição do Conflito	Município	Nome do Conflito	Atingidos	Violadores	Famílias /Pessoas Envolvidas	Empresa Causadora	Tipo de Violência	Tipo de Conflito	Nacionalidade e Empresa	Acionista Majoritário	Minério
Conflito entre trabalhadores e China Molybdenum (CMOC)	Catalão	Trabalhador/China Molybdenum (CMOC)	Trabalhadores	Mineradora	1 trabalhador	CMOC	Acidente/Morte	Trabalho	China	Luoyang Mining/Cathay Fortune/HKSCC Nominees Limited	Fosfato
Comunidade de Macaúba sofre impactos da atuação da Mosaic	Catalão	Com. Macaúba/Mosaic	Pequenos proprietários rurais	Mineradora Internacional	30 famílias	Mosaic	Ameaça de Despejo	Terra	Estados Unidos	Vanguard Group, Inc. (The)/Blackrock Inc./State Street Corporation/FMR, LLC/Bank Of New York Mellon Corporation/Boston Partners/Slate Path Capital, LP/Geode Capital Management, LLC/Adage Capital Partners GP L.L.C./Northern Trust Corporation/Fidelity Series Intrinsic Opportunities Fund	Fosfato
Garimpo ilegal de ouro em Pires do Rio	Pires do Rio	Estado/Pires do Rio/Rio Corumbá/Garimpo ilegal	Estado (gov. estadual)	Garimpeiro		Garimpo ilegal	Danos/Extração ilegal	Minério	-	-	Ouro
Trabalhadores de Joviânia sofrem impactos da atuação da mineração de basalto	Joviânia	Trabalhador/Fazenda Vertente do Meio/Mineração ilegal	Trabalhadores	Mineradora ilegal	3 pessoas	Mineração ilegal	Trabalho escravo	Trabalho	-	-	Basalto

Trabalhadores de Joviânia sofrem impactos da atuação da mineração de basalto	Joviânia	Trabalhador/Fazenda Córrego Fundo/Mineração ilegal	Trabalhadores	Mineradora ilegal	3 pessoas	Mineração ilegal	Trabalho escravo	Trabalho	-	-	Basalto
Trabalhadores de Joviânia sofrem impactos da atuação da mineração de basalto	Joviânia	Trabalhador/Fazenda Santa Bárbara/Mineração ilegal	Trabalhadores	Mineradora ilegal	1 pessoa	Mineração ilegal	Trabalho escravo	Trabalho	-	-	Basalto
Trabalhadores de Vicentinópolis sofrem impactos da atuação da mineração de basalto	Vicentinópolis	Trabalhador/Faz. Ouro Branco/Santa Maria/Mineração ilegal	Trabalhadores	Mineradora ilegal	20 pessoas	Mineração ilegal	Trabalho escravo	Trabalho	-	-	Basalto
Trabalhadores de Vicentinópolis sofrem impactos da atuação da mineração de basalto	Vicentinópolis	Trabalhador/Fazenda Santa Bárbara/Mineração ilegal	Trabalhadores	Mineradora ilegal	3 pessoas	Mineração ilegal	Trabalho escravo	Trabalho	-	-	Basalto
Conflito entre sem terras do acampamento	Caiapônia	Acampamento Torres do Taquari/	Sem terra	Mineradora Internacional	30 famílias	Mineradora Internacional	Desalojados/Intimidação	Terra	-	-	Não informado

ento Torres do Taquari, em Caiapônia, e minerador a internacio nal		Minerador a Internacio nal									
Garimpo ilegal de diamantes em Arenópolis	Arenópolis	Estado/Ar enópolis/G arimpo ilegal	Estado (gov. estadual)	Garimpeiro	-	Garimpo ilegal	Danos/Ex tração ilegal	Minério	-	-	Diamant e
Mineração do Grupo Pirineus ameaça Assentam ento Boa Vista	Padre Bernardo	Assentam ento Boa Vista/ Grupo Pirineus	Assentado s	Mineradora	-	Mina	Ameaça de danos	Terra	Brasil	Rda Participações e Empreendimentos LTDA/Hilda de Carvalho Participações LTDA/Aura Par Participações LTDA	Calcário
Conflito Trabalhad ores com Pilar de Goiás Desenvolv imento Mineral S.A	Pilar de Goiás	Trabalhad or/ Pilar de Goiás Desenvolv imento Mineral S.A	Trabalhad ores	Mineradora Internacional	-	Equinox Gold	Covid-19	Saúde/ Trabalho	Canadá	Van Eck Associates Corp./Ross Beaty/Yamana Gold Inc./BlackRock Investment Management (UK) Ltd./The Vanguard Group, Inc.	Ouro
Conflito entre trabalhado res e Mineração Serra Grande S.A.	Crixás	Trabalhad or/Mineraç ão Serra Grande S.A	Trabalhad ores	Mineradora Internacional	1 trabalhador	AngloGold Ashanti	Trabalho Precário	Trabalho	África do Sul	Public Investment Corporation (SOC) Ltd./The Vanguard Group, Inc./Fidelity Management & Research Co. LLC/BlackRock Fund Advisors/Northern Trust Global Investments Ltd./Norges Bank Investment Management	Ouro/ Prata

Conflito entre trabalhadores e G44 Brasil	Campos Verdes	Trabalhador/G44 Brasil	Trabalhadores	Mineradora	1 trabalhador	G44 Brasil	Acidente/Morte	Trabalho	Brasil	G44 Brasil Holding Ltda	Esmeralda
Garimpo ilegal de ouro em Niquelândia	Niquelândia	Estado/Niquelândia/Garimpo ilegal	Estado (gov. estadual)	Garimpeiro	-	Garimpo ilegal	Danos/Extração ilegal	Minério	-	-	Ouro
Mineração ilegal de manganês, pela empresa Brasman, em Cavalcante	Cavalcante	Estado/Cavalcante/Brasman	Estado (gov. estadual)	Mineradora ilegal	-	Brasil Manganês Ltda (Brasman)	Danos/Extração ilegal	Minério	Brasil	Brasil Manganês Ltda	Manganês
Comunidade quilombola Kalunga sofre impactos da extração ilegal de granito pela Apoena Mineração e Comércios	Cavalcante/Quilombo Kalunga	Quil. Kalunga/Apoena Mineração e Comércios	Quilombolas	Mineradora	888 famílias	Apoena Mineração e Comércios	Danos/Extração ilegal	Terra	Brasil	Trillium Empreendimentos Ltda	Granito
Garimpo ilegal de ouro em Cavalcante	Cavalcante	Estado/Cavalcante/Garimpo ilegal	Estado (gov. estadual)	Garimpeiro	-	Garimpo ilegal	Garimpo ilegal	Minério	-	-	Ouro
Conflito entre representantes	Minaçu	Minaçu/Eternit	Sociedade civil	Mineradora	-	Eternit	Danos	Saúde/Terra	Brasil	D+1 Fundo de Investimento em Ações/Geração Futuro L.par Fundo de Investimento em Ações	Amianto

ntes da sociedade civil brasileira e internacional e a Eternit											
Legalidade da exploração da Eternit e proibição de produção de Amianto no Brasil	Minaçu	Estado/Minaçu/Eternit	Estado (gov. federal)	Mineradora	-	Eternit	Danos/ Não cumprimento de procedimentos legais	Jurídico/Saúde	Brasil	D+1 Fundo de Investimento em Ações/Geração Futuro L.par Fundo de Investimento em Ações	Amianto

Fonte: CNDTM(2022), CPT (2022)

Tabela 7: Síntese das fases do Neoextrativismo no Brasil

<b>Progressista</b>	<b>Ultraliberal Conservadora</b>	<b>Ultraliberal Marginal</b>
<p>Na fase Progressista, iniciada no Governo Lula e seguindo até o Governo Dilma (2003-2016), o projeto neoextratista enxergava no agronegócio, mineração, energia e petróleo a possibilidade de promover políticas que possibilitassem acumular divisas, internacionalizar empresas brasileiras e promover o desenvolvimento regional e combate à pobreza, principalmente a fome.</p> <p>Neste período, o Estado detinha um papel importante na redistribuição de renda por meio de políticas públicas, a qual Gudynas (2013) define como <i>Estado Compensador</i>. Neste sentido, o neoextrativismo se ampliava por meio</p>	<p>Com o afastamento da presidente Dilma, e o golpe político realizado por meio do <i>impeachment</i>, inicia uma nova fase do neoextrativismo sob um novo projeto político, econômico e territorial executado pelo Governo Temer (2016-2018).</p> <p>Logo após assumir a presidência, a questão mineral retorna à pauta política. O governo Temer acena ao setor mineral visando alterar e promover mudanças estruturais no modo de atuação do Estado sobre os recursos minerais e empresas de mineração. Assim, o governo indicou a importância da mineração na contribuição do Produto Interno Bruto (PIB)</p>	<p>A nova fase, que se demonstrou mais uma continuidade da fase anterior, pois não incorporava novas propostas tem no Governo Bolsonaro (2019-2022) o aprofundamento no extrativismo neoliberal como solução econômica, propondo um projeto de avanço contínuo e sistemático sobre territórios até então restritos à mineração, como meio de desenvolvimento regional, principalmente na Amazônia.</p> <p>Passa-se a ver a política mineral brasileira como um meio de desenvolver, mas com o avanço privado sobre os recursos minerais não disponíveis ao mercado, como Terras</p>

<p>de megaprojetos de desenvolvimento, sendo visto até como um projeto neodesenvolvimentista, mas que na prática não se efetivou, e engendrava conflitos com distintos sujeitos sociais.</p> <p>Pode-se considerar que nessa fase, de <i>boom das commodities</i>, ocorre o aprofundamento dos bens naturais sem agregação de valor, visando atender a demanda do mercado externo.</p>	<p>nacional, de 4% para 6% de participação. Assim, o Estado seria o “fomentador” de novos investimentos, nacionais e, principalmente, internacionais.</p> <p>Os objetivos do governo Temer e questão mineral estavam baseadas na intensificação da relação público-privado, a criação de um ambiente de confiança e credibilidade, visando atrair investidores, a garantia de estabilidade regulatória e segurança jurídica, a redução dos prazos e a desburocratização de outorgas e títulos minerários, a diversificação da matriz mineral e a expansão do número de áreas disponíveis a serem ofertadas ao setor privado.</p>	<p>Indígenas, Unidades de Conservação e Faixas de Fronteira.</p> <p>Há também uma fetichização de desenvolver-se por meio de pesquisas centradas no grafeno e nióbio. Além disso, nessa fase há a defesa da garimpagem, estando intrinsecamente associada a práticas ilegais.</p> <p>O garimpo surge repetidas vezes no discurso de Bolsonaro, antes mesmo de ser eleito, sendo uma retórica que colocava os direitos indígenas (povos originários) em risco, o que se efetivou com os recentes conflitos entre Garimpeiros e Povos Indígenas, tendo nos Yanomami o maior reflexo deste conflito.</p> <p>A retórica pró-mineração se baseia na exaltação dos minérios como “dádiva divina”,</p>
--	--	---

		<p>recurso dado por Deus para usufruto de seu povo. Essa noção coloca a exploração como algo “inevitável”, uma espécie de determinismo exploratório no qual explorar é a única escolha possível, ocultando o fato de que se trata de uma opção política e de governo.</p> <p>Nessa perspectiva ultraneoliberal marginal o Governo têm um papel de possibilitar ao mercado privado os meios para explorar os recursos minerais.</p>
--	--	--

Fonte: MILANEZ, WANDERLEY (2012); GONÇALVES, MILANEZ, WANDERLEY (2018), WANDERLEY, GONÇALVES, MILANES (2020), MILANEZ (2022) Org.: REIS (2023)